



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**“Estrutura e Evolução de Capital em Pernambuco: do
Isolamento Relativo ao Limiar da Integração Produtiva”**

Fábio Lucas Pimentel de Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento Econômico**, área de concentração: **Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente**, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando César de Macedo Mota.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por Fábio Lucas Pimentel de Oliveira, em 18/02/2011, e orientada pelo Prof. Dr. Fernando César de Macedo Mota.

CPG, 18/02/2011.



Campinas, 2011

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

OL4e	<p>Oliveira, Fábio Lucas Pimentel de. Estrutura e evolução de capital em Pernambuco: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva/ Fábio Lucas Pimentel de Oliveira. – Campinas, SP: [s.n.], 2011.</p> <p>Orientador: Fernando César de Macedo Mota. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Economia – Pernambuco. 2. Integração econômica. 3. Desenvolvimento econômico. I. Mota, Fernando César de Macedo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. II. Título.</p> <p>11-018-BIE</p>
------	--

Título em Inglês: Development of capital structure in Pernambuco: from the regional isolation to the threshold of productive integration

Keywords: Pernambuco's economy ; Economic integration ; Economic development

Area de Concentração : Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora: Prof. Dr. Fernando César de Macedo Mota

Prof. Dr. Wilson Cano

Prof. Dr. José Micaelson Lacerda Morais

Data da defesa: 18-02-2011

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluno: Fábio Lucas Pimentel de Oliveira

“Estrutura e Evolução de Capital em Pernambuco: do Isolamento Relativo ao Limiar da Integração Produtiva”

Defendida em 18 / 02 / 2011

COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. Fernando César de Macedo Mota
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof. Dr. Wilson Cano
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof. Dr. José Micaelson Lacerda Morais
URCA

Aos meus pais, tecelões.

AGRADECIMENTOS

As reflexões materializadas neste trabalho transcendem a relação tempo-espaço que tomou vaga na temporada 2009-2010 em Campinas. Por isso, o registro dos agradecimentos àqueles que, conscientemente ou não, desempenharam o papel fundamental de me auxiliar a viabilizá-lo, requer uma *divisão inter-regional*.

Início por Barão Geraldo. Devo registrar minha gratidão ao Prof. Fernando Macedo, pela atenção dedicada e observações precisas quando da orientação deste trabalho, mesmo em um período decisivo para ele, às voltas com dois concursos que lhe demandavam extrema dedicação. Além disso, sou grato pela calorosa amizade desenvolvida, quando discutíamos inclusive os rumos da catilogênciã nos templos da Vila Santa Isabel. Wilson Cano, Carlos Brandão e Humberto Nascimento completam o quadro docente com o qual pude conviver mais de perto e aprender sempre um pouco mais. A eles meus agradecimentos pelas lições teóricas e pelo convívio ameno. Um agradecimento especial à Profa. Milena Fernandes pelas importantes observações por ocasião do exame de qualificação.

Aos colegas do Instituto de Economia da Unicamp, nas pessoas de Humberto Lima, Sebastião Cunha, Juliana Bacelar e Marcos Tavares, meus agradecimentos pela receptividade e pelo companheirismo.

Para além da fronteira de Campinas, mas sem definições espaciais exatas, não posso deixar de agradecer à família Werner. Deborah, cúmplice maior desse valioso período cuja primeira etapa aqui finda, não apenas aturou minha impaciência e individualismo nos últimos meses – prova suficiente de carinho e amor – como também me premiou com providenciais imersões em um ambiente familiar, lembrando-me do quão imprescindível é o afeto e o apreço dos nossos entes queridos. Aproveito para estender esse agradecimento a toda a minha família, pernambucana, alagoana e agora “mineira”.

Em Pernambuco, não posso deixar de registrar minha gratidão aos amigos de sempre: Luis Rauber, Leonardo Stegmann, Leonardo Freire, Marcelo Gomes, Carlos Felipe Casado, Thiago Passos, Lorena Cruz, Elaine Feliciano, Vitor Barreto e Raquel Bittencourt, que de alguma maneira se fizeram presentes nos momentos de maior necessidade. Espero que compreendam, algum dia, minha ausência.

Na Ceplan Consultoria Econômica e Planejamento – onde tudo começou – sou tributário da desinteressada amizade de João Salles, com quem aprendi um pouco de economia “de verdade”. Fui introduzido, em 2007, ao convívio com aquele que me viria a ser meu grande mestre: Leonardo Guimarães Neto, em nome de quem deixo consignado meus agradecimentos aos demais profissionais que fazem a Ceplan. Muito devo ao Prof. Leonardo, cujas conversas matinais, elegantes observações sobre a realidade, indicações bibliográficas e leitura do texto original foram decisivas e serviram para me tranquilizar quanto ao caminho seguido pelo trabalho. Um agradecimento especial a Jorge Jatobá, Aldemir do Vale, Valdeci Monteiro, Paulo Ferraz, Tarcísio Patrício e Tania Bacelar, pelo permanente apoio intelectual e incentivo a desbravar as não tão amistosas trilhas acadêmicas.

Finalmente, sou incapaz de delimitar em palavras a gratidão devida ontem, hoje e sempre aos meus pais. A insuficiência de dedicatórias, epígrafes e agradecimentos é, por isso, forçosa. Sou herdeiro da retidão e portador de seus melhores valores, que têm me permitido alcançar novos e desafiadores horizontes. À tecelã e ao tecelão, meu muito obrigado e meu eterno amor

Toca a sereia na fábrica e o apito como um chicote bate na manhã nascente
e bate na tua cama no sono da madrugada.
Ternuras de áspera lona pelo corpo adolescente.
É o trabalho que te chama.
Às pressas tomas teu banho, tomas teu café com pão, tomas lugar no bote.

Deixas chorando na esteira teu filho. (...)
Levas ao lado a marmitta, contendo a mesma ração do meio de todo o dia,
a carne-seca e o feijão.

De tudo quanto ele pede, dás só bom dia ao patrão,
e recomeças a luta na engrenagem da fiação.
Vestes as moças da tua idade e dos teus anseios,
mas livres da maldição do teu salário mensal,
com o desconto compulsório,
com os infalíveis cortes de uma teórica assistência,
que não chega na doença, nem chega na tua morte.

Teces os vestidos, teces agasalhos e camisas, os lenços especialmente
para adeus, choro e coriza.
Teces toalhas de mesa e a tua mesa vazia

Toca a sereia da fábrica,
E o apito como um chicote
bate neste fim de tarde,
bate no rosto da lua.
Vais de novo para o bote.
Navegam fome e cansaço nas águas negras do rio.
Há muita gente na rua, parada no meio-fio.
Nem liga importância à tua blusa rota de operária.
Vestes o Recife
e voltas para casa,
quase nua.

A Tecelã (fragmentos). Poema de Mauro Mota (1911-1984).

SUMÁRIO

Índice de Esquemas, Gráficos, Quadros e Tabelas	xiii
RESUMO/ABSTRACT	xv
Introdução.....	1
Capítulo 1 - A periodização do processo de desenvolvimento econômico do Nordeste.....	5
1.1 Nordeste: formação econômica e conceito de região	5
1.2 A transição do isolamento relativo para a articulação mercantil	11
1.3 A articulação mercantil no contexto da industrialização restringida, atuação do Estado e o limiar da integração produtiva	17
Capítulo 2 - Frações de capital em Pernambuco (1870/1959).....	25
2.1 O capital mercantil e o desenvolvimento econômico.....	26
2.2 As transformações na produção açucareira: a transição dos engenhos bangüês e engenhos centrais para as usinas	32
2.3 O surgimento das primeiras fábricas de tecido e o processo de consolidação do setor têxtil em Pernambuco.....	59
2.4 O surgimento de novas atividades industriais e o impulso ao capital mercantil.....	73
Capítulo 3 - Transformações na economia de Pernambuco	83
3.1 O contexto político e econômico	83
3.2 Evolução da estrutura industrial de Pernambuco	97
3.3 Comércio internacional e inter-regional de Pernambuco	111
Capítulo 4 -Estrutura econômica e de capital em Pernambuco no limiar da integração produtiva	137
4.1 A concentração produtiva industrial no Brasil e a inserção de Pernambuco	137
4.2 A Questão Regional no Brasil: perspectivas a partir das frações de capital	148
4.3 Indicações dos rumos do processo de desenvolvimento econômico do Nordeste a partir dos anos de 1960	156
Conclusões.....	169
Referências Bibliográficas	173
Apêndice 1 – Usinas e fábricas têxteis em Pernambuco (1826/1959).....	179
Apêndice 2 – Comércio Internacional e Interregional de Pernambuco (1908-1959)	199
Apêndice 3 – Dados sobre a indústria	203

Índice de Esquemas, Gráficos, Quadros e Tabelas

Esquema 2.1 - Transformações na estrutura de capital açucareiro em Pernambuco	35
Gráfico 2.1 - Indústria Têxtil do Nordeste em relação ao país, em % (1939-1966).....	69
Gráfico 3.1- Produção média anual de açúcar em Pernambuco (1801-1910).....	116
Gráfico 3.2 - Pernambuco: índices da quantidade média e do preço médio das exportações de açúcar (1836-1910); (1836-40=100).....	117
Gráfico 3.3 - Movimento da entrada de algodão na praça do Recife (1865-1904)	118
Gráfico 3.4 - Pernambuco: preço médio do açúcar e do algodão exportados para o exterior (1942-1954).....	130
Gráfico 4.1 - Distribuição da renda agregada de Pernambuco, segundo setor de atividade, em % (1947-1956).....	144
Quadro 3.1 - Limites de produção de açúcar no Brasil, conforme resoluções do IAA (1935-1957)	132
Tabela 2.1- Usinas de Pernambuco (1933/34)	55
Tabela 2.2 - Pernambuco: produção de açúcar (1952/53 - 1956/57).....	58
Tabela 2.3 - Pernambuco: usinas com maior nível de produção de açúcar (1956/57)	59
Tabela 2.4 - Fábricas de tecido de algodão estabelecidas em Pernambuco (antes de 1905) 63	
Tabela 2.5 - Fábricas têxteis existentes em Pernambuco (1959).....	68
Tabela 3.1 - Pernambuco: participação das indústrias no total do Valor da Produção (1907)	98
Tabela 3.2 - Pernambuco: participação das indústrias no total do nº. de operários (1907) .	99
Tabela 3.3 - Pernambuco: participação das indústrias no total da indústria de transformação (1907-1919).....	101
Tabela 3.4 - Pernambuco: taxas médias anuais de crescimento da indústria de transformação, em % (1919-1959)	105
Tabela 3.5 - Pernambuco: estrutura da indústria de transformação, em % (1919-59)	106
Tabela 3.6 - Nordeste, Pernambuco e Nordeste-Pernambuco: participação da estrutura industrial no total nacional, em % (1919-1959)	110
Tabela 3.7 - Comércio Exterior: valor médio por unidade das mercadorias predominantes (1821/1939)	113
Tabela 3.8 - Pernambuco: participação das principais mercadorias no valor total exportado para o exterior (1910-1912).....	119
Tabela 3.9 - Pernambuco: participação das principais mercadorias no total importado do exterior (1910-1912)	121
Tabela 3.10 - Distribuição das exportações internacionais e inter-regionais de Pernambuco, segundo destino, em % (1935/1959).....	123
Tabela 3.11 - Distribuição das importações internacionais e inter-regionais de Pernambuco, segundo origem, em % (1935/1959).....	124
Tabela 3.12 - Pernambuco: exportações de açúcar e algodão para o exterior (1937-1954)	130

Tabela 3.13 - Pernambuco: exportação por cabotagem de produtos selecionados (1937-1946)	131
Tabela 4.1 - Distribuição da população ocupada, segundo ramo de atividade, em % (1940/1950)	145

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo reconstituir o movimento das principais frações de capital de Pernambuco no período que vai do último quartel do século XIX até o final dos anos de 1950. Para tanto, a análise está enquadrada na temática da transição do isolamento relativo regional até o limiar da integração produtiva. O enfoque principal está na análise das transformações ocorridas na produção açucareira estadual, bem como no surgimento e consolidação das primeiras fábricas têxteis no estado. Ademais, é dada especial atenção à atuação do capital mercantil na economia local, sem omitir a existência de outras atividades produtivas de menor relevância que surgiram no período, impulsionadas especialmente pelas atividades principais e pelo processo de urbanização do Recife. O movimento das frações de capital é reconstituído tendo por base as transformações da estrutura industrial, mediadas pelo comércio internacional e inter-regional. O estudo se encerra com a tentativa de evidenciar o quadro econômico de Pernambuco no limiar da integração produtiva, já no contexto da emergência da Questão Regional no Brasil, quando, em linha com o que vinha ocorrendo no Nordeste, as frações de capital pernambucanas já não possuíam capacidade própria de promover o desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: frações de capital; economia de Pernambuco; articulação mercantil; integração produtiva; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

This dissertation aims to trace the movement of the main capital fractions of Pernambuco from the last quarter of the nineteenth century until the late 1950s. To achieve that, the analysis is framed in the theme of transition from relative isolation to the brink of regional productive integration. The main focus of the study is the analysis of changes in sugar production in the state, as well as the emergence and consolidation of the first textile factories. Moreover, special attention is given to the role of merchant capital, without omitting the existence of other less relevant productive activities in the period, driven especially by the main activities and by the process of urbanization in Recife. Based on the transformation of industrial structure, the reconstitution of the movement of capital fractions is mediated by international and interregional trading. The study concludes with an attempt to highlight the economic framework of Pernambuco on the threshold of production integration, in the context of the emergence of the Regional Question in Brazil, when, in line with what was occurring in the Northeast, Pernambuco's capital fractions no longer had an inherent capacity to promote economic development.

Key words: capital fractions; Pernambuco's economy; mercantil articulation; productive integration; economic development

Introdução

O último quartel do século XIX e o final da década dos 1950 representam dois momentos de inflexão no processo de desenvolvimento econômico de Pernambuco. No primeiro, vivia-se a expectativa de retomada da prosperidade da principal atividade econômica do estado, em virtude das transformações por que passavam as unidades produtivas do setor açucareiro e da implantação de fábricas têxteis na região do Recife. No segundo, a implantação da Sudene respondia à latência dos “desequilíbrios regionais” no Brasil, que evidenciavam o caráter reiterado e acumulativo da decadência econômica da região Nordeste – onde Pernambuco ainda exercia notória centralidade e capacidade de polarização regional – frente ao sucesso da então denominada região Centro-Sul do país.

Dentro de tais marcos históricos, o objetivo deste trabalho é analisar o movimento das principais frações de capital que tomaram parte no processo de desenvolvimento econômico de Pernambuco. A hipótese principal é a de que, mesmo em um contexto que se afigurava cada vez mais crítico em termos de dinamismo, as frações locais de capital conseguiram conformar um invólucro isolacionista na estrutura econômica e política estadual até o limiar de integração produtiva.

O estudo é tributário da periodização do processo de acumulação de capitais no Brasil proposta por J.M. Cardoso de Mello; dos preceitos de economia política de L.G.M. Belluzzo e M.C. Tavares, notadamente no que diz respeito ao papel atribuído à concorrência ao avançar o sistema capitalista; e da aplicação em nível regional das nuances do desenvolvimento econômico no Brasil a partir dos 1870, combinada com a referida interpretação da economia política, constante na trilogia de W. Cano. O trabalho converge para a agenda de pesquisa que vem sendo desenvolvida por C.A. Brandão, cuja proposta principal é compreender o movimento das estruturas regionais de poder ao longo da história. A ideia é fazer com que o trabalho transite entre uma tradição analítica já consolidada no meio acadêmico para, a partir daí, subsidiar uma nova agenda de pesquisa que se revela necessária para a compreensão sistêmica do desenvolvimento econômico regional no Brasil.

É a partir das referidas bases teóricas e dos estudos subsidiários que a elas se reportam, bem como de outros trabalhos, que a análise aqui realizada se assenta. Através do método histórico-estrutural, espera-se não apenas contribuir com uma nova perspectiva para o processo de desenvolvimento econômico recente de Pernambuco, mas também gestar as condições analíticas para que se dê continuidade a essa análise, a partir das políticas instituídas no âmbito da Sudene, em paralelo à inflexão no processo espacial de acumulação na economia brasileira, que impõe novos parâmetros de ação para as estruturas regionais de capital. Para tanto, o estudo está organizado em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão.

No **Capítulo 1** é trabalhado o conceito de região Nordeste proposto por Francisco de Oliveira. Na forma aqui utilizada, o conceito não guarda relação com delimitações geográficas e políticas e se presta a definir uma região segundo as especificidades das formas de acumulação e reprodução de capital que nela tomaram vaga. Com enfoque no Nordeste, o capítulo recorre à temática da transição do isolamento regional relativo até o limiar da integração produtiva dessa região, com o objetivo de estabelecer o pano de fundo histórico da análise subsequente.

No **Capítulo 2** procura-se mostrar como se deu o movimento das frações de capital na economia de Pernambuco, dentro da moldura geral da dinâmica de acumulação regional apresentada no primeiro capítulo. O objetivo principal desta parte é a análise das transformações ocorridas na produção açucareira, bem como no surgimento e consolidação das primeiras fábricas têxteis. No bojo dessas atividades, são apontadas algumas formas pelas quais o Capital Mercantil pôde penetrar nos interregnos daqueles dois ramos produtivos, não sem discutir o papel desempenhado pelas frações de capital comercial e financeiro no que diz respeito à dinâmica do desenvolvimento econômico. O capítulo aborda, ainda, outros ramos produtivos de menor relevância que surgiram no período, impulsionados pelo avanço das atividades principais e pelo processo de urbanização do Recife.

O **Capítulo 3** contempla, através da análise descritiva dos dados secundários disponíveis de comércio internacional e inter-regional, bem como das informações censitárias sobre a indústria, as principais transformações da economia de Pernambuco no

período estudado. Com isso, pretende mostrar o resultado e ao mesmo tempo a conformação de uma estrutura composta pelo movimento das frações de capital, analisado no capítulo anterior.

O **Capítulo 4** procura mostrar o quadro econômico de Pernambuco no limiar da integração produtiva, especialmente do ponto de vista das frações de capital relacionadas à indústria. Quando se recorre à periodização trabalhada no capítulo primeiro, percebe-se que esse quadro está situado no contexto da emergência da Questão Regional no Brasil, para o trato da qual contribui o relatório do GTDN, no nível teórico-abstrato, e, posteriormente, a criação da Sudene, no nível institucional-político. São trabalhados alguns aspectos do referido relatório e apontadas as principais delimitações concretas da atuação da Sudene para promover políticas de desenvolvimento econômico regional.

Feita essa análise, procede-se à redação das notas conclusivas do trabalho, preparatórias para o avanço da investigação após 1959. Ademais, este documento também relaciona um apêndice com informações referentes: (i) ao movimento das frações de capital em Pernambuco no período analisado; (ii) aos dados sobre comércio internacional e inter-regional; e, finalmente, (iii) aos dados sobre a indústria.

Capítulo 1 - A periodização do processo de desenvolvimento econômico do Nordeste

Este capítulo está dividido em três seções. Na primeira, são revistos alguns aspectos da formação econômica do Nordeste que contribuíram para a conceituação de “região” que será aqui utilizada. O conceito de região guarda relação estreita com o desencadeamento do processo de desenvolvimento econômico em bases regionais, dadas algumas peculiaridades bem definidas. No caso, as duas seções que completam o capítulo tratam, primeiro, da região Nordeste no contexto da articulação mercantil, para então descrever a dinâmica econômica da região no limiar da integração produtiva.

1.1 Nordeste: formação econômica e conceito de região

A formação econômica do Nordeste se desenrolou em paralelo ao desenvolvimento do capitalismo mercantil, que estava baseado em um sistema dotado de relações de subordinação e dependência das colônias em relação às respectivas metrópoles.¹ Furtado (1987) explica a constituição do Complexo Econômico Nordestino a partir da estruturação da economia primário-exportadora baseada principalmente no açúcar, mas que também produzia e exportava cacau, fumo e algodão, mas também em outras atividades voltadas para o mercado interno, embora de menor relevância.

A economia açucareira se consolidou através de um importante desdobramento na direção da atividade pecuária de caráter extensivo, eixo econômico complementar à cultura da cana-de-açúcar e que possuía função peculiar nas crises conjunturais do setor exportador. A atividade açucareira esteve fortemente condicionada pelos interesses metropolitanos, sob a égide do exclusivo comercial luso, pelo menos enquanto este perdurou ao longo do período colonial. Assim, não é de surpreender que o desdobramento da atividade açucareira se desse, num primeiro momento, no sentido de uma atividade extensiva de menor relevância, desenvolvida nas franjas da zona canavieira. O caráter extensivo do Complexo Nordestino não implicou modificações estruturais capazes de molestar custos de produção e produtividade, do que resultou, a partir da forte contração

¹ Na verdade, o comércio de escravos e as atividades primário-exportadoras constituem parte de um mesmo processo: a acumulação primitiva de capital em bases mercantis. Esse é um dos pilares do capitalismo mercantil e o que interessa reter para a análise aqui realizada, ou seja, para a análise das inter-relações das metrópoles com as colônias.

decorrente de longa crise na atividade principal, o reforço de outro elemento importante para sua constituição: a economia de subsistência.² (CANO, 2002; 2007a)

Assim, a formação do chamado “Complexo Nordeste” esteve centrada no trinômio atividade exportadora (principalmente açúcar), pecuária extensiva e agricultura de subsistência, com base numa elevada concentração de propriedade e de renda e no trabalho escravo, aspectos que definiram uma estrutura política, econômica, social e de poder capaz de manter tais pilares básicos, a despeito de longa recessão e da transição do trabalho escravo para o trabalho livre.³

É importante destacar aquela que talvez tenha sido a principal característica do Complexo Nordeste: a capacidade de reiteração da estrutura econômica através de ajustamentos cíclicos promovidos a partir da atividade exportadora em resposta à conjuntura externa, com apoio das atividades secundárias (pecuária e subsistência). Aquela se amparava nestas, que possuíam menor produtividade, nos momentos de crise de demanda externa. Nesses períodos, a mão-de-obra era a variável a ser ajustada; além disso, resultava das fases críticas o desbravamento de novas terras para além do litoral, através da pecuária. Além disso, era possível mobilizar a mão-de-obra não-utilizada do setor exportador em outras atividades de subsistência. Garantida estava a “fuga para frente” com a estrutura econômica e social prevalecente. (CANO, 2002)

Em Furtado (1987) é possível captar a verdadeira essência dessa relação entre a produção de açúcar e a pecuária, principais atividades articuladas no Complexo Nordeste.

A conjugação de um complexo econômico, com uma grande desigualdade de renda e com uma enorme capacidade de absorver, mesmo com estagnação ou redução da produtividade, o excedente da população, que não podia ser ocupada na produção voltada para a exportação, e o longo processo de atrofiamento da economia, consolidou estruturas produtivas cujos traços coloniais estiveram presentes durante vários séculos, quase imunes às transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais passou o Brasil desde a colônia à República. (BRANDÃO E GUIMARÃES NETO, 2010, p.3)

Esse perfil estrutural da economia nordestina foi consolidado na chamada fase do **isolamento relativo**, na qual a região estava constituída de vários segmentos

² Há de se destacar, por exemplo, a importância demográfica dessas atividades, responsáveis pela ocupação interna para além da faixa litorânea na região Nordeste.

³ No Nordeste, a forma como se deu essa transição foi trabalhada no clássico estudo de Andrade (1986).

exportadores.⁴ No caso de Pernambuco, as atividades exportadoras de destaque eram o açúcar e depois o algodão (meados do século XIX), além das atividades de pecuária e subsistência, promovidas além da chamada faixa úmida litorânea. Conforme ressaltado, a peculiar capacidade de adaptação em relação às conjunturas internacionais desfavoráveis era tida como a solução para a *letargia e involução*, nos termos de Furtado (1987), para a manutenção da ordem econômica estabelecida.

Ao analisar essa fase de isolamento, Furtado (1987) também estuda a estruturação das demais economias regionais no Brasil entre os séculos XVI e XIX: a economia do ouro em Minas Gerais; a economia da borracha no norte do país; o surto de crescimento maranhense e a economia gaúcha, ambos fortemente baseados na pecuária; e, principalmente, a economia cafeeira em São Paulo. Ressalta o autor que os vínculos entre elas eram mínimos, de modo que os interesses de cada região prevaleciam sobre um suposto interesse nacional. O cercamento regional era buscado em favor do controle e circunscrição econômica e política da região em relação a interesses específicos internos, resultando rarefeitas as vinculações inter-regionais. (BRANDÃO E GUIMARÃES NETO, 2010)

Não por acaso, é muito presente a ilustrativa configuração do país em arquipélagos regionais feita por Oliveira (2009). Essa visão mostra que, se não havia vínculos relevantes, então não existia um “centro hegemônico” no país capaz de estabelecer e comandar articulações regionais. Esse quadro, típico da fase de isolamento relativo, apresentaria sinais de mudança na virada do século XIX para o século XX.

A despeito de não existir um “centro hegemônico” antes dos 1930, é certo que havia diferenças nos padrões de acumulação capitalista entre as diversas regiões do país, o que foi verificado especialmente a partir do último quartel do século XIX. Para Oliveira

⁴ A classificação dessa fase como sendo a de isolamento relativo é devida a vários autores, entre os quais cabe destacar Oliveira (2008), Cano (2002) e Guimarães Neto (1989). A fase do isolamento relativo somente é superada de maneira mais nítida a partir de 1929/30, como será visto mais adiante.

(1981), uma das bases explicativas para essas diferenças residia nas constantes investidas da Inglaterra a partir de 1850 contra o comércio escravista e depois em favor da abolição.⁵

É por volta dessa época que tem início o deslocamento dos reclames dos produtores açucareiros das pautas e deliberações políticas do Governo Central, dado o peso econômico decrescente do “Norte agrário”, notadamente em termos de fiscalidade, conforme análise de Cabral de Mello (1984). Enquanto isso, a região cafeeira de São Paulo passava a se vincular mais fortemente à economia inglesa, hegemônica à época. A estrutura econômica ali erigida fez emergir relações de produção e formas capitalistas mais avançadas. Exemplo disso é a desvinculação das relações de produção com base em mão-de-obra escrava e o assalariamento da força de trabalho; a diversificação da base agrícola regional; e o surgimento de uma classe empresarial com espírito progressista. No Nordeste, postergou-se não só o assalariamento da força de trabalho, como também a classe dominante procurou preservar a ordem econômica sobre a qual havia secularmente se assentado, ou seja, nessa região a ideia era preservar um tipo específico de “cercamento, um controle social e político específico, raiz das diferenças entre o Nordeste e toda a região comandada pela dinâmica do café”. (OLIVEIRA, 1981: 8)

No que diz respeito à dinâmica econômica das distintas regiões nesse largo período de reiteração e cumulatividade, são várias as análises que mostram a crescente hegemonia da região cafeeira em relação às demais, expressa quando foram postas em prática as políticas de valorização do café, a exemplo da que decorreu do Convênio de Taubaté. É também no contexto de distintos desempenhos entre as várias ilhas do arquipélago regional brasileiro, decorrentes de fases diversas da inserção colonial do país no capitalismo internacional, que ganhou destaque a diferenciação entre o Nordeste açucareiro e a cafeicultura paulista. Análises comparativas entre uma e outra região mostram que as respectivas dinâmicas eram *reiteradas e cumulativas*, o que se tornou ainda mais evidente após um longo período de diferenciação nas respectivas capacidades de acumulação de capital e desenvolvimento das forças produtivas. Essa distinção decorreu

⁵ Vale destacar, ainda, que no final do século XIX mudanças no capitalismo fazem emergir a organização oligopolista da produção. As pressões inglesas atuavam, em certa medida, como reflexo da corrida concorrencial em que estava envolvida a Inglaterra, mas também outros países, como a Alemanha.

das características próprias de cada região até o período em que teve início a articulação regional, primeiro comercial e depois produtivamente. (MYRDAL, 1968; CANO, 2007a)

Nesse sentido, é preciso que se faça a qualificação adequada acerca do conceito de região aqui utilizado, tributário daquele desenvolvido por Oliveira (2008). Com esse aporte teórico, é possível distinguir as distintas dinâmicas entre uma e outra região através de uma construção metodológica que contemple o caráter diverso das leis de reprodução do capital em cada uma delas e as inter-relações estabelecidas. Assim, é possível abarcar na análise sobre economia regional a especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas.⁶

É possível buscar elementos analíticos nos trabalhos de Furtado (1987), Cano (2007a; 2007b) e Guimarães Neto (1989), que partem de uma perspectiva que abarca exatamente as categorias contempladas no conceito de região sugerido por Oliveira (2008) para explicar as diferenças fundamentais entre as trajetórias da economia nordestina e da economia cafeeira paulista. A partir dos trabalhos desses autores é possível entender o importante desdobramento da dinâmica regional no Brasil, vale dizer, a constituição de um centro hegemônico no Centro-Sul (em São Paulo) e a articulação inter-regional junto à periferia que emerge com maior força a partir daí.

Assim, é necessário que se identifiquem as especificidades da reprodução de capital e, além disso, que se tenha um indicativo das formações capitalistas peculiares a cada região no processo de desenvolvimento econômico que lhes é peculiar. Cotejadas, ficam evidentes as bases diferenciadas de cada uma delas, parametrizadas em termos de estrutura produtiva e acumulação de capital; produção e distribuição do excedente; relações de trabalho e expansão do mercado regional; formação das classes dirigentes; e captura do Governo Central. A região seria, por isso, o

espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por conseqüência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. (OLIVEIRA, 2008, p.148)

⁶ Ver Oliveira (2008), páginas 141 a 164.

Quando se tem em mente uma visão de economia política na qual a luta de classes é travada também (e principalmente) no âmbito intercapitalista, compreende-se que é a resultante da disputa entre as frações de capital de determinado espaço que vai explicitar os distintos níveis de reprodução de capital e relações de produção entre elas. Assim é que se torna possível analisar uma região a partir da perspectiva do isolamento relativo da mesma, sendo esse isolamento requerente de considerações sobre a dimensão política – além da econômica, que se expressa através do controle do excedente – que provisionam as condições para que essa região permaneça “fechada”, ou seja, mantenha os traços históricos de reprodução do capital através das formas capitalistas predominantes.

O principal efeito da reiteração das formas e do tipo de reprodução capitalista do Complexo Nordestino, considerados aí os desdobramentos de cada atividade verificados na indústria de transformação surgida, foi a constituição de uma classe hegemônica de caráter local amparada numa imbricação dos setores algodoeiro e canavieiro sob uma mesma coalizão de interesses, por vezes sob o mesmo controle de capital.

Essa classe hegemônica não se restringiu à oligarquia agrária, que de longa data exercia a dominação social no Nordeste; alcançou também a classe burguesa, surgida com os desdobramentos do Complexo Econômico Nordestino. Entretanto, os limites entre uma e outra classe eram desconhecidos, estando a burguesia, à época localizada nos centros urbanos, situada numa posição subalterna, não-hegemônica e sem poder político em relação à oligarquia agrária. A indistinção limítrofe entre uma e outra classe condicionou a evolução das demais classes sociais na região aos limites das formas não-capitalistas de produção praticadas pelas classes dominantes. (OLIVEIRA, 2008)

A análise da evolução da economia de Pernambuco na transição do isolamento relativo para a articulação mercantil inter-regional comandada a partir de São Paulo será feita com base na capacidade de acumulação de capitais ao longo do período primário exportador. Ver-se-á que as frações pernambucanas de capital não foram capazes de desenvolver de maneira autônoma as próprias forças produtivas e se viram inseridas num ambiente concorrencial em condições adversas.

Baseado n esse período de transição, Cano (2007a) procurou demonstrar como a formação do complexo capitalista cafeeiro entre o final do século XIX e os anos de 1930 criou as condições para que o estado de São Paulo se tornasse o pólo dinâmico o centro hegemônico nacional. A formação territorial específica da região paulista, amparada em dinamismo e diversidade diferenciados e superiores aos outros espaços econômicos do Brasil, nela gestou essa condição central. A análise das condições objetivas em que se pautou a economia paulista para lograr tal posição é complementada por uma análise comparativa da evolução das outras economias regionais do país e culmina no princípio da fase de articulação mercantil entre a economia de São Paulo e as demais regiões brasileiras.

É nesse contexto que deve ser compreendida a forma pela qual a economia nordestina é articulada ao centro da economia brasileira, sofrendo os impactos decorrentes da conformação industrial de um centro (São Paulo) que teve capacidade de estruturar a formação de um mercado consumidor interno através da articulação mercantil com as demais regiões do país (neste caso, o Nordeste).

1.2 A transição do isolamento relativo para a articulação mercantil

No final do século XIX, sobretudo nas últimas três décadas, a crise secular por que passava o complexo nordestino, especialmente a atividade da cana, se agudizou. Ver-se-á, para o caso de Pernambuco, que a latência dessa crise foi tal que os senhores de engenho locais precisaram modificar em alguns aspectos o parque produtivo no estado, do que resultou o processo de modernização sintetizado nas usinas.

Na tentativa de isolar ainda mais a região, a estratégia dos senhores de engenho para retomar o processo de acumulação de capitais em níveis normalizados foi ceder parte da autarquia regional ao capital estrangeiro, na experiência que ficou conhecida por engenhos centrais. Se não lograram êxito no formato originalmente proposto, os engenhos centrais puderam instituir as bases para a constituição e desencadeamento do processo usineiro em Pernambuco. A modernização não se restringiu ao parque produtivo e terminou por levar a uma maior dotação de capital na região, dado o avanço no sistema de transportes – no qual se sobressaíram as ferrovias – e a difusão de outras atividades produtivas, notadamente a têxtil, mas também outras indústrias de menor relevância.

A configuração espacial do país em arquipélagos regionais permitiu o desenvolvimento, em cada região, de estabelecimentos industriais, no litoral ou no interior. No Nordeste, especificamente em Pernambuco, as primeiras indústrias decorreram das principais atividades primário-exportadoras, o açúcar e o algodão.⁷ A ausência de meios ágeis de comunicação terrestre inter-regional e o elevado custo do frete por cabotagem configuravam uma proteção à competição, do que resultou uma descentralização industrial no país, cujos concorrentes eram os produtos importados. (CANO, 2007a)

Assim, o surgimento das atividades industriais na periferia está diretamente relacionado à geração e utilização do excedente econômico, que poderia propiciar a transferência do setor onde era apropriado – normalmente atividades exportadoras – para outros segmentos produtivos. A lógica dessa diversificação estava atrelada ao atendimento das necessidades da demanda regional, condicionada pela estrutura de renda e fundiária, bem como ao desempenho dos principais produtos no mercado internacional. (CANO, 2007a)

O caso nordestino, especialmente o pernambucano, é emblemático para ilustrar as possibilidades de diversificação. A dinâmica do açúcar e a predominância do capital mercantil propiciaram o desenvolvimento da atividade têxtil na região, exatamente nas últimas décadas do século XIX. Usineiros e comerciantes eram, ao mesmo tempo, proprietários de importantes estabelecimentos têxteis, o mesmo sendo válido para industriais têxteis que passaram à condição de usineiros e comerciantes.

A despeito de promover alguma diferenciação na divisão social do trabalho – leia-se, de ter tido acesso a uma base de acumulação originária capaz de sustentar alguma diversificação – não se logrou romper no Nordeste a autarquia do processo típico de produção regional, que repousava na utilização de mão-de-obra escrava.

Ademais, em termos concretos, o desenvolvimento de atividades produtivas na região encontrava limites na dinâmica concorrencial, a partir, respectivamente, do desenvolvimento industrial em São Paulo e da entrada do açúcar de beterraba europeu no mercado internacional. Assim, o inegável salto de produtividade obtido com as usinas se

⁷ Para uma descrição das indústrias surgidas em Pernambuco ao longo do século XIX e início do XX, ver Mendonça (2005).

revelou tardio e a indústria têxtil regional ainda se revelava amparada na proteção comercial ao mercado regional. (DE CARLI, 1942; SILVA, 1999)

Além disso, é preciso destacar que a pouca articulação entre os mercados regionais possibilitava seu domínio por unidades de produção pequenas e pouco eficientes, através da proteção representada pelos custos de transporte. É nesse contexto que se dá o processo que Manuel Correia de Andrade chamou de “industrialização independente e simultânea” das várias regiões do país, notadamente Nordeste, Sudeste e Sul.⁸ Na primeira, predominavam as unidades de produção relativamente menores, com capacidade de acumulação relativamente mais baixa e que coexistiram com o desenvolvimento e expansão das grandes empresas dos maiores centros produtores do Sudeste, à época, Rio de Janeiro, São Paulo e Juiz de Fora. (GUIMARÃES NETO, 1989)

O fato é que, na virada do século XIX para o século XX, a crise das exportações dos principais produtos primários nordestinos foi potencializada e a solução encontrada foi a mudança do mercado externo para as vendas internas dos principais produtos de exportação, especialmente o açúcar. Com isso, estava configurado um **primeiro instante da articulação mercantil** entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, emanado daquela região no sentido desta.

Assim, no final do século XIX e início do século XX a retração da demanda externa pelos principais produtos de exportação nordestinos impôs a necessidade de encontrar alternativas para o escoamento da produção e consequente realização de valor. O caso de Pernambuco ilustra esse movimento e mostra que o estado consolida desde os princípios da crise um fluxo sistemático de comércio de mercadorias com o resto do país, ou seja, estabelece vínculos mercantis a partir do escoamento de açúcar e algodão no período que compreende a segunda metade da década dos 1880 até a década dos 1930. (GUIMARÃES NETO, 1989)

⁸ Cf. Andrade (1981), pág. 24. É importante destacar uma observação acerca do conceito de “industrialização” utilizado por Andrade (1981). O que parece ter ocorrido no período contemplado entre as últimas décadas do século XIX e 1930 foram situações em que não havia a necessária reprodução de capital típica de um processo de industrialização, como o iniciado com o processo substitutivo de importações. Note-se, entretanto, que essa readequação conceitual não invalida a análise do referido autor quanto ao surgimento de algumas indústrias. Para o conceito de industrialização aqui considerado, ver Cardoso de Mello (1982).

Nesse primeiro instante os interesses dos produtores nordestinos puderam ser satisfeitos, em virtude do caráter de complementaridade comercial existente entre os produtos exportados inter-regionalmente, dado fato de que a especialização principal da produção do Centro-Sul ainda era o café. Todavia, a necessidade de colocação da produção outrora destinada às exportações internacionais no mercado interno fez com que os produtores nordestinos dependessem do agenciamento e da intermediação do capital comercial.⁹

O desenvolvimento do comércio inter-regional implicou numa alteração qualitativa importante da estratégia de comercialização e fez com que as frações de capital pernambucanas se apercebessem melhor da presença do capital mercantil. Acontece que a necessidade de realização do valor produzido, em um contexto de crise, provocou uma maior subordinação dos produtores pernambucanos e nordestinos de açúcar e algodão aos ditames dessa forma capitalista.

A partir da virada do século XIX, aos comissários devem ser somados como representantes do capital mercantil os grupos de comerciantes, refinadores e financistas do Sudeste, bem como o Sindicato do Açúcar de Pernambuco, as Companhias de Cabotagem e empresas associadas a portos açucareiros no Nordeste, fortemente habilitados a se apropriar de parte relevante do lucro gerado no processo produtivo regional.¹⁰ Os principais representantes do capital mercantil eram os grupos SANBRA, S/A Indústria Reunida F. Matarazzo, Boxwell & Cia, Pinto Alves, Lloide Brasileiro e Magalhães & Cia. Um importante aspecto a ressaltar é a perda de relevância do comissário do açúcar, figura proeminente na fase de transição dos engenhos para as usinas e que possuía ainda alguma atuação no período compreendido entre os anos de 1900 e 1920. (GUIMARÃES NETO, 1989)

Pretende-se mostrar, neste trabalho, como o capital mercantil atuou no desenvolvimento econômico de Pernambuco na transição da fase do isolamento relativo

⁹ Como será visto no Capítulo 2, nesse primeiro instante a função de agenciamento foi realizada principalmente pelo comissariado do açúcar e do algodão. A origem desses comerciantes era majoritariamente inglesa e pernambucana. É preciso destacar que os comentários realizados acerca do capital mercantil neste e nos demais parágrafos remetem à funcionalidade das frações de capital financeiras e comerciais, que atuavam em paralelo ao capital produtivo.

¹⁰ A atuação do capital mercantil na produção açucareira nordestina é tratada por Gnaccarini (1975). O conceito de capital mercantil e a função que exerce para o desenvolvimento regional são discutidos por Carvalho (1988), Guimarães Neto (1989) e Cano (2010) e também pode ser encontrado no Capítulo 2 deste trabalho.

para a fase da articulação mercantil e ao longo desta última. Um importante aspecto a destacar é o reforço das estruturas de produção estabelecidas no Nordeste através dos vínculos estritamente comerciais:

Quando as relações se dão no contexto do chamado ciclo do capital comercial, ou da mera troca de mercadorias, os vínculos que se estabelecem entre os espaços se dão por meio de relações externas, no sentido de serem guardadas as relações sociais e os processos de trabalho próprios em cada espaço, definidores de sua individualidade enquanto espaço diferenciado. Significa dizer que, embora o desenvolvimento das relações comerciais possa constituir indutores de mudanças no interior de cada espaço, elas ocorrem de modo exógeno, principalmente sob a forma de ajustamento às pressões surgidas na compra e venda de mercadorias, comandado pelas frações dos capitais locais. Tal processo consistiria, de fato, na propagação das relações mercantis. (GUIMARÃES NETO, 1997, p.40)

Isso significa dizer que, ao contrário de atuarem no sentido da superação das relações arcaicas de produção que se estabeleceram secularmente no Nordeste, as frações de capital comercial as *aprofundaram*, através do aproveitamento da heterogeneidade estrutural das unidades produtivas regionais, especialmente no que diz respeito ao açúcar.¹¹ Com isso, o capital mercantil pôde garantir considerável participação no excedente gerado na região.

O caso do algodão é bastante ilustrativo. As frações de capital comercial que agenciavam esse produto no Nordeste ganharam importância considerável, na medida em que também havia se revertido para o mercado interno o fluxo de vendas nordestino desse produto, conforme ressalta Stein (1979). Merece destaque a atuação das firmas SANBRA, Anderson, Clayton & Cia e Boxwell & Cia – empresas de origem inglesa conhecidas como as “Três Irmãs” – que tinham importante penetração nas frações de capital produtivo de Pernambuco.

Nesse contexto de subordinação, a reação dos produtores nordestinos foi aprofundar o tradicional modo de produção da região, mesmo com a modernização do

¹¹ Conforme será visto no Capítulo 2, a heterogeneidade estrutural a que se faz menção diz respeito à coexistência de unidades produtivas diferenciadas no setor açucareiro pernambucano. Essa diferenciação está relacionada à coexistência de engenhos bangüês, engenhos de fogo morto e usinas de açúcar. Esses três estabelecimentos produtores de açúcar variavam sobremaneira em termos de composição orgânica do capital, o que impingia uma grande heterogeneidade setorial e favorecia um movimento de centralização de capitais. Gnaccarini (1975) afirma que esse movimento se deu nos limites impostos pela especulação com os preços internacionais do açúcar, promovida pelo capital mercantil, cujos reflexos se fizeram valer sobre uma homogeneização *por dentro* do parque produtivo estadual. Para maiores detalhes, ver também Vanderlei (1979).

parque produtivo regional, e no restringido avanço das forças produtivas locais. Com isso, persistiam combinadas formas arcaicas e modernas de produção.

Condições depressivas do mercado internacional de açúcar, mas também arcaicas relações de produção, baixa eficiência e produtividade e baixos salários, contribuíam para gerar um fardo à capacidade de desenvolvimento regional, de modo que não se verificou no Nordeste qualquer indício considerável de diversificação das formas capitalistas e do tipo de reprodução do capital.

É conhecido o fato de que a estagnação e decadência do Nordeste se devem, tanto às condições depressivas do mercado internacional do açúcar (e, em grande parte, também do algodão), como às próprias condições de sua tradicional estrutura produtiva. Embora tenha conseguido substituir seu fracasso no mercado externo pelo abastecimento no mercado nacional, o que lhe permitiria lenta recuperação, não conseguiria aproveitar-se plenamente disso, uma vez que sua transição para o regime de trabalho assalariado foi débil, não lhe possibilitando um desenvolvimento capitalista mais evoluído. Isto tanto lhe restringiu a acumulação de capital como a expansão de seu próprio mercado ‘interior’, impedindo-o assim de promover uma implantação industrial mais dinâmica. (CANO, 2007a, p. 95)

Com o desenvolvimento das forças produtivas no Centro-Sul, houve considerável diversificação produtiva na região paulista, com o quê a complementaridade comercial que tipificava o primeiro instante da articulação mercantil viria a se esvaír. Em seu lugar emergiria uma competição comercial entre Nordeste e Centro-Sul (São Paulo), na qual houve deslocamento dos produtos nordestinos que haviam sido colocados no mercado das regiões dinâmicas, mas também e principalmente no âmbito do próprio mercado nordestino. Esse foi o caso, por exemplo, da produção de açúcar e de tecidos. (CANO, 2007a)

É a partir dessa fase que se verifica com maior clarividência a conformação de um centro (São Paulo) e de uma periferia (Nordeste), o primeiro amparado no dinamismo e consolidação de um concentrado processo de industrialização, e a segunda estagnada em virtude da crise do setor exportador e da incapacidade de dinamizar as demais atividades produtivas periféricas, restritas às estruturas econômicas regionais e à atuação do capital mercantil. Essa configuração – uma região dinâmica e outra estagnada, com vínculos comerciais entre si – deu margem, inclusive, a interpretações distorcidas do fenômeno,

assentadas sobre a transposição do referencial teórico da Cepal para o âmbito regional. (CANO, 2007b)

1.3 A articulação mercantil no contexto da industrialização restringida, atuação do Estado e o limiar da integração produtiva

As transformações geradas pela crise de 1929 na economia nacional podem ser sintetizadas, do ponto de vista macroeconômico, naquilo que Furtado (1987) denominou de “deslocamento do centro dinâmico”, que significa a predominância do investimento industrial enquanto propulsor da renda agregada nacional. Do ponto de vista regional, foi a partir dos anos de 1930 que efetivamente se verificou a existência de um pólo dinâmico no país, em São Paulo. Pautada na indústria e no desenvolvimento de outras forças produtivas, especialmente da agricultura, a economia paulista teve de forçar a constituição de um mercado interno para dar prosseguimento ao processo de industrialização, através da ocupação do excesso de capacidade produtiva. A busca pelo mercado interno promoveu a consolidação do vínculo comercial que já existia com a periferia e que era altamente favorável a esta última, na medida em que representava o êxito da estratégia nordestina de procrastinar o tipo de reprodução de capital regional e as formas capitalistas envolvidas no processo. (OLIVEIRA, 2009; GUIMARÃES NETO, 1989; CANO, 2007a e 2007b)

Nessa fase de **articulação mercantil** comandada pelo desenvolvimento industrial paulista, as diversas ilhas regionais brasileiras passaram a se articular entre si, num movimento que teve início primeiramente a partir do Nordeste e que depois concorreu para a constituição do mercado interno brasileiro, já no âmbito do processo de industrialização restringida iniciado nos anos de 1930. A amplificação do fluxo comercial e, no caso nordestino, a alteração de sentido do mesmo, com fluxo e refluxo de mercadorias em um contexto de industrialização no país, deu início a essa fase. A consolidação da articulação mercantil se deveu “à indústria, e à sua busca incessante de mercados”. (GUIMARÃES NETO, 1997: 45)

Às regiões periféricas, de modo geral, e ao Nordeste, em particular, restou restringirem a recuperação da economia no pós-1929 aos limites das respectivas forças produtivas: no caso pernambucano ficou patente a limitação da produção açucareira e o

crescente debilitamento do setor têxtil, com o agravante de que, após 1930, as frações regionais de capital teriam de se confrontar comercialmente com o frações homônimas de São Paulo, haja vista o desmanche da condição de isolamento relativo segundo a qual haviam se desenvolvido.

Para que fosse intensificado o comércio por vias internas e por cabotagem, concorreu fortemente a “limpeza” do terreno pelo qual fluiriam as mercadorias, promovida pelo Governo central. Exemplo disso foi a extinção de impostos interestaduais e a melhoria no sistema de transportes constituíram importantes alvos de política do Estado Nacional. Com isso, a venda de produtos das diversas regiões periféricas aumentou significativamente, mas representou também a possibilidade de colocação dos produtos de São Paulo naquelas regiões.

Por isso, com a deflagração da articulação mercantil é preciso ter em conta os impactos dos *efeitos de estímulo, bloqueio/inibição e destruição* nas diversas regiões brasileiras. No caso dos efeitos de estímulo, o caso principal diz respeito à produção complementar da periferia em relação ao pólo dinâmico, o que evidentemente não exclui a ocorrência de outros casos. Já os efeitos de inibição ou bloqueio impactam diretamente sobre a produção similar entre pólo e periferia, bem como sobre a produção de bens que poderia ser desenvolvida periféricamente. O fato a se destacar é que os efeitos de inibição representam o bloqueio à reprodução, na periferia, de processo de industrialização análogo ao do pólo, salvo por deliberação governamental.¹²

Já os efeitos de destruição se manifestam pela concorrência entre frações de capital mais avançadas, normalmente sediadas no pólo, e frações de capital periféricas, que usualmente operam com técnica obsoleta. No caso das principais atividades nordestinas – notadamente pernambucanas – houve um mix de efeitos de inibição/bloqueio e destruição.

Para que o Nordeste pudesse competir com os industriais paulistas, em qualquer parte do mercado nacional, deveria tornar-se competitivo. Mas isso foi impossível – salvo raras exceções – pelo próprio desenvolvimento histórico do Nordeste. (CANO, 2007, p.196)

¹² Para maior detalhamento, ver Cano (2007b), pp. 190-2. É possível afirmar que os efeitos de estímulo, bloqueio/inibição e destruição são partes integrantes de um processo maior, definidor de uma divisão inter-regional do trabalho. Nesse sentido, o que o resultado líquido dos efeitos pode indicar é a condição de complementaridade e/ou competição entre as diversas regiões do país.

A magnitude desses efeitos, porém, foi limitada pelo movimento concreto da industrialização brasileira, que se encontrava na fase “restringida”. Por esse motivo, não era possível antever desníveis de produtividade entre as frações de capital do pólo e da periferia.¹³ Dado o bloqueio ao acesso a bens de capital necessários à modernização do parque industrial em virtude da 2ª Guerra Mundial e a circunstância favorável em termos cambiais à indústria, que terminou por proteger a produção industrial no território nacional, só foi possível à indústria periférica se sustentar nas bases em que havia sido constituída ainda na fase de isolamento relativo.

Essa situação, porém, é revertida na década dos 1950, quando a reabertura de importações permite o reequipamento das indústrias e evidencia a disparidade técnica entre as frações de capital do pólo e da periferia. Não por acaso, as principais atividades econômicas de Pernambuco entram, da perspectiva da competição inter-regional, em situações de crise estrutural a partir dos 1930 (açúcar) e dos 1940 (têxtil).

Se o período iniciado com a articulação mercantil em 1930 e que vai até 1970 foi positivo para o país como um todo, a especificidade do caso pernambucano não permite tal afirmação, exceto se considerados os anos posteriores à criação da Sudene (principalmente no pós-1965, quando efetivamente a política de industrialização para o Nordeste passa a ter efeito). Isso fica evidente quando se analisa a prostração das principais atividades econômicas do estado, a produção de açúcar e de tecidos. É possível afirmar que os efeitos de inibição ou bloqueio, bem como os de destruição a partir dos 1950, concorreram para esse quadro. Cabe analisar, pormenorizadamente, seus determinantes, temática dos Capítulos 2 e 3.

Do exposto, é preciso ressaltar que o quadro de prostração econômica do Nordeste e de Pernambuco ao fim dos anos de 1950 decorre (i) de condicionantes endógenos ao movimento específico de reprodução de capital no estado, mas também do (ii) movimento concreto da economia nacional e da inserção das atividades de exportação no mercado internacional.

¹³ Na fase da industrialização restringida, a base da articulação inter-regional foi a troca de mercadorias que envolvia produtores de cada região. Ver Guimarães Neto (1989).

Assim, não se pode atribuir unicamente ao desenvolvimento industrial concentrado em São Paulo o bloqueio ou inibição do desenvolvimento econômico nordestino e pernambucano, embora não seja raro encontrar nas análises sobre economia regional, especialmente no Nordeste, reclames contra o resultado líquido dos efeitos de estímulo, bloqueio/inibição e destruição, onde se vê um regionalismo que tende a exaltar a alternativa do regresso daquelas forças produtivas que condicionaram endogenamente a prostração econômica da região, crescente e irreversivelmente debilitadas pelo desenvolvimento das forças produtivas no Sudeste. Resgatar o antigo ou uma eventual tradição regional/estadual, na forma como historicamente se apresentaram, seria não apenas incorrer no grave erro de ignorar o movimento concreto da economia nacional, mas também se colocar favorável, muito claramente, à ressurreição de uma memória empresarial que, ao que tudo indica, não foi das mais progressistas.¹⁴

Em meados dos anos de 1950, teve início um processo diferenciado de industrialização no país, marcado por profundo salto tecnológico, investimento em blocos setoriais complementares, elevada capacidade de acumulação de capital, participação de empresas estrangeiras na economia brasileira, divisão do trabalho amparada no clássico tripé capital privado nacional, capital estrangeiro e capital estatal e, notadamente, crescente oligopolização da economia brasileira, com a presença da grande unidade produtiva nos segmentos mais modernos. Na literatura especializada, esse processo ficou conhecido como o da industrialização pesada. (MELLO, 1982; CANO, 2007b)

A partir dessas transformações no movimento de industrialização da economia brasileira, observou-se o acirramento da competição inter-regional já intensificada na fase anterior, com o quê foi latente o deslocamento da indústria de transformação nordestina, especialmente dos ramos tradicionais, marginalizados pelas novas formas de atuação das grandes frações de capital sediadas no Sudeste. (GUIMARÃES NETO, 1989, p.105)

A economia nordestina, a partir de 1955, já não antevia grandes possibilidades de um desenvolvimento autônomo. A partir dos estímulos oferecidos pela política de desenvolvimento regional da Sudene, lançada no início da década dos 1960, teve início o deslocamento de capitais produtivos do Sudeste para o Nordeste. Dessa política resultou

¹⁴ Ver a análise do capítulo segundo ou, diretamente, os trabalhos mencionados na bibliografia do referido capítulo.

uma alteração na estrutura produtiva, nos processos de trabalho e no tipo de relação entre as duas regiões. Ademais, o predomínio do capital produtivo industrial sobre o capital mercantil, já verificado no Sudeste, seria “transferido” conjuntamente para o Nordeste. A partir dos 1960, as formas que a reprodução do capital e o processo de acumulação capitalista assumiriam na região não mais seriam determinadas pelas frações de capital regionais: fariam parte de um novo padrão espacial de acumulação de capital no Brasil. Teria início o período da economia nacional regionalmente localizada. (OLIVEIRA, 1977)

Nesse contexto, é preciso ressaltar a mudança de estratégia do Estado quanto ao perfil de intervenção sobre o Nordeste, da qual decorreu importante alteração da estratégia de atuação das empresas do Sudeste quanto às inter-relações com o Nordeste, induzida pelos incentivos governamentais.

A reiteração das formas e do perfil de acumulação capitalista praticado no Nordeste perpetuava as práticas de uma mesma classe dominante. Através de vários anos, a intervenção do Estado manteve, mais do que transformou, as condições de reprodução da estrutura produtiva e social no Nordeste. Oliveira (2008) ensina que não era a forma de intervenção do Estado que era oligárquica, mas sim o próprio Estado era a Oligarquia. Exemplo disso era a atuação do DNOCS, cuja “captura” pela classe dominante ficava explícita na promoção de benfeitorias retoricamente públicas, porém direcionadas a benefícios de caráter privado, utilizadas como verdadeiros mecanismos de acumulação originária.

Outro exemplo que deve ser contemplado, ao lado da atuação do DNOCS, é o do IAA – Instituto do Alcool e do Açúcar – órgão de cunho “nacional” que representava a congregação de todos os produtores do setor. Respaldao pelo Governo Central, o IAA refletia bem o perfil de atuação do empresário nordestino do setor de açúcar e álcool. Mesmo em um contexto de maior complexidade da estrutura produtiva regional, já caracterizada por outros empreendimentos relacionados aos transportes, à indústria e à urbanização dos principais centros nordestinos, não há prejuízo em afirmar que os empresários mais relevantes da região eram exatamente aqueles congregados no IAA, vez que detinham o poder de influenciar e em muitos casos controlar os demais setores da estrutura produtiva nordestina. (OLIVEIRA, 2008)

O fato é que a política desenvolvida pelo IAA consistia em promover a defesa da atividade açucareira no Nordeste e se caracterizava por

estabelecer um mecanismo de quotas de produção para cada uma das regiões açucareiras do país, garantir preços mínimos, relações entre os fornecedores de cana e as usinas, e financiamento da produção. (...) A intervenção do IAA na economia do Nordeste açucareiro **não mudou a forma de reprodução do capital**, contribuindo antes para reforçar certas características primitivas que tal economia tinha recriado em seu interior. (OLIVEIRA, 2008, p. 193, grifos meus)

Essa foi certamente uma iniciativa louvada pelos empresários regionais, porque dava uma sobrevida aos produtores de açúcar nordestinos, em um contexto de elevada competição inter-regional e de tendência à redução no fluxo de comércio de açúcar, exceto na ocorrência de estímulos externos pontuais e passageiros.¹⁵

Oliveira (2008) mostra, contudo, como esse mecanismo de defesa, que salvaguardou o bulício do marasmo da estrutura econômica da região, foi na verdade a institucionalização de uma moléstia que se não foi definitiva, pode ser qualificada como “sentença de morte” para os capitais açucareiros no Nordeste. O mecanismo de defesa limitava qualquer ímpeto de dinamismo do setor, e garantia à região de São Paulo, onde a produção de açúcar se apresentava em roupagens mais modernas, a possibilidade de obter um sobrelucro em virtude da adoção de preços de referência parametrizados na forma de produção mais arcaica, no caso, a nordestina. Conforme se verá nos capítulos subseqüentes, isso fez com que ocorressem importantes transformações ao nível das unidades produtivas, numa espécie de movimento de concentração e centralização de capitais que já ocorria desde o período inicial do processo usineiro.

Há, pois, que se destacar o seguinte: os empresários regionais, pelo menos os mais relevantes e influentes, convalidaram a atuação do IAA no sentido de salvaguardar as relações de produção arcaicas que prevaleciam no Nordeste e ataram as próprias mãos para explorar quaisquer possibilidades de transformação e desenvolvimento das forças produtivas regionais. Com isso, a dinâmica ulterior de um dos principais setores de atividade da economia nordestina estaria restrita, em termos de acumulação de capitais e de avanço na divisão social do trabalho.

¹⁵ A propósito, ver De Carli (1937); ver também Singer (1968).

Num contexto de notável avanço da economia de São Paulo, o isolamento relativo estava desfeito e a articulação mercantil regional promovia a aceleração, em vez da reversão, da cumulatividade e reiteração das bases do desenvolvimento econômico regional. Acirrada a competição inter-regional entre Nordeste e Sudeste, ficaria desnudado o atraso do desenvolvimento das forças produtivas, reforçado pela atuação adversa do capital mercantil na região nordestina. Na verdade, é desse desnudamento que emerge a Questão Regional no Brasil.

É daí que vem a importância em considerar a mudança do tipo de intervenção do Estado em termos de economia regional nos anos 1950. Não se pode omitir o papel decisivo do Governo central quando da implantação da indústria pesada no país, com a adoção de uma política altamente favorável à concentração produtiva no Sudeste de segmentos que permitiam uma forte centralização de capitais. Foi a essa iniciativa que se seguiu a adoção da política regional de desenvolvimento, que de maneira nenhuma pode ser exclusivamente tributada aos desequilíbrios regionais existentes entre o Nordeste e o Sudeste.¹⁶

Isso significa que a compreensão da política de desenvolvimento regional lançada nesse período não seria correta sem a necessária mediação dos interesses das frações de capital do Centro-Sul. É nesse contexto que as relações das grandes empresas do Sudeste são qualitativamente alteradas em relação ao Nordeste. Até a política de desenvolvimento regional instituída em 1959, essas empresas possuíam majoritariamente o que em termos microeconômicos pode ser qualificado como uma estratégia *market seeking*, ao passo que os estímulos concedidos pela Sudene fizeram com que a transferência de capital produtivo para o Nordeste representasse uma estratégia denominada, na literatura microeconômica, de “especialização racionalizada”.¹⁷

¹⁶ Não se quer com isso desmerecer o estado de miséria e prostração social em que se encontrava a maior parte da população do Nordeste. Além disso, é deveras conhecido o fato de que acontecimentos históricos nacionais e internacionais contribuíram fortemente para a guinada no perfil de intervenção do Estado no Nordeste, porque tiveram o efeito de potencializar o estado alarmante em que se encontrava a população nordestina. A despeito da importância que possuem, esses fatos serão aqui omitidos, em prol de uma análise mais voltada à perspectiva empresarial.

¹⁷ Ver Dunning (1988). Esse conceito envolve a exploração de algumas vantagens locais por parte das empresas que transferem capital produtivo de uma para outra região, em busca da posse de recursos naturais e infra-estrutura relacionada; de redução de custos materiais e de mão-de-obra; e também de exploração dos benefícios concedidos por políticas governamentais, a exemplo de benefícios à importação de bens de capital – caso da instrução 113 da Sumoc – ou

O impacto decorrente da entrada de capitais numa economia relativamente isolada se deu através da implantação de filiais no território nordestino de grandes frações de capital, sediadas no Sudeste, de onde passaram a comandar a dinâmica industrial do Nordeste. Com isso, a divisão social do trabalho no âmbito da economia nacional estaria cada vez mais condicionada pelo crivo da divisão inter-regional do trabalho

Capítulo 2 - Frações de capital em Pernambuco (1870/1959)

O final do século XIX foi uma fase de destacados acontecimentos econômicos em Pernambuco, quando se verificou importante crescimento industrial no estado. Para tanto, concorreu a implantação de numerosas fábricas de tecidos e, ao mesmo tempo, um intenso processo de modernização pelo qual passava a indústria do açúcar, na transição dos engenhos para as usinas. Esse ambiente influenciou no sistema de transportes e na melhoria das instalações portuárias no Recife, onde teve início uma acentuada urbanização, que propiciou o desenvolvimento de outras atividades industriais. Além disso, favorecido pela política monetária estabelecida por Rui Barbosa, teve impulso o capital mercantil em Pernambuco, representado pelos comissários de açúcar e algodão, pelas casas comerciais e por estabelecimentos bancários e financeiros. O parque industrial também se diversificava, por essa época, em virtude da expansão do mercado consumidor da região, potencialmente adequado para a constituição de um sistema industrial de nível local. Também era fator favorável a centralidade regional do Recife, que colocava a cidade em posição estratégica para distribuir produtos e fornecer serviços para a região.

Andrade (1981) destaca que as principais indústrias nascentes no Nordeste eram derivadas das atividades nucleares do Complexo Nordestino. Esse autor procura estudar a evolução da atividade açucareira e algodoeira, para então esclarecer as relações entre ambas. É o caso, por exemplo, de quando foram introduzidas pequenas inovações no processo produtivo e de comercialização do açúcar, que envolviam a utilização da máquina a vapor e do condicionamento do açúcar em sacos. Foram essas inovações que impulsionaram as primeiras fundições e fábricas têxteis em Pernambuco.

Por isso, é de suma importância que se analise de maneira aprofundada as trajetórias dos setores açucareiro e algodoeiro, mas também de outras atividades industriais de menor porte, embora importantes do ponto de vista da consolidação de um parque industrial no estado. Foi no âmbito desse desenvolvimento, em que não se pode ocultar o crescente processo de urbanização da cidade do Recife, que se consolidaram as principais frações de capital em Pernambuco.

O resultado do movimento das frações de capital é sintetizado, da perspectiva macroeconômica, nos principais problemas do desenvolvimento econômico, notadamente dos setores agropecuário e industrial. Além disso, não se pode omitir a importância e persistência da concentrada estrutura de propriedade e de renda em Pernambuco, que impunha ao ciclo de acumulação de capital crescente reforço da dificuldade de superação dos limites estruturais da economia estadual. Ainda que o capital comercial tenha se beneficiado desse processo, não é possível classificá-lo como o agente principal do fraco dinamismo da estrutura produtiva resultante, especialmente porque a superação dos referidos limites permitiria ao capital comercial (e também ao financeiro) ampliar seu escopo de atuação na órbita da circulação.

2.1 O capital mercantil e o desenvolvimento econômico

O esforço analítico que será empreendido acerca do processo de desenvolvimento econômico de Pernambuco desde o período da transição ao capitalismo até a etapa de dominação mercantil e que finda com a alteração no padrão de inter-relacionamento entre as regiões brasileiras a partir de meados dos anos de 1950, carece da demonstração dos espaços de valorização nos quais pôde se beneficiar o capital mercantil. Nesse sentido, é preciso fazer um aporte teórico acerca da atuação do capital mercantil nas formas comercial e financeira em regiões periféricas.

O movimento do capital é feito de acordo com o pressuposto básico da incessante busca pela valorização do valor e também de acordo com o grau de desenvolvimento da sociedade onde atuam os capitalistas e da prevalente divisão social do trabalho. Assim, ao lado da característica essencial do capitalismo, é preciso considerar as especificidades da sociedade – que pode ser entendida, por exemplo, como uma região – em que os proprietários do capital o aplicam. Tais especificidades se revelam quando se considera os capitais *em função*, ou seja, enquanto capital mercantil (composto em parte pelo capital comercial), capital industrial ou produtivo e, com maior recorrência e intensidade no período recente do capitalismo mundial, capital financeiro. Apesar de distintas, estas formas compõem de maneira inseparável o movimento de valorização do capital.

Em situações “desejáveis”, o capital comercial, por exemplo, deve servir ao capital industrial como agente promotor, através do escoamento da produção manufatureira para a realização do valor produzido. Já o capital financeiro deve prover, à medida que avança o desenvolvimento produtivo, os recursos necessários para que investimentos produtivos, carentes de montantes cada vez maiores, sejam realizados. Nesse processo, cada capital em função se apropria de determinado montante de mais-valor originado na fase que lhe cabe no processo de produção capitalista.

Carvalho (1988) salienta a questão da repartição dos ganhos entre as distintas formas capitalistas, especialmente entre o capital mercantil e o capital produtivo, que têm a esfera da produção como a fonte originária e comum de lucro.

A subtração do lucro mercantil (ou comercial) ao lucro produtivo (ou industrial) remete necessariamente aos conflitos que podem emergir dessa relação intercapitalista. Prevalece hegemônica a forma do capital que detiver mais força para impor à outra a determinação de certa taxa de lucro. A medida da força de cada capital em função é a disponibilidade de capital-dinheiro, recurso necessário e normalmente provisionado em forma de crédito, cada vez mais necessário à medida que se desenvolvem as forças produtivas de uma sociedade.

Uma análise histórica pode revelar as facetas perversas do capital mercantil enquanto função de suporte ao capital industrial: cabe avançar neste instante na compreensão do caráter ambíguo daquela forma capitalista. Ao mesmo tempo em que estimula, o capital mercantil pode atuar no sentido de retardar o processo de desenvolvimento econômico: “[o capital mercantil – FLPO] freia o progresso, que seria alcançado pela dinamização das forças produtivas, bloqueando na esfera de circulação a parte do produto excedente de que se apropria”, diz Otamar de Carvalho.¹⁸

No caso do Brasil, o capital comercial foi agente dominante incontestemente até os últimos anos do século XIX e princípio do século XX, quando foi desencadeado o processo de industrialização. O fato de esse processo ter se dado de maneira concentrada em uma região do país, somado à configuração em “ilhas” da economia nacional, mostrou que essa

¹⁸ Ver Carvalho (1988), págs. 142-171.

hegemonia do capital mercantil não foi sobreposta pelo capital industrial de maneira homogênea e concomitante no país como um todo.

Daí ter o capital mercantil prolongado, no Nordeste, certa independência em relação ao capital industrial para se manter preponderante, ao mesmo tempo em que o agenciava.¹⁹ A longa permanência enquanto forma de capital predominante em sociedades como a nordestina teve conseqüências marcantes:

de um lado, a tendência do capital comercial a entrar o desenvolvimento econômico em geral, em virtude de sua existência independente; de outro lado, a reorganização de economias inteiras, para ajustá-las às necessidades de interesses econômicos externos. (CARVALHO, 1988, p.145)

Mas de que se trata efetivamente por capital mercantil? Longe de se limitar à esfera da circulação, essa forma capitalista se habilita a penetrar nas esferas produtivas para reproduzir a práxis de trilhar “as linhas de menor resistência” e evitar “o confronto com o capital industrial”. Numa possível interação com o capital industrial, o capital comercial passa a realizar “lucrativas operações ligadas às esferas produtivas da esfera da circulação”, através da própria força que possui ou da força que lhe empresta o capital produtivo, necessitado do agenciamento de que se responsabiliza o capital mercantil. Nos casos em que tal articulação ocorre, é passível de verificação a dominação do capital comercial sobre o capital industrial.²⁰

Essa articulação tem outras conseqüências. Ao penetrar na esfera produtiva, o capital mercantil, gerador de lucros na esfera da circulação, não apenas potencializa o lucro obtido ao entrar na esfera da produção, como restringe sobremaneira o desenvolvimento desta. Em outras palavras, os interesses das classes dirigentes das frações de capital mercantil se sobrepõem aos do capital produtivo, no sentido de restringir o caráter progressista de que é dotado este último.²¹

¹⁹ Essa análise foi desenvolvida em profundidade por Guimarães Neto (1989). Ver também Cano (2007a; 2007b).

²⁰ Ver Carvalho (1988), págs. 145-6.

²¹ Essa afirmação é verificável, por exemplo, em termos de intensidade de capital do tecido produtivo e produtividade de trabalho. Alguns estudos sobre a economia da cana-de-açúcar mostram que, no final do século XIX, o tecido produtivo de cana-de-açúcar em Pernambuco estava mais de trinta anos atrasado em relação aos congêneres extra-locais, o que indicava a reiteração de um padrão de produção pregresso, em termos técnicos, para o que concorria fortemente o embotamento promovido pelo capital mercantil. Ver a esse propósito Dé Carli (1942).

Isso significa tão somente que se a articulação do capital mercantil com o capital industrial é dotada de um caráter conservador, então é bastante provável que seja atravancado o avanço das forças produtivas de determinada região, nos diversos setores que compõem a estrutura produtiva da economia. O que ocorre é um aperfeiçoamento do mecanismo utilizado em uma das formas de capital (a mercantil) na outra forma (a industrial).

Cabe também destacar a capacidade de reiteração dessa articulação capital comercial–produtivo, para o quê o caso nordestino é ilustrativo. O “aperfeiçoamento dos mecanismos” diz respeito à transposição da lógica de valorização do capital de uma para outra função, especialmente aquelas derivadas do Complexo Econômico Nordeste, no entorno do qual se estabeleceram outras relações sociais de produção, sem que com isso se alterasse qualitativamente o perfil mercantil da atividade desenvolvida. Segundo Carvalho (1988),

a dominação do capital comercial no Nordeste tem muito a ver com os rumos do processo de desenvolvimento vivido pela sociedade da região. (...) esse processo foi levado avante, sem, entretanto, conseguir criar condições para que a indústria se expandisse sobre uma base técnica mais ampla. Assim aconteceu sob o domínio da exploração canavieira e da produção algodoeira, apesar de as indústrias de transformação respectivas terem sido pioneiramente instaladas no Nordeste, como atos do capital comercial, na qualidade de agente do capital industrial inglês. (CARVALHO, 1988, p.147)

É possível entender, a partir da passagem anterior, que o ato do capital comercial regional, enquanto agenciador do capital industrial inglês, não parece ter sido um movimento sem cálculo prévio acerca da distribuição de forças entre um e outro capital em função. É tanto que Otamar de Carvalho apontava, à época em que publicava a tese doutoral aqui citada, que o capital comercial ainda possuía presença marcante no Nordeste, seja enquanto capital em função, seja enquanto agente do capital industrial:

os grandes exportadores de ontem são os industriais e os proprietários dos supermercados e dos bancos comerciais de hoje. São os que modernizada ou conservadoramente (...) atuam hoje, ainda de forma mais intensa, como agentes do capital industrial que se movimenta na região, segundo decisões adotadas de acordo com os interesses dominantes no Nordeste, pelo capital local ou extra-regional (nacional ou estrangeiro). (CARVALHO, 1988, p.152)

Essa persistência de uma forma capitalista travestida em outra também é destacada por Cano (2010), que a qualifica como uma estratégia de sobrevivência e manutenção do antigo espaço de valorização das frações de capital mercantil.

A superação da predominância do capital mercantil em regiões subdesenvolvidas somente é possível com a penetração de forças produtivas mais desenvolvidas. Foi o caso da economia do Nordeste a partir da instalação da Sudene no final da década dos 1950, representação efetiva de uma ação modernizante do Estado, que tinha entre os quatro objetivos centrais criar na região uma nova classe empresarial, através de uma indústria autônoma.²²

Até então o que se viu no Nordeste foi, conforme já ressaltado por Otamar de Carvalho e em linha com o que destaca Wilson Cano, uma modernização limitada a segmentos de cunho mercantil ou, se dotada de traço industrial, limitada aos setores derivados do Complexo Econômico Nordestino. Guimarães Neto (1989) também é referência para este ponto, ao mostrar não apenas a predominância do capital mercantil sobre o capital produtivo no Nordeste pouco antes (final do século XIX e início do século XX) e durante a fase da articulação mercantil no país (1929/30-1955), mas também a habilidade com que os grupos econômicos relacionados ao comércio constrangiam a produção açucareira nordestina, carente de colocação da produção no mercado interno, em virtude da crise internacional que condicionava o setor. Esse capital mercantil não apenas comercializava o açúcar, mas também o refinava e, dessa forma, se habilitava a promover uma postura especulativa por dentro do setor produtivo.²³

Ademais, no final do século XIX alguns bancos regionais foram criados, na esteira do Encilhamento, o que termina por revelar a outra faceta do capital mercantil: o capital usurário. Evidenciado está, com isso, o predomínio do capital mercantil na esfera da circulação e distribuição de mercadorias, com uma penetração desse capital no setor produtivo apenas na medida em que lhe rendia retornos lucrativos.

²² Ver Capítulo 4 ou, diretamente, o documento do GTDN (1994). Ver também Furtado (1989). Para uma crítica a essa perspectiva, ver Cano (2007b); e para uma síntese dos resultados da política de industrialização, ver Araújo (1981).

²³ Ver Guimarães Neto (1989), Cap. II, págs. 59-65.

O fato é que o capital mercantil, mesmo num contexto de transformações estruturais em determinada economia, “vê diminuído seu poder, mas raramente o perderá de todo”, conforme afirma Cano (2010). Concorrem para tanto, por exemplo, ações do Estado voltadas para acudir essa perda relativa de poder na estrutura de capital vigente e que possibilitam ao capital mercantil uma eventual mudança de forma.

É preciso destacar, todavia, que a despeito de ocorrer tal mudança de forma, ela nunca se dá de maneira completa: é provável que a nova forma mantenha traços arcaicos e pregressos. Assim, a expressão moderna de algumas frações de capital é portadora dos mesmos preceitos mercantis de outrora. (CANO, 2010)

Além da própria idiosincrasia conservadora das classes dirigentes das frações de capital mercantil, cabe ressaltar também o espaço de valorização na estrutura econômica existente, elemento capaz de condicionar as mudanças de forma ao longo do processo de modernização das relações de produção. Essa caracterização abstrata, se colocada em perspectiva concreta, exige que se considere como expressão das relações intercapitalistas a concorrência entre os capitais de diferentes perfis, composições técnicas e orgânicas, tamanhos, etc., bem como o acesso a recursos capazes de promovê-la.

Uma análise que se pretenda realizar a partir do movimento concreto das frações de capital existentes deve considerar, por isso, os seguintes elementos: (i) o desejo dos proprietários de uma fração de capital mercantil em metamorfoseá-la;²⁴ (ii) os limites existentes na estrutura econômica em questão, especialmente em um contexto de articulação mercantil e integração produtiva, em que se destaca o processo de concorrência entre os capitais entrantes e os capitais locais, mas também e principalmente a transformação nas relações de produção existentes na região integrada, normalmente menos desenvolvida que a região integradora; e (iii) o acesso a recursos (crédito, incentivos fiscais, etc.) facilitadores da modernização.

²⁴ É o caso dos trabalhos de Cavalcanti e Cunha (2006) e, em certa medida, de Mendonça (2005), que trabalham essa mudança de forma à luz do conceito schumpeteriano de inovação e empreendedorismo. Mais adiante, neste capítulo, são procurados alguns elementos que apontem para a existência efetiva desse traço empreendedor das frações de capital pernambucanas. No capítulo quarto, é feita uma análise do referencial teórico schumpeteriano aplicado ao caso de Pernambuco.

É com base nesse referencial teórico que se procurará analisar os espaços de valorização do capital mercantil no processo de desenvolvimento econômico de Pernambuco a partir dos 1890 até o limiar da integração produtiva. A pretensão é realizar essa análise em paralelo ao estudo do processo de desenvolvimento das principais atividades produtivas do estado no período, que se inicia na seção seguinte com o caso do açúcar.

2.2 As transformações na produção açucareira: a transição dos engenhos bangüês e engenhos centrais para as usinas

A volatilidade da economia açucareira nordestina em relação à demanda européia de açúcar – procura que havia diminuído consideravelmente ao longo do século XIX em função da entrada do açúcar de beterraba europeu no mercado e que já vinha em crise desde meados do século XVII – impôs aos produtores brasileiros a necessidade de promover modificações na estrutura produtiva. Essa transformação foi lenta e gradual, até que no último quartel do século XIX teve início a substituição dos chamados engenhos bangüês pelas usinas, mediada pela experiência dos engenhos centrais.²⁵

No escopo dessa transformação, o que se pretende com esta seção é descrever analiticamente o movimento de capitais no setor açucareiro pernambucano a partir das primeiras transformações na estrutura produtiva até a consolidação das principais usinas na década dos 1950. Para tanto, é necessário recorrer a uma periodização que contemple e respeite as especificidades do setor açucareiro, embora esteja enquadrada no movimento geral da economia nordestina. De acordo com a análise de Andrade (1989), no período que vai dos 1890 à década dos 1950, o processo histórico da constituição das usinas em Pernambuco pode ser subdividido nas seguintes fases:

²⁵ Os engenhos bangüês normalmente são qualificados como “tradicionalistas” e produziam, principalmente, de um açúcar de cor escura, mascavado. Além disso, não incorporavam as melhorias técnicas disponíveis à produção açucareira, a despeito de as mesmas existirem mesmo antes do advento da República. Foi somente com os engenhos centrais que a modernização produtiva, especialmente na fase industrial, foi viabilizada na produção açucareira. Os engenhos centrais se diferenciavam das usinas na medida em que representavam uma conciliação das relações de produção entre uma agricultura tradicional e as mais modernas técnicas de fabricação do açúcar, conforme se verá mais adiante. Ver, a propósito, Perruci (1978a) e Andrade (1989).

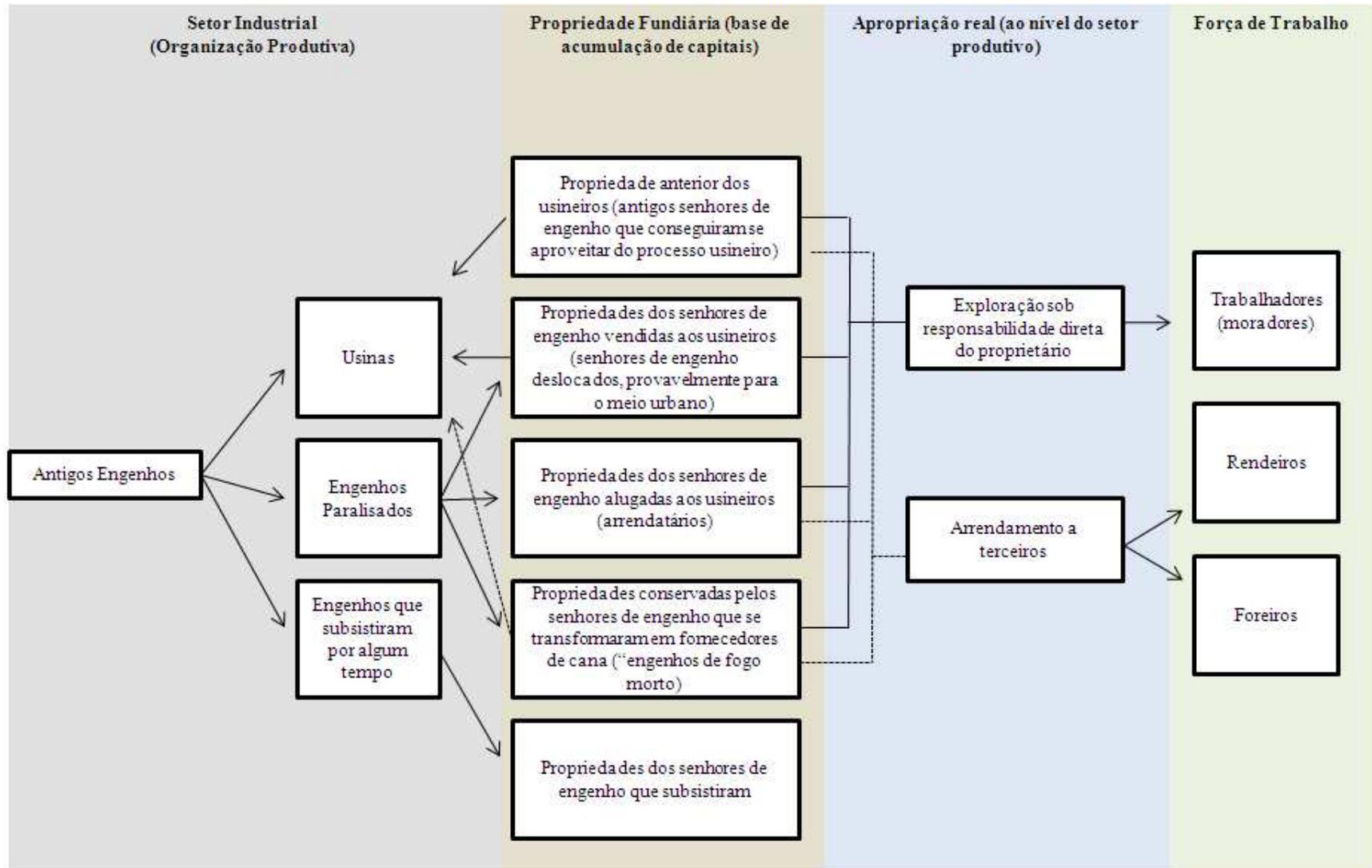
- i) 1875-1890: fase de implantação dos engenhos centrais e das primeiras usinas, em resposta à necessidade de modernização do parque produtivo estadual frente às pressões competitivas externas;
- ii) 1890-1910: fase do desaparecimento dos engenhos centrais e surgimento de várias usinas, com retração do capital financeiro e comercial no capital agroindustrial; início de um movimento que envolveu a incorporação de engenhos pelas usinas;
- iii) 1910-1933: fase da consolidação do processo usineiro, na qual ocorreu a intensificação do movimento de incorporação dos engenhos pelas usinas e do acirramento da concorrência inter-regional, que demandou a intervenção do governo federal através da criação do IAA; e,
- iv) 1933-1960: fase da intensificação de um movimento de concentração de capitais, que envolvia, diferentemente de outrora, a incorporação de pequenas usinas por outras maiores.

As fases mencionadas contemplam o período de transformações no tipo de inter-relações estabelecidas entre a economia nordestina e pernambucana e a economia do resto do país, na transição do isolamento relativo para a articulação mercantil, até o limiar do processo de integração produtiva que se iniciou no final da década dos 1950. Saliente-se que o processo histórico das usinas de açúcar em Pernambuco tem início e se consolida ainda na fase do isolamento relativo, especificamente no momento em que o desenvolvimento da economia paulista, a partir do café, também tem início.²⁶ Já para as fases da articulação comercial e da integração produtiva, Guimarães Neto (1989) e Cano (2007a; 2007b) se apresentam como referencial teórico, de modo que para a quarta fase do processo usineiro será feita, conforme a classificação de Andrade (1989), uma adaptação à interpretação analítica daqueles autores, de modo a possibilitar uma visão do movimento usineiro iniciado em 1933 à luz dos acontecimentos da economia regional iniciados também por volta desse ano.

²⁶ É importante mencionar que, a despeito da crise de demanda internacional, as articulações comerciais com o exterior possuíam notável relevância.

O processo será detalhado a seguir, com os objetivos: (i) de mapear o movimento das frações de capital produtivo que nele se envolveram; (ii) de antever os espaços de valorização que o processo usineiro abriu para a atuação do capital mercantil; e (iii) de apontar as principais frações de capital que se consolidaram no estado. A lógica do movimento do capital ao longo de todo o processo pode ser sintetizada conforme o **Esquema 2.1** a seguir, que representa uma ilustração da transição dos antigos engenhos para as usinas.

Esquema 2.1 - Transformações na estrutura de capital açucareiro em Pernambuco



Fonte: apud. Vanderlei (1979)

O **Esquema 2.1** está organizado de maneira compartimentada e é constituído por informações sobre a organização produtiva, a propriedade fundiária, a apropriação do excedente ao nível da produção e, finalmente, sobre a força de trabalho. Temática que extrapola o escopo desta análise, a questão da força de trabalho pode ser melhor compreendida se consultada a obra clássica de Andrade (1986).

É inegável que, com as usinas, o capital se realiza enquanto uma relação social que se assenta, num primeiro momento, na apropriação de mais valia produzida pela força de trabalho. O desenrolar do processo usineiro, contudo, faz com que a acumulação de capital encontre delimitações concretas na concorrência intercapitalista, que se dá ao nível intra-regional ao longo da fase do isolamento relativo; e inter-regional, notadamente a partir dos anos de 1920. (VANDERLEI, 1979; TAVARES, 1998)

No que diz respeito à organização da produção, será analisada adiante a inserção das usinas, dos engenhos que subsistiram por algum tempo e dos engenhos paralisados na divisão social do trabalho do setor açucareiro, em perspectiva histórica. Para tanto, é fundamental conhecer como estava organizada e qual a funcionalidade da propriedade fundiária, que permitia a apropriação de excedentes com base, obviamente, na exploração da força de trabalho, mas também na disputa inter-capitalista, que teve considerável importância para o desenrolar do referido processo.

A instalação dos primeiros engenhos centrais e usinas de Pernambuco (1875-1890)

As transformações na produção açucareira de Pernambuco, no último quartel do século XIX, devem-se a uma decisão institucional que viria a impactar a estrutura produtiva do açúcar no Nordeste. Reuniam-se em 1878, por ocasião do Congresso Agrícola do Recife, os principais senhores de engenho da região, motivados pela situação crítica em que se encontrava a agroindústria açucareira pernambucana e nordestina.²⁷

Saliente-se que no final do século XIX o açúcar nordestino perde ainda mais espaço no mercado internacional, de modo que a reconversão do destino da produção para o mercado interno se apresentava como alternativa única de escoamento.²⁸ Não estava alterado o destino do açúcar produzido no Nordeste, qual seja, a venda para fora da região; alterava-se apenas o destino final.

A principal deliberação do Congresso Agrícola do Recife foi modernizar a produção, através da separação em duas partes do processo produtivo: a primeira estaria limitada à produção agrícola, ou seja, a plantar a cana-de-açúcar, insumo básico da segunda parte do processo, de caráter industrial, que seria responsável pelo processamento da cana nas unidades produtivas denominadas “engenhos centrais”. Para lograr êxito em tal estratégia, os congressistas, através do Governo de Pernambuco, articularam uma política em favor da implantação dos engenhos centrais, para a qual seria de maior relevância o papel do investimento estrangeiro. A transformação dos antigos engenhos em engenhos centrais foi mediada pelo capital estrangeiro, notadamente o inglês, invertido na modernização das instalações dos antigos engenhos e na conversão destes em engenhos centrais.²⁹

²⁷ A reunião do Congresso Agrícola do Recife era a “resposta” a uma reunião semelhante ocorrida no Rio de Janeiro, que congregava produtores agrícolas do setor açucareiro da região Centro-Sul e excluía os produtores do Nordeste, até então os mais relevantes do país. É possível interpretar a realização daquela reunião no Rio de Janeiro à luz do período federativo que adviria com a República, conforme será visto no Capítulo 3.

²⁸ É importante destacar que a crise do setor açucareiro nordestino era secular e vinha ocorrendo, a rigor, desde a expulsão dos holandeses de Pernambuco, em meados do século XVII. Ademais, é importante situar a análise no contexto internacional de crise do capitalismo mundial, que ocorria no período 1873-1896. Com essa crise, capitais acumulados nos principais centros mundiais estavam “sobrando” e careciam de colocações em inversões lucrativas. A estratégia dos Engenhos Centrais atraiu esse perfil de capital.

²⁹ A propósito, ver Graham (1973). Nesta obra, o autor destaca o papel do capital inglês no processo de construção da maior parte do sistema de transporte do qual dependeria algumas atividades produtivas e industriais, cuja maquinaria

Segundo Andrade (1989), para os senhores de engenho era crucial, do ponto de vista econômico, a separação entre as fases agrícola e industrial da produção, mantida no estatuto dos engenhos centrais e superada com as usinas, sob as quais as ditas fases foram unificadas. Essa separação garantia a manutenção da base de acumulação originária e a consequente persistência do poder político e econômico da classe.

Nesse movimento de modernização, o capital estrangeiro promoveu não só o reequipamento dos engenhos pernambucanos, mas também um avanço nas condições infra-estruturais e produtivas do estado, através da implantação de estradas de ferro; da utilização de mão-de-obra relativamente qualificada; e do impulso comercial e financeiro, possibilitado em virtude da migração de investimentos do setor açucareiro para outros segmentos, notadamente para casas comerciais e bancos. Uma lei do Governo Imperial não só permitia como também favorecia essa migração, em virtude de provisionar uma taxa mínima de juros como garantia de retorno do capital investido.³⁰

A migração dos investimentos estrangeiros do setor açucareiro – de difícil inserção, em virtude da dominação econômica e política dos principais produtores – para outros segmentos, notadamente aqueles relacionados ao capital mercantil, quando se considera que a modernização do parque produtivo açucareiro, que persistia com a reconversão dos engenhos centrais em usinas, requeria grandes montantes para inversão. Daí ter sido impulsionada a especulação comercial e financeira, praticada por empresários de origem estrangeira e nativa, todos à caça de concessões e autorizações para o financiamento da modernização dos engenhos.³¹ (ANDRADE, 1989, p.19)

Perruci (1978b) destaca que os grupos agrários pernambucanos não dispunham de bases materiais convenientes às necessidades de modernização do setor. Além disso, ressalta que a organização produtiva resultante da instalação dos engenhos centrais fraturava os interesses das classes dominantes envolvidas, quais sejam, senhores de

também era fornecida pelos ingleses, que também atuaram com o fornecimento de crédito e investimentos diretos. Por isso, é possível interpretar a modernização produtiva como uma resposta mais a estímulos do capital estrangeiro especulativo do que propriamente a uma vontade própria dos senhores de engenho local, debilitados em termos de capacidade financeira, mas amparados no Governo estadual.

³⁰ Ver Cano (2007), pág. 104, e Andrade (1989), pág. 18. Ver também Pinto (1949).

³¹ Conforme ressaltado anteriormente, o investimento estrangeiro inglês não tinha outro objetivo que não o de obter o ganho fácil com as inversões realizadas no Brasil. Com isso, não se poderia esperar que os reais requerimentos do processo usineiro no estado fossem supridos por capitalistas cujo objetivo principal era o lucro rápido e fácil.

engenho e usineiros. Conforme destacado no **Esquema 2.1**, os capitalistas que não acompanharam o processo usineiro ou permaneceram como senhores de engenhos paralisados ou foram reduzidos à função de meros fornecedores.

Além de evidenciar a escassez de recursos e a dependência do aporte financeiro extra-local, a estratégia dos engenhos centrais revela os anseios *nada progressistas* da classe produtora regional. Apesar da necessidade de avançar tecnicamente no processo de produção da principal atividade econômica regional, a proposta dos engenhos centrais não comprometia a utilização de mão-de-obra escrava por parte dos senhores de engenho; ao mesmo tempo, a deliberação do Congresso Agrícola do Recife obrigava os engenhos centrais a utilizar mão-de-obra livre. Além disso, a política implementada garantia aos agricultores de cana mercado consumidor cativo, porque aos engenhos centrais cabia o dever de adquirir a cana exclusivamente dos senhores de engenho. (ANDRADE, 1981; SINGER, 1968)

Duas observações interpretativas devem ser feitas, a partir do estabelecimento dos engenhos centrais. A primeira observação diz respeito ao conservadorismo da classe empresarial local, refletido nas deliberações do Congresso Agrícola do Recife. Ainda que representassem um avanço, na perspectiva técnica, da transformação do insumo em produto, os engenhos centrais não eram plenamente controlados pelo capital regional, vez que os congressistas preferiram entregar ao controle estrangeiro a fase industrial do processo, que certamente agregava mais valor ao processo produtivo.

Perruci (1978a) corrobora essa interpretação:

Em 1888, o cônsul da França em Pernambuco escreve: '**Quanto à cultura da cana, ela é praticada ainda hoje como se fazia há cem anos atrás** (sic); **não há o mínimo progresso a registrar**, nem no preparo do solo, nem no emprego de instrumentos agrícolas aperfeiçoados. Sem dúvida alguma, no dia em que os proprietários da província – homens em geral muito **inteligentes mas apáticos e rotineiros** – quiserem modernizar a agricultura, poderão sem grande esforço aumentar da metade ou talvez mesmo dobrar a produção atual'. (PERRUCCI, 1978a, p.112, grifos meus)

Convém cotejar tal descrição do comportamento empresarial em uma das principais atividades econômicas pernambucanas com uma das abordagens teóricas mais aceitas acerca do processo de desenvolvimento econômico.

A partir da análise de Schumpeter (1983), o *desenvolvimento econômico* pode ser definido a partir das transformações espontâneas e descontínuas que provocam desequilíbrios e alteram o estado de equilíbrio pré-existente na economia capitalista. Essas transformações, promovidas por empresários inovadores em um primeiro momento, não ocorrem apenas em termos quantitativos – aumento da produção – mas também e principalmente em termos qualitativos, o que dá ao conceito um caráter destrutivo, porém progressista.³²

Ao cotejar a descrição do cônsul francês acerca da cultura canavieira em Pernambuco no final da década dos 1880 com o conceito schumpeteriano de desenvolvimento econômico, fica explícita a dissociação existente entre a força motriz do desenvolvimento – as transformações descontínuas, porém progressistas, de uma economia capitalista – e a prática econômica dos empresários estaduais, que estava amparada na tradição e na ausência de progresso, pelo menos em termos produtivos. O tradicionalismo desnuda a combinação do arcaico e do moderno referente ao processo usineiro e é o elemento central que o define.

Na verdade, o comportamento desses empresários se aproxima bastante do fato motivador da agricultura itinerante, descrita por Cano (2002), na qual era promovido o abandono de terrenos esgotados e utilizados outros mais longínquos, de modo que se evitava com isso a necessidade de intervenções químicas no solo. Essa prática não é exclusiva da classe empresarial de Pernambuco: faz parte da evolução histórica nacional, mesmo no período atual, foi sintetizada em trabalho de Tavares (1999) e pode ser expressa através do termo *fuga para frente*.³³

Cabe destacar, por isso, a resistência à mudança por parte dos senhores de engenho de Pernambuco. Essa resistência transparece na experiência dos engenhos centrais, mas resulta ofuscada pelo considerável avanço das forças produtivas no estado, em virtude

³² Ver Schumpeter (1983). Esse tema é retomado no Capítulo 4. Deve ser feita, porém, uma importante observação a esta altura: o trabalho de Schumpeter se aplica a economias capitalistas avançadas, de modo que a utilização de tal referencial teórico deve, por isso, ser relativizada. Ademais, a teoria schumpeteriana ganha importância no sentido de referenciar a passagem retirada da página 112 do trabalho de Perruci (1978a) e para demonstrar, teoricamente, que é inviável não apenas utilizar de maneira a-histórica a teoria schumpeteriana, como também apontar traços de empreendedorismo dos principais empresários pernambucanos naquela época.

³³ Ver Cano (2002), especialmente o capítulo quinto. Sobre a “fuga para frente” na monocultura da cana em Pernambuco, ver Perruci (1978a), pág. 112. Sobre o fenômeno brasileiro, ver Tavares (1999). O termo “fuga para frente” deve ser tributado a José Luis Fiori.

da modernização promovida na produção de açúcar, especialmente no que diz respeito à fase industrial do processo produtivo.

Deve-se ressaltar, porém, que a modernização, introdutora de progresso técnico na produção açucareira, se deu apenas ao nível da indústria do açúcar, e não da cultura da cana, “porque as estruturas senhoriais da economia agrária da região não permitiram”. Assim é que os engenhos centrais “foram criados para conciliar relações de produção agrária tradicional com as mais modernas técnicas de fabricação de açúcar”, de modo a preservar os interesses econômicos da classe social regional.³⁴

Assim, a estratégia dos engenhos centrais revela a intenção da classe empresarial local de manter o *status quo* secular e evitar a complexidade que envolvia a produção industrial do açúcar. O que se viu a partir dos engenhos centrais foi a renúncia temporária dos senhores de engenho não apenas à fase mais dinâmica da produção, mas principalmente aos princípios capitalistas, em prol de se manterem em determinada condição de poder econômico e político. A concessão da fase industrial ao capital inglês reforçava essa condição, mas não representava uma submissão total ao capital estrangeiro: evidência disso foi o malogro da experiência dos engenhos centrais. O fracasso se deveu exatamente à contradição existente entre o fornecimento de cana e a transformação desta em açúcar, refletida em termos políticos – porque o engenho funcionava de maneira fechada, dependente de si mesmo, e com relações exteriores facilmente adaptáveis e restritas a produtos de luxo – e também em termos microeconômicos – expressa na baixa e inconstante oferta de insumos para o processamento do açúcar.

Com isso, as usinas substituem o sistema de engenhos centrais, o que forçou necessariamente os senhores de engenho locais a transformar a predominância de capitais em função no setor açucareiro: outrora agrário, a partir das usinas o capital teria um caráter predominantemente industrial.

A **segunda observação** diz respeito à finalidade do capital estrangeiro enquanto investidor na fase industrial do processo produtivo da cana-de-açúcar. É importante destacar que a instalação dos engenhos centrais se deu principalmente através da

³⁴ Cf. Perruci (1978a), pág. 113.

inversão de capitais ingleses na fase industrial do processo produtivo. Representou, por isso, uma estratégia de associação de capitais, organizada de modo que, perfeitamente separadas as fases de exploração da produção açucareira, um e outro interessado – agricultor regional e capitalista estrangeiro – não invadiriam os respectivos espaços de valorização que lhes cabiam.

Essa associação, portanto, não representou o contato e choque direto do “moderno” com o “atrasado”, em termos de processo produtivo. Na verdade, é bastante provável que tenha havido o mútuo respeito das partes associadas, mais ainda quando uma delas constituía força econômica e política de caráter secular, especialmente porque a experiência dos engenhos centrais

não representa uma solução definitiva ao problema açucareiro, já que as suas funções não ultrapassam o papel de mero auxiliar da produção agrária tradicional. Algumas limitações legais impostas aos engenhos centrais ilustram, aliás, esse fato: proibição de plantar cana, obrigação de construir vias férreas para facilitar o transporte de matéria-prima da plantação à fábrica, proibição de utilizar mão-de-obra escrava, etc. (PERRUCCI, 1978a, p.120)

As imposições do capital agrário local ao capital estrangeiro não impediram, contudo, este último de procurar, no espaço de valorização que lhe cabia, mecanismos capazes de prover fontes legais e, em alguns casos, ilícitas, de rentabilidade. Daí ter sido verificado, não raramente, a prática da especulação através da instalação dos engenhos centrais que efetivamente não existiam, mas que juridicamente garantiam o retorno de capital à taxa de juros previamente combinada e garantida pelo Governo estadual. Estava-se às voltas, portanto, com a transfiguração do capital mercantil em outras formas capitalistas, prática que não se restringiu à produção de açúcar e se estendeu na direção de outros segmentos da economia pernambucana.

Do exposto, não é surpreendente que a experiência dos engenhos centrais não lograra êxito,

em face do descompasso que se formou entre a atividade agrícola e a industrial – os proprietários nem sempre forneciam à indústria a cana de que ela necessitava – , em face do pouco conhecimento que as empresas estrangeiras tinham das condições ecológicas da região e do desvio dos seus capitais para atividades, então mais rendosas, como as estradas de ferro de penetração e os serviços de energia e de transportes urbanos nas cidades mais populosas. (ANDRADE, 1981, p.26)

No que diz respeito ao desvio de recursos para outras atividades mais “rendosas”, o reconhecimento da existência de um conflito de classes entre fornecedores de cana e industriais da cana permite que se compreenda o movimento do capital estrangeiro. Ainda que envolvido na esfera da produção, esse movimento é típico daquele que caracteriza o capital mercantil, qual seja, o de “trilhar um caminho mais fácil de investimento” que garanta retorno de capital com maior rapidez. (SINGER 1968; CANO, 2010)

O resultado do fracasso dos engenhos centrais foi a incorporação, por parte dos senhores de engenhos locais, das transformações já realizadas no parque produtivo açucareiro, outrora engenhos bangüês tecnologicamente precários, depois engenhos centrais e finalmente usinas. A introdução dos engenhos centrais, requerente da inversão de grandes montantes de capitais na economia açucareira – como se sabe, de origem predominantemente estrangeira – se constituiu, nos termos de Perruci (1978b), numa “armadilha tecnológica” contra os próprios congressistas de 1878, porque abriu alas a uma nova forma de organização na economia açucareira pernambucana, qual seja, a constituição de estabelecimentos que sintetizavam sob a mesma propriedade – agora dos capitalistas estaduais – a fase agrícola e industrial do processo produtivo do açúcar: as usinas.

A continuidade do processo usineiro, na forma das usinas, se deu através do acionamento do Governo de Pernambuco, que financiou “não só a implantação das fábricas, como também de ferrovias que ligavam as várias propriedades (...) assim, os grandes proprietários (...) fizeram com que o Estado também interviesse no processo em transformação, em favor dos seus interesses”.³⁵

Por isso, o legado dos engenhos centrais foi uma “revolução tecnológica” na indústria açucareira, da qual se aproveitariam os empresários locais, às expensas do Estado, para organizar a produção a partir das usinas. Assim, a apropriação por parte do empresariado local das instalações dos engenhos centrais terminou por gerar um recuo da participação estrangeira no setor açucareiro pernambucano.

³⁵ Cf. Andrade (1981), págs. 26-27. Sobre a construção de ferrovias, o trabalho de Pinto (1949) constitui obra de referência, ao estudar a empresa Great Western, mas também os acontecimentos que antecederam a instalação dessa empresa em Pernambuco.

Com as usinas, há uma inversão de predominância no processo produtivo do açúcar, de modo que o capital industrial se sobrepõe em importância ao capital agrário. Aqui é preciso apontar um ponto questionável da obra de Perruci (1978a), quando este afirma que também o capital comercial é subordinado ao capital industrial; e outro ponto, corroborável, acerca da observação de que o capital “financeiro” estava em condições de igualdade em relação ao capital industrial. O próprio autor fornece elementos e análises que amparam questionamento e reforço, respectivamente, dessas afirmações.

Na verdade, Perruci (1978a) privilegia a superação da contradição entre fornecimento e processamento da cana-de-açúcar, explícita à época dos engenhos centrais, e a coloca como solução do problema açucareiro. Na verdade, essa superação representa a transferência do controle da produção açucareira dos senhores de engenho para os usineiros, ou da fase agrícola para a fase industrial da produção. Esse movimento deixa transparecer a colocação da fase agrícola na posição de base de acumulação originária da fase industrial (aquela a serviço desta), mas não permite que se faça conclusões, por exemplo, sobre o papel do capital mercantil enquanto financiador da constituição de usinas no estado.

Para implantar uma usina, o empresário carecia de capital de giro e de acesso a créditos bancários. Foi justamente através dessa brecha que o capital mercantil pôde penetrar na esfera produtiva: os comissários comerciais e casas financeiras, que se constituíam no acesso da burguesia açucareira ao crédito, detinham hipotecas sobre os bens das empresas menores, de modo a tomar posse das mesmas em épocas de crise.

A avidez do capital mercantil em comprar barato para vender caro, aliada à necessidade das empresas maiores em dispor da matéria-prima para constituir usinas e superar a contradição básica dos engenhos centrais³⁶, parece ter sido a mola propulsora da principal característica que marcaria o período iniciado nos 1890, que se assemelha ao movimento de centralização de capitais, descrito teoricamente por Marx (1983).

A partir da constituição das usinas em Pernambuco ganhou relevo a luta de classes entre os próprios capitalistas, pautada na continuidade do caráter primitivo mercantil

³⁶ Tal superação foi facilitada pela maior concentração da propriedade fundiária e pelas estradas de ferro constituídas à época dos engenhos centrais.

da acumulação de capitais. O **Quadro 2.1** ilustra o movimento de incorporação dos antigos engenhos (engenhos de fogo morto e engenhos bangüês) aos engenhos centrais e às usinas (ver **Apêndice 1**). As informações são estritamente qualitativas e delas importa reter a presença predominante de frações regionais de capital envolvidas no processo usineiro.

Cabe frisar, neste instante, uma ressalva acerca da análise do embate intercapitalista até aqui descrito à luz do movimento de centralização de capitais, segundo Marx (1983). Para esse autor, a centralização requer a acumulação prévia de capitais (concentração) sem que haja necessariamente a criação de riqueza nova, em virtude do crédito.

Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e de comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Este processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está portanto limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. **O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração.** (MARX, 1983, p. 727-8, grifos meus)

Marx (1983) considera que o movimento de centralização de capitais se desdobra por meio da redução de preços das mercadorias, o que depende do aumento da produtividade do trabalho e da escala da produção e se expressa na concorrência entre capitais. Assim, o crédito e a concorrência se constituem nas “poderosas alavancas” da centralização que capacitam o capitalista industrial a ampliar a escala de operações. A resultante é a alteração da composição técnica do capital, em virtude do desenvolvimento da produtividade do trabalho, e o movimento se completa se há uma redução na procura relativa de trabalho.

Com base nesse referencial teórico, é possível afirmar que o processo usineiro em Pernambuco se assemelha ao movimento descrito por Marx (1983), mas não o reproduz completamente. Como se verá mais adiante, a “centralização” de capitais em Pernambuco foi muito mais um processo de crescimento extensivo, no qual estabelecimentos maiores e tecnicamente mais avançados incorporaram estabelecimentos menores e tecnicamente defasados, sem necessariamente alterar as condições objetivas de produção. É ilustrativo o

fato de que a base de acumulação originária – a estrutura fundiária concentrada – permanecia no papel estratégico de garantir a manutenção do poder político, ainda que em termos econômicos tal correspondência fosse cada vez mais restrita.³⁷

O testemunho histórico do embate entre usineiros, representantes de uma estrutura produtiva moderna, e senhores de engenho, portadores da produção tradicional, revela tal realidade e o discurso proferido por um dos participantes do Congresso Agrícola do Recife ilustra o caráter do movimento dos capitais que seria desencadeado nos últimos anos do século XIX:

Não tem entre nós a menor aplicação o adágio popular – ‘lobo não come lobo’; o que voga é este outro: ‘o pior inimigo é o oficial do mesmo ofício’ (...). Se não temos aqui a luta organizada do trabalho contra o capital, mais desgraçadamente temos outra luta pior, de mais recursos, mais absurda e mais funesta: **temos a guerra civil do capital contra o capital, a luta sem tréguas do capitalista contra o capitalista.** (PERRUCCI, 1978b, p.26, grifos meus)

Em virtude da “guerra civil” na classe dominante, o capital produtivo açucareiro convivía com recorrentes cisões na manipulação do poder político, decorrentes de uma fratura nos interesses da base econômica em que se amparava. O que se pode dizer acerca da nova configuração produtiva do setor açucareiro na forma das usinas, que representam a junção das fases agrícola e industrial sob domínio desta, é que ela continuava subordinada à realização da produção na esfera da circulação e havia superado, apenas, a “usura” do comércio a montante da fase industrial, elemento determinante para o fracasso dos engenhos centrais.

Além disso, a própria batalha pelo poder político, entre senhores de engenho e usineiros, permitia ao capital mercantil se aproveitar de brechas (a exemplo do financiamento) para estabelecer verdadeiros espaços de valorização na economia pernambucana, de modo que essa forma capitalista pôde se colocar não como agente industrial do desenvolvimento econômico estadual, mas sim como elemento embotador desse processo, habilitando-se inclusive a penetrar na esfera produtiva.

Significa isso que usineiros e senhores de engenho ainda dependiam do capital comercial para realizar lucros com as vendas no mercado interno, num contexto de crise da

³⁷ Ao que parece, o processo teve impacto maior no campo político, ao reforçar o poder da burguesia local, ao passo que teve menor impacto econômico. Esse tema é retomado na primeira seção do Capítulo 3.

demanda internacional e crescente obliquidade do mercado interno, e do capital financeiro para obter recursos voltados à implantação de novas e cada vez maiores usinas.³⁸ Por isso, a análise de Perruci (1978a) parece se restringir ao controle comercial à montante, perdido pelo fornecedor de cana (senhor de engenho) para o processador (usineiro), o que apresentou clara tendência favorável à predominância deste último em relação àquele, para justificar a afirmação de que o capital produtivo se sobrepôs ao comercial.

Quanto ao capital financeiro, efetivamente os usineiros estiveram em condições de colocá-lo a serviço dos interesses “industriais”. Ressalte-se, porém, que isso aconteceu em virtude do acionamento do Governo estadual, com o quê foi possível conviver com a espoliação promovida por agiotas e comissários comerciais. (LEVINE, 1980).

Assim, o acionamento do Governo de Pernambuco, que passou a incentivar a constituição de usinas através de empréstimos e privilégios fiscais, permitiu a continuidade do processo de incorporação que envolvia, numa primeira fase, os antigos engenhos bangüês e os engenhos centrais e usinas, conforme destacado no **Quadro 2.1**. (PERRUCCI, 1978a)

A medida do governo, materializada na sustentação financeira das usinas, se analisada sem maior profundidade, seria naturalmente aceita enquanto estratégia de defesa setorial e de capacitação do parque produtivo estadual no sentido de concorrer no mercado interno e, por ventura, recolocar a produção de açúcar em rotas de comércio exterior. Todavia, o mecanismo adotado pelo Governo de Pernambuco, ele próprio a classe dominante açucareira, não escondia os vícios de uma classe empresarial tradicionalista acostumada ao poder político secular que resistira às mais severas crises e oscilações da produção:

a participação do empresário não passa do terreno, a fábrica, portanto, nada lhe custando. Assim, o sistema de produção baseado na usina triunfa tão espetacularmente, em Pernambuco, que os usineiros se sentem bastante poderosos para recusar o pagamento de suas dívidas contraídas ao Estado. (PERRUCCI, 1978a, p.125)

³⁸ A sujeição da órbita da produção aos ditames do capital mercantil será maior quão mais concentrado for o capital comercial e/ou financeiro, especialmente em um contexto (último quartel do século XIX) no qual o capital produtivo açucareiro possuía caráter relativamente pulverizado.

Isso significa que os rumos do desenvolvimento econômico de Pernambuco na fase do isolamento relativo, estritamente dependentes da produção de açúcar, estiveram fortemente condicionados por um comportamento empresarial que privilegiava o enrijecimento da estrutura produtiva, refletido na dominação política e econômica por parte de uma classe que se mostrava avessa às transformações progressistas na estrutura produtiva.

A fase de expansão das usinas (1890-1910)

Com a constituição das usinas, desaparece o princípio régio dos engenhos centrais, que era a separação da produção de açúcar entre as fases agrícola e industrial, e a conseqüente limitação imposta ao processo produtivo: estava garantido um mínimo de abastecimento do insumo para a fase da transformação industrial. Daí ter ocorrido, nessa época, não apenas um aumento do número de usinas, mas também o desaparecimento dos engenhos centrais, absorvidos conforme a necessidade das usinas em dispor de fornecimento garantido da cana-de-açúcar. (ANDRADE, 1989)

Nesse período, a preocupação principal dos industriais era implantar a fábrica: poucos recursos sobravam para a realização de investimentos em melhorias técnicas do sistema agrícola, o que contribuía para a manutenção secular da organização agrária da produção açucareira, em paralelo ao avanço usineiro. Essa combinação entre o moderno e o atrasado resultou na manutenção da contradição técnica/tecnológica entre a fase industrial e a fase agrícola, mesmo estando ambas as fases sob a coordenação de um só estabelecimento.³⁹ (ANDRADE, 1989; PERRUCCI, 1978a)

Tal contradição, por sinal, garantia uma sobrevida aos senhores de engenho. Os antigos engenhos constituíam a fronteira de valorização a ser conquistada pelos usineiros, porque as usinas não se amparavam no uso intensivo da terra – pretensão retórica dos senhores de engenho e futuros usineiros reunidos no Congresso Agrícola do Recife de 1878 – mas sim numa nítida *fuga para frente*, ou seja, na incorporação de mais terras ao processo

³⁹ É importante cotejar essa descrição com o aporte teórico da centralização de capitais anteriormente descrito, com base em Marx (1983). Fica evidente, no caso da incorporação de engenhos por usinas, a alteração na composição orgânica do capital na fase de expansão destas últimas.

produtivo, cujo limite físico-territorial era exatamente a propriedade agrícola dos senhores de engenho.⁴⁰

O fornecimento da cana-de-açúcar capacitava os senhores de engenho a barganhar melhores preços da mercadoria e isso tinha importantes efeitos. Um deles era o de reforçar a opção da remanescente “nobreza da terra” por continuar na atividade fornecedora da cana, sob o argumento de manter a tradição estadual em voga e praticamente intocada. Decorre dessa estratégia empresarial a maior necessidade de as usinas obterem créditos para custear não só a produção usineira, mas também e principalmente a busca por espaços de cultivo da cana, já ocupados pela histórica classe dominante local.⁴¹

Dada a inexistência de uma estrutura creditícia, fica evidenciada a crescente subordinação dos usineiros e indiretamente dos senhores de engenho às formas de capitais mercantis, então representadas pelo comissariado do açúcar, que controlava as funções de comercialização, armazenamento e crédito. De uma posição privilegiada, o capital mercantil poderia exercer seu dogma maior: comprar barato para vender caro, num exercício que envolvia as unidades produtivas de açúcar.⁴²

Uma interpretação possível do papel do capital mercantil nessa fase do processo usineiro em Pernambuco aponta para a constatação de que essa forma capitalista se apresentava em plenas condições de penetrar na esfera produtiva e, com isso, ter acesso à base de acumulação originária das usinas. Desse movimento e da própria atuação do capital mercantil, é possível que tenham surgido grupos econômicos relevantes. Esse parece ter

⁴⁰ Evidencia tal constatação o reconhecimento do atraso do desenvolvimento da cultura da cana em relação ao desenvolvimento industrial das usinas, por parte dos empresários do setor, no contexto de crise do início do século XX, cuja solução passaria (i) pela realização de estudos sobre custos de produção e preços da matéria-prima; (ii) pela evocação da necessidade de crédito fornecido pelo Governo Federal; e (iii) pela regularização das tarifas de transporte do açúcar. (ANDRADE, 1989; PERRUCCI, 1978a; PERRUCCI, 1978b)

⁴¹ Deve-se ter em mente, ainda, a rígida e concentrada estrutura fundiária, que obstaculizava o avanço do cultivo canavieiro, na medida em que representava, conforme descrito no **Esquema 2.1**, o deslocamento de importantes membros da classe dominante local.

⁴² As origens dessas frações de capital mercantil remontam às casas comerciais inglesas e aos próprios comissários do açúcar e do algodão, cuja origem era regional, conforme ressalta Pinto (1940) e Gnaccarini (1975).

sido o caso da firma comercial Mendes Lima & Cia e também da gênese do Grupo João Santos.⁴³

Quanto ao poder econômico nessa fase, é preciso ressaltar que a continuidade do processo de modernização do parque produtivo do açúcar em Pernambuco foi comandada por algumas das tradicionais famílias, que também se faziam presentes no comando político do estado, e estavam dotadas de crescente autonomia decisória. Ao que parece, essa combinação, do ponto de vista da classe dominante, significava que adviria *ad eternum* uma garantia de socorro estatal sempre que a faceta econômica do poder assim requeresse.

Contudo, o movimento dos capitais nessa fase deu início a uma luta, literalmente, entre a aristocracia fundiária e a burguesia agroindustrial urbana, cuja solução adviria somente com a criação do Instituto do Álcool e Açúcar (IAA) em 1933.⁴⁴ A expansão do processo usineiro e a continuidade do movimento dos capitais envolvidos nesse processo configuravam a destituição do status social e econômico dos senhores de engenho. Conforme destacado no **Quadro 2.2**, foram fundadas aproximadamente duas usinas ao ano entre 1890 e 1910, ao passo que não se verificou a criação de nenhum engenho.

Consolidação do processo usineiro: crises e intervenção do Estado (1910-1933)

Esse período foi marcado por sucessão de crises e pela tentativa de organização dos produtores de açúcar com vistas à defesa da produção. Essas crises se expressavam na obliquidade da demanda internacional de açúcar e na conseqüente queda dos preços do produto. Os usineiros buscaram no Estado o auxílio necessário à manutenção da ordem estabelecida e passaram a se organizar para confrontar o capital mercantil, de quem

⁴³ Conforme será visto no Capítulo 3, a ascensão de grupos comerciais e a penetração desses grupos na esfera produtiva têm relação estreita com o contexto político no estado. Quanto aos grupos mencionados, é possível verificar nos quadros do Apêndice 1 que a Mendes Lima & Cia possuía importantes usinas no estado. Já o Grupo João Santos, cujo patriarca comandava até 2009 as atividades empresariais desenvolvidas, surgiu da perspicácia comercial do fundador e se desdobrou de forma notável em diversas frações de capital, inclusive usineiras, no período aqui analisado e também no pós-1960.

⁴⁴ Perceba-se que com o avanço industrial no setor açucareiro, já aparecem indícios de uma cisão entre o meio rural e o meio urbano. Os usineiros se constituíam em grupos de caráter mais urbano que rural, em virtude de a indústria se sobrepor à fase agrícola da produção do açúcar. Esse perfil urbano, inclusive, fez dinamizar a cidade do Recife, a partir dos 1890, que se consolidou enquanto centro comercial e financeiro do Nordeste. Entretanto, a origem dos senhores de engenho e dos usineiros era a mesma: o meio rural.

continuavam dependentes. Persistiam, porém, a necessidade de modernização do parque produtivo e o baixo nível tecnológico, bem como as já conhecidas reivindicações do setor: acesso a crédito, “reconhecimento” do atraso técnico na fase agrícola e reclames por isenção de impostos. (ANDRADE, 1989)

Mesmo nesse contexto de crises, o movimento das frações de capitais evidenciava que o negócio açucareiro tinha uma rentabilidade tal que permitia a continuidade do processo de incorporação de engenhos e, principalmente, de usinas menores. É nessa fase, relativamente às outras, que é criado o maior número de usinas, conforme demonstra o **Quadro 2.3**.

Andrade (1989) argumenta que esse movimento denuncia que o negócio açucareiro não parecia tão mal e as crises houveram sido anunciadas com algum exagero: contudo, a viabilidade do negócio se assentava cada vez mais no Estado, de modo que se postergava a necessidade cada vez mais premente de modernização do parque produtivo. Assim, a dinâmica econômica de Pernambuco – resguardada pelo desempenho da atividade açucareira – continuava subordinada, ainda mais profundamente, à incapacidade dos principais agentes capitalistas locais de promover efetivamente o desenvolvimento econômico do estado.

Vale salientar que o contexto de crise é particularmente favorável à penetração do capital mercantil na esfera produtiva. Por isso, teve continuidade o exercício de aquisição de frações de capital produtivo usineiro por parte das empresas comerciais e financeiras em Pernambuco. Por essa época, era crescente o poder de pressão do grupo usineiro, em virtude da organização dos empresários do setor. Essa capacidade de congregação forçou os representantes do capital mercantil a adentrarem *ativamente* a esfera produtiva do açúcar, o que constituiu uma alteração na estratégia de diversificação dos comerciantes e financistas locais, com vistas a manter a expressão econômica dos grupos empresariais que representavam sob essa forma capitalista. (ANDRADE, 1989)

Desse modo, o estabelecimento produtor de açúcar não mais era visto como um negócio transitório (limitado à operação de comprar barato para vender caro), originado da falência de senhores de engenho ou usineiros e da oportunidade de realizar um negócio de

ganho fácil e rápido, mas sim como uma das frações de capital dos grupos comerciais e financeiros. Nesse movimento, merecem destaque as firmas Mendes Lima & Cia, o grupo de Arquimedes de Oliveira e Magalhães & Cia. Esse movimento também se deu em fluxo contrário, ou seja, alguns usineiros passaram a constituir firmas comerciais e financeiras, casos de José Rufino & Cia e Fábio de Barros & Cia.⁴⁵

Essas estratégias do capital mercantil e do capital produtivo relegaram ao que restava das formas estritamente agrárias de capital o ônus dos períodos de crise no setor açucareiro:

A luta maior se travaria entre fornecedores de cana e usineiros, aqueles desesperados por não poderem manter o status dos antigos senhores de engenho e por verem a expansão das usinas que compravam as suas terras (...) A acentuação da crise econômica e o controle político do Estado, pelos usineiros, levaram fornecedores de cana a fazer ameaças de colocar explosivos a fim de provocar a explosão das fábricas, enquanto usineiros ameaçavam de incendiar canaviais. (ANDRADE, 1989, p.66)

Essa cisão de interesses refletia a estratégia dos usineiros de intensificar a produção de cana-de-açúcar e de açúcar para competir com a produção canavieira e açucareira do Sudeste. Note-se, porém, que essa estratégia era imobilista do ponto de vista de melhorias técnicas no processo produtivo e se amparava, uma vez mais, nos recursos do Estado e na reiteração da fuga para frente, através da incorporação de terras e da simples eliminação dos fornecedores de cana.

Nesse contexto de crise e mútuas ameaças, foi estabelecido um pioneiro padrão de intervenção do Governo de Pernambuco, voltado à determinação de cotas de produção para as classes de fornecedores e produtores de cana e açúcar. Conforme ressalta Andrade (1989), essa foi uma solução consensual que serviu para amparar, de maneira paliativa, os interesses envolvidos na principal atividade econômica do estado. Ainda que presentes as ideias de renovação das técnicas de produção, estas permaneceram circunscritas aos limites da retórica.

⁴⁵ Para maiores detalhes, ver Andrade (1989).

A agroindústria no contexto da articulação comercial (1930-1960)

Foi no início da década dos 1930 que o Governo Federal passou a intervir na atividade açucareira nacional, através da criação do Instituto do Álcool e do Açúcar (IAA) em 1933. (SZMRECSÁNYI, 1979)

A continuidade do movimento de expansão das frações de capitais usineiras foi fortemente abalada com a crise internacional de 1929 e os efeitos da crise no Nordeste se potencializaram com o crescimento da produção açucareira no Sudeste, em especial em São Paulo. Assim, um dos objetivos principais do IAA era o de defender e manter a produção açucareira brasileira, especialmente a nordestina, em níveis que garantissem a rentabilidade do setor. Para tanto, foi estabelecido um sistema nacional de cotas, que se esperava pudesse proteger o parque produtivo nordestino da concorrência das frações de capital homônimas do Sudeste. (CANO, 2007a)

Essa política do IAA, ainda que tenha contribuído para salvaguardar a produção e o emprego de uma das principais atividades econômicas nordestinas, inibiu (i) a continuidade do avanço da modernização do parque produtivo regional e (ii) a superação das más condições de trabalho na atividade; ademais, (iii) contribuiu para a manutenção da estruturação latifundiária do setor, que permanecia intocada; e, finalmente, (iv) facilitou a continuidade do movimento de expansão dos capitais usineiros, cujo reflexo político e social era a concentração de poder e renda. Além das cotas de produção, deve-se acrescentar como fato limitador do avanço usineiro as restrições espaciais e técnicas em Pernambuco.⁴⁶ (ANDRADE, 1989; OLIVEIRA, 2008)

Por essa época, eram sessenta e oito usinas que funcionavam em Pernambuco, sob o controle das antigas famílias proprietárias dos engenhos e das primeiras usinas, conforme atestam os **Quadros 2.1, 2.2 e 2.3** arrolados no **Apêndice 1**. Além disso, algumas dessas usinas eram controladas sob o formato de sociedades anônimas e pequeno número

⁴⁶ Vale salientar o elogio da classe empresarial pernambucana à grande medida tomada pelo Governo Vargas ao criar o IAA, com vistas a proteger a produção nacional de açúcar e álcool. (DÉ CARLI, 1942) Tal postura evidencia não a falta de percepção desses empresários quanto ao caráter limitativo que a política de cotas lhes impunha, mas sim a postergação da derrocada dos mesmos, como destacou Oliveira (2008). Daí não ter sido a inibição advinda do IAA uma imposição exógena para a continuidade do processo usineiro em Pernambuco, especialmente porque os usineiros pernambucanos não tinham em vista a modernização do parque produtivo em bases autônomas, exceto após a “herança” do capital estrangeiro com os engenhos centrais.

delas fazia parte de outras empresas cuja origem de capital era local.⁴⁷ Considerado o grau de isolamento relativo regional, esse quadro do setor açucareiro de Pernambuco é bastante condizente com o “fechamento” da região, nos termos Oliveira (2008).

Nesse período, Andrade (1989) ressalta que era impossível às pequenas usinas competir pelo mercado consumidor, em virtude das limitações impostas pelas cotas de produção estabelecidas pelo IAA.

As informações sobre a previsão de sacas de açúcar para a safra de 1933/1934 que constam na **Tabela 2.1** podem ser consideradas uma aproximação do espaço de valorização a ser explorado no setor açucareiro pernambucano, correspondente às dez menores usinas.⁴⁸ Além disso, a tabela mostra quais estabelecimentos seriam potencialmente deslocados do setor e aqueles que, a partir do fortalecimento das usinas, prosseguiriam na atividade com maior poder econômico (os dez maiores). Em alguns casos, percebe-se que algumas usinas podem ser comandadas por outras maiores, o que pode ser interpretado como uma estratégia de expansão no universo limitado de cotas impostas pelo IAA.

⁴⁷ Exemplifica este fato a entrada do grupo de Carlos Brito – Indústrias Peixe – no setor usineiro, através da compra da Usina Central Barreiros.

⁴⁸ Efetivamente, o espaço de valorização só poderia ser precisamente indicado se houvessem informações disponíveis sobre a cota de produção à qual tinha direito cada usina. Assim, seria possível indicar quais usinas estavam abaixo da cota de produção e aquelas que se encontravam no limite, ainda que tivessem capacidade ociosa. As informações consultadas na literatura pertinente deram conta, apenas, de identificar as cotas destinadas ao estado de Pernambuco, motivo pelo qual a previsão de sacas para a safra do referido biênio se constitui, apenas, numa variável *proxy*.

Tabela 2.1- Usinas de Pernambuco (1933/34)

Usina	Previsão de safra (em mil sacas de 60kg)	Proprietário
Total	3.219,2	
10 maiores usinas	1.486,6	-
Catende	304,0	Usina Catende S.A
Santa Terezinha	228,4	Usina Santa Terezinha S.A
Barreiros	183,2	Estácio de A. Coimbra
Tiúma	158,3	Cia Usina Tiúma
União e Indústria	124,8	Cia Agrícola e Inds. PE
Cucaú	120,1	Cia Geral de Melhoramentos em PE
Massauassu	104,9	J. H. Carneiro da Cunha
Caxangá	92,2	Cia Agr. Inds. Us. Caxangá
Aliança	88,7	Pessoa de Mello & Cia
Bom Jesus	82,0	João Lopes Siqueira Santos
10 menores usinas	29,1	-
Camorim Grande	4,1	Bastos Mello & Irmão
N.S. Auxiliadora	3,8	João Dourado C. de Azevedo
Morenos	3,6	Antonio Souza Leão
Regalia	3,6	Francisco Fonseca Lima
Florestal	3,5	Garcia & Carneiro da Cunha
Santa Flora	3,5	Benjamin N. Machado
Pocinho	2,5	Adolfo Maranhão
Santa Pânfila	2,4	Feliciano do R. Albuquerque
Tinoco	1,5	Joaquim P. Abreu Lima
José da Costa	0,7	José Carvalho Varejão

Fonte: elaboração própria a partir de Andrade (1989), pág. 73

Destacam-se, por isso, as grandes usinas, que incorporavam as pequenas e respectivas cotas de produção a elas delegadas pelo IAA: caso da Usina Catende, de propriedade de Antonio Ferreira da Costa Azevedo; da Usina Santa Terezinha, do Grupo Pessoa de Queiroz e a Usina Central Barreiros, da família Coimbra. Ao mesmo tempo em que as maiores usinas se consolidam na produção pernambucana, entre 1933 e 1960 é verificada uma abruta queda no número de usinas fundadas no estado, conforme informações do **Quadro 2.4**.

Assim, é premente salientar a importante alteração no movimento dos capitais açucareiros em curso a partir da década dos 1930: se antes envolvia majoritariamente a incorporação dos engenhos pelas usinas, a partir da política do IAA as maiores usinas passaram a incorporar usinas menores. Nesse contexto, porém, continuava a se destacar a luta entre proprietários de terra contra os proprietários de capital industrial: os

representantes deste último, desejosos de incorporar mais terras para garantir maior fornecimento de cana-de-açúcar e controlar com efetividade a fase agrícola da produção; e os daquele grupo, acusadores de práticas comerciais espoliativas por parte dos usineiros. Esta luta protagonizava os rumos do desenvolvimento da principal atividade econômica de Pernambuco.

Vale ressaltar, neste ponto, um adendo teórico vinculado à linha interpretativa aqui realizada do movimento do capital em Pernambuco, com base nas análises de Belluzzo (1998), Mazzuchelli (2004) e Tavares (1998). Para esses autores, o movimento geral do capital se dá através de um processo incessante de valorização do valor, refletido, na esfera das frações de capital, no processo de centralização de capitais descrito por Marx (1983).

Desse processo resulta uma modificação na composição orgânica do capital que faz com que o valor obtido através do trabalho se torne cada vez mais prescindível enquanto fonte de valorização.⁴⁹ Por isso, a realização do lucro, no sistema capitalista, envolve principalmente a determinação dos preços através da concorrência intercapitalista.

Nesse sentido, a despeito do caráter latente da apropriação de mais-valia na esfera da produção e da provável prostração dos trabalhadores vinculados à atividade produtiva quanto à dominância do capitalista, ganha relevo a luta de classes entre os próprios capitalistas. Nessa luta, segundo aqueles autores, prevalecem as frações de capital capazes de promover avanços técnicos, materializados em maior produtividade capitalista, que permitam auferir lucros cada vez maiores.

Em Pernambuco, o primeiro indício de investimentos em melhorias de produtividade, após a instalação dos engenhos centrais, data da segunda metade da década dos 1930. Entre as poucas usinas que fizeram tais investimentos merece destaque a Usina Catende, de propriedade de Antonio Ferreira da Costa Azevedo:

utilizando métodos novos de irrigação e de adubação, fez construir uma série de açudes, representando riachos tributários do Piranji e do Uma, e canais de

⁴⁹ Não se está afirmando, com isso, que o trabalho seja prescindível enquanto fonte de valorização. O que se quer dizer é que a concorrência de preços possibilita que ao valor produzido pela força de trabalho seja acrescido, ou não, um sobrevalor, aproveitado na medida em que a tecnologia (materialização concreta da alteração na composição orgânica do capital) possibilite a transferência de parte do valor produzido numa unidade com mais baixa composição orgânica do capital para uma de maior composição (normalmente com menor número de trabalhadores e, portanto, maior produtividade).

irrigação que destes açudes se dirigiam às áreas cultivadas (...) Para elevar a produtividade ele organizou pequenas estações para seleção de sementes e de mudas de cana, tendo contribuído para a introdução de variedades híbridas, importadas da Indonésia, e que tiveram grande difusão no espaço pernambucano. Para adubar canaviais, foi pioneiro na utilização do vinhoto (...) Ainda valorizou seu corpo técnico, dando grande apoio ao agrônomo Apolônio Sales (...) Na parte industrial utilizou o químico Brito Passos, com estágios feitos nos Estados Unidos e em Cuba. (ANDRADE, 1989, p.75)

Iniciativas como essa, porém, estavam defasadas. Dé Carli (1942) advertira esse atraso e o calculava em aproximadamente trinta anos, ou seja, num período que remonta à fase final do isolamento relativo, quando a saída para o mercado interno aliviou a perda da demanda internacional. O motivo da defasagem residia, exatamente, nas imposições do movimento concreto da economia brasileira, iniciado a partir dos 1930, caracterizado pela crescente articulação mercantil. Ainda que essa articulação possibilitasse ao Nordeste a colocação da produção nordestina no mercado dinâmico nacional em substituição ao mercado internacional, é necessário ressaltar que no Sudeste a produção agrícola era diversificada e crescente, havendo inclusive alcançado a produção de açúcar. A competição era e tendia a ser acirrada, a despeito dos recorrentes reajustes de cotas de produção de açúcar.⁵⁰

Deflagrada a 2ª Guerra Mundial, a produção de açúcar da América Latina e Caribe sofre novo impulso. Nesse contexto, os produtores do Sudeste, especialmente os de São Paulo, conseguem aprovar uma redefinição das cotas determinadas pelo IAA entre estados e empresas, em detrimento da produção nordestina. É a partir desse instante que não só a região Sudeste deixa de ser abastecida com o açúcar nordestino, como também passa a disputar com os produtores do Nordeste as cotas de exportação para o mercado internacional. Dez anos após o fim da guerra, São Paulo torna-se o maior produtor brasileiro de açúcar. (ANDRADE, 1989)

Assim, se entre 1910 e 1935 houve um incremento de mais de 50% no número de usinas em Pernambuco, avanço possibilitado através da aquisição de antigos engenhos, após a criação do IAA ocorreu um movimento de incorporação de frações de capitais entre

⁵⁰ Importante destacar que a “defasagem” a que faz menção Dé Carli mostra que a ausência da competição inter-regional, em virtude das barreiras ao mercado regional, obstava o movimento do capital no estado.

as próprias usinas, determinado pela crescente articulação mercantil regional no Brasil e pela ausência de estímulos externos. (DE CARLI, 1942)

Do quadro exposto resulta, para a década dos 1950, que de um total de 53 usinas produtoras de açúcar em Pernambuco, as dez maiores concentravam aproximadamente 45% da produção total do estado, ao passo que dessas, as quatro maiores respondiam por 25% do total de sacas de açúcar previstas para o biênio 1956/57. (**Tabela 2.2**)

Tabela 2.2 - Pernambuco: produção de açúcar (1952/53 - 1956/57)

Usinas	1952/53		1956/57			Crescimento médio anual (%)
	Valor da Produção	Distr. %	Valor da Produção	Distr. %	Grau de Concentração	
Total	9.759.243	100,0	11.178.112	100,0	-	3,5
Catende	722.014	7,4	925.438	8,3	8,3	6,4
Central Barreiros	685.950	7,0	743.465	6,7	14,9	2,0
Santa Teresinha	583.009	6,0	580.385	5,2	20,1	-0,1
Cucaú	410.253	4,2	460.626	4,1	24,2	2,9
Aliança	234.223	2,4	434.382	3,9	28,1	16,7
Tiúma	379.120	3,9	427.715	3,8	32,0	3,1
Santa Teresa	262.927	2,7	369.273	3,3	35,3	8,9
Matari	225.395	2,3	359.509	3,2	38,5	12,4
Cruangi	217.125	2,2	337.200	3,0	41,5	11,6
Trapiche	357.720	3,7	327.500	2,9	44,4	-2,2

Fonte: elaboração própria a partir de Capes (1959).

Essa concentração deve ser cotejada com as informações qualitativas constantes nos **Quadros 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4**. A partir deles, é interessante destacar que desde o início do processo de modernização do parque produtor de açúcar em Pernambuco até o ano de 1959, foram fundadas mais de 100 usinas no estado. Desse total, 63 foram declaradas com atividades encerradas e dessas, 43 fecharam as portas após a criação do IAA em 1933. Cabe ressaltar, também, o motivo pelo qual essas usinas tiveram as atividades encerradas. De acordo com os quadros, a maior parte das usinas desativadas foi anexada a outras usinas ou incorporada na forma de “engenhos de fogo morto”, ou seja, aqueles engenhos cuja função consistia em fornecer a cana-de-açúcar para o processamento nas unidades usineiras, conforme descrito no **Esquema 2.1**. (ANDRADE, 1989)

Tabela 2.3 - Pernambuco: usinas com maior nível de produção de açúcar (1956/57)

Usinas	Proprietário em 1933	Sacas de açúcar em 1956/57
Total	-	11.178.112
Catende	Usina Catende S.A	925.438
Central Barreiros	Estácio de A. Coimbra	743.465
Santa Teresinha	Usina Santa Terezinha S.A	580.385
Cucaú	Cia Geral de Melhoramentos em PE	460.626
Aliança	Pessoa de Mello & Cia	434.382
Tiúma	Cia Usina Tiúma	427.715
Santa Teresa	José César & Cia	369.273
Matari	Pessoa Maranhão & Cia	359.509
Cruangi	Andrade Queiroz & Cia	337.200
Trapiche	Mendes, Lima & Cia	327.500

Fonte: elaboração própria a partir de Andrade (1989) e Capes (1959).

Por fim, é preciso fazer uma ressalva quanto às informações sobre concentração da produção que podem ser derivadas da **Tabela 2.2**. Essa ressalva diz respeito à necessidade de agregar as informações da produção de usinas segundo a propriedade das mesmas, num corte que pode indicar a posição dos grupos usineiros quanto à participação efetiva que detinham no total produzido pelo estado. Com isso, é possível evidenciar quais proprietários de usinas eram os mais relevantes em Pernambuco. Essa análise pode ser feita a partir da **Tabela 2.3**, na qual são cruzadas as informações de produção que podem ser visualizadas na **Tabela 2.2** e as informações dos **Quadros 2.1 a 2.4**, especialmente no que diz respeito à posse das usinas.

Entre as dez maiores usinas com safra prevista para 1956/57, de acordo com a **Tabela 2.3**, é possível visualizar dez proprietários diferentes; apenas um desses proprietários possuía outra unidade usineira (Pessoa Maranhão & Cia), com o que a produção total desse grupo alcançaria 633 mil sacas de açúcar, o que o colocava enquanto a terceira força usineira de Pernambuco no final da década dos 1950.

2.3 O surgimento das primeiras fábricas de tecido e o processo de consolidação do setor têxtil em Pernambuco

O surgimento e consolidação do parque produtivo têxtil no Nordeste podem ser tratados de acordo com uma periodização bem definida, comum aos trabalhos setoriais da Sudene (1962; 1971) e de especialistas no tema, a exemplo de Stein (1979), Suzigan

(2000), Silva (1999) e Maranhão (1983). As análises de Silva (1999) e da Sudene (1962; 1971) permitem identificar distintos movimentos expansivos – nos quais merecem destaque aqueles impulsionados por estímulos externos – e recessivos, decorrentes do término do efeito estimulante. A partir dos anos de 1950, contudo, a situação seria substancialmente alterada, de modo que se verificou um declínio estrutural do dinamismo da indústria têxtil nordestina, que estava majoritariamente sediada em Pernambuco.

Tais períodos podem ser subdivididos em cinco fases, a saber: (i) a que vai do final do século XIX até o final da 1ª guerra mundial, quando surge efetivamente a indústria têxtil em Pernambuco e tem início uma notória expansão do setor; (ii) aquela compreendida entre o final da 1ª Guerra e o final da década dos 1920, marcada por características contracionistas na primeira metade da década e crescentes investimentos de capital no setor a partir de 1925, movimentos que concorrem para consolidar o parque produtivo estadual; (iii) a fase que contempla a década dos 1930, marcada pela recuperação da crise de 1929 e por importante alteração nas inter-relações entre as regiões brasileiras, que passa a atuar como condicionante da evolução da indústria têxtil em Pernambuco; (iv) a fase que vai da eclosão do 2º litígio mundial até o final da década dos 1940, que representa, por assim dizer, o último suspiro dinâmico da estrutura industrial pernambucana; e (v) a fase do pós-guerra, que pode ser caracterizada como o início do declínio estrutural da indústria têxtil pernambucana e que resultou, no final dos 1950, na decadência acentuada do segmento na composição do produto industrial pernambucano.

De maneira análoga à descrição e análise da evolução das frações de capital açucareiro, realizar-se-á o mesmo tipo de trabalho para o setor têxtil, especialmente no que diz respeito à contemplação dos espaços de valorização através dos quais o capital mercantil pôde embotar o desenvolvimento do setor ou mesmo penetrá-lo.

A fase da implantação (1890-1919)

Nessa fase, especialmente a partir do último quartel do século XIX, alguns fatores de estímulo foram determinantes para a instalação das primeiras fábricas de tecido no Brasil e no Nordeste. Às condições ecológicas altamente favoráveis à cultura algodoeira na região devem ser acrescidos, ainda, os seguintes fatores: dificuldades de importação de

artigos têxteis, o que forçou a produção interna; a existência de mão-de-obra abundante; e um mercado consumidor crescente.⁵¹

Além de ter contribuído para a constituição do mercado consumidor regional, é importante afirmar que a abundância de força de trabalho resultou redutora de custos: a mão-de-obra livre foi determinante para que houvessem sido liberados capitais imobilizados na escravaria, o que garantiu aos primeiros investidores do setor uma base de acumulação originária vinculada a outras atividades, comerciais e produtivas, estas relacionadas à produção de açúcar. Não por acaso, as primeiras fábricas de tecido em Pernambuco eram controladas por usineiros ou comerciantes.

A atividade econômica relacionada ao cultivo do algodão envolvia uma trama que ia desde o cultivo, passava pela distribuição por comércio interno e alcançaria a distribuição para o exterior através dos portos. A produção algodoeira pôde se dar, conforme ressalta Andrade (1981), com uma estrutura distinta daquela representada pelo cultivo de açúcar: eram pequenos produtores, e não latifundiários, que abasteciam os comerciantes do produto. Ocorre, porém, que a subordinação da atividade produtiva do algodão à esfera da circulação foi tão forte quanto à do açúcar, especialmente porque sua distribuição comercial representava o tipo de espaço de valorização mais dileto à atuação de frações de capital mercantil.⁵²

Ilustra essa constatação o processo de comercialização do algodão, que era vendido em duas fases. Na primeira vendagem, realizada pelo produtor para comerciantes e tropeiros que percorriam as vias internas para o porto, o produto não sofria nenhum processo de transformação. Já os primeiros compradores – aqueles comerciantes e tropeiros – procediam ao armazenamento e descarçamento do produto para então remetê-lo ao litoral, onde era em parte vendido ao exterior pelos mascates e em parte transformado em fios e daí em tecidos ordinários.

Nota-se, do exposto, a existência de uma estrutura industrial rudimentar, em virtude de a armazenagem, o descarçamento, a fiação e a tecelagem envolverem processos de transformação do produto bruto. Interessante observar que já na década dos 1820

⁵¹ Para maior detalhamento, ver Sudene (1962) e Silva (1999).

⁵² Em Sá Jr (1973) é possível encontrar uma descrição do processo de comercialização do algodão no Nordeste.

surgiram as primeiras manufaturas de tecido, instaladas no Recife. Esses estabelecimentos, além de artesanais, não puderam se desenvolver, porque

os comerciantes se beneficiavam com o comércio exportador da matéria-prima e importador dos tecidos e, alegando os lucros com comércio e a falta de mão-de-obra especializada, não tomavam iniciativas que modificassem o sistema. (ANDRADE, 1981, p. 33)

Portanto, o “salto” do cultivo de algodão para a produção fabril de tecidos esteve condicionado pelos lucros auferidos pelo capital comercial na região e seria possibilitado somente quando a fonte de renda desse capital comercial – função direta da dinâmica do mercado externo – se esgotasse. Esse foi o caso quando a Inglaterra passou a receber algodão oriundo do Egito a partir da década dos 1880 e quando teve fim a Guerra de Secessão nos EUA, em 1865: ambos os acontecimentos concorreram para reduzir a procura pelo algodão nordestino. Dotados de boa parcela de capital acumulado a partir dos lucros auferidos através do comércio exterior até a ocorrência desses eventos, os comissários de açúcar e algodão passaram a inverter recursos no processamento das matérias-primas locais, do que resultou, por volta dos 1880, um verdadeiro surto na indústria têxtil nordestina, através da implantação de algumas fábricas até recentemente importantes.

É, portanto, apenas no último quartel do século XIX que se tem registro de um início efetivo da atividade fabril têxtil em Pernambuco, especialmente a partir da década dos 1890, quando se verifica intenso crescimento nas instalações têxteis no estado, notadamente no aumento considerável do número de teares.⁵³ Instaladas as primeiras fábricas, a crescente colocação dos produtos têxteis pernambucanos no mercado interno de tecidos garantiu uma boa rentabilidade aos empreendimentos, de modo a favorecer a ampliação do parque produtivo têxtil estadual.

São exemplos desse dinamismo a fábrica da Pedra, em município homônimo do interior de Alagoas (antigo território da Comarca do São Francisco, em Pernambuco), cujo proprietário, Delmiro Gouveia, era conhecido pela sagacidade nos negócios comerciais no Nordeste e em Recife; e a fábrica de tecidos de Paulista (PE), de posse da família

⁵³ A esse respeito, ver o apêndice 3 do trabalho de Suzigan (2000). Ver, a seguir, **Tabela 2.4.**

Lundgren, de origem sueca, cujo ramo de acumulação originária era o comércio exportador de peles. A despeito desse surto de caráter industrial, exemplificado por essas duas importantes iniciativas, percebe-se que a dinâmica da produção ainda estava fortemente condicionada aos interesses do capital mercantil.⁵⁴

Cabe acrescentar, a partir da leitura de Levine (1980), Andrade (1981) e Silva (1999), alguns condicionantes externos (à região e, em alguns casos, ao país) que concorreram para que fossem invertidos capitais – notadamente comerciais – na instalação das referidas fábricas no estado. Entre esses fatores extra-regionais, esses autores destacam o regime financeiro instituído por Rui Barbosa, que resultou no aumento de liquidez da economia nacional na década dos 1890, permitiu a circulação de um maior volume de crédito e facilitou a instalação das primeiras manufaturas têxteis em Pernambuco, conforme ilustrado na **Tabela 2.4**.

Tabela 2.4 - Fábricas de tecido de algodão estabelecidas em Pernambuco (antes de 1905)

Fábrica/Companhia	Localização	Data da fundação	Fusos	Teares	Operários
Fábrica da Madalena	Recife	1874	...	20	...
Fiação e Tecelagem de Pernambuco (Fábrica da Torre)	Recife	1887	...	189	...
Fiação e Tecelagem de Pernambuco (Nova Fábrica)	Recife	1892	...	208	...
Companhia Industrial Pernambucana	Camaraçari	1891	12.304	404	700
Companhia de Tecelagem Paulista	Olinda	1893	...	240	...
Companhia Industrial Goiana	Goiana	1893	3.352	108	...
Fiação e Tecelagem Malha	Recife	1893-94	1.920	45	40
Tecelagem de Apipucos	Apipucos	1895	3.384	120	250

Fonte: apud. Suzigan (2000), Apêndice 3. Nota: (...) indica informação indisponível.

Entre os condicionantes endógenos do avanço da indústria têxtil em Pernambuco, Silva (1999) destaca, além da qualidade do insumo (fibra de algodão), de caráter forçosamente regional, a crescente consolidação da mão-de-obra livre, que liberava capitais outrora imobilizados em escravos; o consequente aumento do mercado consumidor regional sob influência do Recife, então centro regional; a demanda inter-setorial representada pela introdução da sacaria como embalagem para o açúcar, o que inclusive promoveu importante encadeamento setorial das usinas de açúcar com as primeiras fábricas

⁵⁴ Cf. Andrade (1981), pág. 34. Tanto Delmiro Gouveia como a família Lundgren provinham da exportação de couros.

de tecidos grosseiros e resultou numa importante estratégia de diversificação de frações de capital de um para outro segmento (e vice-versa); e a infra-estrutura ferroviária criada a partir dos engenhos centrais, que permitiu um desenvolvimento paralelo, não-conflitante em termos locais, com a produção de açúcar no estado. A localização das fábricas de tecido foi determinada, inclusive, pelas linhas férreas de penetração criadas inicialmente para escoar o açúcar.

Foi notório o crescimento do segmento têxtil em Pernambuco nas primeiras décadas do século XX, especialmente no período que antecedeu e perpassou a 1ª Guerra Mundial. Essa fase foi marcada não apenas pelo forte incremento do nível de comércio, mas também pelo movimento simultâneo de incorporação de novos equipamentos e máquinas às fábricas existentes. (ver **Quadro 2.5** no **Apêndice 1**)

A fase da consolidação (1919-1949)

Para a Sudene (1962; 1971), a 1ª Guerra Mundial constituiu o marco fundamental da consolidação do parque têxtil regional, porque tornou necessário desenvolver internamente os mecanismos capazes de suprir a demanda nacional e regional de produtos oriundos do exterior. Houve um constrangimento às importações que se configurou importante **elemento de estímulo**, na medida em que o suprimento da demanda interna restringida se deu através de algumas indústrias nacionais, das quais a têxtil é exemplo típico.

Já a década dos 1920 apresenta um quadro distinto. Enquanto regionalmente o quadro é de desaceleração do avanço industrial, no país se verifica fenômeno semelhante apenas no triênio 1924/1926, dado o restabelecimento das fontes externas de suprimento da procura nacional, notadamente dos produtos têxteis. O fato é que o surto industrial iniciado no período anterior não apresentou características de continuidade, ou seja, não se constituiu enquanto um processo. Ademais, há que se ressaltar o caráter nascente das instalações do parque produtivo têxtil nacional/regional, o que implicava necessariamente uma condição de fragilidade frente à competição internacional. Ao longo da década dos 1920, ainda persistia a hegemonia do capital mercantil sobre o capital agrário e sobre o capital industrial, mas este não deixou de ser beneficiado pelas políticas protecionistas

empreendidas pelo Estado em favor das grandes lavouras. Nesse período, o crescimento industrial adquire consistência e caráter permanente e irreversível. (CANO, 2007a)

Importantes estabelecimentos foram fundados nessa fase em Pernambuco, conforme pode ser visto no **Quadro 2.6** do Apêndice 1. Ainda de acordo com as informações do referido quadro, é possível afirmar que o desenvolvimento da indústria têxtil pernambucana experimentou um avanço expressivo em termos qualitativos com as unidades implantadas após 1919, o que pode ser exemplificado pela utilização de energia hidrelétrica e pela produção de tecidos finos.⁵⁵

Na segunda metade da década dos 1920 os investimentos em bens de capitais no setor têxtil atingem o ápice e a partir de então passam a declinar. Com isso, a indústria têxtil pernambucana estava provida de um parque produtivo capaz de lograr uma rápida recuperação após a crise de 1929, o que foi verificado especialmente a partir de meados da década dos 1930, quando foi capaz de suprir, ao lado da indústria do Sudeste, a demanda nacional de produtos têxteis. Na fase de recuperação da década dos 1930, algumas fábricas se consolidaram enquanto as mais importantes do estado e se habilitaram a distribuir nacionalmente seus produtos, ainda que no Sudeste a indústria têxtil estivesse em melhores condições de competição.⁵⁶

A recuperação das fábricas têxteis de Pernambuco, contudo, estava fortemente atrelada à demanda extra-regional. O ainda considerável fluxo de comércio já apresentava sinais de desaceleração na segunda metade dos anos 1930, especialmente porque no Sudeste se desenvolvia uma indústria têxtil em bases econômicas diferenciadas, com o que se gestava um parque produtor têxtil com grande capacidade concorrencial.

O declínio do fluxo comercial no sentido Nordeste (Pernambuco)/ mercado interno seria mais latente, não fosse a iminência e eclosão da 2ª Guerra Mundial, que abriu

⁵⁵ Ver Sudene (1971), pág. 20.

⁵⁶ Conforme pesquisas da Sudene (1962; 1971), data da primeira metade da década dos 1920 os últimos investimentos modernizadores consideráveis na região Nordeste como um todo, da qual Pernambuco era hegemônico na produção de tecidos. Isso significa que, na década dos 1960, parte considerável das fábricas têxteis regionais operavam com o mesmo maquinário da segunda metade da década dos 1920. Maranhão (1983) alerta que, a despeito de modernizadores, tais investimentos em maquinaria representavam certo continuísmo, na medida em que a tecnologia empregada era basicamente a mesma. Vale destacar que, em um contexto de superprodução, agravou-se a crise que sucedeu os anos imediatamente posteriores a 1929, o que requereu medidas como a restrição às importações e a redução do horário de funcionamento de algumas fábricas.

o mercado estrangeiro à produção têxtil nacional e pernambucana e obscureceu a percepção do empresário pernambucano quanto à necessidade de modernizar o parque produtivo estadual e, com isso, reequipá-lo para fazer frente ao desenvolvimento da indústria homônima no Sudeste. Ainda que a demanda internacional tenha sido compensatória da retração crescente do mercado interno, a desaceleração do fluxo comercial constituía problema central para a manutenção do ritmo de crescimento do segmento em Pernambuco.⁵⁷ (SILVA, 1999)

Conforme ressaltado, ao longo da década dos 1930 já se verificava um crescimento industrial também significativo no Sudeste do país, que viria a concorrer posteriormente pelo mercado interno nacional com a indústria têxtil nordestina e pernambucana, fato que precipitou na região grave crise ao longo dos anos de 1950, após o suspiro por ocasião da 2ª Guerra Mundial.

Ocorre que o estímulo externo representado pelo contexto bélico da década dos 1940 não teve longa duração: num período em que havia capacidade de acumulação em virtude da realização de vendas em escala anormal, não foram tomadas medidas modernizadoras capazes de dar uma sobrevida às vantagens econômicas de Pernambuco na produção têxtil, evidenciando a predileção pelo curto prazo e alguma esperança na maior duração dos estímulos externos por parte dos empresários. Segundo Maranhão (1983), o “espantoso” incremento da produção entre 1939-1945 foi alcançado em virtude do uso mais intensivo de força de trabalho e do prolongamento da jornada de funcionamento das seções fabris na indústria têxtil pernambucana.

Em paralelo, a partir dos anos de 1940, ganhou intensidade o processo de articulação mercantil e através dele ficaram desnudadas as condições defasadas em que operava o parque produtivo nordestino. No caso de Pernambuco, o atraso ficou visível nos dois principais segmentos produtivos, o açúcar e a indústria têxtil. Neste último, o estímulo externo representado pela 2ª Guerra foi consideravelmente restringido pela concentração produtiva e industrial do Sudeste, a partir de onde foi proporcionada a constituição do

⁵⁷ Note-se que o período iniciado nos anos de 1940 já está fortemente imbuído do fluxo reverso do comércio extra-regional pernambucano. Ou seja, estava acirrado o ambiente concorrencial, a partir da consolidação da articulação mercantil nacional: não mais havia a exclusividade de colocar o produto regional para fora do mercado local; a partir de então, era preciso competir por mercado em nível nacional, mas também e principalmente dentro do Nordeste e de Pernambuco. Ver Guimarães Neto (1989), capítulos 2 e 3.

mercado interno nacional. Saliente-se, ainda, a recuperação da produção dos países europeus no pós-guerra, o que potencializava a concorrência intercapitalista no setor têxtil em nível mundial.

A crescente articulação mercantil das regiões brasileiras promoveu o acirramento da concorrência intercapitalista nacional e fez com que as indústrias têxteis pernambucanas e nordestinas se vissem inseridas num ambiente altamente competitivo, para o qual estavam equipadas com uma estrutura de produção voltada às determinações do mercado local e sensível aos efeitos decorrentes dos estímulos externos à região, que ocorriam de maneira esporádica. Isso significa, pois, que a estrutura industrial têxtil de Pernambuco e do Nordeste, a partir dos anos de 1940, respondia ao contexto histórico em que havia sido implantada e consolidada, anterior a 1930. Num contexto de competição intensa, verificou-se a incapacidade dessa estrutura industrial em concorrer com aquela instalada no Centro-Sul. Assim, o principal resultado desse processo foi o deslocamento das fábricas que permaneceram baseadas na estrutura organizacional da época em que o isolamento relativo garantia uma proteção natural aos mercados regionais.

Com a aceleração do crescimento industrial e sua mutação qualitativa segundo o modelo substitutivo de importações, as vantagens locais que permitiram a implantação das fábricas nordestinas foram neutralizadas (...) **Pode-se considerar essa fase de nossa história [a 2ª Guerra Mundial – FLPO] como sendo o marco diferenciativo na evolução do parque têxtil nordestino.** (SUDENE, 1971, p. 22, grifos meus)

Esse deslocamento foi latente em Pernambuco: das trinta fábricas fundadas desde o período do surgimento até a fase da consolidação do setor no estado, menos da metade operavam quando da criação da Sudene, segundo as informações da **Tabela 2.5**.

Os determinantes do declínio estrutural (1949-1959)

Desde o final da década dos 1930, as vantagens locais em que se amparou a indústria têxtil pernambucana passaram a ser neutralizadas (i) pela concentração de investimentos produtivos na região dinâmica do país, em condições mais favoráveis; e (ii) pelo avanço da articulação mercantil e consequente constituição de um mercado interno consumidor dos produtos industriais do Sudeste, o que colocou à mostra débeis condições

estruturais da produção de tecidos no Nordeste como um todo, conforme relatos da pesquisa da Sudene (1962).

De modo geral, a dinâmica da indústria têxtil nordestina apresentou, no período que vai desde a constituição do parque produtivo até a fase da consolidação, um quadro de crescimento movido por estímulos externos e de decadência relativa à indústria homônima extra-regional. Desse quadro resultou uma política intervencionista da Sudene lançada em 1962, voltada para o reequipamento do setor. Pernambuco seria o grande beneficiado, principalmente porque o parque produtivo estadual havia sido bastante afetado nos anos de 1950 e adentrava a década seguinte com um número relativamente menor.⁵⁸ (**Tabela 2.5**)

Tabela 2.5 - Fábricas têxteis existentes em Pernambuco (1959)

Especificação	Cidade	Grupo Empresarial
Cia Industrial Pirapama	Recife	...
Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco S/A	Recife	...
Cotonifício da Torre S/A	Recife	...
Cotonifício Capibaribe S/A	Recife	...
Cotonifício Othon Bezerra de Mello (Fáb. Coronel Othon)	Recife	Grupo Othon Bezerra de Mello
Cotonifício Othon Bezerra de Mello (Fáb. Bezerra de Mello e Amalita)	Recife	Grupo Othon Bezerra de Mello
Cia Industrial Pernambucana (CIPER - Fáb. de Camaragibe)	Recife	...
Cia Manufaturadora de Tecidos do Norte (Fáb. da Tacaruna)	Recife	...
Cia de Tecidos Paulista	Recife	...
Textifício Santa Maria Ltda	Recife	...
Cotonifício José Rufino S/A	Recife	...
Fiação e Tecelagem Ribeirão S/A	Recife	Grupo Armando Monteiro
Société Cotonière Belge-Bresilienne	Recife	...
Cotonifício Victor de Araújo S/A	Recife	...

Fonte: apud. Sudene (1962), Anexo I. Nota: (...) indica informação indisponível.

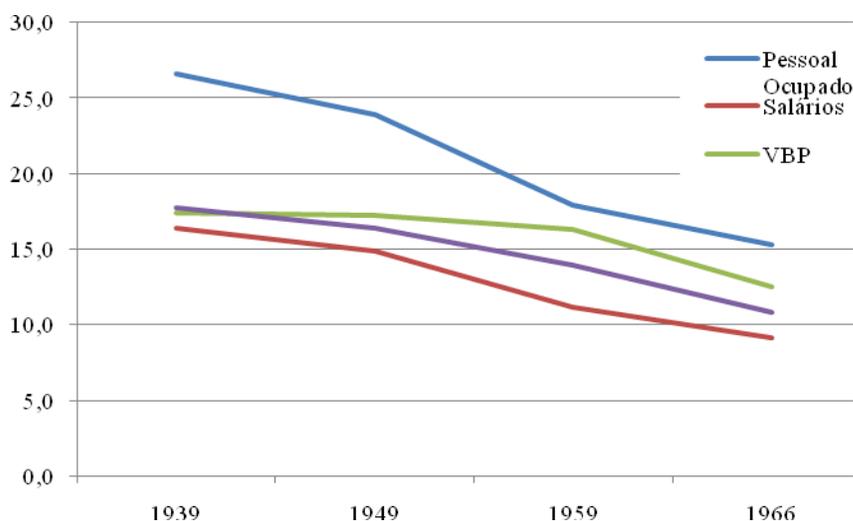
A análise de Silva (1999) parece atribuir quase exclusivamente ao processo de concentração produtiva e à crescente articulação mercantil os principais determinantes do atraso relativo e da crise estrutural que marcariam a indústria têxtil pernambucana e nordestina. Em contraposição, as análises da Sudene (1962; 1971) desautorizam tal interpretação e mostram que, se não é possível ignorar esses importantes fatores,

⁵⁸ Essa afirmação está amparada na ideia inicial da Sudene com o referido programa, cujo objetivo não era implantar novas fábricas. O diagnóstico do órgão revelara que havia capacidade produtiva ociosa na indústria regional, de modo que seria mais vantajoso priorizar a modernização do parque produtivo existente, em vez de investir em novo maquinário. Com isso, seria esperado que os parques produtivos de maior relevância, entre os quais o de Pernambuco, fossem os mais beneficiados.

notadamente do ponto de vista concorrencial, é preciso também que se considerem os condicionantes endógenos do atraso do setor.

Ofertantes de tecidos grossos, cujo processo produtivo exigia menor nível tecnológico, as indústrias têxteis nordestinas e pernambucanas se encontravam desajustadas às exigências mais avançadas da demanda nacional, o que impelia a elas um mercado de dimensões restritas e a reiteração de uma produção tecnicamente defasada, o que se agravou no contexto de crescente articulação mercantil inter-regional iniciado nos anos de 1940. Daí se refletir uma queda acentuada de importância, num declínio da indústria têxtil nordestina frente à nacional que se revelou estrutural já a partir dos 1940, conforme demonstra o **Gráfico 2.1**.

Gráfico 2.1 - Indústria Têxtil do Nordeste em relação ao país, em % (1939-1966)



Fonte: Censos Industriais (1939 a 1959) e Produção Industrial de 1966 - IBGE. Apud. Sudene (1971), pág. 23

Para apreender a nítida queda de participação do setor têxtil pernambucano em relação à indústria têxtil nacional, é preciso não apenas considerar o movimento concreto da industrialização brasileira, que até meados da década dos 1950 se pautava nos segmentos de bens de consumo não-duráveis, entre os quais consta o segmento têxtil. Na verdade, deve-se também ter em mente os fatores endógenos à indústria pernambucana, de modo que é preciso entender os determinantes do

alto grau de obsolescência de suas máquinas e equipamentos, o qual, associado à baixa produtividade, própria de uma produção intensiva do fator trabalho, levou suas unidades a produzirem, a custos elevados, produtos de inferior qualidade. (SILVA, 1999, pág. 148)

Esse declínio apresentado pela indústria têxtil pernambucana a partir de meados do século XX reflete a transição incompleta de uma estrutura amparada em bases produtivas tradicionais para uma estrutura moderna, em virtude do peso do arcaísmo em que o parque produtivo estava assentado.

O relatório da Sudene (1962) aponta os seguintes elementos que condicionaram o desenvolvimento da indústria têxtil regional no período anterior à década dos 1940: (i) problemas de mercado; (ii) obsolescência do equipamento; (iii) encarecimento e uso excessivo da mão-de-obra; (iv) problemas de administração; e (v) escassez de financiamento. Fortemente integrados, configuram de maneira quase absoluta problemas referentes à gestão das empresas, especialmente no que diz respeito à percepção empresarial do contexto da época.⁵⁹

No caso dos problemas de mercado, convém uma vez mais salientar que na década dos 1940 teve início o processo de articulação mercantil, através do qual o isolamento relativo regional caiu por terra e a proteção natural do mercado local foi desmanchada. Dotada de equipamentos obsoletos, a indústria têxtil pernambucana não foi capaz de atender à demanda crescente do país, que passava por um processo latente de alteração quantitativa e qualitativa no perfil do produto demandado, dado o processo de urbanização e de crescimento do mercado regional.⁶⁰

Essa demanda foi suprida pelas indústrias produtoras de tecidos finos, majoritariamente extra-regionais; apenas algumas fábricas locais foram capazes de atendê-la.⁶¹ Para grande parte das fábricas pernambucanas e nordestinas, a incapacidade de atender

⁵⁹ Esses são aspectos técnicos indubitavelmente importantes. Todavia, é preciso destacar a questão central que condiciona o desenvolvimento produtivo em Pernambuco e no Nordeste: por que os empresários não reequiparam as plantas produtivas quando puderam, a exemplo dos empresários paulistas, cariocas e mineiros?

⁶⁰ Ver Sudene (1962), pág. 7: “**com efeito, quase todo equipamento da indústria têxtil do Nordeste é obsoleto, estando em uso, na melhor das hipóteses, há mais de trinta anos.**” O relatório remonta à segunda metade da década dos 1920, período que Silva (1999) destaca por estar dotado de paralelismo entre a ampliação do fluxo comercial dos produtos têxteis nordestinos e investimentos em máquinas e equipamentos no parque produtivo local.

⁶¹ A partir de Silva (1999) é possível identificar as principais fábricas têxteis de Pernambuco. Além disso, um exercício de interpretação das informações qualitativas que esse autor fornece permite destacar as características comuns às fábricas

o mercado local de tecidos finos – produtos elaborados a partir de uma matriz técnica mais avançada, de cuja demanda se aproveitaram as fábricas do Sudeste – foi compensada pela abertura do mercado extra-regional para tecidos grossos e pelo atendimento do mercado não-urbano por parte das fábricas desses produtos. Essa compensação permitiu que a estrutura produtiva tecnicamente defasada de boa parte das fábricas têxteis pernambucanas fosse mantida, de modo que a articulação mercantil intensificada nos anos de 1940 teve o efeito de aprofundar e reforçar a rigidez da estrutura produtiva têxtil de Pernambuco e do Nordeste, bem como a defasagem técnica em relação ao parque produtivo extra-regional.

O espaço de valorização caracterizado pelo atendimento da demanda de tecidos grossos, porém, não era dinâmico, no sentido de garantir bons índices de rentabilidade. Com isso, o parque produtivo regional, fortemente caracterizado por empreendimentos do referido segmento, entrou em um processo de declínio estrutural, a princípio reforçado pela elevação do custo da mão-de-obra, em virtude da conjuntura inflacionária pela qual passava o país e das dificuldades de abastecimento alimentar no Nordeste, refletidas em termos de preços. (ANDRADE, 1962)

Isso reverteu a vantagem locacional constituída a partir da mão-de-obra barata da região. Ainda que a mão-de-obra têxtil nordestina continuasse a mais barata do Brasil, era intensa e desnecessariamente utilizada na produção regional, sob uma justificativa paternalista dos empresários.⁶² (SUDENE, 1962; MAKLER, 1975)

Além dos problemas de mercado e mão-de-obra, merecem destaque aspectos relacionados à gestão microeconômica dos empreendimentos têxteis, decorrentes da administração das fábricas pelo *one man industry*.⁶³ A pesquisa da Sudene (1962) identificou falhas administrativas básicas, a exemplo do desconhecimento do controle de custos, do próprio processo produtivo e do mercado. Os próprios empresários reconheciam

exitosas – caso da Othon – e a queda das fábricas tradicionais, incapazes de acompanhar a dinâmica do setor em nível nacional – caso da Fábrica de Juta.

⁶² As análises específicas do tema apontam para esse uso intensivo de mão-de-obra a partir dessa perspectiva paternalista. É preciso questionar, porém, o motivo pelo qual a mão-de-obra era excessivamente utilizada. Com base neste estudo, é possível afirmar que a intensidade de mão-de-obra do parque têxtil pernambucano se devia tanto à ineficiência econômica da indústria no estado, que se amparava no baixo custo da mão-de-obra para explorar a inserção da produção de tecidos na divisão inter-regional do trabalho, na qual o Nordeste produzia os tecidos grosseiros. Ademais, nunca é demais ressaltar que pesava, àquela época, a influência de um empresário sobre grande contingente de pessoas, mas essa temática escapa aos propósitos e limites analíticos deste trabalho.

⁶³ Ver Sudene (1971).

que suas práticas empresariais não eram as mais adequadas e se amparavam em argumentos questionáveis de caráter social.⁶⁴

Ademais, constitui outro problema de vulto, no que diz respeito à gestão microeconômica das fábricas, a questão do financiamento para realizar inversões em máquinas e equipamentos. Essa é, por sinal, uma questão crucial para entender o processo de declínio do avanço da indústria têxtil regional a partir dos 1940.

Enquanto dispôs totalmente do mercado interno no Nordeste e desfrutou de amplo domínio sobre o mercado de trabalho regional, **a indústria têxtil não sentia maiormente a necessidade de modernizar seu equipamento** (...) esta situação perdurou até a segunda guerra mundial, pois antes carecia de significado a penetração de produtos têxteis de outras regiões no mercado do Nordeste. (SUDENE, 1962: 11, grifos meus)

“Desnecessários”, os investimentos modernizadores liberaram recursos para que os empresários realizassem outros tipos de inversões. Em Pernambuco, parte considerável dos industriais têxteis provinha ou tinha posse de outros negócios, o que também permitia a eles aplicar algum recurso como capital de giro das fábricas de tecido, no sentido de cobrir uma eventual elevação de custos. Quando se considera a ausência de mecanismos de financiamento para a realização de investimentos no país, especialmente no Nordeste, fica configurado um quadro de difícil modernização.

A situação da indústria têxtil pernambucana em 1955 revelava que as alterações nas condições extra-regionais, refletidas no maior ou menor aproveitamento dos estímulos externos, impactaram as condições internas sobre as quais os grupos locais se ampararam durante o longo período compreendido desde a constituição em 1890 até final dos anos de 1940.⁶⁵ A partir de então, os efeitos dos estímulos externos existiam, mas não seriam aproveitados como outrora, em virtude do acirramento concorrencial entre as frações de capital nordestinas e do Sudeste pela colocação de produtos no mercado.

⁶⁴ O trabalho de Harry Makler (1975) mostra com exatidão a percepção dos empresários pernambucanos acerca das práticas “socialmente responsáveis” que adotavam. Uma interpretação mais “fria” dessa percepção impõe que se considere a lógica racional do capital, cuja avidez pelo ganho nada tem de socialmente responsável.

⁶⁵ Destaque-se a Primeira Guerra Mundial; a Crise de 1929; e a Segunda Guerra Mundial. Para maior detalhamento, Sudene (1962;1971) e Silva (1999), este especificamente para o caso pernambucano.

Tal situação também evidenciou o caráter das decisões empresariais até então tomadas pelos principais industriais pernambucanos e nordestinos, especialmente quando se considera a situação de retardamento em termos de reaparelhamento técnico das fábricas.

Nesse período [1920-1940 – FLPO], os recursos acumulados nas mãos da indústria têxtil desviaram-se para aplicações que poderiam apresentar então maior rentabilidade imediata. De tudo isso resultou o atual estado de obsolescência em que se encontra grande parte da maquinaria das fábricas têxteis brasileiras, em particular as do Nordeste. (CAPES, 1959, p. 122)

Frente à vantajosa condição em que se encontrava a indústria têxtil do Sudeste, era premente a necessidade de empreender o reequipamento do parque produtivo nordestino. Tal esforço foi, inicialmente, promovido com base nos recursos próprios dos principais grupos têxteis pernambucanos, entre os quais é possível destacar o Grupo Lundgren e o Grupo Othon Bezerra de Melo. Essa iniciativa, porém, foi bastante restrita, de modo que já no âmbito da Sudene foi criado um grupo setorial responsável pela realização de um diagnóstico sobre a alarmante situação da indústria regional, do qual resultou no Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil do Nordeste (1962).

2.4 O surgimento de novas atividades industriais e o impulso ao capital mercantil

As primeiras indústrias em Pernambuco devem-se à existência de matérias-primas importantes no estado, a exemplo da cana-de-açúcar e do algodão. Além delas, outras atividades produtivas foram desenvolvidas, a partir da utilização de recursos originários das atividades de exportação; de recursos gerados em outras atividades produtivas; do crescente processo de urbanização do Recife; e da intensificação da articulação mercantil regional no Brasil. Apesar do peso econômico da produção de açúcar e de tecidos, que juntas, segundo Levine (1980), compunham mais de três quartas partes do valor da produção industrial pernambucana em 1909 e em 1934, é lícito analisar a constituição de outros estabelecimentos em segmentos distintos.

É importante ressaltar que os primeiros industriais foram exatamente os empresários que estiveram dotados de capacidade financeira acumulada em alguma base originária de valor. Por isso, as indústrias pernambucanas, inclusive as têxteis, surgiram,

predominantemente, a partir do capital usineiro e/ou do capital mercantil. A modernização da produção de açúcar e de algodão, ainda que tímido e tardio, teve efeitos positivos em termos de desenvolvimento de novas atividades.

No caso específico do Nordeste, a industrialização se processou sobretudo em função do beneficiamento de dois produtos agrícolas locais, a cana-de-açúcar e o algodão. Acompanhando estes e beneficiando-se do modesto mercado consumidor em formação, surgiram outras atividades industriais de menor expressão, algumas até artesanais. (ANDRADE, 1981, p. 24)

Essas atividades eram, basicamente, relacionadas às fundições, cujos clientes eram os engenhos de açúcar; à indústria de óleos vegetais, que iniciou no Recife em 1825 o beneficiamento de sementes de algodão e mamona, com algumas fábricas também produzindo sabão e industrializando cera; à produção de doces no interior do estado, com caráter artesanal no princípio e industrial posteriormente, e que tinha como principal representante a família Brito, proprietária das Indústrias Peixe; à produção de refrigerantes pelo grupo Frateli Vita, em Recife e Salvador; e, finalmente, à indústria de cimento, com a instalação da Fábrica Poti em Paulista por parte do grupo de José Ermírio de Moraes.⁶⁶

É possível citar, ainda no que diz respeito às “atividades de elaboração de artigos de amianto e cimento, de cal, ladrilhos, telhas e, sobretudo, cimento”, a Itapessoca Agroindustrial, empresa do Grupo João Santos. Juntamente com a Fábrica Poti, a Itapessoca pôde se beneficiar da existência de jazidas de calcário e, juntas, essas fábricas ofertavam produtos transformados a partir dessa matéria-prima acima da capacidade de consumo local, o que evidencia a inserção dessas empresas no mercado interno nacional. (CAPES, 1959)

No ramo dos produtos alimentares, merece destaque a indústria de carnes e a indústria de pesca. O primeiro segmento, porém, possuía limitações consideráveis em 1955, em virtude da subordinação ao capital mercantil representada pela existência de um único frigorífico capaz de armazenar e industrializar a carne. Ainda assim, era insuficiente a oferta na pecuária de corte, em especial da bovinocultura, organizada em escala extensiva e com baixa produtividade. Ademais, era consideravelmente difícil a manutenção e extensão do rebanho bovino em Pernambuco, dadas as difíceis condições de acesso a recursos

⁶⁶ Veja-se Andrade (1981), págs. 35 a 37. Ver também Singer (1968).

alimentícios no estado. Quanto à pecuária de leite, as limitações eram basicamente as mesmas, a despeito de esse segmento estar em condições mais avançadas de organização econômica. (CAPES, 1959)

Já a indústria da pesca, que possuía caráter eminentemente artesanal em 1955, apresentava considerável tendência de avanço qualitativo em virtude da instalação da Indústria Brasileira de Pesca e Frios S.A. (INBRAPE), empresa cuja origem de capital era japonesa. A expectativa em 1955 era de que a INBRAPE pudesse reverter o até então prevalecente quadro artesanal e estruturar a atividade do pescado em bases industriais.

Importante observar que parte desse desenvolvimento industrial pode ser tributada ao beneficiamento de matérias-primas locais. Ademais, era predominante a presença dos grupos locais na indústria nascente, ao passo que ao capital estrangeiro, que havia penetrado na região desde a estratégia dos engenhos centrais no final do século XIX, cabia controlar o sistema de transportes e comunicações, bem como os serviços de energia. Essas atividades possuíam maior rentabilidade, especialmente num contexto de crescimento urbano do Recife, embora esse crescimento fosse decorrente da “decomposição do complexo rural” e não necessariamente vinculado às atividades econômicas relevantes de cunho urbano.⁶⁷

A partir dos 1890 surgiram várias indústrias pequenas em Pernambuco, algumas das quais se mantiveram em virtude de políticas estaduais favoráveis, sintetizadas na isenção de impostos, e atuavam basicamente nos segmentos de conservas alimentícias, couros e peles, cigarros, fósforos, pólvora, óleos vegetais e resinas. (LEVINE, 1980, p.70-71)

Mendonça (2005) faz interessante incursão ao longo do século XIX, na qual mapeou os principais empreendimentos industriais fundados antes dos 1890 em segmentos que não os majoritários. Vale destacar os estabelecimentos relacionados à produção gráfica, de cervejas, cigarros, guarda-chuvas e chapéus, e, especialmente, o surgimento da indústria de ferro, cuja origem de capital era inglesa. Esse autor empreende um esforço basicamente setorial de reconstituição do quadro industrial pernambucano na primeira metade do século

⁶⁷ Singer (1968), pág. 329.

XX. Assim é que contempla a análise em evolução da indústria têxtil, a principal atividade industrial da época, mas não restringe o estudo de outros segmentos produtivos, a saber: alimentos e bebidas, metalurgia e calçados.

No ramo dos alimentos e bebidas, cita como principais destaques a Fábrica Pilar, fundada como uma padaria pelo português Luís da Fonseca Oliveira e transformada em indústria pelo inglês Joseph Turton (primeiro presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco), e que tinha como produtos principais biscoitos e pães; a Fábrica Peixe (já citada anteriormente); ainda na fabricação de doces, destaca as fábricas Rosa (cujo proprietário se chamava José Didier), localizada na mesma cidade que a Fábrica Peixe; e a fábrica Leão, pertencente à firma Amorim da Costa. Também se destacam no ramo de alimentos e bebidas a Frateli Vita e a Alimonda S/A. A primeira tinha como principais produtos bebidas gaseificadas, enquanto a segunda teve início com a produção de sabão e diversificou o parque produtivo para a produção de detergentes, mas também de alimentos, especificamente óleos vegetais e margarinas. (MENDONÇA, 2005, p. 48)

Outros segmentos industriais de destaque foram: a fabricação de cerâmicas e azulejos, comandada pela família Brennand; a fabricação de artefatos de alumínio, com destaque para a empresa de Francisco Conti; e a metalurgia, especialmente a Fundação Capunga, cujo proprietário era Euclides Lucena.

Apesar de marginais – especialmente se comparadas com o peso econômico do açúcar e da indústria têxtil – essas atividades germinaram importantes frações de capital de caráter local, de modo a consolidar uma classe empresarial urbana em Recife que terminou por instituir, no final da década dos 1930, a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE). O caráter marginal, em termos de relevância econômica, foi tal que, a despeito da congregação dos representantes numa instituição classista, o quadro econômico de Pernambuco se manteve, até a década dos 1960, majoritariamente controlado pelos usineiros e industriais têxteis, que não raro se confundiam na figura de um só empreendedor.

Importante destacar, ainda, o impulso ao capital mercantil a partir dos 1890, o que ocorreu com um caráter espacialmente localizado na capital, em virtude da zona

portuária. Era através do porto do Recife que os principais produtos primários do estado eram escoados para o exterior. Ao longo do século XIX, as atividades de exportação foram consideravelmente ampliadas, porque envolveram não apenas o açúcar, mas também o algodão, em virtude da demanda crescente das fábricas têxteis no exterior.

No contexto de crise internacional do final do século XIX, o capital mercantil foi importante no sentido de realocar os produtos de exportação pernambucanos e nordestinos do mercado externo para o mercado interno. A cidade do Recife, à época, fazia a intermediação comercial do Nordeste com a região de maior dinamismo do país, o Sudeste. É a partir de então que o Recife consolida a condição de centro comercial regional, reforçada com o fato de que data do último quartel do século XIX, ao lado do surto de industrialização, uma notável expansão urbana na cidade. Ainda que não tivesse uma expressão ampliada, o movimento industrializante contribuiu para que atividades comerciais e financeiras, majoritariamente urbanas, fossem desenvolvidas, o que certamente abriu um espaço de valorização capitalista outrora restrito, de modo que se verificou notável diversificação da atividade produtiva estadual em termos setoriais, abarcando com isso o comércio e os serviços. (SINGER, 1968)

Nesse sentido, convém acrescentar à centralidade comercial do Recife a condição de “centro financeiro”, em virtude da instalação de bancos e da atuação de agentes financeiros na praça da capital de Pernambuco. Conforme destacado anteriormente, em um momento histórico em que as regiões brasileiras se encontravam em uma fase de isolamento relativo – mais articuladas com o exterior que entre si mesmas – o capital mercantil exerceu papel preponderante nos rumos do desenvolvimento estadual. Esse quadro da atividade mercantil em Pernambuco persistiu sem grandes alterações até meados do século XX, quando a condição de isolamento regional começou a ser superada em virtude da maior articulação mercantil entre as regiões brasileiras. (SANTOS, 2003)

Assim é que as informações acerca do surgimento de atividades comerciais e industriais derivadas e complementares à atividade açucareira e têxtil devem ser necessariamente mediadas pela dependência dos produtores em relação aos comissários e financistas do Recife. Por isso, ao lado dos segmentos industriais do açúcar e do têxtil, bem como das atividades industriais de menor importância, procurou-se trabalhar com a

perspectiva dos espaços de penetração que o capital mercantil pôde encontrar nessas atividades produtivas, o que distanciava essa forma capitalista das funções que lhe são peculiares.

Cabe, neste instante, destacar a atuação funcional do capital mercantil, dado o crescente processo de urbanização pelo qual passou a cidade do Recife, bem como o movimento concreto da economia pernambucana no período aqui trabalhado. Com a excitação no mercado de créditos no final do século XIX, tiveram um primeiro impulso as atividades financeiras e o capital mercantil se afastou cada vez mais da função de agente industrial para atuar de maneira espoliativa – por sinal, uma característica não-inédita, vez que surgiu tal possibilidade em Pernambuco a partir da necessidade creditícia que acompanhava o intuito modernizador do setor açucareiro. A reforma financeira de Rui Barbosa foi essencial para que a vinculação entre o capital produtivo (usinas e fábricas têxteis) e o capital mercantil (comissários e bancos ingleses) fosse viabilizada em Pernambuco. (ANDRADE, 1981; ANDRADE, 1989)

Segundo Levine (1980), essa atuação ganhou respaldo, do ponto de vista financeiro, na medida em que a ausência de crédito agrícola e a recusa dos bancos ingleses – que dominavam a Praça do Recife por volta de 1890 – em financiar a agricultura pernambucana provisionava aos chamados “correspondentes e comissários” um espaço de valorização usurária: “esses homens, que pagavam muito caro por seus empréstimos nos bancos do Recife, (...) não só cobravam mais caro dos seus clientes, mas exigiam, de quebra, grandes comissões como representantes deles.” (LEVINE, 1980, p.73)

Note-se que a recusa dos bancos ingleses e o encarecimento do crédito por parte dos comissários não era gratuita: conforme ressaltou Perruci (1978a), o grupo de usineiros se amparou no poder político que possuía para dar um calote no Governo estadual em relação aos empréstimos contraídos para viabilizar a instalação das primeiras usinas entre 1880 e 1890.

Outra importante forma de atuação do capital mercantil foi através do controle do comércio e distribuição dos produtos pernambucanos. Como é sabido a partir das análises de Andrade (1981), Levine (1980) e Perruci (1978a), o capital mercantil foi

comandado por estrangeiros, mas também por alguns comissários e pelos próprios usineiros (no que parece ter constituído uma resposta às oportunidades de diversificação dos negócios no sentido do capital comercial) e por grupos econômicos extra-regionais, porém nacionais, interessados na tendência à reversão do comércio de exportação nordestino para o mercado interno.

No caso dos capitais estrangeiros, boa parte deles egressos da experiência pouco rentável e, no limite, mal-sucedida dos engenhos centrais, o perfil do investimento esteve atrelado à provisão de serviços de transportes, comunicações, revitalizações urbanas e de infra-estrutura de comércio. Cabe ressaltar que as importações e exportações de Pernambuco – couros e peles, algodão, maquinaria, bacalhau seco, carne seca e de sol, cimento, remédios, açúcar, álcool, farinha e cera – eram substancialmente controladas por comerciantes estrangeiros, que se congregavam sob a Associação Comercial, representação institucional dos interesses de comerciantes portugueses e ingleses no estado. (PINTO, 1940)

Pela forma de atuação que lhe era peculiar é que o capital mercantil também pôde adentrar na esfera das frações de capital produtivo de Pernambuco. Vale salientar que a experiência dos engenhos centrais já havia representado tal penetração, fracassada na medida em que os capitais estrangeiros ainda não se encontravam capacitados a subordinar as frações de capital local na esfera da produção. Os instantes adequados a essa atuação das frações comerciais e financeiras de capital na produção açucareira e também na fabricação de tecidos eram os momentos de crise desses segmentos.⁶⁸

A participação dos investidores estrangeiros em Pernambuco (e no Brasil) declinou com a eclosão da 1ª Guerra Mundial na Europa. No estado, a conseqüência da guerra foi recolocar a economia sob a origem de capital em que havia se constituído secularmente, o que terminou por recobrar aos usineiros o poder econômico que forçosamente tinham de compartilhar após 1890, com os capitalistas estrangeiros.

⁶⁸ Vale ressaltar que eram frações de capital mercantil, associadas a capitalistas pernambucanos, que controlavam as duas maiores fábricas de tecido do estado no início do século XX. (LEVINE, 1980, p.76) Infelizmente, não se dispõe de maiores dados acerca desse processo de penetração, embora os Quadros 5 e 6 deste trabalho estejam embasados em informações qualitativas sobre o controle das fábricas de tecido de Pernambuco. Ver, especialmente, o controle exercido pela firma Boxwell & Cia, uma das pernas da tríade mais conhecida do capital mercantil pernambucano (As “Três Irmãs”). As outras duas firmas eram a SANBRA e a Anderson, Clayton & Cia, todas de origem inglesa e com resquícios de atuação mercantil.

Isso revela a importância e a penetração que tinha o capital mercantil, na virada do século XIX para o século XX. Os efeitos dessa presença já foram discutidos em termos teóricos e, em termos concretos, pretendeu-se revelar o condicionamento e a limitação exercida sobre o capital produtivo local, ainda mais quando se considera a luta intra-classes polarizada por senhores de engenho e usineiros a partir dos 1890, intrigados especialmente em virtude de disputas por preços da cana. Esses representantes do capital mercantil tinham acesso aos serviços de aquisição e transporte de máquinas aperfeiçoadas, que passaram a ser utilizadas nas usinas de açúcar e nas fábricas de tecido de Pernambuco. É notória a presença estrangeira no escoamento da produção nacional e mesmo internacional a partir do Recife.⁶⁹

Além disso, em linha com o contexto de expansão da rede bancária e da abundância de liquidez da década dos 1890, o capital financeiro pôde financiar os usineiros quanto à aquisição dos equipamentos para a modernização da produção usineira. Conforme ressalta Perruci (1978a), foram os bancos, especialmente os estrangeiros, que se encarregaram de financiar a produção e controlar o comércio exterior da nação; eles se tornaram, assim, os verdadeiros árbitros do desenvolvimento.⁷⁰

Esse domínio do capital mercantil estrangeiro se deu, inclusive, quando da modernização do porto do Recife por volta de 1910, que resultou no embate de quatro grupos estrangeiros na disputa pela reconstrução. Apesar da polêmica concorrência e do encarecimento do valor da obra em relação ao previsto originariamente, a reconstrução teve o efeito de impulsionar, entre outras atividades, a construção civil, em linha com o crescente processo de urbanização da capital, conforme descreve Singer (1968).

Quando da reversão das vendas de açúcar para o mercado interno, é preciso ressaltar a participação de casas comerciais da região de São Paulo. Merece destaque, por exemplo, a S/A Indústrias Matarazzo. Segundo Gnaccarini (1975), a atuação da Matarazzo, intensificada na década dos 1920, promoveu uma acelerada centralização de capitais comerciais e reforçou o deslocamento dos problemas produtivos do açúcar para o âmbito da

⁶⁹ Ver Perruci (1978), pág. 135. Ver também Pinto (1949), Pinto (1940) e Gnaccarini (1975).

⁷⁰ Nunca é demais ressaltar que a atuação do capital mercantil é consequência da estrutura fundiária e de renda concentrada, que terminou por impor ao capital produtivo do estado uma reprodução de capital restrita e dependente dos capitais comerciais e financeiros.

circulação das mercadorias. Era forte, segundo esse autor, a especulação da Matarazzo com a formação de estoques de açúcar, com o que eram significativamente impactados os preços.

Uma boa referência sobre a atuação da S/A Matarazzo em Pernambuco é o trabalho de Martins (1976). Esse autor destaca que as mudanças ocorridas na organização das empresas do Grupo Matarazzo a partir da crise de 1929 não atingiram o fundamento do lucro desse grupo, fortemente enraizado no caráter comercial. Apesar de possuir um maior número de empresas industriais a partir dos 1930, eram as operações comerciais que garantiam a maior parcela de lucros do grupo. Na verdade, esse caráter industrial era

fruto contingente da impossibilidade de manter o estilo anterior no relacionamento com a economia dominante (...) A indústria era admitida para conservar a posse do poder e, principalmente, a racionalidade da economia agrário-exportadora (...) A transformação industrial entrava apenas como um meio necessário à realização do lucro concebido comercialmente. (MARTINS, 1976, p. 86-8)

Um relato acerca da origem do lucro do Grupo Matarazzo revela que o mesmo provinha não do sobre-valor no instante da venda, mas sim da eliminação dos intermediários no momento da compra de insumos. Esse controle é que permitia, inclusive, a prática de ações especulativas na praça pernambucana e paulista a partir do açúcar e, notadamente, do algodão, conforme destaca Gnaccarini (1975).

Ocorre que o controle do grande comércio sobre o mercado consumidor brasileiro, no período da industrialização restringida, impunha à indústria conceder ao capital mercantil o domínio sobre os canais de comercialização; com isso, ficavam limitadas as possibilidades de expansão dos lucros: “a lucratividade do capital industrial dependia, na maior parte dos casos, diretamente do incremento da expropriação de mais-valia”. (MARTINS, 1976: 86)

Com isso, o exercício do controle dos canais de comercialização não apenas isentava as empresas do Grupo Matarazzo da expropriação comercial comum às demais firmas, como também permitia ao grupo sustentar, mesmo com um portfólio de empresas diversificado, as práticas mercantis sobre as quais havia originariamente se sustentado para gerar lucros. Estava mantida a possibilidade de realizar práticas especulativas na

distribuição comercial de produtos de exportação. Foi obedecendo a essa lógica que o Grupo expandiu as atividades para o Nordeste, especialmente em Pernambuco, onde os tentáculos comerciais eram bastante visíveis e capazes de determinar preços de venda e compra do açúcar e do algodão da região.

Capítulo 3 - Transformações na economia de Pernambuco

O objetivo deste capítulo é delinear o contexto econômico e político dentro do qual ocorreram as principais transformações na economia de Pernambuco, numa tentativa de enquadrar sua evolução no contexto de inter-relacionamento que emerge a partir da região Centro-Sul em relação às demais economias regionais do país. Na primeira seção, a ideia é evidenciar o quadro político e econômico segundo o qual o processo de desenvolvimento regional foi viabilizado, especialmente em termos da constituição de um parque produtivo industrial. Em seguida, é feita uma análise descritiva das correntes comerciais do estado, secundada de alguns indicativos das transformações ocorridas na estrutura industrial.

3.1 O contexto político e econômico

A análise inicia pela suposição que faz Cano (2007a) de que, entre 1887 e 1889, a pressão do endividamento externo e o déficit público federal devam ter dificultado a capacidade de importação a nível nacional. Em 1891, teve início um período de desvalorização cambial que se estendeu até 1894, provisionando boa rentabilidade para investimentos realizados no setor industrial. Esse autor ressalta, ainda, que os investimentos estrangeiros realizados no país – notadamente os ingleses – não escondiam o traço especulativo, especialmente no contexto da crise econômica que ocorria desde 1873 e que teria fim no ano de 1896.⁷¹

Vale destacar que, por essa época, as economias regionais brasileiras estavam fortemente vinculadas às atividades primário-exportadoras, sendo estas as fontes originárias de acumulação de capital e, por isso, condicionadores de uma eventual diversificação de investimentos para outros segmentos. Assim, o estudo do desempenho da dinâmica externa enquanto fonte de lucros, que pode ser feito através de uma análise da dinâmica comercial pautada na variação de preços e quantidade dos produtos exportados, permite responder à

⁷¹ O caso de Pernambuco foi analisado no capítulo anterior.

indagação da capacidade de geração de excedentes em um setor da economia e contribui para a compreensão do montante a ser alocado em outros setores.⁷²

No caso pernambucano, o desempenho do setor externo era fundamentalmente determinado pelo comércio de açúcar e de algodão, ao passo que em São Paulo o café era o produto que propiciava à economia a obtenção de excedentes. É por demais conhecida a especificidade endógena da economia cafeeira, notadamente a paulista, no sentido de apontar as características do processo de acumulação de capitais segundo o qual foi capaz de desenvolver de maneira inédita as forças produtivas no Brasil.⁷³

Vale destacar, porém, que mesmo a produção cafeeira esteve suscetível a conjunturas internacionais desfavoráveis, expressas em termos de crises de superprodução e flutuação de preços. Esse parece ter sido um quadro comum a todas as atividades primário-exportadoras desenvolvidas nas distintas regiões do país. O café, contudo, foi diretamente beneficiado por políticas do Governo Central a partir do último quartel do século XIX, cada vez mais aprofundadas nas primeiras décadas do século XX. Qualificadas como políticas de interesse nacional, envolviam, por exemplo, políticas de imigração e de sustentação e valorização dos preços. (FURTADO, 1987)

Quanto ao tratamento dispensado às demais economias regionais, especialmente no “Norte Agrário”, é preciso ter em vista a qualificação do embate que emergiu exatamente entre os interesses nacionais – que se confundiam com os interesses dos cafeicultores paulistas – e os ditos interesses regionalistas. Estes podem ser sintetizados nos reclames por recursos financeiros e assistência do Governo Central.

A partir de 1889 emergiu uma organização federativa no país que dava certa autonomia às unidades federadas, o que reforçava o poder político dos estados que

⁷² No caso da alocação de recursos, outros determinantes devem ser contemplados. Em Pernambuco, e nas regiões periféricas de modo geral, é necessário ressaltar, por exemplo, o papel do capital mercantil enquanto delimitador das possibilidades de diversificação. A esse respeito, ver o Capítulo 2 deste trabalho ou, diretamente, os trabalhos de Carvalho (1988), Guimarães Neto (1989) e Cano (2007b; 2010). Embora não se disponha de dados quantitativos para o período, informações qualitativas contidas em Cano (2007a) destacam que, nos anos de 1890, o estado São Paulo tinha no Nordeste algo em torno de 25% do fornecimento de algodão, percentual certamente inferior à demanda do Rio de Janeiro. O mesmo pode ser dito, segundo esse autor, para o caso do açúcar.

⁷³ O primeiro livro da trilogia de Wilson Cano (2007a) constitui a principal referência e destaca, em termos comparativos, as principais diferenças entre a economia cafeeira de São Paulo e as economias desenvolvidas no resto do país.

apresentavam dinamismo econômico.⁷⁴ Com isso, a representação política dos estados economicamente fortes estaria assegurada junto ao Governo Central e a transfiguração dos interesses regionais mais fortes na forma de interesses nacionais viabilizada. (LEVINE, 1980; GALVÃO, 1987)

Essas constatações auxiliam a compreensão de que, não obstante a virtuosidade relativa do padrão de acumulação paulista frente às demais economias regionais do país, as intervenções do Governo Central se deram em favor daquela economia. A partir das deliberações do Convênio de Taubaté, o desdobramento nacional do poder político pernambucano seria definitivamente sobreposto pela crescente hegemonia política de São Paulo, latente desde as últimas décadas do período imperial. Também é ilustrativo ressaltar a política dos governadores, que estabilizava as decisões políticas de caráter “nacional” entre Minas Gerais e São Paulo, ao passo que emergiam os primeiros indícios de uma cisão política interna em Pernambuco, representada pelo fim do período de dominação da oligarquia comandada por Rosa e Silva no cenário político estadual e consequente perda de lastro em termos nacionais. Com a queda de Rosa e Silva, teve início uma espécie de rodízio no poder estadual que refletia tão somente a inquietação verificada ao nível das frações de capital, decorrente do embate entre usineiros e senhores de engenho. (ANDRADE, 1996; LEVINE, 1980; MELLO, 1984)

A hegemonia econômica das regiões cafeeiras passou a se refletir em medidas de política econômica voltadas para os próprios interesses da cafeicultura, notadamente as matérias que se relacionavam à taxa cambial (embora extensíveis a todos os produtos exportáveis), à obtenção de empréstimos externos negociados através do Governo Federal e a políticas de taxação e de imigração. Nesse contexto desfavorável, a estratégia política de Pernambuco foi procurar isolar cada vez mais não apenas o estado: tentou-se, inclusive, estender a influência para as demais unidades federadas nordestinas, com base na liderança de um suposto bloco regional de interesses. Esse esforço, todavia, era dificultado pela

⁷⁴ Às unidades federadas era facultada a deliberação, por exemplo, de taxar as exportações e a partir delas constituir uma fonte de recursos públicos. Segundo Manuel Correia de Andrade, era o Estado de Pernambuco, através da Secretaria Estadual da Fazenda, que deveria “prover os recursos necessários à sua administração, podendo, para isto, legislar sobre exportação de mercadorias da sua própria produção, sobre imóveis rurais e urbanos, transmissão de propriedades, indústrias e profissões, taxas de selos, importação de mercadorias estrangeiras quando destinadas ao consumo no próprio território, etc.” (ANDRADE, 1996, fasc. 9, p.5).

heterogeneidade de interesses dos estados da região, em virtude de o sistema federativo em voga tender a colocá-los na posição de contendores na busca por recursos federais. Não obstante, Levine (1980) afirma que pouco se poderia vislumbrar em termos de conquista caso a bancada fosse unida, dada a crescente perda de relevância da região Nordeste frente ao crescimento econômico, populacional e financeiro de São Paulo e Minas Gerais, para não mencionar a centralidade administrativa do Rio de Janeiro.

Todo esse adendo político, se considerado em paralelo à análise de Cano (2007a), poderia servir de introdução à resposta do seguinte questionamento:

how could a regional economy [São Paulo – FLPO] facing such dramatic adverse conditions [conjuntura internacional marcada por oscilação de preços, inelasticidade da demanda e rigidez da quantidade exportada – FLPO] be transformed into the most dynamic region of the country, achieve remarkable rates of industrialization, and become the area in which probably the world's most spatially concentrated industrialization process took place? (GALVÃO, 1987, p. 284)

É preciso, porém, avançar em termos econômicos. Para tanto, é válido contemplar elementos adicionais que viabilizem a correta compreensão da capacidade de alocação do excedente econômico gerado em um setor para investimentos em outros, notadamente aqueles relacionados a atividades industriais. É imprescindível considerar, por exemplo, o papel desempenhado pelo crédito na década dos 1890. O Governo Federal, através da política monetária de Rui Barbosa, favoreceu o surgimento de atividades industriais em todo o país, dada a autonomia dos bancos estaduais em emitir moeda.⁷⁵

Em Pernambuco, a política creditícia também foi levada a cabo pelo governo estadual, na medida em que na primeira metade da década dos 1890, com destaque para as gestões do Barão de Lucena e de Barbosa Lima, foi aprofundada a política de financiamento do processo usineiro, através de empréstimos nem sempre pagos pelos tomadores, do que resultou notável aumento do número de usinas em Pernambuco.⁷⁶

Cabe destacar, dentro das limitações do escopo deste trabalho, que as imposições de um novo momento político e as importantes transformações econômicas que

⁷⁵ Segundo Cano (2007a), a política do Encilhamento e sua crise pouco influenciaram São Paulo. Os efeitos da política se concentraram no Rio de Janeiro e tiveram importantes reflexos em praças específicas, entre as quais a do Recife.

⁷⁶ Ver a análise realizada no Capítulo 2 e, no Apêndice 1, Quadros 2.1 a 2.4.

vinham ocorrendo no país inviabilizaram as tradicionais soluções autonomistas – já bastante constrangidas pela atuação do capital mercantil – que vinham sendo tentadas pela classe dominante pernambucana. A despeito da eficácia no sentido de sustentar localmente o poder político e econômico, mesmo num contexto de alargamento da base econômica, a classe dominante estadual se revelou engessada no tempo, amparada numa fase de isolamento regional que tendia a não mais existir.⁷⁷ É por isso que as recorrentes tentativas de “fechar” cada vez mais a “região Nordeste” sob a liderança pernambucana não se revelavam exitosas.⁷⁸

Em nível nacional as políticas econômicas estavam consideravelmente enviesadas para a promoção do desenvolvimento da cultura cafeeira e inexistiam indicativos explícitos de ações públicas direcionadas para segmentos industriais, sacrificados em prol da garantia da rentabilidade da grande lavoura cafeeira. Exemplifica essa afirmação o problema da dívida externa nacional, aumentada em função dos empréstimos para as políticas de valorização do café, que vieram a se somar com a crise mundial pré-guerra, para resultar em considerável desequilíbrio cambial e, dada a queda de preço do principal produto de exportação nacional (o café), em pressões de desvalorização da moeda nacional. O mecanismo da Caixa de Conversão foi capaz de controlar a desvalorização cambial, mas à custa da retirada de circulação de papel-moeda da economia, gerando com isso uma crise industrial.⁷⁹ (CANO, 2007a)

Tal quadro foi distinto no período da 1ª Guerra Mundial, quando se combinou uma desvalorização cambial com a elevação da quantidade de papel-moeda em circulação no país. Com a elevação do preço internacional do açúcar e do algodão, resultou maior a

⁷⁷ No período compreendido entre 1896 e 1911, as usinas se multiplicaram; o algodão passou a alimentar uma notável indústria de fiação e tecelagem, bem como de óleos vegetais; o comércio foi impulsionado com a modernização do porto do Recife, o que permitiu às frações de capital mercantil se desenvolverem, com destaque para a atuação de Delmiro Gouveia e da família Lundgren; os transportes foram modernizados e com eles indústrias subsidiárias de pequeno porte floresceram, a exemplo das atividades mecânicas e elétricas; e outras atividades industriais, notadamente a de alimentos, cigarros e farmacêutica, foram desenvolvidas.

⁷⁸ Ainda mais em um contexto federativo, dentro do qual quaisquer estratégias isolacionistas resultariam limitadas pela necessidade de cada unidade federada em defender os próprios interesses.

⁷⁹ É importante mencionar que em virtude da expansão da dívida pública nacional em benefício do café foram auferidos notáveis lucros com as valorizações cambiais que se seguiram, contribuindo inclusive para o avanço da instalação industrial no triênio 1924-1926, conforme Cano (2007a). Entretanto, nunca é demais ressaltar que mesmo tendo a política logrado êxito, se deu em favor de São Paulo.

capacidade de importação no período posterior, o que terminaria por criar condicionamentos positivos para a inversão industrial.

Vale destacar que no período da 1ª Guerra o crescimento industrial paulista deveu-se ao crescimento do mercado dessa região, dada a reprimenda ao atendimento da demanda interna. Assim, foi possível levar adiante uma substituição de importações na própria região. No pós-guerra, ganhou importância o incremento das exportações inter-regionais como condição necessária para viabilizar o processo de acumulação industrial iniciado no início do século e intensificado ao longo da 1ª Guerra, que permitiu notável expansão da capacidade produtiva industrial em São Paulo. (CANO, 2007a)

Em Pernambuco, com a eleição de José Rufino Bezerra Cavalcanti ao poder executivo estadual em 1919, é que surgem as primeiras tentativas de apaziguar as cisões verificadas no âmbito da classe dominante e que remontam a 1911, em um contexto de incômodas, porém precárias organizações de classes trabalhadoras e operárias. O governo da “paz” e da “concordia” decorreu exatamente da percepção de que a classe dominante não poderia se enfraquecer ainda mais, frente a um remoto, porém possível, enfrentamento com o operariado. (ANDRADE, 1996)

É no governo de José Rufino, empresário têxtil, comissário e produtor de açúcar, que os principais grupos econômicos identificados no Capítulo 2 foram consolidados, a saber: os Othon Bezerra de Melo, da área têxtil; os Pessoa de Queiroz, da área açucareira, têxtil e de comunicações; os Turton, da área alimentícia, cujo patrono foi o fundador e primeiro presidente da Federação das Indústrias do Estado; e os Costa Azevedo, no setor de açúcar e álcool. Na fase imediatamente anterior à articulação mercantil, quando as principais frações de capital do país concorrerem em termos de colocação de produtos no mercado nacional, alguns desses grupos conseguiram justificar e mesmo sustentar uma posição empresarial no estado que, depois, teria repercussões em nível nacional. (GNACCARINI, 1975; ANDRADE, 1996)

Em termos econômicos, a primeira metade dos anos de 1920 refletiu a situação favorável da 1ª Guerra Mundial e o porto do Recife apresentava grande movimento, a despeito das oscilações nos preços dos principais produtos exportados. Esse contexto

favoreceu o crescimento dos grupos ligados ao comércio exportador e importador.⁸⁰ (ANDRADE, 1996)

É a partir de meados da década dos 1920 que a competição industrial entre as regiões brasileiras seria impulsionada, na medida em que a valorização cambial no período, aliada a um processo inflacionário que deteriorava as tarifas de importação, refletiam a queda nos preços dos produtos importados. A indústria paulista, que havia se modernizado na primeira metade da década, partiu na frente nessa competição. Cano (2007a) cita como exemplo o caso da indústria têxtil e é interessante cotejar a dinâmica dessa indústria na região de São Paulo com o caso pernambucano.

A partir do estudo de Stein (1979), Cano afirma que o desenvolvimento da indústria têxtil de São Paulo foi tal que se verificou um incremento no grau de integração setorial, bem como a modernização e diversificação da produção, do que resultou a eliminação de alguns concorrentes em nível nacional. Vale destacar que o aumento no grau de integração setorial significou, tão somente, a possibilidade de eliminar, por parte do capital produtivo da indústria, a intermediação de compra e venda de, respectivamente, algodão e tecidos. Isso significa que a indústria têxtil paulista pôde se libertar da subordinação em relação ao capital mercantil para levar à frente o processo de modernização e diversificação da produção. Esse processo, por sua vez, possibilitava a apropriação dos excedentes da produção no sentido de promover o avanço do parque produtivo em termos de capacidade de atendimento das exigências de um mercado crescentemente urbano e que consumia produtos de melhor acabamento, para cujo fabrico seria necessário o reequipamento do parque produtivo.

O resgate do movimento das frações de capital pernambucanas, realizado no Capítulo 2 deste trabalho, revela quão distintas eram as condições segundo as quais evoluía a indústria têxtil de Pernambuco. A trama de comercialização do insumo, bem como da venda da produção – composta, majoritariamente, por tecidos grossos, dado o perfil do parque produtivo instalado – pouco contribuía para o desenvolvimento da indústria têxtil no

⁸⁰ É importante ressaltar que os mais proeminentes comerciantes cuja origem de capital era pernambucana continuavam a ser os comissários do açúcar, mas também se destacavam os exportadores de algodão e couros. Para mencionar exemplos, o próprio José Rufino era membro do comissariado do açúcar; Delmiro Gouveia e a família Lundgren exemplificam as frações de capital comercial que exportavam, principalmente, couros e derivados. Para maior detalhamento, ver Andrade (1996).

estado. Além disso, na indústria têxtil pernambucana os investimentos em modernização foram realizados apenas na segunda metade da década dos 1920, e mesmo assim por algumas empresas que possuíam porte suficiente para realizar as pesadas inversões de capital requeridas.

Com a crise de 1929, foi regra geral o declínio do preço internacional dos principais produtos de exportação brasileiros. Essa precipitação levou à eclosão interna da crise internacional, com efeitos distintos sobre as regiões do país. No caso de Pernambuco, o impacto sobre as atividades produtivas do açúcar e do algodão, vistos em termos de uma crise de superprodução, arrastou consigo o parque produtivo industrial que essas atividades haviam ajudado a constituir no estado. De acordo com Cano (2007a), a partir da crise de 1929 a busca por caminhos autônomos de desenvolvimento passaria exatamente pelas indústrias. Assim, ao nível regional é preciso conhecer os condicionantes erigidos a partir do desenvolvimento industrial que uma ou outra região havia alcançado até então.

Conforme destacado anteriormente, ao longo da 1ª Guerra Mundial foi possível verificar uma concentração industrial em São Paulo porque a indústria estava voltada prioritariamente ao atendimento da demanda reprimida paulista: a amplitude do mercado era superior à capacidade de oferta. Com isso, dadas as condições favoráveis do contexto bélico, a taxa de acumulação industrial foi superior à taxa de crescimento do mercado. Daí ter se concentrado em São Paulo, por **estímulo**, os investimentos voltados para a produção industrial. Já na década dos 1920, a continuidade do processo de concentração industrial em São Paulo se daria por **necessidade**, haja vista a premência em conquistar mercados exteriores – notadamente extra-regionais – para viabilizar a continuidade do processo de acumulação em curso e evitar a ociosidade dos equipamentos industriais recentemente implantados através de pesadas inversões. (CANO, 2007a)

Cabe deixar ainda mais explícito o porquê de o desenvolvimento industrial paulista ser um condicionante para o desenvolvimento industrial pernambucano e do resto do país. Ocorre que já ao longo da década dos 1920, a concentração industrial em São Paulo seria impulsionada pela instalação de compartimentos industriais mais avançados, a saber, bens de capital, cimento, aço, química, entre outros, que aproveitariam condições favoráveis pelo lado da demanda para determinar a localização em território paulista.

Dimensionados para um âmbito maior do que uma ‘simples região’, sua implantação em São Paulo reduzia ao mínimo as possibilidades de que o restante do país pudesse contar com plantas similares. O exame do comércio de São Paulo com o exterior e com o resto do país constitui mais um elemento esclarecedor desse processo. (CANO, 2007a, p. 240)

A elevação da proporção do comércio inter-regional de São Paulo frente ao comércio internacional, seguindo uma pauta do tipo centro-periferia com as distintas regiões do país, concorreu para que o comércio inter-regional assumisse, inicialmente, características de complementaridade entre as regiões, do que se beneficiou consideravelmente o Nordeste, em especial Pernambuco.⁸¹ (CANO, 2007a; GUIMARÃES NETO, 1989; GALVÃO, 1987)

A complementaridade comercial era um indício, pelo menos nos primórdios do comércio inter-regional, da “especialização natural” segundo a qual as indústrias regionais haviam se desenvolvido.⁸² O exame da estrutura industrial de Pernambuco, com base no movimento das frações de capital e nas informações censitárias da indústria para o ano de 1907, revela qual era a “especialização natural” do estado, restando vincular a dinâmica comercial ao quadro dentro do qual se transformou a estrutura produtiva e entender como se deram as transformações de sua indústria.

De antemão, é lícito destacar, novamente com referência ao segundo capítulo, que a complementaridade comercial de Pernambuco com o resto do país se fez a partir de um parque produtivo relativamente moderno para os padrões nacionais – caso do açúcar – e de uma indústria têxtil baseada em equipamentos antigos, atrelada a um mercado pouco dinâmico. O porte da indústria têxtil pernambucana, em termos nacionais, deve ser por isso relativizado: é sintomático que as informações de comércio inter-regional revelem a notável exportação de tecidos, mas também uma não menos relevante importação desse mesmo produto, o que poderia significar uma aparente contradição, não fosse o conhecimento prévio de como estavam equipadas a indústria pernambucana e a indústria paulista.

⁸¹ Como se verá adiante, as informações do comércio inter-regional de Pernambuco refletem a condição de centralidade desse estado na região Nordeste.

⁸² Por especialização natural se entende a vinculação das atividades industriais em relação à base de recursos naturais ou à base agropecuária em determinada região. No caso de Pernambuco, vale mencionar as usinas de açúcar e as fábricas de tecido, casos clássicos; e a fabricação de cimento. É preciso alertar para que não se faça uma leitura apressada que direcione esta análise através de uma interpretação do processo de desenvolvimento econômico do estado como sendo resultante unicamente das vantagens comparativas pré-existentes. A utilização do termo remete, apenas, às análises históricas existentes sobre o tema.

Em termos comerciais, Pernambuco dependia, historicamente, da realização de vendas de açúcar e de algodão, inicialmente para os mercados internacionais e posteriormente para o mercado interno. No caso do mercado internacional, convém ressaltar a vulnerabilidade da geração de excedente às oscilações da demanda externa, em termos de preço e quantidade. No caso do mercado interno, não se pode deixar de ter em vista o arreatador dinamismo da agricultura paulista, que ao longo dos anos deslocou antigos e tradicionais supridores de seu mercado, através do avanço sobre toda e qualquer oportunidade de diversificação agrícola em sua própria região.⁸³

O açúcar se sustentava enquanto principal produto de exportação de Pernambuco. Ao longo e após a 1ª Guerra Mundial, o crescimento da demanda internacional desse produto e a alta dos preços internacionais resultaram no aprofundamento do processo usineiro, representado na implantação de novas usinas através da absorção de engenhos bangüês ou de usinas menores. (ANDRADE, 1989; ANDRADE, 1996)

É importante destacar que na primeira metade da década dos 1920 foi organizado no estado um sindicato e uma cooperativa de produtores com o objetivo de garantir financiamento e a defesa dos interesses da classe junto ao Governo Estadual e Federal. Uma das medidas dessa congregação foi o estímulo para que empresários do setor açucareiro se tornassem também comissários, o que representava uma diversificação do perfil de capital que viabilizava a captação da produção de várias usinas ou da própria usina do usineiro-comissário e favorecia o movimento de incorporação de usinas menores por usinas maiores. Com isso, ao mesmo tempo em que a classe produtora procurava se libertar da figura do comissário, considerada constrangedora em termos de financiamento e comercialização, promovia uma espécie de centralização de capitais.

A iniciativa de formar uma coligação foi deveras útil para a classe açucareira na segunda metade da década dos 1920, período em que os preços internacionais do açúcar

⁸³ O interessante trabalho de Francisco Sá Jr (1973) mostra como no Nordeste – inclusive em Pernambuco, utilizado pelo autor exemplo citado – a agricultura não possuía condições de evoluir de uma estrutura diversificada, porém marcadamente subsistente, para uma agricultura comercial, de forma a constituir uma base agrícola que pudesse transcender a predominância da lavoura açucareira. A concentração fundiária nas “terras boas” e a impossibilidade de se aproveitar das terras devolutas do interior quando da política estadual – na gestão do interventor Agamenon Magalhães – e depois federal voltada à pavimentação de rodovias, pré-ocupadas pelos latifundiários e coronéis, barrava qualquer pretensão de diversificação agrícola na região.

apresentaram declínio.⁸⁴ Em 1926, a pressão dos usineiros sobre o Governo do Estado resultou na criação do Instituto de Defesa do Açúcar que, segundo Andrade (1996), antecipava a criação de instituto análogo em nível nacional, o Instituto do Álcool e do Açúcar (IAA).

No plano setorial, a crise forçou os usineiros a investirem em melhorias dos padrões técnicos do parque produtivo, de forma a baixar custos de produção e, com isso, melhorar a competitividade em termos de preço do açúcar. Tal política, porém, esbarrava na presença dos senhores de engenho, que atuavam como fornecedores de cana e resistiam à baixa do preço pago pelos usineiros por esse produto. Com a crise de 1929, os efeitos do declínio dos preços se fizeram ainda mais latentes, o que precipitou uma luta aberta entre usineiros e fornecedores no setor açucareiro pernambucano. Com isso, ao longo da década dos 1920 a dissociação de interesses econômicos continuava prevalecente no estado. (DÉ CARLI, 1942)

Não tardou muito para o açúcar nordestino, notadamente o pernambucano, encontrar em São Paulo um concorrente capaz de ampliar os condicionantes ao desenvolvimento econômico do estado. Problemas circunstanciais em Pernambuco, mas também a atuação do Governo Central através do IAA, permitiram ao setor canavieiro de São Paulo obter notável desempenho a partir de meados da década dos 1930. As ações do IAA, voltadas à proteção da produção nordestina através da garantia de cotas e preços remunerados, serviram como garantia de preços sobre os quais a produção paulista poderia ampliar margens de lucro. (CANO, 2007b)

A partir dos condicionamentos internacionais e inter-regionais, estes com maior vigor a partir dos anos de 1930, a economia de Pernambuco se distanciava cada vez mais da possibilidade de autonomamente acionar as forças endógenas que possuía e romper o quadro apresentado. Encontrava-se debilitada em função da fraca integração com o comércio internacional e por não ter desenvolvido relações capitalistas de produção mais avançadas e, conseqüentemente, não ter diversificado suficientemente a estrutura econômica.

⁸⁴ Ver mais adiante a Tabela 3.1.

A partir da “internalização do centro dinâmico da economia”, denominação de Furtado (1987) para a emergência da indústria e do investimento industrial enquanto peças-chave para o desenvolvimento econômico do Brasil, em substituição à predominância até então do setor primário-exportador, é possível remeter a um corte temporal que periodiza o processo de desenvolvimento econômico entre 1930 e 1955, o chamado período da “industrialização restringida”. (MELLO, 1982; CANO, 2007b)

A crise de 1929 e conseqüentes dificuldades ao longo da década dos 1930, além da Segunda Guerra Mundial, contribuíram para restringir o investimento industrial, em virtude da queda da capacidade para importação de bens necessários ao avanço do processo de industrialização. Apesar dessas dificuldades, foram realizadas no Brasil inversões voltadas para a produção de bens de consumo não-durável e bens de produção, dados o mercado interno cativo para a indústria nacional e a “facilidade” dos segmentos desenvolvidos, que exigiam menores dimensões das plantas, menor densidade de capital e menor risco de investimentos. Em São Paulo, a indústria havia sido “preparada” pela sobre-inversão da década dos 1920. (CANO, 2007b)

Ao longo da década dos 1930, foi fraca a recuperação da indústria de Pernambuco. Para tanto, foi determinante a persistência da crise no setor açucareiro, já em um contexto em que as deliberações do IAA se faziam valer; e no setor têxtil, dado o avançado desenvolvimento da produção paulista e a problemática estrutura do parque produtivo têxtil estadual, sem contar o embotamento promovido pelo capital mercantil ao desenvolvimento de ambas as indústrias.

Principais segmentos produtivos da economia de Pernambuco, as indústrias do açúcar e têxtil subsistiam à custa de estímulos externos, entre os quais merece destaque a 2ª Guerra Mundial. Ao longo desse período, a concentração industrial em São Paulo já era um dos principais condicionantes do processo de desenvolvimento industrial em Pernambuco.

Se alguma barreira existia na órbita da competição, a crise da década de 1920 já lhe causara forte abalo; a ‘crise de 1929’ e sua recuperação demoliram-na e, à medida que fosse avançando o tempo, a ‘limpeza do terreno’ seria inexorável. Isto é: as indústrias da periferia, por força da própria dinâmica e estrutura regionais, não teriam condições de se renovar, com o que a moderna indústria paulista ganharia essa competição. (CANO, 2007b, p. 186, grifos do autor)

É interessante destacar que esses condicionantes eram viabilizados pelo Estado Nacional, já sob Vargas, na medida em que a política de “limpeza do terreno” praticada pelo governo federal, requisito para a expansão capitalista em escala nacional, reforçava a debilidade da reprodução de capitais em Pernambuco, o que pode ser visto, para esse período, especialmente em termos do comércio de mercadorias. Entretanto, isso não se refletia na representatividade política local, em virtude de a classe dominante local ter exercido incontestemente dominação até os anos de 1960, mesmo com as investidas da burguesia industrial nacional pelo flanco da economia.⁸⁵

Após a 2ª Guerra Mundial, o país passou por uma fase de estrangulamento externo e adotou rígido controle de importações, com vistas a equilibrar o saldo da balança comercial. Nesse contexto, foram permitidas apenas as importações de produtos essenciais, a exemplo da gasolina e de outras matérias-primas, o que alavancou o desenvolvimento dos grupos de indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários e de bens de capital e consumo durável. (CANO, 2007b)

Na primeira metade dos anos de 1950, novo estrangulamento externo, em virtude da crise de superprodução do algodão e do café, foi combatido com medidas diferentes: a Instrução 70 da Sumoc, que beneficiava os exportadores através de um regime de taxas múltiplas de câmbio; e, principalmente, a Instrução 113, cujo objetivo principal era atrair capitais estrangeiros para levar adiante o processo de industrialização. A partir de 1955, condições favoráveis resultaram na entrada de capitais internacionais no país, que se somariam ao Programa de Metas para inaugurar novo padrão de acumulação de capital. (CANO, 2007b)

A partir de 1956, a alteração do padrão de acumulação capitalista no Brasil fez com que a produção industrial dos setores de bens de produção e de consumo durável fosse acelerada, o que consolidou a chamada fase da industrialização pesada. Nessa fase, estavam

⁸⁵ Segundo Francisco de Oliveira (2008), “Derrocaram-se barreiras alfandegárias existentes entre os estados, na rota das transformações operadas pela revolução de 1930, pois existiam na forma de um imposto estadual sobre as importações provenientes de quaisquer outros estados; instituiu-se o Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país, e aboliu-se a capacidade que detinha cada estado de legislar sobre comércio exterior. Estava-se, na verdade, em presença da implantação de um projeto de Estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica; voltada agora para uma produção de valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o se equivalente geral: essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado.” (OLIVEIRA, 2008, pág. 199-200)

associadas frações de capital nacionais e estrangeiras, que juntas promoveram a alteração qualitativa no padrão industrial brasileiro, em virtude de as características principais das inversões realizadas – capital oligopólico, implantação industrial com capacidade ociosa planejada, etc. – inviabilizarem a participação isolada do capital privado nacional. Após 1961, ocorreram importantes avanços nesse processo, com rebatimentos espaciais relevantes. Vivia-se a integração produtiva do mercado nacional. (OLIVEIRA, 1977; CANO, 2007b)

Conhecido o movimento das principais frações de capital em Pernambuco ao longo do período que se inicia no final do século XIX e vai até o limiar da integração produtiva, é preciso considerar a estrutura industrial que resultou da evolução capitalista no estado, o que será feito com base nas informações censitárias sobre a estrutura industrial de Pernambuco, a partir das informações dos Censos Industriais, mas também como base nas informações sobre o comércio exterior e inter-regional, temas das seções seguintes.⁸⁶

Nesse sentido, a análise realizada a seguir pretende reforçar a compreensão da forma pela qual os desdobramentos econômicos – notadamente comerciais – e políticos do desenvolvimento industrial concentrado em São Paulo se combinavam com os condicionantes endógenos da economia de Pernambuco para conformar a estrutura industrial resultante desse estado.⁸⁷

⁸⁶ Deve-se reconhecer que o condicionamento ao desenvolvimento econômico de Pernambuco requer considerações adicionais, especialmente em termos de estrutura agrária, mercado de trabalho e condições sociais. A despeito da importância que possuem, são temas que fogem ao escopo deste trabalho, mas podem ser consultados nos trabalhos de Sá Jr (1973) e Andrade (1986).

⁸⁷ Quanto aos determinantes políticos, estes carecem de uma análise mais aprofundada e que escapa aos limites analíticos deste trabalho. É uma agenda de pesquisa a ser desenvolvida, especialmente se vinculada aos acontecimentos econômicos que marcaram o período. Isso não impede, porém, que alguns elementos sejam trazidos à baila e auxiliem este trabalho.

3.2 Evolução da estrutura industrial de Pernambuco

Viu-se que o final do século XIX representou um período de notável efervescência econômica em Pernambuco, quando o tecido produtivo estadual pôde avançar para além do marcante traço agrário, no sentido da formação de um parque têxtil e de outras atividades correlatas aos dois principais segmentos produtivos do estado e condizentes com a situação social e, especialmente, urbana da cidade do Recife à época.

Não se pode negligenciar, porém, a constituição de empreendimentos de caráter industrial em Pernambuco antes do período de dinamismo supracitado. Não se dispõe de informações quantitativas dessas empresas, mas é possível afirmar que já na primeira metade do século existiam em Pernambuco duas firmas relacionadas a produtos farmacêuticos, três fundições (aparentemente de capital inglês) e a fábrica de Gervásio Pires, que produzia tecidos grossos. Em meados do século XIX, Pinto (1940) menciona a fundação da Fábrica Pilar (1865), que produzia biscoitos e massas alimentícias; da Fábrica de Pólvora (1866), de Hermann Lundgren; da Fábrica de Tabaco de Marcionilo Gonçalves de Azevedo (1872); e da Fábrica de Fiação e Tecelagem de Pernambuco (1874), propriedade de Antônio Valentim da Silva Barroca, que produzia tecidos finos e era localizada no bairro da Torre. É no final do século XIX, porém, que o surgimento de estabelecimentos industriais ganha intensidade em Pernambuco. Pinto (1940) destaca que essas empresas maturaram e alcançaram o auge produtivo por volta do final da primeira década do século XX, em termos “técnicos ou científicos”, com destaque para diversos ramos e respectivas empresas.⁸⁸

Por volta de 1910, já se dispunha de dados secundários sobre a indústria, de modo a possibilitar uma análise da estrutura produtiva industrial do estado segundo as

⁸⁸ Interessante ressaltar o longo período de maturação das empresas destacadas por Estevão Pinto (75 anos). Esse autor destaca, nas páginas 50 e 51 do trabalho citado, os segmentos e respectivas firmas que passaram por esse processo: Doces e massas de tomate (Carlos de Brito & Cia; José Didier; Amorim Costa & Cia; Neves; Campos & Cia); Bebidas (Frateli Vita; filial da Cia. Antártica Paulista); Mosaicos de cerâmica e vidros; Tecelagem de Cânhamo (J. Pessoa de Queiroz & Cia. Cia Industrial Pirapama; Cotonifício Othon Bezerra de Mello S/A); Fibras de côco (Tomás de Aquino & Cia Ltd.); Caroá (José de Vasconcelos & Cia); Óleos Vegetais (Fábrica Triunfo; União Fabril de Óleos Vegetais); Cortume (Cortume Santa Maria; Cortume São José; Cortume Barbalho S/A; Cortume São João); Papel (Cia. Industrial Brasileira Portela S/A); Biscoitos e Massas Alimentícias (Cia Produtos Pilar S/A; Teixeira Miranda & Cia; Fábrica Confiança); Calçados (Combate); Sabão; Móveis (Serraria São Geraldo; Casa Holanda); Laticínios; Produtos Veterinários; Construções Mecânicas (Fundição Santo Amaro; Fundição Tigre; Metalúrgica Pernambucana); Farmacêuticos (Laboratório Hildeberto; Laboratório Aim); Conservas (Olinda).

referidas informações. A análise principia pelo exame do Censo Industrial de 1907. Na **Tabela 3.1** é destacada a participação percentual das principais atividades industriais de Pernambuco no total do valor da produção industrial do estado. Percebe-se que cinco segmentos industriais concentravam mais de 80% do total produzido, com destaque para a indústria açucareira e têxtil.⁸⁹

Tabela 3.1 - Pernambuco: participação das indústrias no total do Valor da Produção (1907)

Indústrias	Part. %
Açúcar	50,6
Fiação e Tecelagem	17,8
Sabão e Velas	5,1
Cal e cimento	4,0
Fundição e obras sobre metal	3,4
Demais indústrias	19,2
Total	100,0

Fonte: elaboração própria a partir de IBGE - O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias (Censo Industrial de 1907)

Quanto ao emprego de mão-de-obra, novamente se verifica uma concentração em poucos setores, com maior destaque para a indústria do açúcar e de fiação e tecelagem, que concentravam juntas mais de 70% do pessoal ocupado na indústria pernambucana em 1907. (**Tabela 3.2**)

Um importante aspecto a ressaltar diz respeito à composição de capital das indústrias de Pernambuco no referido ano. É possível apontar uma elevada intensidade de mão-de-obra relativa ao capital empregado, no segmento das usinas de açúcar e têxtil. Os segmentos mais intensivos em capital, por assim dizer, eram os de produtos cerâmicos, químicos e as refinarias de açúcar.⁹⁰

⁸⁹ No Apêndice 3 constam todas as informações dos Censos Industriais relativas ao estado de Pernambuco para o período aqui estudado. Isso significa que foram contemplados os Censos de 1907; 1919; 1939; 1949 e 1959.

⁹⁰ Ver, no Apêndice 3, a Tabela A3.1.

Tabela 3.2 - Pernambuco: participação das indústrias no total do n°. de operários (1907)

Indústrias	Part. %
Açúcar	40,6
Fiação e Tecelagem	30,7
Fumos preparados	6,3
Produtos Químicos	3,3
Fundição e obras sobre metal	2,7
Demais indústrias	16,4

Fonte: IBGE - O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias (Censo Industrial de 1907)

Outra informação interessante do Censo de 1907 é a possibilidade de conhecer as principais empresas de cada segmento, em virtude da declaração do nome do proprietário de determinados estabelecimentos e/ou da razão social da empresa. Serão destacadas, a seguir, as principais empresas dos principais segmentos produtivos, em termos de valor da produção.⁹¹

Entre as usinas de açúcar, é comum encontrar algumas daquelas enumeradas nos Quadros 2.1 a 2.4 do Apêndice 1. Vale destacar que, das quarenta usinas mapeadas pelo Censo de 1907, 25% concentravam mais de 50% do valor total produzido no estado. Nesse quadro, merecem destaque as seguintes empresas: Companhia Agrícola Mercantil de Pernambuco, Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco e a The W. Brazilian Sugar Ltd. Essas empresas estavam organizadas, exceção à última, com base em congregações de empresários em associações cujo objetivo era baratear o investimento de capital e os custos de operação das usinas. Individualmente, é possível destacar as usinas da família Pontual, Coimbra, Collaço Dias, Santos Dias e do Barão de Suassuna.⁹²

Quanto à fiação e tecelagem, não se dispõe de dados sobre o valor da produção por empresa, mas sim da quantidade de metros de tecido produzido. Nesse quesito, destacam-se a Companhia Industrial Pernambucana; a Companhia de Fiação e Tecelagem de Pernambuco; e a Companhia de Tecidos Paulista, empresas também destacadas quando da análise do movimento das frações de capital. (ver Capítulo 2 e Apêndice 1)

A despeito da predominância das indústrias açucareira e têxtil, é na indústria de cal e cimento que se verifica, em 1907, o maior valor de produção declarado no ano. Outras

⁹¹ As informações completas em que se pautam as afirmações aqui realizadas podem ser encontradas no Apêndice 3, na Tabela A3.2.

⁹² Sobre a estratégia de associação empresarial no setor usineiro, ver Gnaccarini (1975).

firmas de valor da produção relativamente alto são: a Fonseca Irmão & Cia, fabricante de sabão e velas; a fábrica de Hermann Lundgren, de produtos químicos; e a Azevedo & Cia, de fumos. É preciso ressaltar que esses exemplos de segmentos relevantes em termos de valor da produção possuem uma característica em comum: o enraizamento em uma base regional no fornecimento de insumos.

Nota-se, a partir dos dados quantitativos, uma interessante diversificação industrial em Pernambuco no início do século XX. Entretanto, convém ressaltar a realidade concreta que determinava essa diversidade. Surgida em função das demandas inter-setoriais das usinas e fábricas têxteis⁹³ e das necessidades de consumo do mercado consumidor regional, a indústria pernambucana encontrava limites de viabilidade (i) na situação de crise secular das atividades exportadoras do estado, que impediam uma maior apropriação de excedentes, na medida em que usineiros eram industriais e vice-versa; (ii) na inexistência de oportunidades de investimentos que não se amparassem em especificidades regionais e justificassem aplicações mais diversificadas dos escassos excedentes comerciais, dado o comprometimento promovido pela atuação do capital mercantil; e (iii) no fato de ser altamente concentrada a renda em Pernambuco, o que comprometia sobremaneira o consumo de produtos mais elaborados. Outros determinantes podem ser mencionados, especialmente aqueles referentes à rigidez da estrutura agrária e à forma de atuação dos capitais comerciais e financeiros.⁹⁴

Conhecido o movimento das principais frações de capital e o contexto histórico e político do período, cabe cotejar a estrutura industrial de Pernambuco entre 1907 e 1919. A metodologia aqui adotada foi inspirada em Cano (2007a), que utiliza uma tipologia de indústrias separadas em dois grupos (“A” e “B”), construída a partir das informações censitárias a ramo fechado (dois dígitos). Esse método permite realizar uma comparação mais adequada entre ramos industriais cujos segmentos produtivos se transformaram, por

⁹³ Como exemplos, é possível mencionar as fundições, majoritariamente inglesas, surgidas em função da demanda de caldeiras por parte das usinas, do desenvolvimento urbano do Recife e das estradas de ferro; e a indústria de óleos vegetais, que se aproveitava do subproduto do insumo têxtil, o caroço do algodão.

⁹⁴ Em Cano (2007a) é possível encontrar uma análise aprofundada sobre o caso paulista, que serve de paradigma analítico para o caso pernambucano. Em São Paulo, as condições se revelaram diametralmente opostas às de Pernambuco, onde o movimento das frações de capital se dava dentro dos estreitos limites determinados pela dinâmica de acumulação capitalista no país e no exterior, configurando com isso um quadro macroeconômico bastante adverso. Sobre a rigidez agrária, ver o trabalho citado de Sá Jr (1973). Sobre a atuação do Capital Mercantil, consultar o Capítulo 2 deste trabalho.

exemplo, em termos de composição orgânica do capital ao longo do período analisado, principalmente porque as atividades industriais passaram por consideráveis transformações nesse período, em função do estímulo representado pela 1ª Guerra Mundial.

A metodologia permite que se faça uma análise mais realista da expansão e transformação da estrutura industrial de Pernambuco a partir das informações dos Censos de 1907 e 1919. E o que os dados da **Tabela 3.3** mostram é que realmente as transformações da estrutura industrial refletiram o movimento das frações de capital do estado no período, ou seja, pouco se transformou a indústria pernambucana entre os referidos anos.

Tabela 3.3 - Pernambuco: participação das indústrias no total da indústria de transformação (1907-1919)

Especificação	Indústrias "A"		Indústrias "B"	
	1907	1919	1907	1919
Estabelecimentos	20,5	25,4	79,5	74,6
Nº. de Operários	12,9	10,3	87,1	89,7
Valor da Produção	19,5	14,0	80,5	86,0

Fonte: elaboração própria a partir dos Censos de 1907 e 1919.

Nota: (1) Para metodologia de classificação entre Ind. A e Ind. B e dados brutos, ver Apêndice 3.
 (2) Os dados apresentados seriam diferentes, houvessem sido contempladas as informações sobre a fabricação de açúcar, que consta em volume separado do Censo Industrial de 1919. Segundo essas informações, o valor da produção açucareira em Pernambuco, em 1919, foi correspondente a Cr\$ 114.257.000.

A tipologia de divisão das indústrias em dois grupos não impede que se faça uma análise mais detalhada de ambos, com o intuito de observar quais segmentos se destacaram entre um e outro ano. Nesse sentido, as principais indústrias do tipo “A” em 1907 eram a de cal e cimento; as de fundições e obras sobre metal; e a de sabões e velas e produtos químicos, ou seja, indústrias relacionadas à característica regional de dotação de insumos para a produção daqueles produtos; empresas desenvolvidas especialmente pelos capitais ingleses e tributários do desenvolvimento das principais atividades produtivas do estado, conforme destacado no Capítulo 2; e, finalmente, empresas que se aproveitaram das possibilidades de integração com as atividades principais para se desenvolver. Interessante observar que as empresas desses segmentos concentravam a maior parte do capital empregado na produção das indústrias de tipo “A”. (**Tabela A3.5**)

Em 1919, as informações disponíveis são tratadas a partir de ramos fechados (dois dígitos), ou seja, sem o nível de detalhamento verificado para o ano de 1907. É possível frisar que entre as indústrias de tipo “A” destacam-se, no limiar da década dos 1920, as do ramo de química⁹⁵ e farmacêutica e transformações de minerais não-metálicos; e, em menor proporção, metalúrgica e material de transporte. Esses ramos incorporam empresas que produzem basicamente produtos homônimos àqueles que se destacavam em 1907, mas a eles devem se somar as empresas relacionadas à fabricação de material e vasilhame de barro (transformação de minerais não-metálicos) e as atividades de traço urbano, que englobavam os materiais de transporte relativos à construção e montagem. **(Tabela A3.6)**

Quanto às indústrias de tipo “B”, entre 1907 e 1919 a predominância continuou a mesma, exercida pelo açúcar e pela têxtil. Acontece que em 1919 o Censo Industrial não incluía informações sobre a indústria açucareira, do poderia resultar conclusões errôneas acerca do que de fato aconteceu com esse segmento.⁹⁶ Vale destacar, conforme a análise do Capítulo 2, que tanto a indústria açucareira como a indústria têxtil em Pernambuco se consolidaram no período compreendido entre 1907 e 1919, dada a continuidade e o aprofundamento do processo usineiro no estado e a colocação dos produtos pernambucanos no mercado interno, bem como o avanço das fábricas de tecido, em um contexto favorável propiciado pela 1ª Guerra Mundial.

Após 1919, as informações censitárias sobre a indústria atravessam um período “oculto” que finda em 1939, quando novamente são publicadas informações sobre a estrutura industrial no país. Em virtude da falta de informações do período, é desejável

⁹⁵ Produção voltada principalmente à prensagem de caroço de algodão para fabricação de óleo vegetal – logo, fazia parte de indústrias químicas “fáceis”, ou seja, sem elevada complexidade tecnológica.

⁹⁶ Essas informações foram publicadas em um volume separado, no qual constam informações sobre valor da produção. Em virtude de indisponibilidade de informações oficiais para converter esse valor de conto de réis para cruzeiros, preferiu informar o valor da produção do açúcar separadamente, conforme pode ser visto na Tabela 3.3. Além disso, foram cedidas por Wilson Cano algumas estimativas referentes ao peso do segmento açucareiro na estrutura industrial nacional, incluindo aí a especificação para o caso de Pernambuco. De acordo com as estimativas, o cômputo da produção açucareira resultaria numa participação de 93% das indústrias tipo B no número de operários empregados, em função de um acréscimo estimado de 7.500 trabalhadores no segmento dos produtos alimentares. Sobre o Valor da Produção, totalizou 114.256:998\$ para o setor açucareiro, sendo 103.160:760\$ referentes à produção de açúcar. Ainda que sejam passíveis de conversão para Cruzeiros – medida de valor do Censo de 1919 na fonte consultada – esses valores revelam o peso da produção açucareira pernambucana no período e atestam o peso das indústrias de tipo B na comparação 1907/1919.

resgatar alguns elementos que caracterizaram os anos compreendidos entre 1920 e 1940, especialmente do ponto de vista da consolidação das vinculações inter-regionais no país.

Nesse sentido, cabe destacar a gestação, por parte da indústria paulista ao longo dos anos de 1920, especialmente na primeira metade dessa década, das condições que a habilitaram a ampliar o mercado interno consumidor na direção dos mercados regionais, o que foi notável a partir dos anos de 1930. (CANO, 2007b)

A capacidade de extroversão da economia paulista acelerou a conformação de um mercado nacional que amparou e viabilizou o desenvolvimento industrial daquela economia. A replicação, nas demais regiões do país, do desenvolvimento ocorrido em São Paulo foi inviabilizada – o que pode ser visto, entre outras dimensões, na esfera da circulação de mercadorias entre uma e outra região, através da pauta e do resultado da balança comercial e de serviços – e soçobrou para a “periferia” a complementação das oportunidades não exploradas na economia “central” do país ou a alternativa da competição, que terminaria por revelar a superioridade das forças produtivas de São Paulo. (CANO, 2007b; BRANDÃO, 2007)

Nesse contexto, o que a estrutura industrial pernambucana do ano de 1939 indicará, quando for aqui objeto de análise, é exatamente o primeiro espectro dos efeitos da articulação mercantil, ou seja, a forma pela qual o comércio inter-regional *estimulou, inibiu ou destruiu* as atividades produtivas industriais de Pernambuco, descritas anteriormente para os anos de 1907 e 1919.⁹⁷

A partir dos 1930, os efeitos da competição inter-regional evidenciariam que as estruturas locais de capital não teriam capacidade de, autonomamente, promover o desenvolvimento econômico pernambucano, ainda mais com a vulnerabilidade do comércio internacional, exceto nos breves e eventuais interregnos de estímulo externos, verdadeiras “salvações da lavoura” e quase sempre interpretados de maneira errônea em termos de

⁹⁷ Entre 1907 e 1919, a concentração industrial de São Paulo se revelou de maneira mais evidente nos ramos de minerais não-metálicos, metalúrgica, material de transporte e, papel. Para os ramos de concentração relativamente menor, vale destacar o índice de produtividade relativa da indústria paulista em relação à indústria nacional, aquela normalmente superior a esta. Nesse sentido, é possível apontar que quantitativa e qualitativamente a indústria sediada em São Paulo se colocava em posição privilegiada para assumir a primazia no comércio inter-regional de mercadorias no Brasil. Para informações secundárias mais precisas, ver Cano (2007a), pág. 247.

duração temporal pelos empresários. A obliquidade do excedente econômico do estado, que já era notável, tornar-se-ia crescente.

Em outras palavras, não é possível apontar apenas os condicionamentos exógenos a Pernambuco – vale dizer, o fragilizado vínculo de comércio internacional e o crescente relacionamento comercial com outras regiões do país, especialmente São Paulo – como principais determinantes da evolução industrial a partir dos anos de 1930. É preciso levar em consideração o fato de que as principais frações de capital produtivo do estado já estavam fragilizadas pelas próprias especificidades e pela atuação do capital mercantil, para não mencionar a reiteração de uma estrutura concentrada de propriedade e de renda que apenas acrescia a dificuldade de superar os limites estruturais da economia de Pernambuco.⁹⁸

Assim é que, a partir dos anos de 1930, mas principalmente após a 2ª Guerra Mundial, começaram a ser *dinamitadas* as primeiras frações de capital pernambucanas, com as peculiaridades específicas que a análise do movimento do capital pôde verificar: no caso do açúcar, esse processo assumiu a forma do movimento de incorporação de engenhos e usinas menores por usinas maiores (num indício de centralização de capitais); e no caso da indústria têxtil, verdadeira dinamitação: fechamento de algumas fábricas, especialmente aquelas de matriz produtiva obsoleta. É sintomático, inclusive, o fato de que por essa época Pernambuco começa a perder a histórica hegemonia regional para a Bahia.⁹⁹

Para proceder à análise descritiva dos dados secundários disponíveis e referentes à indústria pernambucana, é preciso destacar que o estudo da estrutura industrial a partir de 1939 é tributário de um novo aporte metodológico. Cabe destacar, basicamente, a agregação dos segmentos industriais segundo a predominância da destinação dos produtos

⁹⁸ A capacidade impositiva do capital mercantil era forte na medida em que as relações de produção da esfera da produção eram precárias. Isso obstava o avanço “técnico” da produção de mercadorias e, conseqüentemente, uma maior inserção comercial na fase de articulação mercantil da economia brasileira. Não obstante, é preciso destacar que cabe ao capital produtivo, ainda que sob pressão do capital mercantil, a decisão de investir e produzir, da qual se beneficiam os capitais mercantis, especialmente para viabilizar a realização da produção na órbita da circulação. No caso pernambucano, conforme se intentou demonstrar no capítulo 2, mesmo com uma baixa divisão social do trabalho e em um contexto de baixo dinamismo produtivo, as dificuldades colocadas pelo capital produtivo ao capital mercantil eram “compartilhadas” com as frações de capital mais frágeis – vide os senhores de engenho que não evoluíram para a condição de usineiros – e também com a força de trabalho.

⁹⁹ Vergolino e Monteiro Neto (2006) fazem rápida menção à perda da hegemonia econômica do estado, espécie de base histórica para a análise posterior que coteja Pernambuco, Bahia e Ceará, para então explicar os determinantes endógenos da economia pernambucana que concorreram para o quadro de perda de dinamismo econômico e conseqüentemente para a derrocada regional do estado por volta dos anos de 1970, e que até o presente momento não foi revertida.

finais em quatro grupos: o Grupo I, de bens de consumo não-duráveis; o Grupo II, de bens intermediários; o Grupo III, de bens de capital e de consumo durável; e, finalmente, o Grupo IV, que compreende o total da indústria de transformação.¹⁰⁰

De antemão, é desejável explicitar a seguir as taxas anuais médias calculadas por Cano (2007b) para a evolução industrial no período 1919-1959. De acordo com os dados da **Tabela 3.4**, o crescimento da indústria de transformação pernambucana foi positivo e nada desprezível no período compreendido entre 1919 e 1959. A análise das fases componentes desse período revela que o maior dinamismo econômico foi verificado entre 1939 e 1949, ao passo que entre 1949 e 1959 o desempenho industrial do estado em termos de crescimento foi menor.

Tabela 3.4 - Pernambuco: taxas médias anuais de crescimento da indústria de transformação, em % (1919-1959)

Especificação	1919-1939	1939-1949	1949-1959
Indústria de Transformação	4,8	5,5	3,6
Grupo I	5,0	5,1	2,2
Grupo II	3,1	9,8	10,5
Grupo III	-3,9	8,4	18,7

Fonte: adaptado de Cano (2007b), pág. 84.

Quando se analisa o desempenho segundo os grupos de indústrias, percebe-se que os Grupos II e III, respectivamente, produtores de bens intermediários e de bens de capital/bens de consumo duráveis, passam de condições relativamente restritas de crescimento no período 1919-1939 para taxas anuais médias notáveis entre 1939 e 1959. Quanto ao grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não duráveis, a taxa anual média de crescimento do período 1919-1939 foi mantida no período 1939-1949, mas sofre considerável queda para o período seguinte. As repercussões dessa perda de dinamismo já foram apontadas ao nível das frações de capital e podem ser sintetizadas pela afirmação de que usinas de açúcar (agregadas ao nível censitário no segmento dos produtos alimentares) e fábricas de tecidos (indústria têxtil) foram

¹⁰⁰ Para maiores detalhes metodológicos, ver Apêndice 3 ou diretamente Cano (2007b). No Apêndice 3 constam, inclusive, informações detalhadas sobre a composição dos grupos, a partir da reprodução dos dados brutos fornecidos pelo IBGE através dos Censos Industriais.

impactadas pela intensificação do processo de articulação mercantil, que desencadeou efeitos de inibição e bloqueio nas principais atividades produtivas de Pernambuco.¹⁰¹

É conveniente aprofundar o estudo do desempenho industrial do estado a partir de informações mais agregadas. Nesse sentido, a **Tabela 3.5** apresenta as informações referentes aos segmentos industriais agregados de acordo com os grupos referidos. Nota-se, em termos de operários ocupados e valor da transformação industrial, o peso do Grupo I na estrutura industrial pernambucana.

Tabela 3.5 - Pernambuco: estrutura da indústria de transformação, em % (1919-59)

Especificação	Ano	VTI	No. de Operários
Grupo I: indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis	1919	88,0	84,6
	1939	92,0	92,4
	1949	88,1	85,5
	1959	76,8	80,4
Grupo II: indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários	1919	10,8	14,6
	1939	7,8	7,3
	1949	11,6	14,2
	1959	22,1	18,4
Grupo III: indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável	1919	1,2	0,8
	1939	0,2	0,3
	1949	0,3	0,3
	1959	1,1	1,2

Fonte: adaptado de Cano (2007b), pág. 96-7.

Outra observação a destacar diz respeito ao Grupo II, em especial à indústria química. Em 1919, a exclusão da categoria “farmacêutica e perfumaria” desse ramo em favor da alocação no grupo predominantemente produtor de bens de consumo não duráveis (em virtude da linha metodológica aqui seguida) fez com que a participação da indústria química no grupo predominantemente produtor de bens intermediários (Grupo II) fosse nula. Isso significa, na verdade, que a produção química de Pernambuco no início do século XX não era relacionada aos bens intermediários e estava voltada para a produção de bens de consumo não-duráveis, notadamente extração bruta de óleos vegetais. Para os anos posteriores, as informações disponíveis já apontam a existência de produtos destinados a um uso intermediário, embora ainda envolvessem uma complexidade produtiva restrita,

¹⁰¹ Segundo Cano (2007b), a taxa anual média de crescimento negativa do Grupo III deve-se mais a um problema de insuficiência estatística do que a baixo dinamismo dos segmentos que compunham esse grupo em Pernambuco à época.

casos da fabricação de óleos vegetais destinados à alimentação e de pólvora e explosivos. (**Tabela A3.3**)

Ainda que o Grupo I tenha mantido uma participação maior em relação aos demais, notadamente em função da predominância da indústria de produtos alimentares e da indústria têxtil, cabe destacar que essa participação foi decrescente desde 1939. Vale ressaltar, por exemplo, os anos compreendidos entre 1939 e 1959, quando a participação do Grupo I no VTI total da indústria de transformação cai aproximadamente onze pontos percentuais, mas mantém estável a participação do número de operários ocupados, exceção feita ao ano de 1939, quando o número de operários nesse grupo alcançou o maior valor da série. (**Tabela 3.5**)

Observações adicionais podem ser feitas com o auxílio das tabelas que constam no Apêndice 3. A primeira diz respeito a que grupo industrial ganha participação na composição da estrutura industrial. De acordo com os dados da **Tabela 3.5**, entre 1939 e 1959, esse é o caso do Grupo II, que ganha participação praticamente na mesma proporção em que o Grupo I perde peso relativo, dado que o Grupo III permanece em patamar médio (e baixo) na composição da estrutura industrial pernambucana. Cabe destacar, portanto, que os segmentos do Grupo II evoluíram ao ponto de elevar a participação do conjunto no total da indústria de transformação do estado, o que pode ser visualizado através da consulta à **Tabela A3.7** no Apêndice 3. Nesse sentido, podem ser destacados os segmentos da transformação de minerais não-metálicos e da química. No primeiro segmento, são significativas a produção de cimento, atividade cujas empresas tinham projeção nacional, e de material cerâmico. Quanto à química, o peso maior era o da extração de óleos e essências vegetais e de matérias graxas animais e da fabricação de elementos e compostos químicos, bem como da fabricação de pólvoras e produtos explosivos. (**Tabelas A3.3 e A3.4**)

A segunda observação remonta, para além da evolução da composição industrial, à análise dos movimentos das frações de capital realizada no Capítulo 2 e às informações sobre o comércio inter-regional e internacional, especialmente aquelas

referentes aos produtos que compunham a pauta comercial de Pernambuco.¹⁰² É possível, com esse aparato, interpretar como se deu o impacto dos efeitos de estímulo, bloqueio e destruição na estrutura industrial pernambucana no período, decorrentes do desenvolvimento industrial em São Paulo, que avançava “sobre toda e qualquer oportunidade de inversão”, e que já tinha como fator de inibição as restrições impostas pela difícil inserção no comércio internacional, do ponto de vista exógeno, e a atuação do capital mercantil, do ponto de vista endógeno.

Conforme destacado mais de uma vez neste trabalho, os efeitos de inibição ou bloqueio se fizeram latentes sobre a indústria açucareira e têxtil, principais segmentos produtivos do estado. Isso pôde ser visto através das peculiaridades que envolveram o movimento das frações de capital e a articulação comercial dessas atividades. A importância em resgatar tal análise está em possibilitar a afirmação de que a capacidade de geração de excedentes nas atividades principais do estado estava comprometida e dificultava consideravelmente investimentos em outros segmentos produtivos.

Esse parece ser o caso dos segmentos do Grupo III, predominantemente produtores de bens de capital e de consumo durável. Não se pode afirmar que inexistiam atividades relacionadas à mecânica, aos materiais elétricos e de comunicações ou mesmo de transporte em Pernambuco no período aqui contemplado, embora seja necessário reconhecer que tais segmentos se encontravam fortemente condicionados pelo desenvolvimento de segmentos homônimos em São Paulo, de modo que não puderam avançar de maneira notável, exceção feita ao segmento dos materiais de transporte, cujo comportamento pode ser tributado à operação de oficinas ferroviárias estatais. (**Tabela A3.7**)

Nesse quadro de evolução industrial condicionada, Pernambuco foi perdendo relevância econômica do ponto de vista nacional e regional. Cabe recorrer, para ilustrar tal afirmação, às tabulações realizadas por Cano (2007b), que trabalhou os dados censitários da indústria para o Nordeste e para os estados da Bahia e de Pernambuco no período 1919-1970. Os parâmetros dessas tabelas permitem apontar a evolução dos grupos de indústrias

¹⁰² O comércio internacional e inter-regional será objeto de análise da próxima seção.

de maneira comparativa, do que resulta um cotejamento de escopo nacional com a indústria de São Paulo.¹⁰³

A análise regionalizada da evolução da estrutura industrial será feita em termos de comparação do dinamismo de cada grupo por estado e iniciará pelo caso do Grupo I, o de indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis. Conforme observado, o Grupo I consistia no mais relevante agrupamento de indústrias de Pernambuco no período estudado. É possível afirmar que o estado avançou nesse grupo com base em indústrias intensivas em mão-de-obra, ao passo que o avanço da Bahia se deu com uso mais intensivo em capital. Para tanto, basta observar os índices do valor da transformação e do número de operários ocupados, na **Tabela A3.8**, e as informações sobre produtividade e excedente por operário na **Tabela A3.9**, ambas no Apêndice 3.

Quanto ao Grupo II (indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários), vale lembrar que ganhou participação para o Grupo I em termos de valor da produção entre 1919 e 1959, em virtude da produção de cimento e de alguns segmentos da indústria química. De acordo com os dados das **Tabelas A3.8 e A3.9**, esse avanço também se deu com base em indústrias menos intensivas em capital do que aquelas da Bahia. Esse perfil industrial se reflete em 1959 em termos de produtividade e de excedente gerado por operário, quando a Bahia apresenta índices de crescimento superiores aos apresentados por Pernambuco.

Já no que diz respeito às indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo duráveis – o Grupo III – é importante destacar que antes das políticas de industrialização da Sudene a Bahia apresentava tendência a passar Pernambuco em termos de valor da transformação industrial, bem como do emprego de mão-de-obra. Com as políticas de industrialização da Sudene, esse quadro é revertido; não fosse tal política, a provável trajetória era a de que a Bahia desenvolvesse indústrias de bens de capital e bens de consumo duráveis e equilibrasse, ou revertesse, o maior dinamismo nesse grupo. (**Tabela A3.8 e Tabela A3.9**)

¹⁰³ Por parâmetros se quer dizer: valor da transformação industrial; operários ocupados; produtividade; salário médio e geração de excedentes por operário. Consultar as Tabelas A3.8 e A3.9 no Apêndice 3. As informações referentes a 1970, a despeito de extrapolarem o período aqui estudado, são desejáveis na medida em que servem para referenciar a tendência observada no período aqui analisado e o direcionamento setorial que as políticas de industrialização da Sudene imprimiram no desenvolvimento econômico da região e de Pernambuco.

Nesse sentido, as informações da **Tabela 3.6** servem para referenciar a importância nacional dos grupos de indústrias de Pernambuco entre 1919 e 1959, em termos de VTI e número de operários ocupados. Faz-se uso, ainda, de um agregado denominado “Nordeste – Pernambuco”, com o intuito de mostrar não apenas a evolução da participação pernambucana no total do valor da transformação industrial nacional e do emprego de mão-de-obra, mas também o peso relativo do estado em relação à região Nordeste.

Tabela 3.6 - Nordeste, Pernambuco e Nordeste-Pernambuco: participação da estrutura industrial no total nacional, em % (1919-1959)

Especificação	Grupo I: indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis				Grupo II: indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários				Grupo III: indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável				
	1919	1939	1949	1959	1919	1939	1949	1959	1919	1939	1949	1959	
NE	VTI	18,81	14,46	12,82	10,26	6,32	4,24	4,07	5,66	5,77	0,77	0,65	0,62
	OP	27,78	22,12	22,05	17,45	10,41	6,21	9,00	8,25	9,26	1,67	1,73	1,56
PE	VTI	7,44	7,51	6,50	4,42	3,52	1,67	1,64	1,52	4,29	0,18	0,16	0,17
	OP	8,39	8,77	8,73	6,64	5,03	2,46	2,96	2,30	3,55	0,43	0,40	0,39
NE-PE	VTI	11,37	6,95	6,32	5,84	2,80	2,57	2,43	4,14	1,48	0,59	0,49	0,45
	OP	19,39	13,35	13,32	10,81	5,38	3,75	6,04	5,95	5,71	1,24	1,33	1,17

Fonte: adaptado de Cano (2007b), pág. 96-7.

Verifica-se para o Grupo I, com base nos dados da **Tabela 3.6**, a perda de participação de Pernambuco e do Nordeste em relação ao total nacional, em termos de VTI e mão-de-obra, especialmente a partir de 1949, quando a taxa anual média de crescimento do grupo foi significativamente reduzida. Destacou-se que a estrutura industrial do Grupo I em Pernambuco avançou com base em indústrias intensivas em mão-de-obra (**Tabela A3.8**); assim, a perda de participação relativa do VTI e da ocupação de mão-de-obra revela a situação crítica das indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis no estado. Ademais, vale destacar que não apenas em Pernambuco o Grupo I sofre queda na participação relativa, mas também no Nordeste, o que pode ser explicado pelo avanço do processo de industrialização concentrado em São Paulo, conforme demonstrou Cano (2007b).

O que parece ficar evidente, seja pela ótica agregada, seja pela ótica das frações de capital, é que no caso dos principais segmentos produtivos a articulação mercantil inter-regional revelou as limitações endógenas do processo de acumulação capitalista em Pernambuco. A formação de um mercado consumidor nacional terminou por potencializar os condicionamentos ao avanço das principais empresas do estado.

Diferente é o caso dos Grupos II e III, nos quais Pernambuco também apresenta queda na participação relativa do VTI e da mão-de-obra. Entretanto, conhecidas as taxas anuais médias de crescimento desses grupos para o período aqui analisado (**Tabela 3.4**), fica explícito que para eles o comércio inter-regional parece ter representado um estímulo ao desenvolvimento de determinados segmentos produtivos, a exemplo da indústria de cimento, cujas principais empresas (Cimento Nassau e Votorantim, aquela propriedade de um ex-comerciante e ex-usineiro e esta de importante industrial, ambos pernambucanos, tinham projeção nacional, em virtude da especificidade regional que envolvia a produção daquele produto.¹⁰⁴

3.3 Comércio internacional e inter-regional de Pernambuco

Nesta seção, o foco central é a análise do fluxo comercial das principais mercadorias. Conforme destacado anteriormente, esse corte analítico foi procedido porque o resultado do comércio internacional e inter-regional de mercadorias do estado de Pernambuco pode indicar os limites do dinamismo dos principais produtos e atividades econômicas correlatas do estado, no período que vai de 1870 a 1959. Em outras palavras, serão descritos os fluxos comerciais da produção de açúcar e de algodão/tecidos, em um quadro de competição pela colocação desses produtos no mercado internacional e inter-regional, com o quê se pretende mostrar os condicionantes da geração de excedentes econômicos a partir das principais atividades do estado.

Como não poderia deixar de ser, a análise tem por base a periodização da dinâmica territorial das economias regionais no Brasil, explicitada no primeiro capítulo deste trabalho, dentro da qual se identificaram distintos perfis de inter-relações regionais

¹⁰⁴ Uma consulta aos registros históricos acerca da sociedade paulista, especialmente às colunas sociais, indica que a carreira de José Ermírio teve importante impulso quando se aproximou de Pereira Ignácio, casando-se inclusive com uma das filhas do eminente paulista.

que emergem e se consolidam. Em termos mais explícitos, tem-se a preocupação de mostrar os reflexos da transição do isolamento relativo para a articulação mercantil até o limiar da integração produtiva, sob a ótica comercial.

Isso significa que é preciso transitar da descrição dos vínculos de comércio internacional, no final do século XIX, para a análise do comércio inter-regional de Pernambuco com as demais regiões do país, a partir da fase que se inicia no começo do século XX. Assim, é preciso considerar a evolução de preços internacionais e quantidades exportadas, em um primeiro momento, para então evoluir na análise para os fluxos inter-regionais de comércio.

Importante lembrar que a base comercial nordestina, na fase inicial da articulação mercantil, esteve amparada numa relação de complementaridade com as demais regiões do país, ao passo que o desenvolvimento das forças produtivas em São Paulo reverteu a característica de complementaridade dos produtos nordestinos para um quadro de competição com a produção paulista. Ou seja, os fluxos comerciais passaram a indicar que o comércio inter-regional, que ganhou relevância frente ao internacional e foi “salvador” num primeiro momento, passou a se amparar sobre uma base competitiva. Com isso, os produtos de uma região foram cotejados com produtos similares de outra região e passaram pelo crivo dos preços de mercado, o que deixou evidente as diferenças do perfil produtivo de uma e outra região e os diferenciais de produtividade que as caracterizavam.

Assim é que, mesmo quando algumas vantagens comparativas favorecem certa produção em determinado espaço regional, o desenvolvimento de forças produtivas em regiões a partir das quais passa a emanar um intenso fluxo de comércio pode ocasionar o desmanche daquelas vantagens. Tal foi o caso para o açúcar e o algodão de Pernambuco em relação a São Paulo, mas também devem ser considerados o desenvolvimento por estímulo de outras atividades no território pernambucano, a partir do fluxo comercial estabelecido entre as regiões.

Por isso, é possível afirmar que o resultado do fluxo de comércio, internacional e/ou inter-regional, indica os limites da acumulação capitalista das principais frações de capital pernambucanas. Determinado esse limite pelo dinamismo do comércio inter-

regional e internacional e conhecida a dinâmica de acumulação no país, com os desdobramentos territoriais que lhe são peculiares, o estudo das relações comerciais inter-regionais pode indicar a maneira pela qual vai se conformando uma estrutura de capital forçada emoldurada a partir da transição do isolamento relativo – tendo o comércio internacional era o destino principal das vendas – para a articulação mercantil – quando o comércio interno passa a ser predominante sobre o internacional. O resultado dos fluxos de comércio permite indicar as reais possibilidades de realização de lucros e, indiretamente, o condicionamento imposto à realização de investimentos em segmentos diversos daqueles em que tradicionalmente se constituíram as principais frações de capital.

A análise do comércio internacional e inter-regional se inicia pela constatação da dinâmica externa dos principais produtos de exportação da economia de Pernambuco, ou seja, do açúcar e do algodão. Uma das formas de captar essa dinâmica é a análise do comportamento dos preços internacionais desses produtos, para o que contribuem as informações que constam na **Tabela 3.7**.

Tabela 3.7 - Comércio Exterior: valor médio por unidade das mercadorias predominantes (1821/1939)

Decênios	Valor médio em libras-ouro por tonelada		Índice dos preços médios em libra-ouro	
	Açúcar	Algodão	Açúcar	Algodão
1821/30	24,50	66,00	100	100
1831/40	16,70	46,50	68	70
1841/50	14,50	36,90	59	56
1851/60	17,80	45,00	73	68
1861/70	16,40	94,50	67	143
1871/80	14,00	49,90	57	76
1881/90	10,80	40,40	44	61
1891/1900	13,00	49,00	53	74
1901/10	8,60	51,80	35	78
1911/20	32,60	90,60	133	137
1921/30	14,10	85,30	58	129
1931/40	4,70	30,70	19	47

Fonte: elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Brasil (1958), série retrospectiva.

Tomando como referência o decênio 1821/30, é possível antever uma trajetória semelhante da evolução dos preços médios internacionais de ambos os produtos, com as especificidades que lhes são peculiares. No caso do algodão, a tendência de queda iniciada naquele decênio é revertida nos anos 1861/70, quando eclode a Guerra da Secessão nos

EUA, um dos principais mercados fornecedores do produto à época. Entretanto, há um retorno à trajetória descendente logo no decênio seguinte, quando o algodão egípcio passa a ter preferência no suprimento da demanda inglesa, principal produtor mundial têxtil de então.¹⁰⁵ Segundo Peter Eisenberg (1977), que estudou a evolução do açúcar em Pernambuco em período semelhante, o decênio dos 1860 pôs sob ameaça a hegemonia da produção açucareira no estado, tamanha houvera sido a atratividade da produção algodoeira. Somente no decênio da 1ª Guerra Mundial o nível de preços internacionais supera o decênio-base para se manter em nível elevado ao longo dos anos de 1920.

Quanto à trajetória dos preços internacionais do açúcar, é preciso ter como referência o já citado trabalho de Eisenberg (1977), onde é possível obter elementos analíticos referentes ao declínio do valor das exportações de açúcar em Pernambuco entre os anos de 1875 e 1906, com base nas oscilações cambiais do período, na entrada de novos concorrentes no mercado internacional e, por fim, na receita obtida com a venda do produto. Destarte, o autor destaca que mais de 75% da produção pernambucana de açúcar era destinado ao mercado internacional, o que evidencia a importância do comércio internacional para a renda agregada do estado naquele período.

Segundo Eisenberg (1977), as oscilações cambiais contribuíram para o obscurecimento da decisão de investir dos empresários pernambucanos do setor açucareiro, que ao longo do período iniciado em 1820-1906, especialmente no último quartel do século XIX, careciam de medidas modernizadoras do parque produtivo com vistas a garantir uma posição competitiva no mercado internacional. Ocorre que a taxa declinante de câmbio não favorecia um cálculo exato que resultasse numa operação lucrativa com recursos voltados à modernização, embora fosse a taxa de câmbio elemento amortecedor da baixa internacional de preços, à medida em que garantia aos produtores a manutenção das receitas em moedas nacionais em níveis satisfatórios.

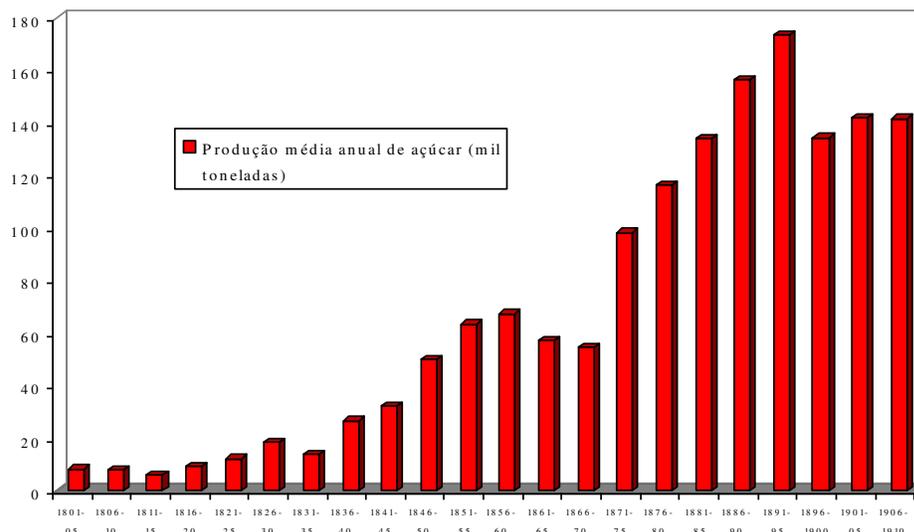
Quanto à concorrência estrangeira, ressalte-se que a consolidação da produção de açúcar de beterraba na Europa, especificamente na Alemanha, pressionava para baixo os preços internacionais do açúcar, especialmente o mascavado, de modo que as receitas com

¹⁰⁵ Essa temática já foi trabalhada, com maior profundidade, no Capítulo 2, especialmente na seção 2.3, que trata do movimento das frações de capital têxteis em Pernambuco. Ainda assim, é possível encontrar referências a esses episódios diretamente em Stein (1979) e Silva (1999).

exportações também apresentavam tendência de declínio. Vale salientar que a produção de açúcar mascavado possuía matriz técnica amparada na estrutura dos engenhos, predominantes em Pernambuco até a década dos 1890. Ademais, a produção do Caribe também possuía peso relevante no mercado açucareiro internacional, ainda mais se for levado em consideração o fato de que a partir de 1898 os EUA se apossaram da produção cubana.

Havia, a despeito desses fatores, a necessidade premente de modernizar o parque produtivo açucareiro pernambucano. A modernização envolvia grandes investimentos em máquinas que deveriam ser importadas e capazes de aumentar eficiência e escala de produção. A crise secular e a crescente obliquidade do mercado internacional, dada a entrada do açúcar de beterraba europeu (elemento de pressão e de ocupação do antigo espaço cativo dos produtos nordestinos e pernambucanos no mercado internacional), exigiam não apenas a produção de um açúcar de melhor qualidade, como também a busca de um novo mercado consumidor. Conforme destacado no Capítulo 2, disso resultou a estratégia dos engenhos centrais – amparada no capital estrangeiro especulativo – e o início do processo usineiro em Pernambuco.

Nesse contexto de queda dos preços internacionais do açúcar e do algodão, cabe também analisar o comportamento da produção em termos quantitativos. Para o açúcar, as principais informações sobre quantidade produzida em Pernambuco constam no trabalho de Eisenberg (1977) e podem ser visualizadas no **Gráfico 3.1**.

Gráfico 3.1- Produção média anual de açúcar em Pernambuco (1801-1910)

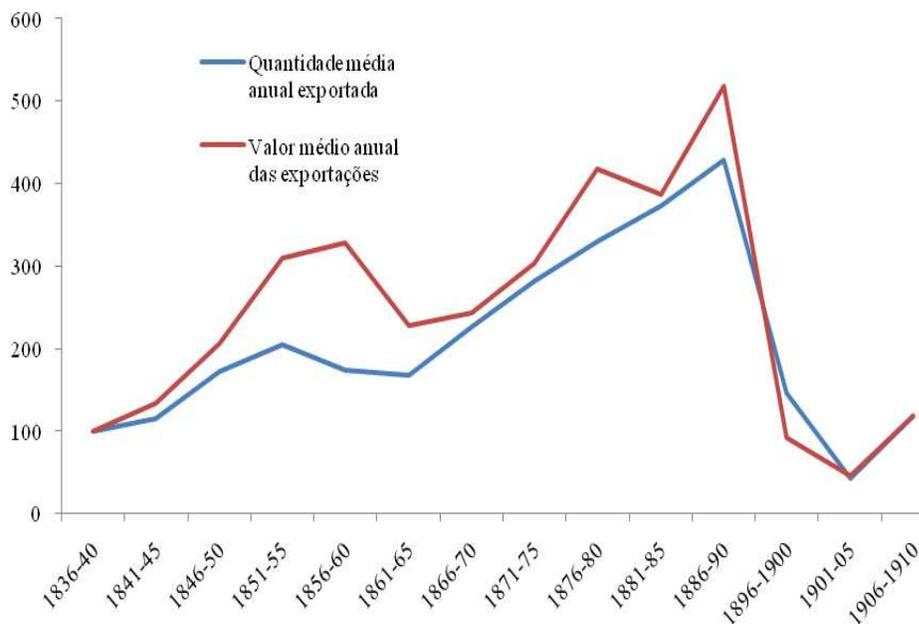
Fonte: elaboração própria a partir de Eisenberg (1977).

Importa reter que mesmo em um contexto de queda dos preços internacionais do açúcar, no final do século XIX, a quantidade produzida manteve-se em níveis elevados, o que se explica em virtude da modernização do parque produtivo açucareiro em Pernambuco.¹⁰⁶

O **Gráfico 3.2** permite que se visualize o movimento da quantidade exportada de açúcar em paralelo com a evolução real do valor obtido com as exportações. Nesse gráfico, a oscilação dos preços internacionais do produto pode ser vista na curva do valor médio obtido pela razão “preço/quantidade” exportada, que apresenta uma trajetória mais consistente até os anos de 1890. A indisponibilidade de dados para o quinquênio 1891-1895 não inviabiliza a afirmação de que, a partir da virada do século XIX, a tendência era a de que o exterior já não seria mais o destino principal da produção açucareira pernambucana, ou seja, já não seria mais a fonte principal de geração de excedentes dessa atividade.

¹⁰⁶ O mesmo pode ser dito para a quantidade produzida de algodão, em virtude do surgimento das primeiras fábricas de tecido no estado.

Gráfico 3.2 - Pernambuco: índices da quantidade média e do preço médio das exportações de açúcar (1836-1910); (1836-40=100)



Fonte: elaboração própria a partir de Eisenberg (1977).

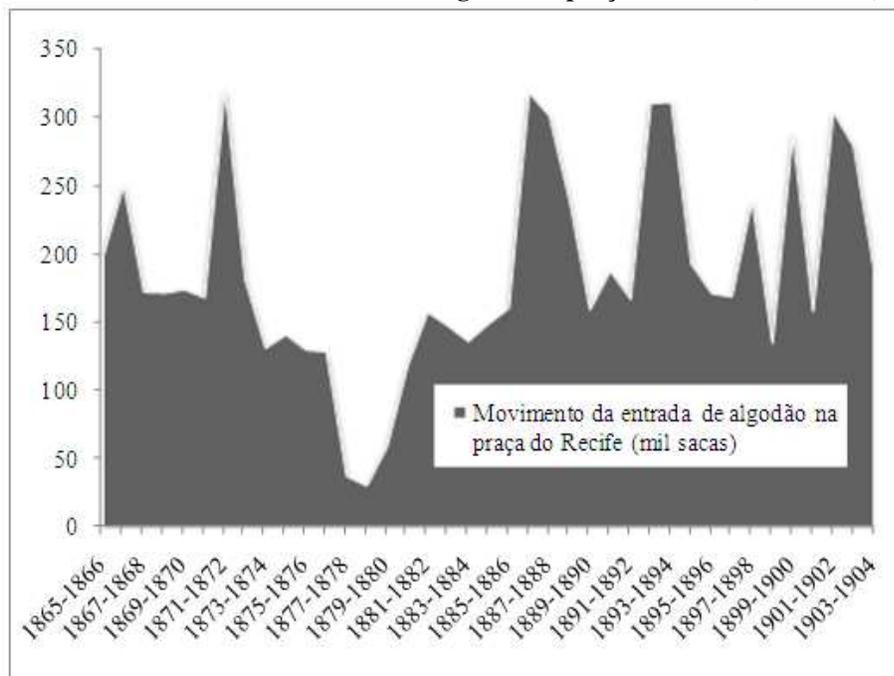
Quanto ao algodão, no trabalho de Estevão Pinto (1940) é possível encontrar informações quantitativas sobre o movimento desse produto na praça comercial do Recife entre 1865 e 1904, que podem ser visualizadas no **Gráfico 3.3**.¹⁰⁷ Nele, é interessante reparar nos picos e vales e cotejar a dinâmica da movimentação comercial no Recife com os acontecimentos relacionados à produção algodoeira, detalhados no Capítulo 2 deste trabalho.

No início da série, portanto em 1865, a produção algodoeira foi impactada pelo fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, o que repercutiu inclusive em termos dos preços médios internacionais do produto, conforme pode ser visto na **Tabela 3.7**. Já o grande vale do período que vai dos 1870 até 1880 coincide com o fornecimento egípcio à produção têxtil inglesa. No contexto nacional, deve-se considerar a notável expansão têxtil do Rio de Janeiro no período e posteriormente de São Paulo, conforme destaca Stein (1979). A partir de então, a retomada do comércio de algodão no Recife ocorre em paralelo à inversão de capitais, notadamente aqueles oriundos do capital mercantil, no setor têxtil

¹⁰⁷ Segundo Bernardes (2006), o algodão que entrava na praça do Recife contemplava a produção do Ceará, notadamente de Aracati, e da Paraíba.

estadual, de modo que o movimento comercial passa a se atrelar mais fortemente à dinâmica da nascente indústria têxtil pernambucana e retorna a níveis elevados.

Gráfico 3.3 - Movimento da entrada de algodão na praça do Recife (1865-1904)



Fonte: elaboração própria a partir de Estevão Pinto (1940).

Nota: cada saca de algodão corresponde a 60kg.

Conforme destacado no primeiro capítulo deste trabalho, com base em Guimarães Neto (1989), o contexto desfavorável do comércio internacional fez com que os produtores estaduais, na virada do século XIX, procurassem o mercado interno como destino das vendas dos produtos de exportação. Isso significa que os interesses econômicos vinculados ao algodão e ao açúcar passaram a depender da realização do valor em outras regiões do país, em contraposição, por exemplo, à cultura do café, cujo valor se realizava externamente. (OLIVEIRA, 2008)

Para esse período (virada do século XIX para o século XX) dispõe-se de informações secundárias sobre os fluxos de comércio apenas a partir de 1910, e mesmo assim relacionadas ao comércio internacional de mercadorias. De todo modo, a bibliografia consultada permite interpretar que o algodão satisfazia uma demanda estadual e o açúcar passou a complementar as necessidades do mercado dinâmico da época, o de São Paulo, através do comércio por cabotagem.

Sobre o comércio internacional de Pernambuco nesse período, as **Tabelas 3.8 e 3.9** mostram os principais produtos exportados e importados pelo porto do Recife no triênio 1910-1912. Destacam-se, nas exportações, o algodão e o açúcar, que juntos concentravam, em 1910, mais de 70% do valor total exportado.

Tabela 3.8 - Pernambuco: participação das principais mercadorias no valor total exportado para o exterior (1910-1912)

Especificação	1910		1911		1912	
	Valor (em mil-réis)	%	Valor (em mil-réis)	%	Valor (em mil-réis)	%
Total do Estado	19.302.627,00	100,0	19.445.822,00	100,0	13.893.221,00	100,0
Peles	1.326.723,00	6,9	997.930,00	5,1	1.339.406,00	9,6
Algodão	7.041.374,00	36,5	6.964.981,00	35,8	6.935.044,00	49,9
Caroços de algodão	728.606,00	3,8	1.104.995,00	5,7	1.002.114,00	7,2
Açúcar	6.692.413,00	34,7	5.216.728,00	26,8	212.540,00	1,5
Cera de Carnaúba	1.241.656,00	6,4	1.246.029,00	6,4	1.430.837,00	10,3
Farelo	424.078,00	2,2	419.738,00	2,2	410.196,00	3,0

Fonte: elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912

Cabe destacar, entre os principais produtos da pauta de exportação, a expressiva queda de participação do açúcar no valor total exportado pelo estado entre 1910 e 1912.¹⁰⁸ De aproximadamente 35% do total, esse produto passou para ínfimos 1,5% das exportações para o exterior de Pernambuco em 1912. Essa queda também se reflete na perda de participação do açúcar pernambucano no mercado produtor nacional, que era em 1910 de 62,6%; 75,7% em 1911 e, em 1912, 21,2%. Uma das possíveis justificativas, secundária e de caráter conjuntural, está no período de animosidades existente em 1911 no Recife, motivado pela transição política que envolveu a perda da hegemonia oligárquica de Rosa e Silva. Oposicionista, a Associação Comercial do Estado teve papel central e promoveu uma espécie de greve comercial no Recife à época. (PINTO, 1940)

A situação política, todavia, não seria o único determinante de uma queda tão violenta na comercialização de açúcar. Conforme destacado na **Tabela 3.7**, o decênio

¹⁰⁸ Essa análise pretende apenas mostrar a importância desses dois produtos no comércio exterior de Pernambuco. Mais adiante, as referências às pautas de exportação e importação do estado, exceto para a Tabela 3.16, serão indiretas e reportarão às informações que constam no Anuário Estatístico do Brasil. Em virtude da expressiva quantidade de tabelas originalmente apresentadas na versão apresentada à banca examinadora deste trabalho (total de 76 tabelas), o Apêndice 2 foi reduzido a duas tabelas, às quais se faz menção no texto principal. As demais informações podem ser obtidas por simples consulta direta aos Anuários. Essa consulta embasará afirmações aqui realizadas, a exemplo da afirmação de que o Recife era o centro distribuidor regional do Nordeste; também ilustra essa ideia o estudo dos efeitos de estímulo, bloqueio/inibição e destruição.

1901/10 apresentou notável queda do preço médio internacional da tonelada de açúcar. Foi nesse período que a produção européia de açúcar de beterraba deslocou o produto brasileiro do mercado internacional. Ademais, conforme destaca Eisenberg (1977), é na virada do século XIX para o século XX que o açúcar pernambucano é revertido para o mercado interno, compensando a contração nas exportações internacionais. Em 1912, apenas 4 milhões de toneladas foram exportadas para o exterior a partir de Pernambuco, ao passo que nos dois anos anteriores a quantidade exportada foi em média mais de trinta vezes superior. (**Tabela A2.2**)

Já a quantidade vendida de açúcar pernambucano para o mercado interno, segundo estimativas de Eisenberg (1977), é sextuplicada entre 1886-1890 e 1890-1901, o que revela a tendência existente para a destinação do produto. O mesmo não se pode afirmar para o valor venal: mesmo em termos nominais, entre 1856-1860 e 1886-1890, último quinquênio no qual o autor apresentou valores em libras para essa modalidade comercial, a renda obtida com a venda de açúcar foi multiplicada por mais de uma vez e meia.¹⁰⁹

Quando se trata das importações, deve-se ter em mente a condição de centralidade do Recife em relação ao Nordeste. Ao dispor de um porto modernizado em função das reformas ocorridas em 1911, a cidade confirmava essa posição estratégica e funcionava nos moldes de um importante entreposto comercial, através da função de centro de distribuição de mercadorias oriundas do exterior e de outras regiões para boa parte da região Nordeste, fazendo uso da importante malha ferroviária montada a partir dos engenhos centrais e dos investimentos ingleses em infra-estrutura na região.

¹⁰⁹ Ver Eisenberg (1977), pág. 51.

Tabela 3.9 - Pernambuco: participação das principais mercadorias no total importado do exterior (1910-1912)

Especificação	1910		1911		1912	
	Valor (em mil-réis)	%	Valor (em mil-réis)	%	Valor (em mil-réis)	%
Total Importado	30.105.392,00	100,0	30.712.263,00	100,0	26.537.817,00	100,0
Carvão de Pedra	2.296.558,00	4,5	2.207.728,00	4,1	2.917.203,00	6,0
Algodão (manufaturado)	5.485.397,00	10,9	5.874.576,00	10,9	3.900.893,00	8,0
Ferro e Aço	3.212.715,00	6,4	4.770.238,00	8,8	4.211.784,00	8,6
Bacalhau	5.305.859,00	10,5	5.282.375,00	9,8	4.766.796,00	9,7
Farinha de trigo	5.064.250,00	10,0	4.593.781,00	8,5	4.871.361,00	9,9
Xarque	4.651.006,00	9,2	3.347.710,00	6,2	1.893.990,00	3,9

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912

Cabe destacar, entre os principais produtos da pauta de importações (**Tabela 3.9**), o bacalhau, item considerado bem de luxo e que, aparentemente, se vinculava à forte presença portuguesa no Recife, conforme destaca Mendonça (2010). Além disso, ainda no ramo dos produtos alimentares, merece destaque a farinha de trigo e o xarque (s.i.c.), que apresentou alguma queda de participação, mas que figuraria recorrentemente na pauta de importação de Pernambuco nos anos subseqüentes.

É somente a partir de 1935 que se torna possível analisar informações de comércio inter-regional ao lado das informações de comércio exterior.¹¹⁰

De posse de informações mais completas sobre as relações comerciais de Pernambuco, é possível apontar a distribuição do total comercializado pelo estado entre as categorias de comércio internacional e inter-regional. Em 1935, dispondo apenas de informações parciais sobre o comércio inter-regional – vale dizer, referentes ao comércio por cabotagem¹¹¹ – para proceder à comparação com as informações de comércio internacional, é possível afirmar que o desempenho comercial de Pernambuco já era predominantemente determinado pelo comércio inter-regional.¹¹²

Essa condição se torna ainda mais verdadeira quando se tem em conta que, no contexto 1937-1939, o valor exportado para o exterior teve participação mínima nos fluxos

¹¹⁰ Conforme já pôde ser observado pelas informações da tabelas desta seção, a principal fonte de referência aqui utilizada é o Anuário Estatístico do Brasil, de onde algumas informações foram reproduzidas no Apêndice 2.

¹¹¹ Na realidade, o comércio por vias marítimas era mais relevante que o comércio por vias internas à época em virtude de serem precárias as instalações rodo-ferroviárias no país.

¹¹² Para visualizar os valores absolutos exportados segundo o destino, ver **Tabela A2.1**, no Apêndice. Nessa Tabela constam os dados brutos extraídos dos Anuários Estatísticos do Brasil compilados para este trabalho.

comerciais de Pernambuco. Vale destacar as especificidades do principal produto de exportação pernambucano, o açúcar. Quanto ao algodão, a evolução da produção fabril de tecidos impõe uma lógica diferenciada; de antemão, cabe destacar que esse produto passou a ser mais utilizado pelas fábricas do país, que passaram à condição de fornecimento em virtude de os países produtores, especialmente os europeus, estarem comprometidos com os esforços de guerra. (STEIN, 1979)

Szmrecsányi (1979) aponta que o contexto bélico, que teve influências comerciais já a partir de 1937 e perdurou até 1946, não motivou a reabertura dos mercados externos para o açúcar, em virtude das dificuldades de transporte marítimo, dado o risco de ataques submarinos. Na verdade, a quase totalidade dos países europeus interrompeu as importações oriundas das Américas, ao passo que Estados Unidos e Reino Unido adotaram medidas de racionamento do consumo, o que incluía o abastecimento a partir de outras fontes fornecedoras. Finalmente, não se pode ignorar que o comércio internacional ainda não havia sido completamente restabelecido desde a crise de 1929, à qual sucederam-se medidas protecionistas de diversos países do mundo, especialmente os centrais.

Assim, é possível verificar, através dos dados da **Tabela 3.10**, que o comércio inter-regional consolida uma posição de predominância nas relações comerciais de Pernambuco, principalmente através do comércio por cabotagem. Quando se dispõe de dados acerca do comércio por vias internas, é possível afirmar que este também se revela importante, na medida em que excede, em muito, a participação das exportações para o exterior no valor total exportado pelo estado.

Tabela 3.10 - Distribuição das exportações internacionais e inter-regionais de Pernambuco, segundo destino, em % (1935/1959)

Ano de referência	Exportações para o exterior	Exportações por Cabotagem	Exportações por Vias Internas	Total Exportado
1935	27,6	72,4	...	100,0
1937	0,0	100,0	...	100,0
1938	0,0	100,0	...	100,0
1939	0,0	78,5	21,5	100,0
1940	17,8	82,2	...	100,0
1941	17,2	82,8	...	100,0
1942	14,8	57,1	28,1	100,0
1943	8,8	46,1	45,1	100,0
1944	20,9	79,1	...	100,0
1945	10,9	55,3	33,8	100,0
1946	23,9	76,1	...	100,0
1947	32,9	67,1	...	100,0
1948	25,7	41,1	33,2	100,0
1949	9,1	53,7	37,2	100,0
1950	7,4	50,6	42,0	100,0
1951	19,4	80,6	...	100,0
1952	...	100,0	...	100,0
1953	100,0	100,0
1954	21,9	78,1	...	100,0
1955	38,1	61,9	...	100,0
1956	9,9	90,1	...	100,0
1957	32,4	67,6	...	100,0
1958	36,6	63,4	...	100,0
1959	34,3	65,7	...	100,0

Fonte: elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Brasil (vários anos)

Nota: (...) Indica informações inexistentes.

A dimensão das compras extra-locais também deve ser considerada e no contexto da articulação mercantil e do desenvolvimento industrial concentrado em São Paulo, as importações por cabotagem também se revelaram mais importantes que as internacionais, como pode ser visto na **Tabela 3.11**. Nota-se que em nenhum ano da série disponível as importações inter-regionais são superadas pelas importações internacionais. Imagina-se – dada a indisponibilidade de informações – que no período anterior a 1935 a origem das importações realizadas por Pernambuco tenha sido mais eclética, especialmente porque havia na cidade uma notável presença estrangeira de ingleses, mas também de

portugueses, que provavelmente estabeleciam vínculos mais aprofundados de comércio internacional.¹¹³

Tabela 3.11 - Distribuição das importações internacionais e inter-regionais de Pernambuco, segundo origem, em % (1935/1959)

Ano de referência	Importações			
	Internacionais	Cabotagem	Vias Internas	Total
1908	100,0	100,0
1909	100,0	100,0
1910	100,0	100,0
1911	100,0	100,0
1912	100,0	100,0
1935	40,7	59,3	...	100,0
1937	0,1	99,9	...	100,0
1938	0,1	99,9	...	100,0
1939	0,0	88,2	11,8	100,0
1940	31,4	68,6	...	100,0
1941	22,8	77,2	...	100,0
1942	16,4	70,9	12,7	100,0
1943	26,4	47,0	26,6	100,0
1944	18,1	81,9	...	100,0
1945	15,6	66,7	17,7	100,0
1946	23,4	76,6	...	100,0
1947	37,1	62,9	...	100,0
1948	26,3	56,3	17,5	100,0
1949	23,8	59,2	17,0	100,0
1950	20,8	59,5	19,7	100,0
1951	34,8	65,2	...	100,0
1952	...	100,0	...	100,0
1953	100,0	100,0
1954	32,5	67,5	...	100,0
1955	26,6	73,4	...	100,0
1956	26,8	73,2	...	100,0
1957	28,5	71,5	...	100,0
1958	26,9	73,1	...	100,0
1959	32,4	67,6	...	100,0

Fonte: elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Brasil (vários anos)

Nota: (...) Indica informações inexistentes.

Feitas essas considerações sobre os destinos e as origens do comércio de Pernambuco, é interessante fazer referência aos saldos de comércio inter-regional do estado. Quanto ao comércio por cabotagem, apresentou saldo positivo em 1935, mas a relação exportações/importações por cabotagem apresentou valor próximo à unidade: exceção feita

¹¹³ É preciso destacar, ainda, que o Recife consistia no centro distribuidor do Nordeste, o que implica no fato de que parte das compras e vendas no mercado interno e externo consistia em mercadorias cujo fluxo se dava do entreposto central para o destino final. Sobre a presença estrangeira no Recife, ver Capítulo 2 ou, diretamente, o trabalho de Mendonça (2005).

ao ano de 1937, tal é o caso do quadriênio 1938-1941. A série de saldos positivos no comércio por cabotagem de Pernambuco se encerra em 1942, quando é sistematicamente negativo até 1959, último ano considerado nesta análise.¹¹⁴

Esse comportamento do comércio inter-regional por cabotagem de Pernambuco é condizente com as reflexões de Cano (2007a; 2007b) e Guimarães Neto (1989), que apontam para o fato de que a articulação mercantil inter-regional, que inicialmente havia favorecido os produtores nordestinos ao permitir a substituição do mercado internacional pela colocação da produção regional no mercado dinâmico nacional, “cobrou o troco” ao abrir a região Nordeste aos produtos da região de São Paulo a partir dos 1930. O comércio por cabotagem é a aproximação mais fidedigna dessa vinculação mercantil, na medida em que as vias internas de comunicação eram precárias e somente na década dos 1950 foi concluída a ligação rodoviária entre Nordeste e Sudeste que viabilizaria o comércio por vias internas. Posteriormente, essa intervenção governamental viria a se revelar favorável ao processo de concentração industrial na região de São Paulo, onde já haviam sido constituídas as bases prévias que favoreciam o avanço da acumulação de capital em bases industriais.¹¹⁵

Com a tendência cada vez mais consolidada de o comércio inter-regional por cabotagem sobrepor o comércio internacional, Pernambuco apresentava um balanço comercial inter-regional cada vez mais deficitário. As frações locais de capital, que haviam se amparado em fatores históricos e/ou forçosamente regionais para se desenvolver, foram expostas à competição inter-regional, o que também se estendia, indiretamente, a atividades econômicas derivadas dos principais segmentos produtivos.

Além da intensificação do comércio a partir de São Paulo, um importante determinante que amplifica o déficit do saldo do comércio por cabotagem de Pernambuco com o resto do país é a posição de centro distribuidor regional da cidade do Recife frente ao Nordeste: num raio de 800 quilômetros a partir do marco zero do capital – onde está

¹¹⁴ Ver Tabela A2.1, no Apêndice 2.

¹¹⁵ Segundo Guimarães Neto (1989), a construção da rodovia Rio-Bahia contribuiu significativamente para a constituição de um mercado nacional integrado e polarizado pela região onde a indústria havia se desenvolvido de maneira mais notável. Assim, concorreu para acelerar a dissolução do isolamento relativo das outrora ilhas regionais e permitiu a intensificação do ritmo comercial entre as regiões brasileiras. Em outras palavras, caía por terra, especialmente a partir dos 1950, as barreiras que protegiam os mercados regionais, dentro das quais haviam sido erigidas estruturas produtivas específicas.

localizado o porto da cidade – é possível alcançar seis capitais do Nordeste. Singer (1968) destaca essa posição de centralidade ao fazer menção à existência de um mercado interno de porte considerável que não pôde ser explorado, dada a estrutura da renda e a rigidez agrária na região.

É no final do século XIX que o Recife consolida a condição de centro comercial regional, especialmente porque data do último quartel desse século o surto de industrialização e expansão urbana que propiciou à cidade condições de ter acesso a equipamentos urbanos de vanguarda para a época.¹¹⁶ A centralidade foi reforçada pela malha ferroviária constituída pela Great Western of Brazil, que se somou ao sistema logístico dos ramais ferroviários que escoavam a produção dos engenhos centrais, ambos providos por capitais ingleses; e, posteriormente, pelas rodovias construídas para viabilizar as obras de combate contra a seca, garantindo a interligação da cidade do Recife a várias localidades da região, no litoral e no interior, elementos favoráveis ao fluxo intra-regional de comércio. Daí terem ocorrido os desdobramentos do comércio por vias internas sobre as demais unidades federadas do Nordeste. (PINTO, 1949; SÁ JR, 1973)

Cabe analisar os anos para os quais existem dados secundários disponíveis para o comércio desenvolvido internamente, melhor dizendo, para o comércio intra-regional.

A importância do comércio por vias internas, em termos de balanço comercial, pode ser visualizada na **Tabela A2.1**, no **Apêndice 2**. Os anos para os quais se dispõe de dados revelam que essa vertente atuou de maneira compensatória sobre as demais, contribuindo para um saldo comercial mais equilibrado em Pernambuco, especialmente nos anos em que o comércio internacional e por cabotagem foram deficitários. No ano de 1945, por exemplo, o superávit do comércio por vias internas mais que compensou o pequeno déficit do comércio internacional, somado ao déficit do comércio por cabotagem.

Nesse sentido, cabe apontar quais eram, em termos de destinos e produtos, as principais relações comerciais de Pernambuco através das vias internas. As tabelas do Anuário Estatístico do Brasil deixam transparecer o elevadíssimo peso do Nordeste nessa

¹¹⁶ A atuação da Pernambuco Tramways exemplifica essa afirmação. Essa empresa, de capital inglês, detinha concessão para exploração de serviços urbanos no Recife e logrou alcançar uma posição de monopólio quanto à prestação de serviços de iluminação pública e particular, gás e transportes coletivos urbanos, à época realizado por bondes. Ver Oliveira (2008). Sobre a expansão econômica no final do século XIX, ver o Capítulo 2.

categoria comercial, especialmente com os estados fronteiriços, confirmando a importante condição de centro distribuidor regional de Pernambuco.¹¹⁷

Conhecida a composição da vinculação comercial do estado com o resto do país e do mundo, é importante destacar qual era a pauta de exportações e importações no contexto de maior vinculação inter-regional. A análise dos produtos que compunham o fluxo comercial pernambucano é a ponte lógica que permite emoldurar o movimento dos capitais à estrutura econômica resultante, tendo em vista, especialmente, o referencial teórico do Capítulo 1, que versa sobre os efeitos de estímulo, bloqueio/inibição e, eventualmente, destruição das atividades econômicas de Pernambuco; e o movimento das principais frações de capital no estado, temática do Capítulo 2.

A análise dos principais produtos de importação e exportação do estado pode informar a capacidade de as estruturas capitalistas locais apropriarem e gerenciarem a renda obtida através do comércio. Essa análise será organizada em termos de cada vertente comercial, ou seja, comércio internacional, comércio por cabotagem e comércio por vias internas e estará centrada nos anos para os quais as informações secundárias estão disponíveis para todo o conjunto.¹¹⁸

Um importante aspecto a destacar é que a pauta de comércio de Pernambuco, vista sob uma perspectiva geral, revela, nitidamente, a característica desse estado enquanto centro redistribuidor regional. É possível visualizar, por exemplo, que alguns produtos importados e/ou produzidos por São Paulo e/ou Rio de Janeiro (Distrito Federal) eram redistribuídos a partir de Pernambuco: é o caso da farinha de trigo. Uma parte da importação desse produto era transformada nas fábricas de massas alimentícias do estado e outra parte, naturalmente menor que a quantidade importada, era redistribuída provavelmente para o mercado regional (não se dispõe de informações sobre o destino dos produtos). Outra mercadoria que tipifica o estado enquanto centro de distribuição e que

¹¹⁷ Ver, por exemplo, as tabelas do Anuário Estatístico do Brasil (vários anos). Nessas tabelas, destacam-se as vinculações comerciais com Paraíba, Rio Grande do Norte (que não faz fronteira com Pernambuco, mas cujas cidades fronteiriças distam aproximadamente 150 km rodoviários no trecho litorâneo), Alagoas e Ceará.

¹¹⁸ Conforme mencionado anteriormente, todas as informações sobre comércio internacional e inter-regional a que se reportar esta seção constam no Anuário Estatístico Brasil. Algumas das várias tabelas do anuário constam no Apêndice 2. Dessa forma, foi possível desonerar o corpo principal do trabalho das extensas e detalhadas informações das tabelas de comércio internacional e inter-regional.

pode ser visualizada com recorrência nas tabelas da pauta de comércio é a gasolina, oriunda do exterior e procedente de Pernambuco no comércio por cabotagem.¹¹⁹

Outros produtos, a exemplo dos farmacêuticos, devem ter representado um importante efeito de inibição para o desenvolvimento de indústrias homônimas no estado, na medida em que não foram encontrados registros que destacassem a atividade farmacêutica em Pernambuco, especialmente porque no século XIX alguns estabelecimentos desse segmento produtivo, embora restritos em termos técnicos, foram mencionadas por Pinto (1940).¹²⁰

Ainda sobre a pauta de comércio, é preciso fazer menção ao caso dos tecidos de algodão: mesmo com o desenvolvimento da indústria têxtil pernambucana, os tecidos continuaram a figurar na pauta de importações do estado. Os estudos setoriais da Sudene (1962; 1971) apontam que isso se devia ao fato de a estrutura produtiva estadual estar direcionada para um tipo específico de tecido, que era o dos panos grosseiros. Com isso, a demanda estadual e regional por panos mais elaborados era suprida por fábricas localizadas em São Paulo e região. Esse comportamento só foi alterado quando a indústria pernambucana teve capacidade de suprir ela mesma a demanda regional, o que parece ter sido possível apenas na década dos 1940, em um contexto de fornecimento da indústria têxtil nacional aos países envolvidos na 2ª Guerra Mundial e consequente abertura de espaço na reserva de mercado já comprometida pela ocupação dos produtos extra-regionais.

Finalmente, cabe destacar a evolução da quantidade e do valor obtido com a exportação dos principais produtos pernambucanos. As **Tabelas 3.12 e 3.13** mostram, respectivamente, a dinâmica do açúcar e do algodão em relação ao mercado externo e, dado o desenvolvimento da indústria têxtil regional, do açúcar e dos tecidos de algodão, em relação ao mercado interno.

¹¹⁹ Ver, no Apêndice 2, as tabelas do Anuário Estatístico do Brasil referentes à pauta do comércio por cabotagem. Nessas tabelas, é possível visualizar informações detalhadas conforme a procedência (mercadoria enviada de Pernambuco) e destino (mercadoria enviada de Pernambuco) dos principais produtos comercializados. É o caso, por exemplo, da gasolina.

¹²⁰ Conforme destaca Estevão Pinto (1940), existiam no estado estabelecimentos químicos e farmacêuticos importantes já no século XIX, a exemplo da Botica Francesa e da Drogeria Conceição. No último quartel do século, foram destacados por esse autor os Laboratórios Hildeberto e Aim. Não foram encontrados registros na bibliografia consultada sobre a atuação desses laboratórios na primeira metade do século XX, mesmo nas publicações da federação das indústrias local.

De antemão, vale destacar a importância do comércio internacional do açúcar frente ao algodão. Uma análise comparativa entre os valores obtidos com a exportação do primeiro produto frente ao segundo só é possível a partir de 1942, e no período comparável o valor obtido com a exportação de açúcar só é menor que o valor obtido com a exportação de algodão nos anos de 1950 e 1951. Na verdade, no pós-guerra, Szmrecsányi (1979) ressalta que o mercado interno representou grande vigor de consumo; além disso, a possibilidade de silagem favorecia os produtores de açúcar, no sentido de proteger a oferta em relação às oscilações de preço no mercado externo, com a contrapartida da constituição de estoques. Assim é que se verifica a quantidade exportada do açúcar em patamar diferenciado da quantidade produzida de algodão: aquela só é menor que esta exatamente naqueles dois anos. No caso do algodão, conforme ressalta Stein (1979), o período bélico fez com que as exportações do produto fossem reduzidas e destinadas em favor do beneficiamento na indústria têxtil brasileira, resultando na exportação de tecidos com o objetivo de suprir a demanda dos países comprometidos com o segundo litígio mundial. **(Tabela 3.12)**

Quando se observa os preços médios dos produtos, obtido pela razão valor exportado/quantidade exportada, é possível apontar que os preços médios da tonelada de açúcar e de algodão respondem a um movimento cíclico similar, porém quantitativamente diferenciado. O preço médio do algodão para o período 1942-1954 apresenta subida até 1951 – um período de forte demanda por parte das indústrias têxteis nacionais –, ao passo que o preço médio do açúcar também se eleva, mas em menor proporção, dado o elevado ritmo de produção e a necessidade de destinar o açúcar para o mercado externo ou para estocagem. (STEIN, 1979; SZMRECSÁNYI, 1979)

Não se dispõe de dados para o ano de 1952, mas percebe-se uma queda nos preços de ambos os produtos, para em 1954 haver uma pequena retomada no preço do algodão, ao passo que o açúcar, em virtude das intervenções do IAA, permaneceu com o nível de preços constante. **(Gráfico 3.4)**

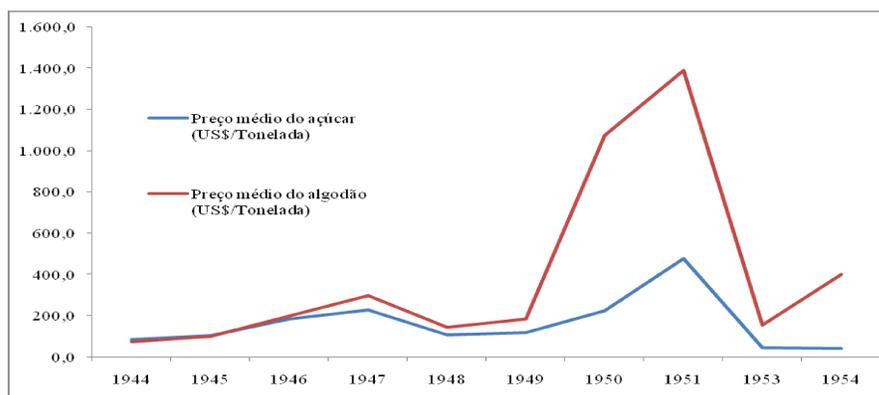
Tabela 3.12 - Pernambuco: exportações de açúcar e algodão para o exterior (1937-1954)

Ano	Açúcar		Algodão	
	Quantidade	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade	Valor (1.000 Libras ou US\$ 1.000)
1937	N.D.	N.D.	17.661	592
1938	N.D.	N.D.	9.257	231
1939	N.D.	N.D.	12.797	270
1940	36.257	N.D.	N.D.	N.D.
1941	15.393	N.D.	N.D.	N.D.
1942	23.441	1.341	N.D.	N.D.
1943	10.536	743	N.D.	N.D.
1944	47.108	4.075	558	42
1945	13.500	1.382	953	95
1946	13.200	2.424	1.353	266
1947	37.529	8.500	1.389	415
1948	279.634	29.408	795	113
1949	27.846	3.258	1.092	202
1950	1.167	263	3.821	4.108
1951	1.021	486	9.504	13.197
1952	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
1953	202.095	9.148	1.857	288
1954	137.189	5.543	13.024	5.217

Fonte: elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Brasil (vários anos)

Nota: entre 1937 e 1939, valores em libras esterlinas. A partir de 1942, valores em dólares. Taxa cambial indisponível para os anos de 1940 e 1941.

N.D. indica informação indisponível para o referido ano.

Gráfico 3.4 - Pernambuco: preço médio do açúcar e do algodão exportados para o exterior (1942-1954)

Fonte: elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Brasil (vários anos).

Para analisar o valor e a quantidade das exportações por cabotagem se dispõe de informações secundárias para um período diferente daquele das exportações para o mercado internacional. Contudo, percebe-se a maior importância daquela vertente comercial em relação a esta última, especialmente para o açúcar, cuja quantidade exportada

para o mercado interno sobrepõe em muito a quantidade enviada para o exterior nos anos comparáveis entre as **Tabelas 3.12 e 3.13**, ou seja, entre 1942 e 1946.

Vale destacar que para as exportações inter-regionais foi considerado o comércio de tecidos de algodão em vez do comércio de algodão bruto, porque as importações de tecidos condicionaram a dinâmica industrial têxtil em Pernambuco, conforme destacado no Capítulo 2 e ilustrado pelas informações referentes à pauta de comércio por cabotagem retiradas das tabelas do Anuário Estatístico do Brasil. Assim, cabe apontar como se deu a dinâmica de exportações em termos de quantidade e valor obtidos com o comércio do açúcar e do algodão nesse período.

Tabela 3.13 - Pernambuco: exportação por cabotagem de produtos selecionados (1937-1946)

Ano	Açúcar		Tecidos de Algodão	
	Quantidade (ton)	Valor (1.000 Libras ou US\$ 1.000)	Quantidade (ton)	Valor (1.000 Libras ou US\$ 1.000)
1937	113.484	971	8.729	854
1938	176.636	1.179	7.687	676
1939	251.137	1.502	8.265	656
1940	229.205	N.D.	7.439	N.D.
1941	253.405	N.D.	8.966	N.D.
1942	198.431	11.783	7.865	8.596
1943	192.926	14.153	4.786	6.819
1944	251.141	23.131	5.391	11.342
1945	247.264	2.690	6.639	15.113
1946	245.257	33.730	8.034	23.667

Fonte: elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Brasil (vários anos)

Nota: entre 1937 e 1939, valores em libras esterlinas. A partir de 1942, valores em dólares. Taxa cambial indisponível para os anos de 1940 e 1941.

N.D. indica informação indisponível para o referido ano.

Os dados da **Tabela 3.13** mostram que a quantidade exportada de açúcar para o mercado interno oscilava no limite de um teto que alcançava, no máximo, uma média de 250 mil toneladas. Isso reflete a política nacional de cotas do IAA aplicada a Pernambuco, que delimitava o movimento das estruturas capitalistas açucareiras no estado – as usinas – e condicionava o avanço das mesmas em termos de obtenção de excedentes com o comércio de açúcar. (SZMRECSÁNYI, 1979; OLIVEIRA, 2008)

Com efeito, vale destacar as informações do **Quadro 3.1**, que evidenciam a evolução das quotas de produção estabelecidas pelo IAA no contexto do planejamento da

agroindústria canavieira para apreender o sentido do limite de produção estabelecido por suas resoluções. Entre 1935 e 1945, a participação dos estados produtores se manteve constante no total produzido nacional, de acordo com o planejamento do IAA. Já em 1946, essa participação é modificada em favor, principalmente, de São Paulo, que passa a ter predominância nas quotas de produção a partir de 1957.

Quadro 3.1 - Limites de produção de açúcar no Brasil, conforme resoluções do IAA (1935-1957)

Resoluções e Estados Produtores	Sacas	Participação % dos estados no total planejado para produção	Varição % entre as resoluções
1935/1936			
Pernambuco	4.450.193	37,6	-
São Paulo	2.067.863	17,5	-
Demais	5.328.639	45,0	-
Total	11.846.695	100,0	-
1944/1945			
Pernambuco	5.978.590	37,7	34,3
São Paulo	2.792.291	17,6	35,0
Demais	7.103.165	44,7	33,3
Total	15.874.046	100,0	34,0
1946			
Pernambuco	6.490.529	28,9	8,6
São Paulo	5.000.000	22,3	79,1
Demais	10.980.678	48,9	54,6
Total	22.471.207	100,0	41,6
1951			
Pernambuco	9.360.287	28,9	44,2
São Paulo	7.710.667	23,8	54,2
Demais	15.310.641	47,3	39,4
Total	32.381.595	100,0	44,1
1957			
Pernambuco	12.717.932	26,6	35,9
São Paulo	15.084.701	31,6	95,6
Demais	19.946.739	41,8	30,3
Total	47.749.372	100,0	47,5

Fonte: elaboração própria a partir de Szmrecsányi (1979).

Cabe examinar mais detalhadamente o que determinou a perda da hegemonia de Pernambuco para São Paulo no que diz respeito à produção de açúcar. Segundo indicações de Oliveira (2008), o IAA representou a procrastinação da derrocada do setor canavieiro pernambucano, que atuava sobre as bases produtivas mencionadas no Capítulo 2. Enquanto eram soberanas no mercado interno, as usinas de Pernambuco puderam

postergar as condições produtivas em que estavam assentadas.¹²¹ Entretanto, quando cotejadas com as congêneres paulistas, impulsionadas em um contexto de inversão de capitais cafeeiros em outros segmentos produtivos, as usinas pernambucanas seriam submetidas aos efeitos da concorrência inter-regional do produto em um contexto de obliquidade do mercado internacional e de livre concorrência e, não fosse a intervenção do IAA, seria provável que a derrocada das usinas pernambucanas fosse precipitada.

Conforme destaca Szmrecsányi (1979), as resoluções do IAA previam a manutenção da distribuição das quotas de produção entre os estados produtores, mas também uma política de preços mínimos, baseados na estrutura de capital dos produtores do Nordeste, que resultavam em sobre-lucro para os produtores paulistas. Essa política criou as condições para que houvesse um salto qualitativo e quantitativo na indústria açucareira de São Paulo: a estrutura de capital existente e as condições que propiciaram a concentração industrial nesse estado permitiram tal salto.

O contexto da 2ª Guerra Mundial não viabilizou a abertura das vias de comércio internacional e também dificultou o comércio inter-regional no país – àquela época dependente da cabotagem – em virtude dos possíveis ataques submarinos na costa brasileira. Os preços internacionais foram mantidos e o fornecimento nordestino do açúcar comprometido, mas o mercado dinâmico do país precisava ser atendido e o foi, pelas usinas localizadas no Centro-Sul. Com isso, os produtores da região de São Paulo obtiveram maior poder de barganha para pressionar o IAA a alterar a distribuição das quotas de produção, o que ocorreu já em 1946. A partir de então, o IAA não mais teria capacidade de reforçar o poder de competição do açúcar produzido no Nordeste, e mesmo a tentativa de estabelecer uma política de preços diferenciados em favor desses produtores sucumbiu ao aumento das quotas de produção de São Paulo em 1957, quando Pernambuco perdeu a hegemonia na produção açucareira nacional, após três séculos de agonia em virtude da crise iniciada com a expulsão dos holandeses do estado em meados do século XVII. (SZMRECSÁNYI, 1979)

¹²¹ Vale destacar, por exemplo, que as terras onde se plantava cana-de-açúcar em Pernambuco eram as mesmas de séculos anteriores; que as relações de produção permaneciam atrasadas; quão concentrada era (é) a estrutura da renda (o que inviabilizava a exploração de novas oportunidades de investimento); e, finalmente, os embates entre os capitalistas do setor, ou seja, entre senhores de engenho e usineiros.

Já no caso dos tecidos de algodão, a relativa estabilidade da quantidade exportada para o mercado interno parece refletir a estrutura produtiva instalada no estado à época. É importante considerar que o período para o qual se dispõe de dados corresponde à fase da 2ª Guerra Mundial, no qual a exportação de tecidos cresce e suplanta a exportação da matéria-prima, o algodão (STEIN, 1979).

A produção internacional de tecidos, temporariamente suspensa pela 2ª Guerra Mundial, e as dificuldades de comercialização por via marítima, criaram uma barreira de proteção do mercado interno da qual se aproveitaria indústria têxtil nacional, do que resultou importante estímulo para o aumento da produção, principalmente em São Paulo. Contudo, Stein (1979) alerta para o fato de que o estímulo externo havia sido mal compreendido pelos empresários, que acreditavam

na eficácia dos seus métodos de distribuição e produção, correspondente a intensificar o que faziam desde a década de trinta: engrossaram a força de trabalho com trabalhadores rurais inexperientes e, sempre que possível, mantiveram suas fábricas funcionando vinte e quatro horas ininterruptas. (STEIN, 1979, p. 168)

No caso de Pernambuco, se não se pode negar o estímulo externo representado pela 2ª Guerra Mundial, os dados da **Tabela 3.13** desautorizam qualquer afirmação acerca de um grande impulso na realização de vendas de tecidos para o mercado interno. A guerra contribuiu para manter o nível de atividade em determinado patamar, mas não contribuiu de maneira notável para expandir a produção. Isso não aconteceu em Pernambuco pelas razões já apontadas no segundo capítulo.

O fato é que a estrutura produtiva têxtil de Pernambuco estava tecnicamente defasada frente à congênere paulista. Não pôde, por isso, se aproveitar da reserva de mercado, porque a demanda dinâmica de tecidos havia se deslocado para os produtos finos, dado o processo de urbanização iniciado nos anos de 1930. Ademais, o parque industrial permanecia atrelado à produção de panos grossos, um mercado cujo crescimento era mínimo, além de fortemente orientado para o interior do país.

Assim, as principais frações produtivas de capital de Pernambuco se encontravam restritas aos condicionamentos do desenvolvimento industrial no resto do

país, especialmente em São Paulo, ao passo que o comércio internacional não poderia ser mais considerado uma fonte viável de geração de excedentes.

Capítulo 4 - Estrutura econômica e de capital em Pernambuco no limiar da integração produtiva

O debate da concentração produtiva industrial nas diversas regiões do Brasil é tributário da trilogia de Wilson Cano, cujo ponto de partida trata das “raízes da concentração em São Paulo”, é intermediada pelo exame dos “desequilíbrios regionais e concentração produtiva industrial” no país no período que vai dos 1930 a 1970 e desemboca, finalmente, no estudo da “desconcentração produtiva regional” no período 1970-2005.

Para os propósitos deste trabalho, fez-se uso dos dois primeiros trabalhos, Cano (2007a) e Cano (2007b), e é sobre este último que a análise ulterior pretende se debruçar, no sentido de combinar e atrelar o estudo até aqui realizado à dinâmica da concentração espacial da indústria no país. Essa análise será vinculada à emergência, no final dos anos de 1950, da Questão Regional, tema a ser tratado na próxima seção.

A Questão Regional, contextualizada na evolução da economia brasileira, ou seja, dentro de um quadro de alterações no padrão de acumulação capitalista no país, permite apontar as principais transformações que viriam a ocorrer na economia do Nordeste no período posterior a 1959, às quais as frações de capital pernambucanas certamente não estariam imunes. É com a indicação das determinações desse novo padrão de acumulação de capital sobre o desenvolvimento regional, especialmente do impacto sobre as frações de capital, que se pretende finalizar o capítulo, para então proceder às notas conclusivas de todo o trabalho.

4.1 A concentração produtiva industrial no Brasil e a inserção de Pernambuco

Durante o período da industrialização restringida, “na periferia nacional a indústria também cresceu, porém a ritmo menor que a de São Paulo”. Além disso, “essa expansão pôde ser feita em grande parte pelo capital nacional, dados as menores dimensões das plantas, a menor densidade de capital e o menor risco do investimento”. (CANO, 2007b: 73)

A expansão industrial periférica e de São Paulo, no período da industrialização restringida, era comandada pelas indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis. Apesar do maior peso na estrutura industrial do país, o Grupo I cresce menos que os demais grupos; em termos espaciais, o crescimento desse grupo em São Paulo foi superior ao do restante do país, especialmente do Nordeste. Por isso, Cano (2007b) destaca que “não se pode falar em estagnação” no período histórico compreendido entre 1919-1939 e 1939-1949, quando as taxas de crescimento das indústrias de bens de consumo não-duráveis nordestinas acompanharam a média nacional.

É preciso dar atenção especial ao Grupo I. É sabido que o desenvolvimento industrial pernambucano, amparado nos segmentos açucareiro e têxtil, encontrou em São Paulo forte concorrente nesse período. Conhecidos os efeitos dessa concorrência pela via comercial e o perfil das estruturas de capital pernambucanas e paulistas (Cano, 2007a; Cano, 2007b), é necessário reafirmar que processo de articulação mercantil envolvendo um e outro estado cobrou um preço elevado às principais empresas pernambucanas, com rebatimentos mais explícitos no período 1949-1959. (**Tabela 3.11**)

Por outro lado, não se pode negar que o período compreendido entre 1930 e 1949 tenha sido de elevado dinamismo para a periferia nacional. Esse dinamismo decorreu em parte da articulação mercantil e em parte de estímulos externos, dos quais a 2ª Guerra Mundial é o maior exemplo. É preciso, porém, rememorar o peso da herança histórica que marca a estrutura industrial pernambucana para explicar a forte queda no ritmo de crescimento do Grupo I local: tecnicamente inferiores às indústrias homônimas de São Paulo, os segmentos predominantemente produtores de bens de consumo não-duráveis de Pernambuco se viram em condição de desigualdade concorrencial quando da intensificação da articulação mercantil.

Isso implica em reconhecer que, ainda que tenha havido inegável dinamismo econômico no Nordeste e em Pernambuco, não se pode omitir o fato de que os efeitos da aceleração econômica do período, principalmente para as indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não duráveis, eram restritos. O estudo das frações de capital têxteis e açucareiras de Pernambuco contribui fundamentalmente para essa afirmação. A análise da pauta de comércio inter-regional, na qual eram importados e exportados tecidos,

respectivamente, finos e grossos; o teto de exportações do açúcar, deliberado pelo IAA; e os condicionamentos representados pela atuação do capital mercantil local reforçam tal afirmação.

No caso do Grupo II, o dinamismo industrial se relacionava aos estados onde havia dotação de recursos naturais: caso da fabricação de cimentos, o que colocava as indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários do estado em patamar pouco superior à média nacional. A propósito, o esforço produtivo decorrente da 2ª Guerra Mundial impeliu o país a um uso mais intensivo dos recursos naturais, de modo que a taxa anual de crescimento do Grupo II se elevou sobremaneira. (**Tabela 3.11**).

Segundo Cano (2007b), o grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável se desenvolveu com maior vigor entre 1919-1939 no Rio de Janeiro, em Santa Catarina e em São Paulo, mas o esforço de guerra promoveu o desenvolvimento desconcentrado das indústrias desse grupo nas demais regiões do país já a partir de 1939. Entre esse ano e 1949, o Grupo III em Pernambuco apresentava taxa de crescimento considerável.¹²²

Do ponto de vista da desconcentração industrial, o período do pós-guerra foi marcado por uma maior concentração produtiva na região de São Paulo. A partir de 1956, a expansão industrial, voltada para os setores de bens de produção e de consumo durável, foi viabilizada com a participação de capitais estrangeiros, cujas características principais dos investimentos – grande risco, grande porte, grande densidade de capital – reclamavam os melhores aspectos de localização para instalação, para o quê estava inscrita a região de São Paulo. (CANO, 2007b)

Assim é que, a partir de São Paulo, onde a estrutura de capital passou a ser qualitativamente diferenciada, emanaram os desdobramentos no sentido periférico de um novo padrão de acumulação de capital no país. Ainda assim, Cano (2007b) estima que as taxas anuais médias de crescimento da indústria, para os anos de 1949-1955 e 1956-1959,

¹²² Sobre o período 1919-1939, Cano (2007b) adverte que problemas de insuficiência estatística comprometeram a estimação precisa da taxa real de crescimento do Grupo III em Pernambuco, do que resultou a taxa anual média de crescimento negativa. Esse problema já foi destacado no capítulo anterior.

indicavam que o ritmo da concentração industrial em São Paulo ocorreria na mesma proporção.

É preciso, porém, procurar elementos que não restrinjam tal análise apenas à observação rápida dos números, principalmente porque em Pernambuco, como no Espírito Santo, as taxas de crescimento do período 1949-1959 foram as menos expressivas. Entre esses elementos, cabe destacar sobre qual estrutura a expansão industrial brasileira passou a ocorrer: entre 1940 e 1959, reduz-se o peso do Grupo I na indústria brasileira, em virtude do acelerado crescimento dos Grupos II e III.

Essa foi uma realidade também para Pernambuco, mas a análise dos principais segmentos dos Grupos II e III revela que o avanço industrial do estado se deu sobre uma base de indústrias de produtividade reduzida e intensivas em mão-de-obra, o que pôde ser visto em termos comparativos, por exemplo, com a indústria baiana, temática explorada no segundo capítulo. (**Tabela 3.11**)

Cano (2007b) atribui às graves secas de 1958-59 um dos fatores explicativos para a perda do dinamismo do Grupo I do Nordeste, em virtude da dependência das indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis em relação às safras agrícolas para transformar industrialmente os produtos oriundos do campo (produtos alimentares, químicas “fáceis”, têxteis). No caso de Pernambuco, a principal safra era a da cana-de-açúcar, cujo fornecimento, segundo o autor, não sofre redução nos referidos anos de seca. Sobre o algodão, que tem relação com a produção têxtil, é provável que o efeito de redução da produção industrial tenha sido verificado; mesmo é o caso da indústria química regional.

O estudo da pauta de comércio inter-regional, da estrutura industrial dos grupos no estado e a consulta à literatura especializada dos dois principais segmentos permitem acrescentar alguns fatores explicativos ao “problema” do dinamismo do Grupo I, pelo menos em Pernambuco, além das causas naturais. Assim, a afirmação de que “não fosse a ocorrência desse fenômeno natural com a incidência que teve, os níveis de crescimento dos Grupos I e II no Nordeste, entre 1949 e 1959, teriam sido mais altos” pode ser complementada com os constrangimentos impostos pelos efeitos de inibição ao avanço

industrial, expressos na pauta de comércio inter-regional e na conseqüente incapacidade de as frações de capital estadual responder adequadamente aos efeitos concorrenciais.¹²³

Nesse contexto de concentração produtiva, cabe se referenciar no quadro que vimos de expor sobre o movimento da economia de Pernambuco e das frações de capital que nela atuavam para melhor qualificar os determinantes das transformações ocorridas no contexto anterior à criação da Sudene em 1959, grande marco institucional da Questão Regional no país.

Vale destacar que os principais segmentos produtivos de Pernambuco “resistiram” ao movimento de concentração produtiva industrial até o período 1939-1949. Até então, conforme destacado no Capítulo 2, a política de cotas do IAA e os estímulos externos que deram alguma dinâmica à indústria têxtil estadual possibilitaram a postergação da derrocada do parque industrial pernambucano.

A partir de 1949, a concentração ganharia maior destaque e seria reforçada ao longo do período da industrialização pesada. Afirma Cano (2007b) que os maiores perdedores seriam os estados da Guanabara e de Pernambuco. Isso se deu, segundo esse autor, em virtude de a indústria pesada, instalada concentradamente em São Paulo, não restringir o investimento industrial nos Grupos II e III e carrear consigo também os segmentos industriais do Grupo I.

Isso fez crescer ainda mais seu [o de São Paulo – FLPO] grau de concentração também em segmentos industriais menos complexos ao contrário do que se poderia supor. Note-se que essa massa adicional de produção de bens de consumo não-durável em São Paulo foi apenas ligeiramente inferior ao acréscimo dos bens intermediários e dos bens de consumo durável e de capital que ali foram produzidos. (CANO, 2007b, p. 104)

Enquanto isso, em Pernambuco as frações de capital se engalinhavam com uma atuação adversa do capital mercantil local e não conseguiam desenvolver indústrias de porte, dada a estrutura de propriedade e de renda concentrada. Em virtude dos constrangimentos do comércio inter-regional, especialmente a partir dos 1940, à inserção da região como parte integrante do mercado interno nacional se seguiram recorrentes

¹²³ Ver Cano, 2007b, pág. 82. Sobre a produção química, nunca é demais ressaltar que a estrutura industrial desse segmento permanecia vinculada a setores simples. Ver, a respeito, a nota de rodapé no. 8, da página 86, da obra supracitada.

resultados adversos em termos de resultado da balança de comércio inter-regional, especialmente a partir de 1942. Finalmente – e desgraçadamente – a forte seca de 1958-59 comprometeu a transformação industrial dos principais segmentos produtivos do estado. Salvo poucas exceções, muitas empresas fecharam.

O quadro econômico de Pernambuco foi estudado pela Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco (Codepe) em uma série de estudos, entre os quais merecem destaque o conhecido trabalho de Le Bret (1955) e o estudo realizado por Oliveira (1959). O objetivo deste último era partir da compreensão acerca da formação econômica de Pernambuco e apontar os elementos que a obstaculizavam ou facilitavam sua progressão. Segundo o autor, a exigüidade de recursos e de tempo impediu a pesquisa de alcançar tais metas; mesmo assim, alguns indicativos analíticos foram produzidos e configuraram importante legado para interpretações as mais diversas sobre a condição da economia pernambucana no momento imediatamente anterior à criação da Sudene.¹²⁴

Oliveira (1959) destaca a atuação do “capital financeiro” que se desenvolveu em paralelo aos setores industriais nascentes. A complexidade que o termo “capital financeiro” assumiu a partir dos 1970; a análise realizada no Capítulo 2 deste trabalho; e a literatura existente acerca do processo de formação capitalista no Nordeste e em Pernambuco, permitem afirmar que o estudo da Codepe faz menção à atuação do capital mercantil na região, refletido na esfera financeira, mas também na esfera comercial.¹²⁵

Para esse autor, ao capital mercantil que atuava no estado poderia ser atribuída a função de agente do capital produtivo, representada em relação à produção açucareira e à indústria têxtil nascente. No estudo, ficam explícitas as limitações dessas formas capitalistas em termos de geração de renda, porque só eram capazes de acrescê-la através de um crescimento quantitativo, raramente em termos qualitativos. Além disso, percebe-se que o capital mercantil não teve capacidade – ou mesmo interesse – de alterar a organização produtiva regional, pelo contrário: essa forma capitalista se aproveitou dos limites e contradições da estrutura produtiva regional para angariar, na esfera da produção,

¹²⁴ Ao que parece, a principal contribuição de Joseph Le Bret (1955) foi analisar o caráter espacial do desenvolvimento econômico de Pernambuco. Foi esse autor, inclusive, que apontou de forma pioneira a necessidade de se criar um novo terminal portuário no estado, onde atualmente está localizado o Complexo Portuário Industrial de Suape.

¹²⁵ Outras fontes bibliográficas, que podem ser consultadas diretamente, reforçam essa percepção. Ver Andrade (1981), Cano (2010), Carvalho (1988), Gnaccarini (1975), Guimarães Neto (1989), Levine (1980), Perruci (1978) e Sá Jr (1973).

uma fonte originária de recursos que perpetuou a estrutura anacrônica regional e estadual. (GNACCARINI, 1975)

Oliveira (1959) mostra as limitações das frações de capital produtivo em gerar excedentes e os constrangimentos impostos pelo capital mercantil à alocação diversificada dos mesmos em outros segmentos. Esses fatores concorreram para o aprofundamento, *ou reiteração*, da impotência para realizar transformações de “dentro para fora” na estrutura de capital de Pernambuco, em um contexto de isolamento relativo.

Por isso, é lícito utilizar o referencial teórico de Myrdal (1968), especificamente a teoria da *causação circular*. Para esse autor, a *causação circular* decorre da sujeição de uma região a um processo de desenvolvimento específico cujo rompimento só ocorrerá mediante intervenção exógena; se os determinantes desse processo de desenvolvimento incorrem numa *causação circular negativa*, então para rompê-la é preciso que essa intervenção esteja provida de elementos favoráveis ao desencadeamento de um processo de *causação circular* com efeitos propulsores positivos.

Nesse sentido, a análise de Oliveira (1959) mostra que a economia de Pernambuco estava presa às amarras de uma *causação circular endógena* que tinha o efeito de aprofundar um dinamismo impotente, de modo que carecia de uma intervenção exógena que injetasse novos elementos capazes de romper a *causação circular* na estrutura de capital existente.

Conforme analisado nos Capítulos 2 e 3, nem mesmo a articulação mercantil inter-regional se mostrou plenamente efetiva no sentido de desmanchar o núcleo das estrutura de capital erigido no contexto do isolamento relativo: teve apenas o efeito de aparar arestas – destruiu algumas unidades produtivas – e reforçar os limites de expansão das frações de capital remanescentes.¹²⁶

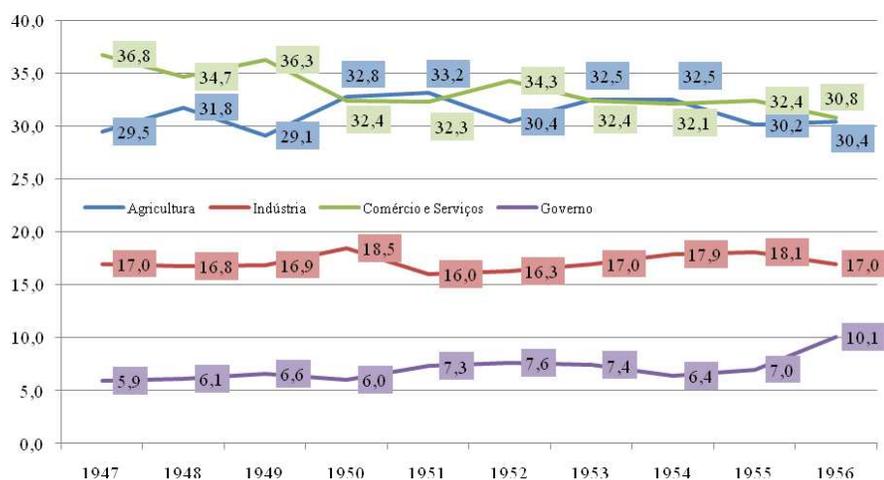
Para demonstrar a persistência da estrutura econômica estadual mesmo no contexto das repercussões da articulação mercantil inter-regional, Oliveira (1959) recorreu

¹²⁶ Guimarães Neto (1989) faz interessante aporte teórico sobre essa questão, a partir do trabalho de Rabah Benakouche. Destaca que, do ponto de vista das atividades produtivas, a articulação mercantil significava apenas o confronto das diversas formas de organização produtiva de cada região com base nas respectivas mercadorias comercializadas, em um mercado que a partir dos 1930 tinha características cada vez mais nacionalizadas. Não havia, por isso, qualquer sentido de transformação das estruturas produtivas regionais.

a uma série de indicadores, dos quais é importante destacar a análise do emprego e da renda agregada, em termos setoriais; e a análise desagregada das estruturas agrícola e industrial.

Quando se trata do emprego, o que se pode concluir é que a maior parcela da população economicamente ativa, entre 1947-1956, estava empregada na agricultura (**Tabela 4.1**). Era também a agricultura o setor produtivo que gerava a maior parcela da renda agregada (**Gráfico 4.1**). Contudo, Oliveira (1959) ressalta, através do cruzamento das informações de renda e emprego, que o setor agrícola não apresentava bom índice de produtividade. Além disso, destaca que o Governo teve importância crescente na composição do produto interno bruto estadual.

Gráfico 4.1 - Distribuição da renda agregada de Pernambuco, segundo setor de atividade, em % (1947-1956)



Fonte: IBRE/FGV, apud. Oliveira (1959).

Tabela 4.1 - Distribuição da população ocupada, segundo ramo de atividade, em % (1940/1950)

Ramo de atividade	1940	1950
Agricultura, pecuária e silvicultura	70,6	65,2
Inds. Extrativas	0,8	1,0
Inds. Transformação	8,6	10,8
Comércio	4,9	6,0
Transporte, comercialização e armazenagem	2,2	2,9
Governo	1,9	2,1
Serviços	10,8	11,9
Outras	0,2	0,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Censos Demográficos de 1940 e 1950, Estado de Pernambuco (IBGE). Apud. Oliveira (1959), pág. 17

No caso da agricultura, é considerável o peso exercido pela lavoura da cana-de-açúcar, em quantidade e valor da produção; e do algodão, em valor da produção. Oliveira (1959) argumenta que os dados referentes ao ano de 1940 não permitiam uma interpretação analítica que apontasse para uma mudança na composição agrícola pernambucana, em virtude da indisponibilidade de terras agricultáveis e da inviabilidade de os produtores locais atenderem competitivamente a demanda por produtos que não a cana-de-açúcar e o algodão.¹²⁷

Além disso, deve-se considerar que o desempenho do setor têxtil também apresentava sinais de esgotamento, especialmente a partir do fim da 2ª Guerra Mundial. Mais uma vez o referencial teórico de Myrdal (1968) subsidia o questionamento acerca de quais elementos endógenos à economia pernambucana seriam capazes de retirá-la de uma trajetória descendente em termos de dinamismo, condição que se reiterava de maneira cada vez mais latente à medida que se aprofundava o processo de articulação mercantil.

Jatobá (1975) afirma que a agricultura e o terciário não se revelaram capazes de liderar o crescimento econômico, de modo que seria necessária a adoção de medidas de incentivo ao avanço do setor industrial no estado. Essas medidas deveriam estar voltadas à reversão do decréscimo do setor têxtil e à aceleração do crescimento do setor de produtos alimentares, embora o autor ressalte que entre 1949 e 1959 as indústrias

¹²⁷ Essa afirmação é respaldada pelo estudo de Francisco Sá Jr (1973), que analisa o funcionamento das atividades agrícolas comerciais e das atividades agrícolas de subsistência, argumentando pela falta de perspectiva acerca do avanço da agricultura de base comercial.

consideradas dinâmicas houvessem crescido a taxas anuais satisfatórias.¹²⁸ Contudo, cabe destacar que uma dessas indústrias era a Química, que no computo oficial dos Censos Industriais registrava o segmento de processamento de óleos vegetais, cuja alocação mais apropriada, segundo Cano (2007b), seria no ramo da indústria de produtos alimentares. Ainda assim, outros segmentos industriais dinâmicos se destacaram no período, notadamente materiais de transporte, a indústria de papel e papelão e a indústria química, especificamente o segmento produtor de cimento.¹²⁹ (JATOBÁ, 1975)

Ocorre, porém, que essas indústrias dinâmicas não impactavam de maneira notável no desempenho industrial do estado, o que refletia não apenas os determinantes internos do esgotamento do impulso das principais atividades, mas também e principalmente os condicionantes extra-regionais, sintetizados na concorrência do mercado internacional e principalmente inter-regional, aos setores açucareiro e têxtil. O fato é que os ramos industriais dinâmicos pouco representavam no total do produto manufatureiro estadual, dada a inexistência de uma diversificação produtiva considerável.

Finalmente, a análise de Carneiro (1979) mostra que, entre 1949 e 1959, o desempenho da indústria de transformação pernambucana apresentara fraco desempenho. Conforme se demonstrou, as principais frações de capital apresentavam grande defasagem técnica em relação às congêneres paulistas, de modo que se viram incapacitadas de concorrer dentro do próprio mercado. Segundo Carneiro (1979), os segmentos mais atingidos foram o têxtil, a farmacêutica, a de couros e peles e a metalúrgica. Além disso, é preciso ressaltar o fraco desempenho da indústria de produtos alimentares, que refletia a crise estrutural do setor açucareiro.

Há que se considerar, portanto, que do ponto de vista interno, o imobilismo do quadro agrícola e industrial entre os anos de 1940 e 1950 só poderia resultar na manutenção da estrutura sócio-econômica em que se assentava o poder político e econômico de Pernambuco.

¹²⁸ “Os ramos não-tradicionais produzem principalmente bens de consumo duráveis, bens de capital e bens intermediários. Esta classificação foi adotada pelo Ministério do Planejamento”. A despeito de utilizar tal classificação, Jatobá (1975, p. 285) alerta para o fato de que tal corte analítico carecia de superação e não era o mais adequado.

¹²⁹ Segundo Oliveira (2008), esse período é marcado pela substituição dos bondes pelos transportes públicos motorizados, notadamente os ônibus, na cidade do Recife.

Essa estrutura, que perpassou fases de crise e dinamismo, deixa explícito o fato de que os principais agentes políticos e econômicos do estado não seriam capazes de retirá-lo do quadro de atraso econômico e social em que se encontrava entre 1940 e 1950. Para Oliveira (1959), estava evidenciada a necessidade de implantar um elemento exógeno capaz de promover o desenvolvimento econômico estadual e regional em bases diferenciadas.

Verifica-se, pois, forte influência *cepalina* na proposta de Oliveira (1959). Daí ser aquele elemento exógeno a implantação de unidades produtivas aptas a promover a superação do dualismo expresso em um sistema econômico exportador de matérias-primas e importador de manufaturas. É necessário reconhecer a originalidade da proposta desse autor, embora tal enfoque não seja o mais adequado ao tratamento do problema regional brasileiro, porque a teoria do desenvolvimento econômico da Cepal não encontra paralelo nos limites internos de um país. (CANO, 2007b)

Importa reter que a condição de atraso econômico do Nordeste, e de Pernambuco em particular, se refletiu em crescente pressão sobre o Poder Público em nível federal. Percebeu-se, por essa época, que as diferenças de desempenho econômico entre as regiões brasileiras, decorrentes dos específicos processos de formação histórica, impediam que uma política adotada em nível federal surtisse resultados similares na extensão de todo território nacional. Oliveira (1959) ilustra bem essa percepção:

A economia dos estados do Sul necessita de uma intervenção governamental que se poderia qualificar de ‘desobstruidora’. Seus problemas não requerem senão uma operação de ‘limpeza do terreno’ por parte do Governo Federal para que suas forças produtivas desabrochem com toda plenitude. Para que se consolide sua etapa capitalista. (...) Outros são os problemas da economia do Nordeste. Sua agudeza exige um grau de intervenção governamental muito além da simples desobstrução; são problemas que demandam um planejamento na mais exata acepção do termo. (...) Isso porque as forças que no passado foram as responsáveis pelo seu crescimento não estão como as do Sul, em estado de latência criadora; acham-se visivelmente esgotadas. (OLIVEIRA, 1959, p. 58)

Esse autor deixa evidenciada a necessidade de se adotar diferentes abordagens para combater os problemas políticos e econômicos de cada região brasileira. Viu-se, a partir das análises sobre as usinas de açúcar e fábricas de tecidos, que efetivamente as principais forças produtivas de Pernambuco se encontravam esgotadas e sem perspectivas de crescimento, enquanto o capital mercantil ganhava notável expressão. Estavam

superadas as vantagens locacionais de cada atividade, bem como a condição de isolamento relativo; emergiam e se consolidavam forças mais progressistas no Sudeste do país, capazes de competir pelo mercado outrora cativo do açúcar e dos tecidos pernambucanos e nordestinos.¹³⁰

É nesse contexto de baixo dinamismo da indústria que Pernambuco se insere na Questão Regional brasileira, cujo marco teórico repousa no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. A criação da Superintendência para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Sudene), sob os auspícios de Celso Furtado, seria o equivalente político-institucional daquele marco. Cabe destacar, a seguir, os elementos que direcionaram a ação desse órgão, no sentido de buscar o desenvolvimento econômico regional.

4.2 A Questão Regional no Brasil: perspectivas a partir das frações de capital

A Questão Regional emerge no Brasil em paralelo à inflexão da industrialização restringida para a industrialização pesada, na qual seria acelerada a produção de bens de consumo durável e bens de capital, de maneira concentrada em São Paulo, especialmente nos anos em que vigorou o Plano de Metas. Quanto ao Nordeste, o caso de Pernambuco ilustra quão restrita era a capacidade de acumulação das principais atividades industriais regionais, na medida em que estava em curso a competição inter-regional pela via da articulação mercantil. (CANO, 2007b)

É nesse contexto que o alargamento das disparidades econômicas e sociais entre as regiões Sudeste e Nordeste ganha maior latência e se constitui em um dos elementos que contribuiu para a Questão Regional no Brasil. A partir de então, o que se viu foi a alteração no padrão de intervenção do Estado sobre o Nordeste. Para determinar essa mudança,

¹³⁰ Com base na passagem anteriormente mencionada do trabalho de Oliveira (1959), é preciso ressaltar, como foi feito no capítulo anterior, que o peso do capital mercantil no travamento do desenvolvimento pernambucano deve ser relativizado exatamente pelo fraco dinamismo das principais frações de capital produtivo do estado. Daí é que advém a notável expressão do capital mercantil na economia de Pernambuco, resultante que é da pífia capacidade de acumulação das frações de capital produtivo (usinas e fábricas de tecidos). Obviamente, ao capital mercantil coube se aproveitar desse quadro e reforçar a situação de atraso.

contribuiu de maneira determinante o esforço do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.¹³¹

O documento do GTDN (1994), de autoria posteriormente confessada de Celso Furtado, foi a base teórica para o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento econômico que tinha na indústria a força motriz da redução do quadro vigente de disparidades.¹³² O documento parte do reconhecimento de que a intervenção pública na região possuía forte traço assistencialista, era portadora de soluções paliativas e desprovida de capacidade para promover efetivamente o desenvolvimento regional. Para tanto, concluía parcialmente que seria preciso promover alterações substanciais na estrutura agrária do Nordeste como um todo.

O relatório constata, ainda, que as disparidades regionais dos níveis de renda constituíam sério problema a ser enfrentado para que se lograsse continuar o processo de desenvolvimento que estava em curso em todo o país. À época, tinha-se a crença de que o crescimento industrial do Sudeste e a perda de dinamismo das principais atividades produtivas do Nordeste possuíam elevado grau de correlação, especialmente quando se analisava as correntes de comércio entre elas. Do ponto de vista social, apontava que miséria e desemprego eram latentes e pouco se poderia esperar em termos de dinamismo e rompimento de um círculo vicioso negativo que havia se estabelecido na economia da região.

Para formular uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste, o relatório considerou (i) o ritmo de crescimento da economia nordestina, dependente do desempenho das exportações; (ii) as políticas do Governo Central para a região, de caráter assistencialista e sem potencial de promoção de certo dinamismo da economia regional, distinta da intervenção estatal no Centro-Sul; (iii) os fluxos de transferências de renda entre Nordeste e Centro-Sul no âmbito do setor privado e do setor estatal, aquele evasivo em

¹³¹ Não se pode omitir a ocorrência de importantes eventos que concorreram para a eclosão da Questão Regional no Brasil, entre os quais merecem destaque: a publicação, pela primeira vez, das Contas Regionais, em 1952; a intensificação da Ligas Camponesas; a atuação progressista da Igreja Católica no Nordeste; a seca e sua má divulgação nos meios de comunicação; e a revolução cubana, que poderia servir de exemplo para o alastramento do comunismo na América Latina. Para maior detalhamento desses pontos, ver Cohn (1978), Oliveira (2008) e Furtado (1989). Para um debate sobre a conscientização política e teórica sobre a questão regional no Brasil, ver Cano (2007b).

¹³² Em Furtado (1989), obra autobiográfica, é possível encontrar a confissão da autoria do documento e as principais motivações que o levaram a optar pela publicação em caráter coletivo, sob a institucionalidade do GTDN.

relação ao Nordeste e este último compensatório (mas de caráter assistencialista); e (iv) o esgotamento do dinamismo do setor exportador nordestino, prejudicado pela política cambial adotada no país e que não mais encontrava no comércio inter-regional uma solução compatível.

O GTDN (1994) aponta que a solução antevista para o problema regional estava na adoção de uma política de industrialização que abarcava o

tríplice objetivo de dar emprego a essa massa populacional flutuante, **criar uma classe dirigente nova**, imbuída do espírito do desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que atualmente tendem a emigrar. (GTDN, 1994, p. 158, grifos meus)

Para tanto, delineou-se um plano de ação composto por quatro diretrizes básicas, no qual havia uma a noção de política de industrialização irrestrita à intervenção pública exclusivamente sobre o setor industrial: alcançava, inclusive, o setor agrícola. A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi conduzida com base nessas quatro diretrizes:

- a) Intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- b) Transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- c) Transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e
- d) Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida. (GTDN, 1994, p. 160)

A perspectiva não-compartimentada do problema regional – a consideração conjunta do problema indústria-agricultura – é um dos traços teóricos mais relevantes do relatório do GTDN (1994). Essa abordagem permite, em certa medida, alertar para o fato de que não é possível fazer análises que procurem realizar um balanço dos resultados da ação da Sudene frente aos objetivos propalados pelo GTDN sem a correta compreensão desse referencial e conseqüente desconsideração acerca do contexto político da época.

Tais análises estariam dotadas de um traço avaliativo questionável sobre o estudo da estrutura industrial resultante da política de industrialização do Nordeste a partir dos 1960, principalmente se não levarem em consideração o fato inequívoco de que as políticas da Sudene se restringiram tão somente à indústria, ao passo que três dos quatro objetivos principais do GTDN estavam relacionados à economia agrícola da região.¹³³

Mais grave seria se tais análises cobrassem os alcances plenos dos resultados da política de industrialização regional, a exemplo da autonomia do processo manufatureiro que se prestava a desencadear e da capacidade de gerar grande número de emprego nas indústrias instaladas. O problema dessas “cobranças” está em reiterar a falta de percepção de que, desde os anos de 1930, o movimento de acumulação de capital na economia brasileira revelava uma polarização em São Paulo, de onde o mercado nacional era articulado comercialmente e, a partir do Plano de Metas, passaria a ser integrado produtivamente.¹³⁴

Assim, não só inexistia a capacidade de replicar, no Nordeste, o movimento de industrialização ocorrido no centro dinâmico do país, como também seria impossível absorver toda a mão-de-obra da região no setor industrial, principalmente em um contexto de industrialização pesada, baseada em indústrias dos Grupos II e III, e de imobilismo quanto à premente transformação da rígida estrutura agrária regional.

Em outras palavras, *a existência de um centro industrial de onde emanavam os efeitos de estímulo, bloqueio/inibição e destruição obstava o objetivo de autonomia na periferia nacional*. Ainda assim, as políticas de industrialização da Sudene, sintetizadas nos quatro planos diretores do órgão, guardam alguma simetria com aqueles objetivos básicos formulados no relatório do GTDN, embora ao nível da política a estratégia de

¹³³ Nada foi feito no sentido de transformar a estrutura agrícola regional. Isso não significa que não tenham ocorrido tentativas: Magalhães (2008) ilustra bem o êxito da tradicional classe política regional em abortar a lei de irrigação proposta pela Sudene. Normalmente, as análises realizadas sobre a estrutura industrial prévia e resultante da política de industrialização do Nordeste omitem esse fato. Dessa forma, não percebem que persistia a histórica (e perversa) relação entre o capital produtivo e o capital mercantil, que facultava a ambos, sobretudo a este último, a possibilidade de continuar a trilhar as vias de acumulação de menor resistência, especialmente nas brechas abertas pelos limites do desenvolvimento do capital produtivo.

¹³⁴ Essa falta de percepção não deve ser atribuída de maneira a-política a Celso Furtado. Teórico do subdesenvolvimento, Furtado (1989) admitiu ter dado ao relatório do GTDN uma análise voltada ao impacto social da realidade sócio-econômica do Nordeste vinculada à ideologia desenvolvimentista que emergia com Juscelino Kubitschek. Com isso, o relatório omitia proposadamente elementos de economia política e da concorrência, encontrados principalmente na literatura de Marx.

transformação agrícola do Nordeste praticamente não fosse enfocada. (CANO, 2007b; PIMES, 1984, v.3)

Além disso, é preciso ressaltar quais formas capitalistas tomariam parte na industrialização do Nordeste proposta pela Sudene. Esse é um ponto central que determina a inflexão do processo de desenvolvimento regional.

Para tanto, é preciso considerar que a Sudene operou a integração produtiva nacional através do “acionamento” da região Nordeste como espaço onde a valorização capitalista que já vinha ocorrendo no Centro-Sul poderia ter continuidade. Com isso, promoveu-se a consumação do processo nacionalizado de acumulação capitalista, comandado a partir do centro hegemônico do país, onde estavam gestadas as frações de capital organizadas em formas capitalistas mais modernas, vale dizer, oligopolistas.¹³⁵

Tal acionamento tomou a forma de um embate desigual entre as frações locais de capital – no caso de Pernambuco, constituídas segundo as especificidades que se tentou demonstrar na análise do período 1870-1959 – e as frações de capital entrantes, caracterizadas pela reprodução ampliada dos movimentos de concentração e centralização de capitais que tipificava a organização industrial brasileira a partir de meados dos 1950.

Convém reafirmar a ocorrência em Pernambuco, no contexto que vai dos 1890 aos 1930, de um movimento *restrito* de reprodução capitalista amparada numa espécie de concentração e centralização de capitais em menor escala, principalmente no âmbito das usinas. Esse movimento, circunscrito aos limites estruturais da economia do estado e respectiva área de influência, foi delimitado por uma estrutura de capital que deu amparo à perpetuação da burguesia local, composta por membros da antiga classe de senhores de engenho que se habilitaram a acompanhar a evolução das principais frações de capital no bojo do processo de desenvolvimento econômico de Pernambuco.

¹³⁵ É provável que o planejamento “na mais exata acepção do termo”, termos caros a Oliveira (1959), significasse exatamente esse papel desempenhado pela Sudene, principalmente após o Golpe Militar de 1964. Vale ressaltar, ainda, que por processo de nacionalização não se quer afirmar que o processo de desenvolvimento capitalista se daria em termos de nacionalização da propriedade do capital: com efeito, a indústria oligopólica constituída no Brasil dos 1950 era, majoritariamente, associada aos capitais estrangeiros, de modo que essa dimensão é da maior relevância para entender as transformações nos mecanismos de política industrial no Nordeste.

Burguesia, porque amparada no desenvolvimento industrial restrito que ocorreu no estado, movimento para o qual foi possível apontar algumas transfigurações ao nível das empresas e respectivos empresários: originariamente senhores de engenho, depois usineiros promotores de uma “revolução tecnológica” no cultivo e processamento da cana-de-açúcar, ainda que tardia; finalmente, comerciantes e/ou industriais do segmento têxtil e de outros segmentos produtivos de menor relevância, todos limitados pelas restrições à geração de excedentes econômicos no âmbito do comércio internacional e, posteriormente, inter-regional, quando teve início o processo de articulação mercantil.

A integração produtiva viria impor um movimento análogo de concentração e centralização de capitais às diversas regiões, a partir dos padrões estabelecidos pelas formas capitalistas do Sudeste. Nesse movimento, operar-se-ia a homogeneização do processo de acumulação das diferentes frações de capitais regionais e não-regionais, o que forçaria a organização capitalista típica do Nordeste e de Pernambuco a se adequar ao formato hegemônico do Sudeste.

Integradas as regiões, os mercados regionais e as frações de capital neles instaladas – no caso, o mercado pernambucano e as frações de capital produtivo mais relevantes – seriam expostos a formas distintas e superiores de capital, que comandavam o processo de homogeneização a partir do estágio de desenvolvimento das forças produtivas localizadas na região dinâmica do país. Do pólo partiam determinações concorrenciais sobre a periferia: o processo de integração produtiva viria a forçar a estrutura de capital periférica à convergência em relação à estrutura prevalecente no espaço central. (BRANDÃO, 2007)

O processo de homogeneização, aplicado ao caso concreto da integração produtiva do Nordeste com o Sudeste, foi operado com base na maneira segundo a qual estavam organizadas as frações hegemônicas de capital desta última, expressa em termos de perfil e tamanho das unidades produtivas. Sabe-se que no contexto da integração produtiva

do Nordeste ao Sudeste foram confrontadas frações de capital umas mais desenvolvidas que outras e organizadas sob diferentes tipos, *labor intensive* ou *capital intensive*.¹³⁶

Num sistema capitalista no qual algumas unidades produtivas estão organizadas sob a forma de oligopólios, a lei estrutural é a maximização dos lucros ou, em termos concretos, a busca do lucro médio por parte das unidades produtivas oligopólicas, embora em alguns casos as unidades produtivas possam atuar com vistas a garantir reserva de mercado ou a manutenção de determinadas vantagens comparativas.¹³⁷

Do ponto de vista periférico, o processo de integração desloca as unidades produtivas de menores e médios tamanhos da posição de unidades-chave da expansão do sistema, que passa a ter nas grandes empresas o núcleo do processo de desenvolvimento. Conhecido o movimento das principais frações de capital pernambucanas até o limiar da integração produtiva, é possível afirmar que o padrão de acumulação de capitais carreado para o Nordeste através da Sudene representou importantes deslocamentos na estrutura de capital pré-existente.

Assim, se no período que antecedeu a integração produtiva de Pernambuco algumas arestas – vale dizer, unidades produtivas menores – já haviam sido aparadas, as frações de capital remanescentes passariam a se confrontar com novos parâmetros de valorização, do que provavelmente resultou (i) a solução de continuidade daquelas frações locais incapazes de se adequar aos novos padrões de acumulação; (ii) uma associação entre capitalistas de uma e outra região, dada uma delimitação definida do espaço de valorização

¹³⁶ Sobre o perfil e o tamanho das unidades produtivas, vale relembrar a mudança no padrão de acumulação de capital no país iniciada em 1956: conforme se destacou com base em Cano (2007b), a partir de 1955 a entrada de capitais estrangeiros no país levou adiante tal padrão, mas sobre bases produtivas diferenciadas, a exemplo da densidade de capital e da capacidade ociosa planejada. Para o significado do processo de homogeneização, em um quadro mais complexo e aplicado ao estudo da economia regional, no trabalho de Brandão (2007).

¹³⁷ É importante considerar algumas expressões teóricas sobre a concorrência intercapitalista e o movimento de centralização de capitais. A concorrência intercapitalista promove a igualação das taxas individuais em torno de uma taxa média de lucro, que se justifica pela tendência inerente do capitalismo de se processar no sentido da centralização de capitais. A taxa média de lucro transita da construção teórica para o movimento concreto da economia através do conceito de taxa efetiva de lucro, que exerce um poder de coerção sobre as frações de capital no sentido de que assumam um comportamento em função da concorrência, que atua de maneira coercitiva sobre todas as unidades produtivas de uma economia. Dadas as diferentes composições orgânicas das diversas frações de capital, a concorrência intercapitalista promove a tendência à equalização da taxa de lucros entre empresas cuja estrutura de capital é menos orgânica (ou *labor intensive*) ou mais orgânica (*capital intensive*). Assim, o que se vê é a coerção da concorrência intercapitalista no sentido de forçar as frações de capital intensivas em mão-de-obra e as frações de capital intensivas em capital a buscar uma taxa efetiva média de lucro, que seria, em termos teóricos, a taxa de lucro média. Há, neste sentido, uma transferência de capitais de uma forma organizacional de produção para outra, que cria exatamente essa tendência equalizadora e permite a elaboração teórico-abstrata de uma taxa média de lucro. (MARX, 1983; BELLUZZO, 1998; MAZZUCHELLI, 2004)

de ambos, o que pode ser visto pela ótica da transformação de capitais produtivos em outros segmentos, especialmente naqueles de caráter mercantil; e (iii) o reforço da posição nacional de alguns grupos produtivos locais, que se aproximavam ou possuíam o traço oligopolista requerido pelo novo padrão de acumulação de capital emergido a partir de 1956 no país.

Essas hipóteses só podem ser verificadas a partir de uma pesquisa que avance a partir das políticas de industrialização da Sudene e que reflita acerca da expressão concreta do processo de polarização da expansão capitalista no Brasil no pós-1955 no Sudeste.¹³⁸

Um requisito estrutural da expansão da capitalista no Brasil é o de homogeneizar o espaço econômico nacional, para performances do tipo requerido pela estrutura das unidades produtivas, isto é, para desempenhos de corte monopolista. (...) Dada uma certa estruturação do sistema em termos de tamanho das empresas, apenas as empresas de tipo monopolístico podem realizar a tarefa da reprodução do capital, e realizá-la buscando o lucro médio de suas unidades e o lucro máximo do conjunto. (OLIVEIRA, 1977, p. 62)

Cabe destacar, no plano da política de industrialização, os ajustes que adequaram a estratégia inicial de industrialização programada pelo relatório do GTDN aos anseios de acumulação das frações de capital do Centro-Sul, principalmente após o Golpe Militar em 1964. Não se perdia de vista o objetivo de industrializar o Nordeste e retirar a região da condição de prostração econômica em que se encontrava no final dos anos 1950, mas os ajustes da estratégia e o movimento concreto da economia brasileira cobriam um elevado custo para o desenvolvimento da região, especialmente aquele vinculado à autonomia do processo de industrialização, mas também o custo político-social, na medida em que as ações do Estado se restringiriam à indústria e não promoveriam alterações relevantes na estrutura agrária regional.

Oliveira (1977) e Moreira (1979) apontam para uma importante dimensão emergida no âmbito da atuação da Sudene, que revela a condição de ambivalência do órgão: ao mesmo tempo em que seria promotora do desenvolvimento de uma região cujas bases internas se apresentavam combatidas em virtude dos limites próprios e também do crescente processo de articulação comercial em curso no país, a Sudene é facilitadora de

¹³⁸ A continuidade deste trabalho se dará no âmbito da tese de doutoramento a ser iniciada a partir de fevereiro de 2011, na qual se procurará responder às hipóteses mencionadas, dentre outras questões.

um processo de expansão capitalista comandado a partir do Sudeste e que carecia de novas frentes de valorização.

Essa constatação descarta a concepção neutra da Sudene enquanto um órgão de planejamento, principalmente depois do golpe militar de 1964.¹³⁹ Ao atender aos interesses de frações capitalistas extra-regionais, o órgão configurou o que Oliveira (2008) chamou de “captura” do Estado. A partir de então, as transformações na estrutura econômica nordestina dependeriam fundamentalmente dos ditames das frações de capital hegemônicas extra-regionais.

É nesse sentido que Oliveira (2008) nega o enfoque dos desequilíbrios regionais, ou mesmo dos argumentos da necessidade da integração nacional como uma questão de segurança e soberania, elementos retóricos a que recorreu Furtado na fase de redação do relatório do GTDN.

Estava-se, na verdade, em presença da implantação de um projeto de Estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica; voltada agora para uma produção de valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral. (OLIVEIRA, 2008, p. 200)

Deixa claro, assim, que era o capitalismo que estava a planejar o planejamento e não o contrário, como imaginava o mesmo autor em momento regresso.¹⁴⁰ Isso implica em reconhecer que, a despeito da concepção desenvolvimentista de que havia sido dotada, a Sudene passou a ser o instrumento através do qual os interesses industrializantes da economia nacional alcançariam o Nordeste.

4.3 Indicações dos rumos do processo de desenvolvimento econômico do Nordeste a partir dos anos de 1960

A industrialização foi a principal diretriz estratégica absorvida pelas políticas da Sudene. A política de industrialização, por sua vez, impôs uma alteração definitiva no

¹³⁹ Até então, a literatura especializada aponta que o planejamento era feito em bases regionalizadas, com critérios de seleção sérios e voltados ao propósito de desenvolvimento regional. Após o Golpe Militar, a Sudene é “capturada” por interesses extra-regionais.

¹⁴⁰ Ver as argumentações de Oliveira (1959), ao tratar dos problemas do desenvolvimento econômico de Pernambuco. Entre essas argumentações, merece destaque a menção à necessidade de se instituir uma força endógena no Nordeste como um todo, que fosse capaz de romper o marasmo econômico de um ciclo vicioso que apenas se avolumava.

escopo interpretativo da Questão Regional: a partir dos 1960, a integração produtiva passou a destruir as especificidades regionais para promover nacionalmente o movimento de acumulação de capitais que teve início em uma região específica do país. (PIMES, 1984, v.3; OLIVEIRA, 2008)

Isso se tornou mais claro com a consolidação das relações produtivas emergidas entre o Sudeste e o Nordeste a partir de 1956, reforçada com o estabelecimento das políticas industriais da Sudene, notadamente no que diz respeito aos mecanismos de transferência de recursos e capacidade empresarial da primeira para a última região, na medida em que houve harmonia entre os interesses do Sudeste e as políticas de incentivo à industrialização. A partir dos anos de 1960, o crescimento industrial da região Sudeste passou a determinar o ritmo de crescimento e a distribuição espacial das atividades econômicas do país, especialmente do Nordeste.

O processo em causa é o da substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional (...) Esta diferença faz sentido e tem importância para todo o conjunto das atividades econômicas de cada uma das regiões, mas é particularmente mais importante do ponto de vista da indústria, que é o setor agora motor do crescimento econômico. (OLIVEIRA, 1977, p. 55)

Esse processo assumiu a forma da implantação, no Nordeste pós-Sudene, daquilo que se consagrou denominar na literatura especializada de “Nova Indústria”.¹⁴¹ A Nova Indústria era, por excelência, a representação principal – mas não exclusiva – das frações extra-regionais de capital industrial no Nordeste. Através dela, seria possível suprimir os grilhões que impediam o desencadeamento de um processo de desenvolvimento industrial na região para além das restrições à acumulação das frações locais de capital. Nos dizeres de Marx (1983), o capital que comandou a Nova Indústria nordestina cumpriu seu “papel civilizatório”.

O avanço qualitativo do crescimento industrial da região Sudeste, notadamente a partir de meados dos 1950, muda radicalmente a divisão social do trabalho naquela região e a habilita a alterar a divisão inter-regional do trabalho, de modo a se tornar pólo

¹⁴¹ Uma análise de referência da Nova Indústria é o trabalho de Magalhães (1983).

hegemônico de um processo *localizado* de expansão econômica nacional do setor industrial.

Assim, o Nordeste passa a ter como variável-chave de seu crescimento industrial o tipo e a natureza das relações produtivas mantidas com o Sudeste, região-líder do processo de expansão industrial no país. Nesse sentido, efetivamente a Nova Indústria assumiu no Nordeste características que pouco tinham a ver com a estrutura econômica desenvolvida ao longo da história na região. Tal resultado dista das diretrizes estratégicas propostas no GTDN, que era modernizador sem ter a indústria como único vetor de desenvolvimento: após o golpe militar, o plano original é reduzido às políticas de industrialização formuladas para a região, conforme pode ser analisado nos Planos Diretores da Sudene. (PIMES, 1984, v.3; ARAÚJO, 1981; ARAÚJO, 1984)

Nesses planos, merece destaque o mecanismo do artigo 34, depois 34/18 e, finalmente, 34/18-Finor, que sintetiza os incentivos concedidos às empresas e referentes à dedução do imposto de renda que lhes era possibilitado. A evolução do mecanismo ao longo de nomenclaturas guarda uma importante característica político-econômica do processo: inicialmente, o artigo 34 exigia que as empresas beneficiadas com a possibilidade de dedução do imposto de renda fossem constituídas com capital 100% nacional. Tal exigência caiu por terra com a inserção do artigo 18, já em um novo plano diretor, do que resultou o beneficiamento das empresas sediadas no Sudeste, em virtude da estrutura de capital oligopólica e associada ao capital estrangeiro existente naquela região do país a partir de 1956. Estava pavimentada a via pela qual os capitais oligopólicos marchariam rumo ao Nordeste, onde assumiriam o papel de líderes da Nova Indústria. (CANO, 2007b; PIMES, 1984, v.3; F. GALVÃO, 1987)

Ademais, ao subsidiar o custo de capital através da dedução de imposto de renda, o mecanismo do 34/18 atuou em benefício das empresas maiores, concentradas na região Sudeste do país. Além de responder à necessidade estrutural da expansão capitalista no Brasil no início dos anos de 1960, um período de crise conjuntural e de recessão econômica, nessa época apenas o mecanismo do 34/18 estava instituído enquanto política voltada para esse fim, e mesmo assim implícita. (MOREIRA, 1979; OLIVEIRA, 1977)

Fica evidente, do exposto, que o objetivo de industrialização autônoma do Nordeste se revelaria uma quimera, impossibilitada de se materializar em virtude das necessidades concretas da expansão capitalista no Brasil. Ressaltam Moreira (1979) e Oliveira (1977) que a transferência de capital produtivo do Sudeste para o Nordeste foi uma estratégia vinculada à ocupação da capacidade ociosa existente através da criação de um mercado consumidor de produtos do Sudeste, especificamente do parque produtor de bens de capital, o que deixava explícito o caráter de integração produtiva desse processo e a vinculação com a estratégia do Plano de Metas.¹⁴²

A criação de novas unidades industriais, no Nordeste, aparece, assim, como resposta à necessidade de ativar o setor de produção de bens de capital da economia brasileira como um todo, e, mais especificamente, da região Sudeste. (OLIVEIRA, 1977, p. 55)

É por isso que Oliveira (2008) refuta o enfoque dos “desequilíbrios regionais”, para então justificar a ação planejada do Estado na promoção do desenvolvimento do Nordeste: utiliza como argumento o fato de que a prática da política de desenvolvimento regional do Nordeste do Brasil centrou suas potencialidades na expansão das empresas oligopolistas do Centro-Sul, uma flagrante contradição com os objetivos expostos quando da institucionalização da Sudene em 1959 e com a proposta do relatório do GTDN de criar na região um centro manufatureiro autônomo. Por isso, é preciso destacar como se deu a “marcha oligopólica” sobre a periferia. É preciso não apenas cotejar “intenções e resultados”, mas também demonstrar como a concepção de uma “Nova Indústria” influenciou e mesmo determinou o movimento das estruturas de capital em Pernambuco. (ARAÚJO, 1984; MAGALHÃES, 1983)

Assim, é da maior importância conhecer as transformações da estrutura industrial de Pernambuco – conformada ao longo dos anos que antecederam a criação da Sudene – no período da integração produtiva. Nesse sentido, é preciso engendrar uma

... abordagem centrada no **exame da divisão regional do trabalho** e nas suas mutações, **sob o controle hegemônico da produção capitalista** no Brasil, [que pode – FLPO] propiciar o entendimento da natureza do conflito que levou à criação da Sudene, pelo exame dos diferenciais de acumulação global em todo o

¹⁴² Importante mencionar que essa estratégia toma essa direção com maior clarividência a partir do golpe militar. Até então, a Sudene possuía, conforme destacado no capítulo 2, propostas de desenvolvimento em bases regionalizadas, cujo exemplo maior é a política de modernização e reequipamento da indústria têxtil.

país e finalmente pela investigação do que é uma região **num contexto nacional hegemonicamente controlado pelos setores mais avançados da produção capitalista**. (OLIVEIRA, 2008: 142, grifos meus)

Tendo por base o movimento concreto da economia brasileira e os antecedentes históricos que marcaram as distintas regiões do país, será possível identificar como se deu a inserção das principais empresas e dos principais grupos empresariais de Pernambuco na divisão inter-regional do trabalho que se consolidou com a Sudene e, com isso, indicar as transformações na estrutura de capital relacionada ao desenvolvimento industrial a partir dos 1960.

Do ponto de vista da percepção de todo o processo aqui descrito por parte da classe dominante nordestina, é ilustrativo resgatar uma declaração de Furtado (1989) acerca da reação dos empresários e da representação política do Nordeste após instituída a Sudene:

Mobilizaram-se de imediato contra mim forças que, dentro e fora do Congresso Nacional, defendiam os interesses do latifundismo. Foi então que compreendi que (...) **a classe dirigente e a elite política da região nada fariam para modificar o quadro estrutural existente**. Sem pressão de fora, as velhas estruturas continuariam a reproduzir-se. (...) **Não seria com o apoio dessa gente que transformações reais teriam lugar no desvalido Nordeste**. (FURTADO, 1989, p.65-7, grifos meus)

Essa passagem torna obrigatório trazer à baila alguns elementos concretos e teóricos sobre a classe empresarial pernambucana, o que pode ser feito com base nos trabalhos de Cavalcanti e Cunha (2006), Makler (1974) e no estudo do movimento das frações de capital realizado no Capítulo 2, bem como a partir de um aporte teórico tributário da análise do processo de desenvolvimento econômico feita por Schumpeter (1983).

Makler (1974) faz uma interessante incursão na análise dos membros da elite industrial do Recife, a partir do referencial teórico de Schumpeter (1983) e de observações empíricas obtidas através da coleta de dados primários no âmbito de uma pesquisa de campo realizada no Recife nos anos 1970. Schumpeter também é a base teórica do trabalho de Cavalcanti e Cunha (2006), de modo que se torna importante fazer observações críticas acerca desse aparato teórico, no sentido de resgatar a ideia de empreendedorismo e o papel do empresário enquanto agente central na promoção do desenvolvimento econômico. Essas

referências podem ser encontradas no livro clássico de Schumpeter (1983) e na tese doutoral de Braga (2000) e serão brevemente resumidas a seguir.

Para Schumpeter (1983), o desenvolvimento econômico pode ser definido a partir das transformações espontâneas e descontínuas que provocam desequilíbrios e alteram o estado de equilíbrio pré-existente do sistema capitalista. Essas transformações ocorrem especialmente na indústria e não se restringem a termos quantitativos, mas também e principalmente qualitativos, de forma que a definição abarca um caráter disruptivo e progressista. O desenvolvimento é colocado pelo autor em termos amplos e abrange os cinco casos a seguir mencionados: i) aceitação de um novo bem; ii) adoção de um novo método de produção; iii) abertura de um novo mercado; iv) conquista de nova fonte de suprimentos; e v) execução de nova organização industrial.

As transformações espontâneas e descontínuas decorrem, de modo geral, de novas combinações dos fatores de produção existentes empreendidas por alguns empresários inovadores. Por isso, Schumpeter reserva aos consumidores um papel subordinado no processo de desenvolvimento, porque não é nessa esfera que se origina a motivação para o desenvolvimento, mas sim no âmbito da produção.

O ato de inovar – motor das transformações disruptivas e progressistas no capitalismo – faz o produtor carecer de um montante quase sempre elevado de recursos, capaz de habilitá-lo a realizar grandes investimentos antes de realizar qualquer renda. Por isso, o desenvolvimento econômico depende não apenas das inovações, mas também do crédito, com o qual é possível financiá-lo e, principalmente, libertar o empreendedor de eventuais amarras hereditárias da acumulação originária e de lucros realizados em momentos anteriores.

Na obra de Schumpeter é possível entender a economia através de movimentos cíclicos formados a partir das inovações. Por sinal, este ponto faz lembrar a originalidade da obra schumpeteriana, que combina análises históricas, estatísticas e teóricas e toma os ciclos econômicos como a realidade básica do capitalismo. A teorização dinâmica que daí decorre faz uso de todos os conceitos envolvidos na noção de desenvolvimento econômico:

empresário inovador, inovações, capital como um fundo de poder aquisitivo e crédito. (BRAGA, 2000)

A interação desses quatro conceitos forma um movimento de vários ciclos simultâneos que compõem uma totalidade: prosperidade, recessão, depressão e recuperação. Há uma perpetuação da ciclicidade e do retorno a certo estado de equilíbrio – tido apenas como ponto de referência de condições ideais ou instrumento focal que permite conhecer os períodos que o ciclo foge ou ruma para o equilíbrio. Assim, o ciclo é fluxo e refluxo das inovações e suas repercussões. Cabe destacar algumas especificidades das quatro fases que o compõem: (i) prosperidade: fase na qual ocorrem as inovações; (ii) recessão e (iii) depressão: fases nas quais o sistema econômico vai se adaptando às inovações através da difusão destas; e (iv) recuperação: fase em que o sistema inicia um processo de recuperação preparatório para uma nova fase ascendente. (BRAGA, 2000)

Outro ponto a destacar na análise de Schumpeter é a possibilidade de combinar esse movimento cíclico ao tempo histórico, de modo que se capte a dimensão evolutiva do sistema capitalista, relacionada às mudanças qualitativas promovidas pelas inovações. Daí ser o desenvolvimento econômico um processo que se desenrola através da descontinuidade das mudanças ao longo da história.

A propósito de considerações históricas, outro ponto importante a mencionar diz respeito a quem promove as inovações. Se em determinada fase do capitalismo o empresário inovador era esse agente, na fase do capitalismo oligopolista o empresário inovador é substituído por uma gestão burocratizada das inovações por parte das grandes empresas. A ação individual perde espaço para a ação coletiva e automatizada, de modo que os efeitos da inovação sobre o sistema se tornam menos abruptos. É preciso alertar, portanto, para o fato de que a partir de determinada característica organizacional do capitalismo – o oligopólio – o empresário inovador é deslocado por uma atividade no âmbito da empresa especificamente voltada para a promoção das inovações. (SCHUMPETER, 1984)

A combinação dessa abordagem histórica e dinâmica da teoria de Schumpeter com a análise aqui realizada permite interpretar os fenômenos ocorridos na economia de

Pernambuco à luz dos efeitos da integração produtiva regional e da alteração do perfil produtivo e empresarial da região dela advindos. Nesse caso, é preciso recorrer a outras proposições teóricas *schumpeterianas* para compreender as práticas empresariais que emergiram a partir das transformações na estrutura de capital que ocorreram no estado no pós-1960.¹⁴³

Essa temática, que foge ao escopo deste trabalho, requer necessariamente que se conheça a evolução histórica da classe empresarial ali alocada, mas também e principalmente que se aponte uma interpretação acerca das práticas dessa classe, em um momento crítico e de iminência de uma inflexão até então não experimentada.

É nesse sentido que o trabalho de Makler (1974) se constitui numa das mais importantes contribuições, porque aponta alguns aspectos sociológicos da elite industrial recifense. Com foco no pós-Sudene, o trabalho faz uso de dados primários que apontam para a formação histórica da classe empresarial, conforme será descrito mais adiante. Além desse trabalho, foram consultadas outras referências que apontam nominalmente os principais dirigentes empresariais da região.¹⁴⁴

Uma das principais constatações de Makler (1974) é a de que a condição social da elite industrial pernambucana decorreu de um passado econômico próspero, enraizado em bases de acumulação originárias calcadas no comércio e finanças e na terra, dado que mais de 80% das empresas cujos proprietários eram “nativos” haviam sido fundadas antes de 1959.¹⁴⁵

Essa informação subsidia a conclusão do autor de que, enquanto um grupo social, a elite recifense não pode ser caracterizada como maleável em termos de ascensão social, dado o requisito histórico, o que é reforçado pela passagem a seguir, que indica, com

¹⁴³ Schumpeter (1984), parte II, “Sobreviverá o Capitalismo?”, especialmente o capítulo XII da edição citada.

¹⁴⁴ Ver Mendonça (2005) e Cavalcanti e Cunha (2006). No primeiro trabalho é feita uma reconstituição dos cinquenta anos da Federação das Indústrias de Pernambuco, ao passo que neste último procuram ser destacados os principais elementos da cultura empresarial pernambucana.

¹⁴⁵ Ver Makler (1974), p. 32-4; e 36. “Given the traditional agriculture orientation of Pernambuco and the very recent beginning of industrialization, it is not surprising that of the Recife industrial elite 17 percent directed agricultural establishments and 19 percent commercial establishments. About 10 percent of the industrialists held ranking positions in banks”. Além disso, “the wealthy, landed, and traditional sectors of Recife society were well-entrenched in trade association leadership positions”.

maior precisão, a fonte de acumulação originária da classe dominante, ao elencar dados acerca dos ancestrais dos industriais da década dos 1970:

Of the industrialists' fathers, 40 percent were businessmen, 20 percent were medium-to-large landowners, 18 percent were professionals and 10 percent were managers and semi-professionals (e.g., draftsmen, teachers, office managers). (MAKLER, 1974, p. 33)

É importante ressaltar que a imobilidade na classe industrial do Recife, aliada às informações sobre a data de fundação das empresas e à análise dos Quadros arrolados no Apêndice 2, principalmente aqueles relacionados às usinas, revela um perfil de governança corporativa tipicamente familiar. Nesse sentido, a percepção de Makler (1974) era a de que a inovação era consideravelmente reduzida a uma gestão, por parte dos herdeiros, avessa aos riscos e mais comprometida com a defesa da posição social da família e, em última instância, do status particular desses jovens dirigentes, alçados sem considerável experiência à direção das empresas da família.

Do ponto de vista social, essa postura encontrou guarida na gestão paternalista dos empresários. Vários exemplos podem ser mencionados, notadamente no caso da indústria têxtil, segmento no qual alguns industriais preferiam operar uma fábrica utilizando de maneira ineficiente e intensiva a mão-de-obra enquanto fator de produção a ter de demitir funcionários, numa prática difundida sob a nomenclatura “capitalismo cristão” e discutida criticamente, com maior profundidade, no capítulo segundo.¹⁴⁶ (SILVA, 1999; MAKLER, 1974; MARANHÃO, 1983)

O fato é que o “capitalismo cristão” e a postura paternalista haviam sido colocados em xeque pela concorrência intercapitalista no contexto da articulação mercantil. Os estudos da Sudene (1962; 1971) indicam um ponto controverso em relação à “justiça social” dos empresários que atuavam dessa forma: na verdade, o paternalismo convinha com a procrastinação da premente modernização do parque produtivo têxtil em

¹⁴⁶ Apenas para fazer referência à crítica realizada, cabe destacar que o uso intenso e excessivo de mão-de-obra significava, antes de qualquer cristianismo, uma resposta ao perfil técnico do parque produtivo local. Para tanto, basta retomar a proposta de modernização produtiva do setor têxtil nordestino feita pela Sudene em 1962 e mesmo a revisão dessa proposta em 1971, dada a ausência de resposta dos empresários têxteis aos estímulos da Sudene para modernizar o parque produtivo regional.

Pernambuco, que desde a metade dos anos de 1920 não recebia consideráveis investimentos de capital.

A análise sociológica de Makler (1974), somada às constatações aqui realizadas, resulta numa leitura crítica dos trabalhos de Mendonça (2005) e de Cavalcanti e Cunha (2006). O notável esforço de reconstituição da história empresarial de Pernambuco realizado por esses autores procura, reiteradamente, ressaltar o traço inovador e progressista do empresário pernambucano em sobreposição ao ônus do conservadorismo e do patrimonialismo imposto à sociedade, notadamente no que diz respeito ao trato com a coisa pública e com a questão do financiamento. Quando exigida uma participação relativamente pequena e pouco mais ousada dos empresários para realizar investimentos, não são poucas as mostras de que havia forte aversão às “transformações abruptas” da estrutura de capital estabelecida, o que evidencia a predileção pelo tradicional.

A interlocução com os estudos de Mendonça (2005), Cavalcanti e Cunha (2006) e Makler (1974) impõe, ainda, que sejam apontadas algumas ressalvas quanto aos destaques dados às virtudes do empresariado local e, principalmente, para a importância de uma atuação verdadeiramente progressista. Caso emblemático é o acionamento do governo, povoado por senhores de engenho, através do Decreto nº 8.357, de 24 de dezembro de 1881, que “garantia o nível de juros para empresas não-proprietárias de terras que instalassem unidades fabris chamadas de engenhos centrais que substituíssem os bangüês”. (CAVALCANTI E CUNHA, 2006: 79).¹⁴⁷

Vale lembrar que esse Decreto favoreceu o avanço da estratégia dos engenhos centrais com o objetivo de modernizar o fabrico de açúcar; possuía, porém, caráter nitidamente protecionista à classe produtora. Nesse sentido, revisitar o processo usineiro iniciado no último quartel do século XIX e destacar apenas a virtuosidade econômica derivada da instalação das usinas de açúcar, promotora de uma “industrialização” na economia estadual, carece, obviamente, de importantes considerações adicionais, a exemplo do custo do “sucesso” da empreitada usineira, amparada nos empréstimos realizados pelo Governo estadual aos produtores e nem sempre pagos por estes últimos.

¹⁴⁷ Ver os casos do financiamento do processo usineiro e do Programa de Reequipamento da Sudene de 1962, que precisou ser reformulado em 1971 com o objetivo de atrair os empresários do estado.

Por fim, a despeito de considerar o aparato teórico de Schumpeter (1983) para realizar tal análise, cabe alertar que sua aplicação é mais adequada ao caso de economias capitalistas em estágio avançado, conforme destacado no Capítulo 2.

Feitas essas considerações, cabe destacar que era dessa “gente” que falava Furtado (1989), ao se referir ao empresariado local. Como se sabe, a mobilização da classe dominante local não foi capaz de barrar a continuidade da *Operação Nordeste*, para o quê foram essenciais as manobras políticas do Presidente da República e a sustentação do projeto da Sudene por parte da bancada do Centro-Sul. Ainda assim, não se pode falar em intimidação das elites regionais quanto à atuação do órgão de planejamento regional.

A elaboração do I Plano Diretor da Sudene é uma das evidências históricas do persistente reacionarismo da classe dominante nordestina, contrária às alterações na estrutura econômica regional propostas ainda no âmbito do GTDN. O I Plano Diretor tramitou por mais de doze meses entre o Senado e o Congresso e não houve oportunidade para que fosse aprovado ainda no governo de JK. Acontece que as elites viam na sucessão presidencial a oportunidade de retomar o poder político seqüestrado pelo “comunista da Sudene”, nos dizeres do presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco à época, empresário do setor açucareiro com intenções de diversificar negócios em direção ao setor têxtil. (FURTADO, 1989)

Os grandes do açúcar me tinham como um intruso e aguardavam a primeira oportunidade a fim de catapultar-me para longe. Acostumados a obter do governo o que queriam, viam insolência na independência com que a Sudene tomava decisões. (FURTADO, 1989, p.98-9)

Segundo Moreira (1979), a visão da classe dominante regional o combate aos desequilíbrios regionais deveria se restringir ao objetivo único de aliviar as pressões sociais que emergiram na região, sem promover reformas estruturais que inviabilizassem a especificidade do movimento de acumulação de capitais historicamente estabelecido na região. Para o autor, o documento do GTDN era fortemente industrialista e estava inserido na ideologia prevalente à época, qual seja, a do desenvolvimentismo. Tal interpretação reforça as dificuldades de estabelecer na região um processo de industrialização autônomo, levado a cabo por uma classe empresarial “quase que exclusivamente composta por homens

ligados a uma agricultura tradicionalista e alheios à ideologia do desenvolvimento”, nos termos do GTDN. (MOREIRA, 1979)

Assim é que, em termos de prática política, predominaram medidas industrialistas na atuação da Sudene e foram promovidas transformações apenas na estrutura produtiva industrial da região. Quanto às reformas previstas pela estratégia do GTDN no setor primário, foram omitidas ou mesmo refutadas, como foi o caso da Lei de Irrigação. Dessa forma, a estrutura agrária regional permaneceria inalterada e a indústria teria de desempenhar de maneira solitária a função de levar à frente o desenvolvimento regional em novas bases.

Conclusões

Nesta seção não se pretende retomar todas as conclusões parciais formuladas ao longo do trabalho, mas sim articular o que de mais relevante foi analisado acerca da evolução da estrutura de capital em Pernambuco no período compreendido desde o final do século XIX até o limiar da integração produtiva. Vale destacar que esse estudo representa a base sobre a qual se dará continuidade à investigação aqui inaugurada, cujo avanço perpassa o estudo das transformações na estrutura de capital em Pernambuco a partir da implementação das políticas de industrialização da Sudene.

A evolução das frações de capital em Pernambuco foi analisada à luz da periodização do processo de desenvolvimento econômico no Brasil, segundo a qual o período 1870/1959 engloba três fases distintas: a do isolamento relativo, que perdura até 1929/30; a da articulação mercantil, que vai daqueles anos até 1956; e o princípio da fase da integração produtiva, desencadeada a partir do processo de acumulação de capitais iniciado com o Plano de Metas. No bojo dessas três fases, uma divisão inter-regional do trabalho foi conformada e as distintas estruturas produtivas regionais passaram a ter um papel definido na economia brasileira, carreando consigo a inserção das mais representativas frações de capital de cada região.

Na fase do isolamento relativo, o embate entre regiões se deu mais claramente no campo de um federalismo nascente com a 1ª República. Enquanto isso, as estruturas de capital iam sendo formadas conforme as especificidades regionais de cada “ilha” do “arquipélago brasileiro”. Foi nessa fase que as frações de capital de Pernambuco experimentaram algum dinamismo, especialmente aquelas relacionadas ao açúcar e à indústria têxtil. Isso não significou, contudo, a possibilidade de desencadear um processo de industrialização, na medida em que a dinâmica do comércio internacional e os fatores endógenos à economia pernambucana revelaram a fragilidade referente à geração de excedentes nas principais atividades produtivas do estado e consequente incapacidade de realizar investimentos de porte em outros segmentos produtivos.

A conformação da estrutura de capital pernambucana esteve fortemente amparada na evolução dos segmentos do açúcar e do algodão. Os desdobramentos

industriais dessas atividades – as usinas de açúcar e as fábricas de tecido, além de outras atividades industriais de menor relevância – configuraram uma resposta das frações locais de capital ao contexto econômico internacional e, na medida em que se gestava uma economia capitalista nacional, à concorrência inter-regional.

A análise procurou demonstrar que no período que vai do último quartel do século XIX até o final da década dos 1950, as frações de capital pernambucanas foram perdendo crescentemente autonomia econômica e política, na medida em que a transição de um quadro de isolamento relativo para um quadro de articulação mercantil deslocou o centro de poder político para a região Centro-Sul, onde as forças produtivas haviam se desenvolvido de maneira mais avançada, de forma a habilitar a indústria nascida em São Paulo a comandar o processo de industrialização em escala nacional.

No caso de Pernambuco, as duas principais atividades econômicas – açúcar e algodão/tecidos – lograram se desenvolver a partir da reiteração de um modo de produção amparado no isolamento relativo da região Nordeste em relação ao resto do país. Nesse quadro, o capital mercantil contribuiu significativamente para o estágio de desenvolvimento econômico verificado no estado no final da década dos 1950. Por isso, procurou-se compreender a trajetória desses segmentos em paralelo às brechas de valorização do capital mercantil, cuja atuação afetou de maneira considerável as respectivas frações de capital.

Do estudo acerca do movimento das frações de capital à luz da inserção da economia no contexto nacional, resulta um quadro que conduz à conclusão de que as principais atividades econômicas e respectivas forças empresariais de Pernambuco se encontravam esgotadas, no sentido de viabilizar o crescimento econômico e uma eventual saída autônoma do quadro crítico em que se encontrava a economia estadual. A análise mostrou que, mesmo em períodos de pujança, os agentes estaduais não conseguiram reverter o êxito do efêmero crescimento das atividades em desenvolvimento econômico, pelas próprias limitações, mas também pelos condicionamentos supra-estaduais, de modo que não é possível omitir os desdobramentos da articulação mercantil inter-regional no Brasil sobre as atividades produtivas em Pernambuco.

Embora o quadro de prostração econômica dos anos de 1950 se deva aos fatores endógenos e específicos da estrutura de capital pernambucanas, deve-se ter em conta os constrangimentos representados na forma dos efeitos de inibição advindos com o comércio internacional e inter-regional: no período 1929-30/1956, o comércio inter-regional debilitou aquela estrutura em função da concorrência entre a produção das distintas regiões. Assim, ao longo de todo o período foi restrita a capacidade de geração do excedente econômico por parte das principais frações de capital, o que favoreceu a atuação de capitais de traço mercantil, nacionais e internacionais, e o reforço ainda maior das restrições ao desenvolvimento capitalista em Pernambuco.

A partir de meados dos anos de 1950, a mudança no padrão de acumulação capitalista no país fez com que as inter-relações regionais fossem qualitativamente alteradas, de modo que, ao lado da articulação mercantil, fosse verificada uma maior integração produtiva entre as regiões brasileiras, acelerada com a instituição da Sudene em 1959. Nessa época, as frações de capital de Pernambuco se encontravam fortemente condicionadas pela adversidade da inserção internacional dos principais produtos de exportação (açúcar e algodão) e também pelos condicionamentos da concorrência inter-regional pelo mercado interno, especialmente em virtude de ter sido desenvolvida em São Paulo uma estrutura de capital superior.

Esse era o quadro que se inseria em um contexto mais amplo, contido na problemática da emergência da Questão Regional no país. Instituída a Sudene e, principalmente, as políticas de industrialização do órgão, as frações de capital do Nordeste seriam consideravelmente impactadas. Por isso, é preciso verificar como, no âmbito de um processo de integração produtiva, a condição/posição na economia nacional e setorial dos aplicadores do mecanismo de incentivo fiscal da Sudene em Pernambuco influenciou as transformações na estrutura de capital existente, bem como os mecanismos dos quais fizeram uso as frações locais de capital para se manterem enquanto agentes produtivos relevantes no estado.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Estado, Capital e Industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989

_____. **Pernambuco Imortal**. Encartes especiais do Jornal do Commercio. Recife: SJCC, 1996.

ARAÚJO, T.B. **Crescimento industrial do Nordeste: para quem e para quê**. Em: Revista Pernambucana do Desenvolvimento. Recife, v.8, n.1, pp. 11-20, jan/jul de 1981

_____. **Industrialização do Nordeste: intenções e resultados**. Em: Maranhão, Silvio (org.). **A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BELLUZZO, L.G.M. **Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a economia política**. 3ª ed. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1998

BERNARDES, Denis. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Hucitec: Fapesp; Recife, PE: UFPE, 2006.

BRAGA, J.C.S. **Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo**. Campinas, SP: Unicamp/IE, 2000.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, Carlos Antônio e GUIMARÃES NETO, Leonardo. **A formação econômica do Brasil e a questão regional** (versão do prelo). Disponível em <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper41.pdf>. Acessado em 16 de agosto de 2010.

BRASIL. SUDENE. **Sumário do Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil regional**. Recife: Sudene (setor gráfico e de reproduções), 1962

_____. **Pesquisa sobre a indústria têxtil do Nordeste – 1969**. Recife: Sudene (Departamento de Industrialização), 1971.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5ª Ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp. IE, 2007a

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970.** 3ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007b

_____. **Reflexões sobre o papel do Capital Mercantil na questão regional e urbana do Brasil.** Texto para Discussão IE/Unicamp, n. 177, maio/2010

CAPES. **Estudos de Desenvolvimento Regional: Pernambuco.** Série Levantamentos e Análises, no. 22. Rio de Janeiro: Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 1959

CARNEIRO, Zélia Renê. **A atividade industrial em Pernambuco: uma visão global.** Revista Pernambucana do Desenvolvimento. Recife, 6 (2): CONDEPE, 187-198, jul/dez. 1979

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento).** Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

CAVALCANTI, Carlos André Macêdo e CUNHA, Francisco Carneiro da. **Pernambuco Afortunado: da Nova Lusitânia à Nova Economia.** Recife: Editora INTG, 2006.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento: o processo de criação da Sudene.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

DÉ CARLI, Gileno. **O processo histórico da usina em Pernambuco.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1942.

DUNNING, John. **Explaining international production.** Unwyn Hyman, London, 1988

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840/1910.** Rio de Janeiro; Campinas, SP: Paz e Terra; Unicamp, 1977.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 13ª edição. São Paulo, Nacional, 1987.

_____. **A fantasia desfeita.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GALVAO, Antonio Carlos Filgueira. **Capital oligopólico em marcha sobre a periferia nordestina: evolução da organização territorial, divisão territorial do trabalho e complementaridade industrial.** Dissertação (mestrado). São Paulo: [s.n.], 1987.

GALVÃO, Olímpio de Arroxelas. **Regional development in Brazil: a study of economic integration in an unevenly developed country.** Ph.D Thesis. London: University College of London, December of 1987.

GNACARINI, José César. **A economia do açúcar. Processo de Trabalho e Processo de Acumulação.** In: Hollanda, Sergio Buarque & Campos, Pedro Moacir (orgs.). História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 1º volume. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1975.

GTDN. **Uma política de Desenvolvimento econômico para o Nordeste.** In: O GTDN: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil. Araújo, T.B.; Duarte, Renato; Guimarães Neto, L. Gomes, Enoque. (orgs.). pp. 153-238. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994.

GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste.** Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

_____. **Trajatória econômica de uma região periférica.** Estudos Avançados, 11 (29), 1997, pp. 37-54.

JATOBÁ, Jorge. **Indústria de transformação.** Em: PIMES. A economia de Pernambuco: um estudo das transformações recentes. pp. 273-348. Recife: Curso de Mestrado em Economia, PIMES/UFPE, 1975.

LEBRET, Joseph. **Estudos sobre: desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste.** Recife, PE: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1955.

LEVINE, Robert. **A Velha usina – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937.** Trad. de Raul José de Sá Barbosa (título do original em inglês: Pernambuco in the brazilian federation, 1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MAGALHÃES, Hermes Tavares. **Nordeste – 1959: a Lei de Irrigação abortada.** Cadernos Ippur, Rio de Janeiro, Ano XXII, No. 1, 2008, pp. 225-245.

MAGALHÃES, Antonio Rocha. **Industrialização e Desenvolvimento Regional: a Nova Indústria do Nordeste.** Brasília: IPEA/IPLAN, 1983.

MAKLER, Harry M. **Labor problems of native, migrant and foreign-born members of the Recife Industrial Elite.** Journal of Developing Areas, 9:1, pp. 27-51. [s.l.]: october, 1974

MARANHÃO, Sydia Maria Queiroz de Albuquerque. **Tecnologia e Trabalho: um estudo de caso na indústria têxtil de Pernambuco (1950-1980).** Dissertação (mestrado). Recife: CME/UFPE, 1983.

MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo: o empresário e a empresa, estudo de sociologia do desenvolvimento.** São Paulo: Hucitec, 1976.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** (Série Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo: o capitalismo e suas crises.** 2ª. Ed., Campinas, SP: Unicamp, IE, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império, 1871-1889**. Rio de Janeiro; Brasília: Nova Fronteira; INL, 1984.

MELLO, J.M. Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. Brasiliense. São Paulo, 1982

MENDONÇA, Luís Carvalheira de (coord.). **FIEPE 65 anos: preservando valores e ampliando conquistas**. Recife: Persona, 2005.

MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

OLIVEIRA, Francisco de. **Problemas de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco**. Recife: Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco (CODEPE), 1959

_____. **Viagem na região: dos barões-ladrões às hostes errantes**. Em: Anais do Seminário Internacional sobre Disparidade Regional. Estudo comparativo entre o Nordeste do Brasil e o Mezzogiorno da Itália. Recife: Fórum Nordeste/Sudene, 1981, pp. 27-30.

_____. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado**. In: ARAÚJO, T.P.; VIANNA, S.T.W. & MACAMBIRA, J. 50 anos de Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a

_____. **O canto do cisne dos barões do açúcar – um congresso de classe**. Em: Congresso Agrícola do Recife (introdução). Recife: CEP/PE, 1978b.

PIMES/UFPE. **Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro**. Recife: Sudene, 4v., 1984

PINTO, Estevão. **A Associação Comercial de Pernambuco: livro comemorativo do seu primeiro centenário (1839-1939)**. Recife: Oficinas Graphics do Jornal do Commercio, 1940.

_____. **História de uma Estrada de Ferro no Nordeste: contribuição para o estudo da formação e desenvolvimento da empresa “The Great Western of Brazil Railway Company Limited” e das suas relações com a economia do Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949.

SÁ JR, Francisco. **O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência.** In: Estudos Cebrap nº. 3, jan., São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, 1973

SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **O varejo moderno no Brasil: a experiência do estado de Pernambuco.** Em: Angelo, Claudio Felisoni e Silveira, José Augusto Giesbrecht da. *Varejo Competitivo*, volume 7, pp. 59-86. São Paulo: Atlas, 2003

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** São Paulo: Abril Cultura, 1982.

_____. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SILVA, Eduardo Ramos Pinheiro da. **Industrialização no Nordeste do Brasil: a indústria têxtil em Pernambuco, 1940-1990.** Tese (doutorado). Recife: UFPE, Depto. de História, 1999.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.** São Paulo: Editora Nacional, 1968.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canieira do Brasil: 1930-1975.** São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento.** São Paulo: HUCITEC, Ed. da Unicamp, 2000.

TAVARES, M.C. **Ciclo e crise: o movimento recente da economia brasileira.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1998

_____. **Império, território e dinheiro.** In: Fiori, J.L. Estados e Moedas no desenvolvimento das nações. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999.

VANDERLEI, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VERGOLINO, José Raimundo & MONTEIRO NETO, Aristides. **A economia de Pernambuco no limiar do século XXI: desafios e oportunidades para a retomada do desenvolvimento.** Recife, PE: Edições Bagaço, 2002.

Apêndice 1 – Usinas e fábricas têxteis em Pernambuco (1826/1959)

O conteúdo principal deste Apêndice está composto pelos Quadros 2.1 a 2.6. Os quadros disponibilizavam informações qualitativas sobre o movimento das frações usineiras de capital ao longo do período 1888-1959, contemplando, portanto, o período aqui estudado. A principal fonte de consulta foi o livro do professor Manuel Correia de Andrade (1989). Essas informações dizem respeito às aquisições de engenhos e usinas por outras usinas, temática analisada no Capítulo 2. Quanto à origem das fábricas de tecido pernambucanas, foram disponibilizados neste apêndice os Quadros 2.5 e 2.6, que contemplam o período que vai de 1826 a 1933.

Quadro 2.1: engenhos centrais e usinas fundados até 1880

Nome	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
Aripibu	Escada	1888		Pontual & Cia.	-
				José Manoel Antônio Pontual e filho	-
				Mário Queiroz Monteiro	-
			1964/65	Armando Queiroz Monteiro	Anexado à Usina Cucuá
Bandeira (atual Ipojuca)	Ipojuca	1889		José Maria Carneiro da Cunha	-
				Bandeira & Siqueira	-
				José, João e Francisco Dourado da Costa Azevedo	Anexado à Usina Ipojuca
				Severino Barbosa Mariz	-
				José Dourado	Recompra pela família Dourado
				Dourado, Monteiro Ltda (Armando Monteiro e Antonio Dourado Neto)	Posse até 1948
				Antônio José Dubeux Dourado, Francisco Luiz Dubeux Dourado (filhos de A.D.Neto e Maria de Lourdes Dubeux)	
Engenho Central Bamburral	Escada	1889		José Pereira de Araújo (1888)	
			1951/52	Davino dos Santos Pontual (1920)	Anexado à Usina Estreliana
Bom Destino	Palmares	1887			Equipado com maquinaria da North Brazilian Sugar Factories Ltd
Engenho Central Bom Gosto	Joaquim Nabuco	1884			Usina Pumati
Cabeça de Negro	Escada	1888		José Manoel Antônio Pontual e filho	
			1933/34	Davino dos Santos Pontual (1929)	
Conceição dos Milagres	Sirinhaém	1882		Dr. A Cox	
				Viúva Candido Fontes e filhos (1906)	

Nome	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
				Vendida em 1911	
Engenho Central Cuyambuca	Água Preta	1884	1888	Central Sugar Factories of Brazil	
Engenho Central Firmeza	Escada	1884	1888	Central Sugar Factories of Brazil	
Frei Caneca (Colônia Isabel - prop. estatal)	Maraial	1886		Arrendada a Leopoldo Lins (1904-1914)	Inicialmente de propriedade estatal
				Arrendada ao Senador Fábio Silveira Barros (1914-1927)	
				Vendida a Fábio Silveira Barros (1927)	
Goiana (João Alfredo; Usina Velha)	Goiana	1889		Cia João Alfredo, acionistas: Pereira Carneiro & Cia; Barão de Casa Forte; João José Rodrigues Mendes; Antonio Fernandes Ribeiro; Corbiniano de Aquino Fonseca; Antonio da Costa Correia Leite; Antonio Muniz Machado	Anexada à Usina N.S. Maravilhas antes da criação do IAA
Limoeirinho	Escada	1881		Família Lins	
				Henrique Marques de Holanda Cavalcanti (Barão de Suassuna)	Limoeirinho e Mameluco são fundidas para formar a Usina Mameluco
Mameluco	Escada	1877		Barão de Suassuna	Fundida com a Limoeirinho. Construída pelo Barão e reformada em 1910
				Família Lins	
Massauassu	Escada	1881		Família Lins	
				Marcionilo da Silveira Lins (inaugurador)	
				Silveira Lins & Filhos	
				José Henrique Carneiro da Cunha (1914)	
				Rui Carneiro da Cunha	
Muribeca	Jaboatão	1889	1965	Cia Açucareira de Pernambuco	Desativação da usina; remetida a engenho de

Nome	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
					fogo morto
				Júlio Carneiro de Albuquerque Maranhão	Fornecedor da Usina Jaboatão
N.S. Maravilhas	Goiana	1889		Diniz Peryllo de Albuquerque Melo	
				Cia Açucareira de Goiana (1925)	
				Grupo Andrade Queiroz	
Nova Conceição	Ipojuca	1885	1933	Concessão: Semiana C. da Costa Nogueira	Meio Aparelho; desativada após a criação do IAA
Perseverança	Sirinhaém	1882	1933	Dr. A Cox	Meio Aparelho; desativada após a criação do IAA
Santo Inácio	Cabo	1884		José Rufino Bezerra Cavalcanti (prop. do Engenho Santo Inácio)	Engenho Central até 1888
				A. Ramos da Silva (1914)	
				Brennand, Irmãos e Cia (1930)	
			1964/65	Grupo Cardoso & Irmãos, formado por: Aníbal Cardoso dos Santos; Murilo Guimarães; Luiz Gonçalves de Barros e João de Barros; José Carneiro dos Santos.	Vendido pelos irmãos Brennand
São Francisco da Várzea	Recife	1874		Engenho pertencia aos herdeiros de Joaquim Canuto de Figueiredo	
				Francisco do Rego Barros de Lacerda	Anexada à Usina São João
Timbó	Paulista	1887		Engenho Timbó pertencia a José Adolfo de Oliveira Lima	
			1933/34	Companhia de Tecidos Paulista (Grupo Lundgren)	
Tinoco	Sirinhaém	1878		Prisciano de Barros Accioly Lins	Meio Aparelho
				Herdeiros do Major Perciano Lins Wanderley	
			1947/48	Joaquim Pedro de Abreu e Lima	
Tiúma (Eng.)	São Lourenço da	1881		Jovino Bandeira (instalação)	Instalação do Engenho

Nome	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
Central S. Lourenço da Mata	Mata				Central
				North Brazilian Sugar Factories Company (1887)	
				Fileno de Miranda	
			1979	Grupo Votorantim (J. Ermírio de Morais)	Atualmente é uma destilaria; por volta de 1979, parou de produzir açúcar.
Trapiche	Sirinhaém	1887		Concessão: José Maria Carneiro da Cunha	Antigo Engenho Trapiche, de Gaspar de Menezes Drumond
				Cia Agrícola e Mercantil de Pernambuco (1890)	
				Mendes, Lima & Cia (1929)	Firma proprietária da Usina Ubaquinha
				Armando Queiroz Monteiro (1934)	Promove a fusão da Usina Trapiche com Usina Ubaquinha - forma a Grande Trapiche
				Manoel Batista da Silva	Herdeiro
				Grupo Brennand (1975)	
Treze de Maio	Palmares	1889		Concessão: João Zeferino Pires de Lira (construção das usinas)	Data da concessão; 1ª moagem em 1917
				Viúva Luíza Pedrosa (1917)	
				Leopoldo Pedrosa	Filho da viúva Luíza Pedrosa
				Fernando Rodrigues	
				Filhos de Fernando Pessoa de Mello (da Usina Água Branca) compram a usina em 1982	
União e Indústria	Escada	1895		Concessão: Manoel Antônio dos Santos	Primeiramente chamada Santa Philonila; depois Bom Fim; depois Santos Dias e por fim União e Indústria
				Cia Agrícola União Industrial de Pernambuco (1929)	

Nome	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
				Luiz Dubeux S.A	
				Grupo Dias Lins	

Fonte: apud. Andrade (1989), pág. 20-25

Quadro 2.2: usinas fundadas entre 1890 e 1910

Usina	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
Bom Jesus	Cabo	1895	-	Coronel Augusto Octaviano de Souza	
				João Lopes de Siqueira Santos	
Bosque	Escada	1890	1917	José Manoel Antônio Pontual e filho	Meio aparelho. Fundida à Usina Frexeiras quando encerrada
				Dr. M. Pontual & Cia	
Bulhões	Jaboatão	1895	-	Guimarães Oliveira & Cia	Instalada como Meio Aparelho, em 1906 se torna usina
				Pessoa, Maranhão & Cia	
				José Queiroz (1946-1962)	
				Agropecuária Jaime Beltrão Ltda	
				Roberto Lacerda Beltrão (atual presidente)	
Cachoeira Lisa	Gameleira	1892	1964/65	Doroteu, Araújo & Cia	
				Moura, Doroteu & Araújo	
				Pedro Corrêa	
Central Barreiros (antes Carassu)	Barreiros	1890	-	João Carlos de Mendonça Vasconcelos e João Paulo Moreira Temporal	Engenho Central
				Alfredo Osório e Estácio Coimbra (Gov. de PE); depois Jaime Coimbra	Reformada em 1910
				Mendes, Lima & Cia	
				Manoel de Brito	
				Othon Bezerra de Melo	
Catende (antes Correia da Silva)	Catende	1890	-	Dr. J. Coimbra	Instalada como Usina Correia da Silva. Em 1892, se torna Usina Catende, construída no antigo Engenho Milagre da Conceição
				Mendes, Lima & Silva	

Usina	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
				A.F. da Costa Azevedo, Joaquim Bandeira e Arquimedes de Oliveira	
				Antonio Ferreira da Costa Azevedo e filhos até 1973	
				Grupo Rui Carneiro da Cunha, Maurício Fernandes e Mário Pinto Campos, que vendeu sua parte para Inaldo Guerra	
Caxangá	Ribeirão	1894	-	Fundada por Artur de Lima Cavalcanti, Hisbelo Barbosa da Silva e irmãos Ethelvino e Antonio Bastos	Reformada em 1910
				Hisbelo vendeu sua parte a Manoel Colaço da Silva	
				Firma: Colaço, Siqueira & Bastos	
				Em 1904, Manoel Colaço fica como único proprietário	
				José Lúcio Ferreira	
				José Lopes de S. Santos foi proprietário por volta de 1950	
				Júlio Maranhão	
				Intervenção Federal (1964)	
Cucaú	Rio Formoso	1895	-	Cia Geral de Melhoramentos	
				José Rufino Bezerra Cavalcanti e João Cardoso Ayres Filho (1925)	
				João Cardoso Ayres Filho, único dono	
				Grupo Armando Queiroz Monteiro (Cia Geral de Melhoramentos em Pernambuco)	
Cursay	Paudalho	1891	1907	Juca Capitulino	
Desespero	Cabo	1900-1905	1907	José Rufino Bezerra Cavalcanti	
Espírito Santo	Paudalho	1895	1907	ND	
Estreliana	Gameleira	1891	-	João Wanderley de Siqueira & Irmãos	

Usina	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
				João Lopes de Siqueira Santos, Antônio Lopes de Siqueira Santos e Pompeu de Carvalho Soares Brandão (1898)	
				Fernando Maranhão	
				Gustavo Maranhão e Luiz Cláudio Melo	
Florestal	Maraial	1892	-	Visconde de Gonçalves Pinto	
				Viúva do Visconde	
				Cel. José de Ferraz Abreu	
Frexeiras	Escada	1896	1933	Pontual & Barros	
				Dias, Pontual & Barros	
Jaboatão (denominada inicialmente Progresso Colonial e em seguida Santa Teresa)	Jaboatão	1896	-	Estado de Pernambuco	
				Antonio Martins de Albuquerque	
				Herdeiros de A.M. de Albuquerque	
Javunda	Jaboatão	1890-1895	1910	Agostinho Bezerra	
				Antonio Martins de Albuquerque	
Lustosa (Fenix)	Garanhuns	1891	-	Concessionária: Cia Florestal Agrícola	
				1976/77	
				Costa Reis, Cisneiros & Cia (1900)	
Maria das Mercês	Cabo	1891		A. Cavalcanti & Cia	
				Dr. André Cavalcanti & Filhos	
				João Lira (1973)	
Meio da Várzea	Recife	1904	1933/34	Ignácio de Barros Barreto e herdeiros	
Mussu	Escada	1900	1914	Família Pontual	
				José Antonio Pontual e filho, Jose Manuel Jr	
Mussupe	Igarassu	1906	-	ND	
N.S. do Desterro	Paudalho	1907	1930/1939	Cel. Alfredo de Albuquerque	
				Cel. Francisco A. Montenegro	
N.S. da Vitória	Sirinhaém	1905	1910/1919	Sebastião Lins Wanderley	
Pedrosa	Cortez	1891	-	Barão de Bonito (João Siqueira Barbosa Arcoverde), S. de Siqueira Barbosa Arcoverde, José Bellarmino Pereira de Melo, Antonio Paraíso da Cunha Pedrosa.	Associados recebem concessão para construir a usina no Engenho Flor da Ilha
				Arthur de Siqueira & Cia	

Usina	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
				Arthur Lima Cavalcanti (1910), depois seus filhos	
				Siqueira Cavalcanti & Irmãos	
				Antonio Farias	
Pinto	Maraial	1898	1912	Visconde de Gonçalves Pinto	Anexada à Usina Florestal
				Cel. José de Ferraz Abreu	
				Luis Portela	
Pirangi-Assu	Palmares	1891	1966/67	Concessão: José Joaquim Coimbra	Absorvida pela Usina Catende
				Candido Ferreira Cascão (por volta de 1929)	
				Marroquim & Cia (1907)	
				Jayme Loyo	
				João da Costa Azevedo	
Ribeirão (Pão Sangue, Santa Cruz, Pinto)	Ribeirão	1897	1933	Cia Geral de Melhoramentos de PE	Anexada à Usina Cucaú
				Dr. João Gonçalves Pereira Lima	
Roçadinho	Catende	1891	1974/75	Cel. Mendo Sampaio	Em 1980, foi transferida para São Miguel dos Campos (AL)
				Cid Sampaio	
Salgado	Ipojuca	1892	-	Concessão: Costa & Barros	
				Bento & Brito	
				Xavier & Bandeira (1929)	
				Joaquim Bandeira de Melo (1930)	
				Aníbal Cardoso dos Santos, Miguel Santos e José Borba	
				Rui Cardoso Gonçalves dos Santos	
				Fernando Peres (1971-72)	
				Joel Queiroz (1975)	
Santa Philonila	Escada	1891	1910/1919	Manoel Antonio Santos Dias (construiu a usina em 1889)	Absorvida pela Usina União e Indústria
				Santos Dias & Cia	
São João	Recife	1894	1943	Francisco do Rego Barros de Lacerda e família	
				M.C. do Rego Barros, viúva de Francisco (1929)	
				Grupo Brennand	

Usina	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
São José (antiga Usina Coelho)	Igarassu	1906	-	Concessão: Joaquim Coelho Leite e José Joaquim Coelho Pereira Leite (1891)	
				Pontual & Padilha (1900)	
				Cel. A. Padilha e genro	
				Brandeira & Irmãos (1929)	
				José Ermírio de Moraes	
Timbó-Assu	Escada	1897	1961/62	Antonio Correia de Araújo	Reformada entre 1907 e 1914. Absorvida pela Usina Massauassu
				Leonardo C. Albuquerque (1900)	
				Leonardo Siqueira Arcoverde	
				Belmiro Correia de Araújo (1929)	
				Murilo Marroquim (a partir dos 1940)	
Trincheiras	-	1890	1900-1909	ND	
Ubaquinha	Sirinhaém	1905	1933/34	Mendes, Lima & Cia	Reforma em 1915. Por volta de 1933, fundem-se Ubaquinha e Trapiche, em uma moderna usina de açúcar, chamada Trapiche

Fonte: apud. Andrade (1989), pág. 39-46

Quadro 2.3: usinas fundadas entre 1910 e 1930

Nome	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
Água Branca (antes chamada Maria Anunciada)	Quipapá	1313-14		Egydio Camilo Pessoa da Silva e esposa	
				Mello & Cia (família Pessoa de Mello, José Joaquim de Mello e herdeiros) 1928	
				Fernando Pessoa de Mello e filhos: João Carlos e Eduardo José	
Aliança	Aliança	1914		Pessoa de Mello & Cia (Belarmino e Walfredo Pessoa de Mello)	
				Carlos Pessoa de Mello e filhos	
Barra	Nazaré (Vicência)	1922-23		Benjamim Oliveira da Costa	

Nome	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
				Azevedo	
				Filhos de B. da Costa Azevedo	
Condado	Paudalho	1918	Antes da criação do IAA	Francisco de Barros Barreto	
Camorim Grande	Água Preta	1926	1933/34	Barros Melo & Irmão	
Capibaribe	S. Lourenço da Mata	1927	1961/62	L. Araújo, Irmãos & Cia (Leôncio Araújo)	Vendida e desativada pela Usina Petribú
Coelhas	Sirinhaém	1924	1928	Antonio da Fonte.	Vendeu a Alarico Lins Bezerra Cavalcanti
				Absorvida pela Usina Trapiche	
Gravatá	Canhotinho	1929	1971/72	Viúva Mota & Filho	Usina Aliança comprou as terras, em seguida desapropriadas pelo INCRA
				João Coelho	
				Jaime Coimbra	
				Luiz Felipe de Souza Leão	
				Paulo e Antonio de Andrade Lima	
Cruangi (antes Genipapo)	Timbaúba	1918			
Dois Irmãos	Quipapá	1924	1933/34	A. Cavalcanti & Irmão	
Jaguaré	Sirinhaém	1917	1948/49	Oscar Cardoso da Fonte	Até 1943
				Diniz Perilo	Absorvida pela Usina Trapiche
José da Costa	Gameleira	1930	1933/34	Absorvida pela Usina Cucaú	
José Rufino	Cabo	1917	1960/61	José Rufino Bezerra Cavalcanti	
				Hercília de Araújo Bezerra Cavalcanti	
				Antonio Dourado Neto (rendeiro)	

Nome	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
				Cid Sampaio desapropriou para a Coperbo	
Liberato Marques	Amaragi	1921	Antes da criação do IAA	Liberato José Marques	
Matary	Nazaré	1912		Albuquerque Pereira & Cia (até 1917)	
				Pessoa, Maranhão & Cia (até 1946)	
				Família Maranhão (atual)	
Morenos	Moreno	1925-30	Após a criação do IAA	Antonio Souza Leão	
Mussurepe	Paudalho	1911		Herculano Bandeira & Cia	
				Herculano e Raul Bandeira de Melo, filhos de H. Bandeira, fundador da usina	
				Cooperativa de Tiriri	
				Clóvis Monteiro e agenciadores	
N.S. Auxiliadora	Moreno	1922	1972/73	Cel. João Dourado da Costa Azevedo	
Central Olho D'Água	Itambé	1928		Hardman & Tavares (Arthur Tavares de Melo e José Hardman Cavalcanti, 1929)	
				Grupo Tavares de Melo	
Petribú	Lagoa de Itaenga	1910		Cel. João Cavalcanti Petribú	
				Paulo Petribú	
Pery Pery	São Benedito do Sul	1920-25	1960/61	Afonso Freire & Irmãos	
Porto Alegre	Rio Formoso	1928	Após a criação do IAA	Cel. José Accioly A. da Silva	
Pumaty	Palmares (Joaquim Nabuco)	ND		Senhor dos engenhos: José Alves da Silva	Engenho central é encerrado entre 1886 e 1888.
				CSFB-engenho central Bom Gosto	

Nome	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
				João David Madeira e João de Oliveira (montaram a usina em 1916), parte dela pertencia aos herdeiros de Sebastião Alves da Silva, Madeira & Oliveira	
				Tancredo, Costa & Cia (1920)	
				Manoel da Costa Filho e Úrsula Ribeiro Coutinho	
				Costa & Cia	
				Romero Cabral da Costa, filho de "Costinha"	
Rio Una	Rio Formoso	1914	1962/63	Dr. Leopoldo Lins	Absorvida pela Usina Barreiros
				A.F. Souza & Cia (1929)	
				Joaquim de Arruda Falcão	
				Othon Bezerra de Melo	
Santa Flora	També	1920-25	Após a criação do IAA	Benjamin N. Machado	
Sant'Anna D'Aguiar	Paudalho	1924	Após a criação do IAA	Cel. João Capitulino de Queiroz	
				João Santos, até 1927	
N.S. do Carmo (antes Santa Panfila)	Pombos	1918/1944		Cel. Feliciano do Rego Cavalcanti de Albuquerque	
				Manoel Antonio Santos Dias (Cíleno)	
				João Pessoa de Queiroz e família	
				João Pessoa de Queiroz e irmão, Romero Pessoa de Queiroz	
				Jorge Dantas Bastos e Gustavo Colaço. Gustavo Colaço e filhos	
Santa Rita	Goiana	1920-25	Década dos 1920	Cel. Antonio Correia de Oliveira	
Santa Thereza	Goiana	1910		Mello, Velloso & César	
				José César & Cia (1929)	

Nome	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
				João Santos	
Santa Terezinha	Água Preta	1926/1929	1982	José Pessoa de Queiroz (fundador)	Volta a funcionar através de intervenção em 1984
				Herdeiros de José Pessoa de Queiroz	
Santa Terezinha de Jesus	Goiana	1925	1940	M. Pessoa & Cia.	
				Luiz Ignácio Pessoa & Cia	
Santo André	Rio Formoso	1913		Manoel de Brito	
				Miguel Octávio de Mello (1929)	
				Grupo Othon Bezerra de Mello	
São Félix	Gameleira	1920	1922	Carolino Dias da Silva	
São Salvador	Maraial	1916	1933/34	Oliveira Correia & Cia	
Serro Azul	Palmares	1916		Cel. José Piauhyllino de Melo	
				Cooperativa de Tiriri	
Sibéria	Cabo	1925	1972/73	José Siqueira	
				Cel. Christiano de Arruda Falcão	
Sibiró Grande	Escada	1920-25	1923	Cel. Apollonio Lopes da Fonseca	
Três Marias	Água Preta	1925-30		Cel. Sebastião Lúcio Mergulhão	Anexada à Usina Barreiros
				José Carneiro Novais	
Uruaé	Goiana	1922	1934	Cel. Antonio Correia de Oliveira	Absorvida à Usina N.S. das Maravilhas
Vicente Campello	Gameleira	1914	1920	José Ernesto Pereira Lima (Zezinho do Brejo), instalou o meio aparelho	Anexada à Usina Cucauá
Mussumbu	Goiana	1910-30		A. Maranhão	Anexada à Usina Matary
				José Maranhão	
				Luiz Maranhão	
Central Serra Azul	Bonito	1917	1948/49	Cel. José Piauhyllino de Melo	

Fonte: apud. Andrade (1989, pág. 56-61)

Quadro 2.4
Usinas fundadas depois de 1930

Nome	Município	Data de Fundação	Data de Encerramento	Grupo Econômico	Observação
Brasil	També	Década dos 1940	1971/72	Pacífico & Cia.	Fornece canas para as Usinas Aliança e Olho D'Água
				Cezar Marinho Falcão	
Laranjeiras	Vicência	1959		Benjamin O. da Costa Azevedo e João Pinto Lapa	
				Armando Queiroz Monteiro	
Manoel Borba	Timbaúba	1930	1934	Ferreira Lima	
N.S. de Lourdes	Macaparana	1949		Severino Mariz	
				Dr. Mário Fonseca de Albuquerque Maranhão (1951)	
				José Ivanildo de Moraes e Dr. Mário F. de A. Maranhão (1955)	
				Família Cavalcanti de Moraes: José Francisco de Melo Cavalcanti; depois irmãos José Ivanildo, Gilvan e Geraldo Cavalcanti de Moraes, Celso Moraes Andrade, Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti	
Regalia	Barreiros	1930-1935	1956/57	Francisco Fonseca Lima	

Fonte: apud. Andrade (1989), pág. 76

Quadro 2.5
Origem das Indústrias Têxteis de Pernambuco
1826-1919

Especificação	Fundação	Grupo Empresarial (Proprietário ou Sócio)	Observações
Fábrica de Gervásio Pires Ferreira	1826	Gervásio Pires	Não constituía, legalmente, uma fábrica de tecidos. Todavia, consta como estabelecimento produtor de tecidos.
Cia Fiação e Tecidos de Pernambuco (Fábrica da Madalena)	1874	Antônio Valentim da Silva Barroca e Família Boxwell (Inglaterra, comerciantes)	Mendonça (2005) afirma que o comendador Antonio Valentim da Silva Barroca foi o construtor e controlador dessas fábricas, fechadas em 1945. Quando reabertas, passaram para o controle de Manoel Batista da Silva e funcionaram até o ano de 1970.
Fiação e Tecelagem de Pernambuco (Fábrica da Torre)	1887		
Nova Fábrica	1892		

Especificação	Fundação	Grupo Empresarial (Proprietário ou Sócio)	Observações
(ampliação da Torre)			
Companhia Fiação e Tecidos de Pernambuco (fusão da Madalena e da Torre)	?		
Cia. Fábrica de Estopa	1891		
Companhia Industrial Pernambucana (Fábrica de Camaragibe)	1892	Grupo Carlos Alberto de Menezes (Brasil, comerciantes e sócios em usinas de açúcar), em associação com Pereira Carneiro, sócio da Usina Goiana; Família Boxwell (Inglaterra, comerciantes)	Destaque para a aplicação do Solidarismo Cristão pelo fundador: essa prática consistia na adoção dos princípios da bula papal Rerum Novarum no espaço fabril. Tal medida foi mantida pelo sucessor, Antônio Carlos de Menezes, o que perpetuou uma imagem paternalista dos proprietários da fábrica perante funcionários e habitantes de Camaragibe, onde estava situada. A CIP, depois CIPER, destacava-se na produção de brins.
Companhia Têxtil de Aniagaem	1893	Família Lundgren (Suécia, comerciantes)	O Grupo Lundgren, segundo Singer (1968), empreendeu uma diversificação rumo ao comércio, ao constituir as Casas Pernambucanas. Na verdade, esse movimento significou um "retorno" à atividade que foi a base originária de acumulação do Grupo sueco. A diversificação também se deu no setor industrial, com a fábrica de explosivos.
Fábrica de Tecidos Paulista	1893		
Indústria, Fiação e Tecidos Goiana (Fábrica de Goiana)	1893	Joaquim Pereira Marques, José Rodrigues Peixoto e Manoel Aurélio Tavares de Gouveia (Brasil, comerciantes atacadistas, em associação)	Os principais produtos da fábrica eram os panos trançados.
Fiação e Tecidos de Malha	1894		
Fábrica de Tecidos de Apipucos (Teceragem Apipucos)	1895		
Fábrica da Várzea	1895		Destaque na produção de malharias.
Companhia de Tecidos Paulista	1904	Família Lundgren (Suécia, comerciantes)	O Grupo Lundgren, segundo Singer (1968), empreendeu uma diversificação rumo ao comércio, ao constituir as Casas Pernambucanas. Na verdade, esse movimento significou um "retorno" à atividade que foi a base originária de acumulação do Grupo sueco. A diversificação também se deu no setor industrial, com a fábrica de explosivos. As chitas eram os principais produtos da fábrica.
Cotonifício Moreno (Fábrica de Moreno)	1910		Destacava-se na produção de morins.

Especificação	Fundação	Grupo Empresarial (Proprietário ou Sócio)	Observações
Société Cotonnière Belge-Bresilienne	1910	Família Boxwell (Inglaterra, comerciantes)	
Fiação e Tecelagem Timbaúba	1912		
Fábrica de Fios de Algodão	1912	Família Queiroz Andrade	
Companhia Fiação Canhamo e Juta	1913		

Fonte: elaboração própria a partir de Silva (1999) e Mendonça (2005).

Quadro 2.6
Origem das Indústrias Têxteis de Pernambuco
1919-1933

Cotonifício José Rufino	1924		Utilizava energia hidrelétrica para operar a fábrica, o que constituía um diferencial.
Fábrica da Tacaruna	1924	Grupo Lacerda de Menezes	Pertencente à Cia Manufaturora de Tecidos do Norte. Comercializava os "Cobertores Tacaruna". Em 1975, a fábrica tem controle acionário exercido pela Tecelagem Parayba do Nordeste S/A, até 1992, quando é desativada e os ativos físicos da fábrica são assumidos pelo Banco Econômico, como parte de pagamento de dívidas da Tecelagem Parayba.
Fábrica Yolanda	1925	Rafael Adobati	
Companhia Industrial Pirapama	1926		Pioneira na captação de eletricidade a partir de um rio local, ou seja, foi a primeira fábrica de Pernambuco que utilizou energia hidráulica como força motriz.
Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco (TSAP)	1926	Irmãos Pessoa de Queiroz	Pioneira no Nordeste na fabricação de tecidos finos.
Fábrica Bezerra de Mello	1927		
Tecelagem de Juta Santa Maria	1929		
Tecelagem de Juta São José	1930		
Tecelagem de Juta Boxwell & Cia	1930	Família Boxwell (Inglaterra, comerciantes)	
Fábrica Santa Amélia	1931		
Cotonifício Othon Bezerra de Mello	1933	Othon Bezerra de Mello (Brasil, comerciante)	Fusão das Fábricas Apipucos, Bezerra de Mello e Santa Amélia

Fonte: elaboração própria a partir de Andrade (1996), Silva (1999) e Mendonça (2005).

Apêndice 2 – Comércio Internacional e Interregional de Pernambuco (1908-1959)

A seguir são arroladas duas tabelas que contemplam o período estudado por este trabalho, referentes às informações de comércio internacional e inter-regional de Pernambuco, coletadas nos Anuários Estatísticos do Brasil.¹⁴⁸ As informações brutas desses Anuários serviram de base para derivar algumas informações quantitativas e qualitativas necessárias para subsidiar o texto, notadamente o Capítulo 3. Com essa base de dados, é possível compilar informações sobre valores, quantidades e produtos comercializados, bem como sobre distribuições percentuais e relações exportação/importação, em termos absolutos e mesmo acerca de categorias específicas de comércio.

É prudente destacar as principais limitações encontradas nesses dados, que resultam na precariedade de algumas informações. Por isso, necessárias soluções e compatibilizações dos dados, ainda que desejadas e mesmo necessárias para que se faça um retrato fidedigno da dinâmica comercial de Pernambuco, demandam um tempo e um escopo analítico que foge às pretensões deste trabalho.

Cabe destacar o que foi possível verificar quando da compilação das informações. O primeiro aspecto é a descontinuidade da divulgação das mesmas, em virtude da periodicidade da publicação consultada e mesmo das informações sobre o tipo de comércio desenvolvido. É o caso de se observar que, após o quadriênio 1908-1912, somente em 1935 o Anuário volta a ser publicado. Além disso, as informações nem sempre são “completas”, a saber, nem sempre se referem às três vertentes de comércio utilizadas no estudo (internacional e inter-regional – cabotagem e vias internas). Uma leitura mais atenta das informações dos Anuários também permitirá ao leitor perceber que algumas delas estão repetidas. Por último, é preciso ressaltar que a extensão da série de dados implica, necessariamente, em diferentes unidades monetárias, indicadas sempre que preciso.

Quando conveniente, procurou-se converter os valores de mil-réis, conto de réis e cruzeiros para libras esterlinas e/ou dólares. O objetivo da conversão cambial foi calcular os valores dos produtos de exportação, especialmente açúcar e algodão, conforme a moeda

¹⁴⁸ Originalmente foram apresentadas aproximadamente 70 tabelas referentes às informações de comércio de Pernambuco. Por sugestão da banca examinadora, maior parte dessas tabelas foi retirada do texto, mas podem ser consultadas diretamente nos Anuários Estatísticos do Brasil.

vigente nas transações internacionais. Para converter os valores, foi necessário recorrer a informações contidas no Anuário Estatístico do Brasil (taxa cambial mil-réis e conto de réis para libras esterlinas) e no Ipeadata (taxa cambial R\$/US\$ para o período 1942-1959).

Foi necessário adaptar os valores declarados em mil-réis para conto de réis através da divisão por 1.000, caso dos anos anteriores a 1937, para só então convertê-los a libras esterlinas conforme a taxa cambial informada pelo Anuário Estatístico do Brasil de 1939-40. Já a conversão dos valores em cruzeiros, a partir de 1942, para dólares, foi feita através da conversão para Real, através das informações do site www.ocaixa.com.br, na seção de serviços de perícia econômica, e do Boletim do Banco Central do Brasil.

Quanto ao deflacionamento, preferiu-se seguir a orientação contida em Cano (2007b) e não deflacionar os valores nominais compilados. Dessa forma, foi feita uma análise pautada na composição da pauta comercial e se tangenciou o problema da indisponibilidade de índices de preço adequados à realidade regional brasileira no período analisado.

Tabela A2.1
Comércio exterior e inter-regional de Pernambuco 1908/1959

Anos	Exportações				Importações				Saldo (X-M)				
	Internacionais	Cabotagem	Vias Internas	Total	Internacionais	Cabotagem	Vias Internas	Total	Internacionais	Cabotagem	Vias Internas	Total	
1908	8.959.752	8.959.752	37.562.826	37.562.826	-	28.603.074	- 28.603.074
1909	18.833.143	18.833.143	42.079.199	42.079.199	-	23.246.056	- 23.246.056
1910	19.302.627	19.302.627	50.518.042	50.518.042	-	31.215.415	- 31.215.415
1911	19.445.822	19.445.822	53.952.804	53.952.804	-	34.506.982	- 34.506.982
1912	13.893.221	13.893.221	48.984.026	48.984.026	-	35.090.805	- 35.090.805
1935	122.821.447	321.915.774	...	444.737.221	213.888.246	312.069.085	...	525.957.331	-	91.066.799	9.846.689	...	- 81.220.110
1937	132.363	386.314.083	...	386.446.446	232.613	402.350.986	...	402.583.599	-	100.250	- 16.036.903	...	- 16.137.153
1938	78.943	434.711.093	...	434.790.036	195.881	375.046.175	...	375.242.056	-	116.938	59.664.918	...	59.547.980
1939	110.364	504.433.221	138.260.650	642.804.235	204.792	441.792.792	59.025.560	501.023.144	-	94.428	62.640.429	79.235.090	141.781.091
1940	108.332	500.027	...	608.359	225.113	491.633	...	716.746	-	116.781	8.394	...	- 108.387
1941	138.340	667.004	...	805.344	185.974	629.056	...	815.030	-	47.634	37.948	...	- 9.686
1942	177.362	681.768	335.712	1.194.842	171.397	741.838	133.366	1.046.601	-	5.965	- 60.070	202.346	148.241
1943	131.336	687.421	671.996	1.490.753	411.028	731.723	413.826	1.556.577	-	279.692	- 44.302	258.170	- 65.824
1944	275.772	1.042.430	...	1.318.202	295.346	1.338.669	...	1.634.015	-	19.574	- 296.239	...	- 315.813
1945	257.577	1.307.393	799.111	2.364.081	356.218	1.523.603	405.108	2.284.929	-	98.641	- 216.210	394.003	79.152
1946	517.361	1.650.323	...	2.167.684	537.560	1.757.780	...	2.295.340	-	20.199	- 107.457	...	- 127.656
1947	770.231	1.571.855	...	2.342.086	1.017.827	1.729.331	...	2.747.158	-	247.596	- 157.476	...	- 405.072
1948	1.053.724	1.685.809	1.360.805	4.100.338	996.017	2.133.575	663.073	3.792.665	-	57.707	- 447.766	697.732	307.673
1949	348.508	2.062.600	1.430.482	3.841.590	1.021.953	2.540.607	729.569	4.292.129	-	673.445	- 478.007	700.913	- 450.539
1950	330.203	2.249.986	1.866.509	4.446.698	956.440	2.743.194	908.146	4.607.780	-	626.237	- 493.208	958.363	- 161.082
1951	639.051	2.657.669	...	3.296.720	1.789.996	3.352.761	...	5.142.757	-	1.150.945	- 695.092	...	- 1.846.037
1952	...	2.302.598	...	2.302.598	...	2.919.587	...	2.919.587	-	...	- 616.989	...	- 616.989
1953	550.870	550.870	968.906	968.906	-	418.036	- 418.036
1954	922.412	3.298.110	...	4.220.522	2.135.215	4.441.800	...	6.577.015	-	1.212.803	- 1.143.690	...	- 2.356.493
1955	2.466.327	4.000.715	...	6.467.042	2.132.947	5.872.043	...	8.004.990	-	333.380	- 1.871.328	...	- 1.537.948
1956	676.389	6.131.102	...	6.807.491	2.698.071	7.387.976	...	10.086.047	-	2.021.682	- 1.256.874	...	- 3.278.556
1957	2.693.310	5.632.122	...	8.325.432	3.354.448	8.397.913	...	11.752.361	-	661.138	- 2.765.791	...	- 3.426.929
1958	2.716.822	4.698.240	...	7.415.062	3.144.036	8.548.853	...	11.692.889	-	427.214	- 3.850.613	...	- 4.277.827
1959	3.106.802	5.952.552	...	9.059.354	4.803.363	10.002.727	...	14.806.090	-	1.696.561	- 4.050.175	...	- 5.746.736

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (vários anos). Nota: ... Indica informações incompletas. Entre 1908 a 1935, valores em Mil réis. Para o triênio 1937-39, valores em contos de réis. A partir de 1940 até 1959, valores em mil Cruzeiros (Cr\$ 1.000).

Tabela A2.2
Pernambuco: quantidade e valor das principais mercadorias exportadas
1910-1912

Especificação	1910		1911		1912	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Peles	308.486	1.326.723,00	256.966	997.930,00	340.742	1.339.406,00
Algodão	5.510.695	7.041.374,00	6.939.952	6.964.981,00	7.322.888	6.935.044,00
Caroços de algodão	9.274.139	728.606,00	15.547.392	1.104.995,00	13.130.806	1.002.114,00
Açúcar	36.835.434	6.692.413,00	27.415.386	5.216.728,00	1.012.011	212.540,00
Cera de Carnaúba	858.175	1.241.656,00	911.415	1.246.029,00	669.669	1.430.837,00
Farelo	3.687.633	424.078,00	3.681.917	419.738,00	3.598.207	410.196,00

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912

Apêndice 3 – Dados sobre a indústria¹⁴⁹

A análise da estrutura industrial neste trabalho se ampara no referencial metodológico de Cano (2007a). Segundo esse autor, a compreensão da estrutura industrial pode se revelar problemática, na medida em que as mudanças ocorridas na estrutura industrial podem não ser plenamente visíveis se a análise é feita em termos de ramo “fechado”. Para evitar tais problemas em relação aos censos industriais de 1907 e 1919, além de obviamente conhecer a estrutura industrial a três dígitos é sugerido trabalhar com dois grupos de indústrias: o grupo de indústria A, composto pelos minerais não-metálicos, metalúrgica, mecânica, material de construção, papel, borracha, química e farmacêutica; e o grupo de indústrias B, composto pelos demais ramos industriais.

No caso do Censo de 1919, uma observação adicional deve ser feita: a separação das informações sobre o açúcar em volume distinto do volume geral. A falta de acesso a esse volume, ainda que não comprometa o estudo da estrutura industrial realizado no Capítulo 3, em virtude de ser conhecido o movimento dos capitais no período analisado, certamente subestima o peso das indústrias de tipo “B” e eleva a participação das indústrias de tipo A em relação ao total da indústria.

Para os Censos de 1919, 1939, 1949 e 1959, Cano (2007b) trabalha com uma agregação de ramos e segmentos industriais a dois dígitos, respeitando uma classificação em quatro grupos (I, II, III e IV), os três primeiros compostos, respectivamente, por indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-durável, indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários e indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável. O quarto grupo corresponde ao total da indústria da transformação. A composição dos grupos é a seguinte:

Ramos do Grupo I (predominantemente produtoras de bens de consumo não-durável): mobiliário, farmacêutico, perfumaria, têxtil, vestuário, produtos alimentares, bebidas, fumos e editorial e gráfica;

¹⁴⁹ Em alguns casos, foram mantidas as ortografias originais das fontes de informação dos dados brutos dos Censos.

Ramos do Grupo II (predominantemente produtoras de bens intermediários): metalurgia, minerais não-metálicos, madeira, papel e papelão, borracha, couros e peles, química e matérias plásticas.

Ramos do Grupo III (predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável): mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transportes e diversas.

Importa destacar quais são as vantagens de adotar tal metodologia. Primeiro, porque aplica ao caso das informações censitários regionais da indústria a melhor, embora imperfeita, aproximação quanto ao conceito de uso dos bens. A imperfeição decorre do fato de que apenas com tabulações especiais é possível identificar, com rigor, o destino efetivo dos bens industriais produzidos.

Segundo, esse tipo de agregação supera a agregação em termos de indústrias tradicionais e dinâmicas, divisão justificada por parâmetros como intensidade tecnológica, taxa de crescimento, entre outros. Tal agregação foi muito utilizada para analisar o caso da industrialização nordestina no pós-Sudene e mesmo para Pernambuco é possível encontrar análise análoga, cujo autor¹⁵⁰ mostra a necessidade de se avançar para uma agregação diferenciada e para uma metodologia que permitisse analisar a evolução industrial de um ângulo menos impreciso.

Finalmente, seguir a metodologia proposta por Cano (2007b) implica em benefício pelos ganhos de escala de trabalho, materializados através da utilização das tabulações e cálculos realizados por esse autor para a evolução da indústria pernambucana e que constam no apêndice estatístico do referido livro. Com isso, o objetivo central é “buscar entender as principais transformações por que passou a indústria regional, tendo em conta certas especificidades como modernização, consumo de massa, consumo adequado à distribuição regressiva da renda, relações de interdependência industrial, aproveitamento de recursos naturais nas regiões de crescimento industrial vinculado à urbanização, papel do Estado, etc.”. (Cano, 2007b, pág. 332)

¹⁵⁰ JATOBÁ, Jorge. Indústria de transformação. Em: PIMES. A economia de Pernambuco: um estudo das transformações recentes. pp. 273-348. Recife: Curso de Mestrado em Economia, PIMES/UFPE, 1975

Tabela A3.1
Pernambuco: nº de estabelecimentos, capital, força instalada, valor da produção e nº de operários
das indústrias
1907

Indústrias	Nº de Estabelecimentos	Capital (em mil-réis)	Força	Valor da Produção (em mil-réis)	Nº de operários
Açúcar (usinas)	46	18.737,89	220 C.V. e Hd.14.551	27.918,17	4.887
Bebidas alcoólicas e gasosas	9	1.064,00	58 C. V. e manual	688,252	81
Biscoitos	2	630	17 C. V.	210	42
Cal e cimento	1	1.500,00	250 C. V.	2.181,00	120
Calçado	2	220	30 C. Petr.	700	277
Chapéus, de feltro, lã, lebre etc	2	310	32 C. V.	342	54
Carvão animal	1	40	4 C. V.	54	9
Chocolate	1	20	5 C. V.	30	6
Cordoalha	1	200	45 C. V.	600	180
Cerveja	1	50	10 C. V.	60	8
Doce	5	405	20 C. V. outras	692	220
Fiação e tecelagem	8	19.240,96	1.479 C. V.	9.844,07	3.700
Fumos preparados	3	2.950,00	41 C. V.	1.523,00	757
Fundição, e obras sobre metal	5	1.050,00	72 C. V.	1.858,00	320
Grampos e colchetes, etc	1	50	Petr. 6 C.	50	42
Massas alimentares	1	30	6 C.	40	10
Massa de tomate	2	400	14 C. V.	270	60
Moveis e decorações	1	-	Manual	-	-
Óleos e resinas	4	720	231 C. V.	773	96
Perfumarias	1	50	Petr. 6 C.	50	42
Pregos	1	30	15 C. V.	45	15
Preparo de couros	2	300	70 C. V.	420	200
Fósforos	1	1.000,00	100 C. V.	800	120
Produtos cerâmicos	1	103,805	180 C. V.	93,8	44
Productos químicos	1	1.200,00	120 C. V.	1.440	400
Refinarias de açúcar	3	6.080,00	420 C. V.	1.465	143
Roupas brancas	1	10	Manual	20	10
Sabão e velas	5	2.020,00	88 C. V.	2.792	162
Serrarias e carpintarias	3	230	42 C. V.	182	26
Tintas para escrever e outras	2	80	5 C. V. manual	65	11
Total	118	59.723,66	-	55.206,29	12.042

Fonte: O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias

Nota: o valor total declarado do capital produtivo não corresponde ao somatório dos segmentos produtivos. Essa soma equivale a 58.721,66 mil-réis.

Tabela A3.2
Pernambuco: proprietários dos estabelecimentos, conforme ramo de atividade

1907

Proprietários	Capital	Valor da Produção	Nº de operários
Açúcar (usinas)			
José Pereira Araujo.....	300:000\$	540:000\$	70
Dr. M. Pontual & C.....	300:000\$	384:768\$	80
Herdeiros do Barão do Bonito.....	300:000\$	702:000\$	110
Mendo Sá Barreto Sampaio.....	80:000\$	270:000\$	70
Companhia Agrícola Merc. de Pernambuco	500:000\$	375:269\$	141
Coronel Augusto O. de Souza.....	400:000\$	864:000\$	130
Arthur Ramos.....	450:000\$	1.263:320\$	130
Dr. José Rufino Bezerra Cavalcanti	180:000\$	360:000\$	110
Santos Dias & C.....	660:000\$	792:000\$	120
Barão de Suassuna.....	300:000\$	561:000\$	70
Dr. Davino S. Pontual.....	300:000\$	406:368\$	40
Silveira Lins & Filho.....	350:000\$	702:000\$	120
Pontual & C.....	800:000\$	1.080:000\$	110
Barão de Suassuna.....	200:000\$	360:000\$	58
Santos Dias & C.....	300:000\$	720:000\$	100
Dr. Zeferino S. Pontual.....	120:000\$	245:700\$	60
Dias Pontual & C.....	4000:000\$	432:000\$	100
Companhia Ind. Pernambucana.....	800:000\$	1.080:000\$	169
Companhia Industrial Estrelliana.....	350:000\$	540:000\$	60
Moura, Dorotheo & Araujo.....	400:000\$	675:000\$	110
Cia Geral de Melhoramentos Pernambuco.....	400:000\$	649:000\$	160
M. Collaço Dias.....	800:000\$	1.260:000\$	160
Costa Reis Cysneiros & C.....	400:000\$	504:000\$	90
Dr. Leonardo C. Albuquerque	200:000\$	360:000\$	60
Osmond Cax.....	80:000\$	108:000\$	30
Bento Brito.....	350:000\$	675:000\$	60
Companhia Agrícola Merc. de Pernambuco	800:000\$	350:000\$	141
Pontual & Padilha.....	300:000\$	621:000\$	97
Hermann Lundgren.....	400:000\$	756:000\$	160
Ferreira Lima.....	350:000\$	561:000\$	90
Julio Maranhão.....	350:000\$	660:000\$	90
J. Carneiro da Cunha.....	120:000\$	360:000\$	60
Agostinho Bezerra.....	180:000\$	360:000\$	110
O Estado de Pernambuco.....	400:000\$	702:000\$	140
Marroquim & C.....	400:000\$	579:000\$	130
Dr. J. J. Coimbra.....	550:000\$	877:000\$	148
Companhia Agrícola Merc. de Pernambuco.....	600:000\$	900:000\$	180
Visconde Gonçalves Pinto.....	450:000\$	515:000\$	180
Dr. João Lacerda.....	450:000\$	1.263:000\$	195
Dr. Ignacio B. Barreto.....	280:000\$	270:000\$	60
Sebastião L. Wanderley.....	120:000	122:400\$	40
Viuva Candido Fontes.....	80:000\$	175:320\$	50
Herdeiros de Wanderley de Barros.....	70:000\$	122:000\$	50
Cia Geral de Melhoramentos Pernambuco.....	900:000\$	968:956\$	184
Companhia Agrícola Merc. de Pernambuco.....	600:000\$	446:067\$	141
The W. Brazilian Sugar, Limited (1).....	1.617:890\$	1.400:000\$	123
Bebidas alcoólicas e gasosas			
L. Paille.....	400:000\$	185:000\$	15
Antonio Cruz & C.....	34:000\$	120:000\$	6
Viuva José Machado.....	180:000\$	81:252\$	5
Emílio Belfon.....	325:000\$	136:000\$	20

Proprietários	Capital	Valor da Produção	Nº de operários
Oliveira & C.....	30:000\$	40:000\$	8
Tavares Lapa & C.....	30:000\$	30:000\$	7
F. Amaral Cardoso & C.....	50:000\$	70:000\$	12
Fernando Griz.....	5:000\$	8:000\$	3
Ladislau Gomes do Rego.....	10:000\$	18:000\$	5
Biscoitos			
L. F. d'Oliveira & C.....	600:000\$	180:000\$	32
Rodolpho Paiva.....	30:000\$	30:000\$	10
Cal e cimento			
Cunha & C.....	1.500:000\$	2.181:000\$	120
Calçado			
Paiva Oliveira & C.....	100:000\$	200:000\$	42
Braga Sá	120:000\$	500:000\$	125
Chapéus de feltro, lã, lebre, etc.			
José Noqueira da Silva.....	150:000\$	162:000\$	24
P. Bittencourt Junior (2).....	160:000\$	180:000\$	30
Carvão animal			
D. O. M. F. Palhares.....	40:000\$	54:000\$	9
Chocolate			
A. Girrot & C.....	20:000\$	30:000\$	6
Cordoalha			
Luiz d'Amorim Silva.....	200:000\$	600:000\$	180
Cerveja			
M.M. Lemos.....	50:000\$	60:000\$	8
Doces			
D. Maria Brito.....	250:000\$	300:000\$	150
Antonio Didier & Irmão.....	100:000\$	330:000\$	50
Raymundo Francisco.....	30:000\$	18:000\$	6
A. Bruére & C.....	10:000\$	19:000\$	8
Amorim Costa & C.....	15:000\$	25:000\$	6
Fiação e tecelagem			
Companhia F. e T. de Juta.....	400:000\$	800:000met. De anagem	110
Companhia Fiação de Estopa.....	1.040:000\$	984.000met. De anagem	126
Companhia Industrial Pernambucana.....	5.857:7000\$	5.591.500met.algodão	604
Companhia F. e T. Pernambuco.....	4.892:700\$	7.920.000met.algodão	990
Companhia Tecidos Paulista.....	4.611:260\$	6.320.000 met. Algodão	1.300
Braz Silva & C.....	626:000\$	800.000 met. Brina 110.000 kilca fio	200
Companhia Industrial F. T. Goyana	1.614:000\$	2.493.282 met. algodão	250
J. Almeida & C.....	200:000\$	40.000 duz. meias 30.000 duz. camisas 10.000 duz. ceroulas	120
Fumos preparados			
Moreira & C.....	800:000\$	300:000\$	220
Azevedo & C.....	2.000:000\$	1.200:500\$	522
J. Almeida & C.....	150:000\$	22:500\$	15
Fundição e obras sobre metais			
Allan Peterson & C.....	200:000\$	150:000\$	60
F. Carlos Villaça & C.....	50:000\$	180:000\$	18
Barão de Suassuna.....	230:000\$	188:000\$	100
Wilson Sons & C.....	250:000\$	740:000\$	82
Herdeiros Bauman (').....	320:000\$	600:000\$	60
Grampos e colchetes			
Eugenio Samico.....	50:000\$	50:000\$	42
Massas alimentares			
Lasalvio & C.....	30:000\$	40:000\$	10

Proprietários	Capital	Valor da Produção	Nº de operários
Massas de tomate			
Amorim Costa & C.....	350:000\$	150:000\$	50
Madeira & C.....	50:000\$	120:000\$	10
Moveis e decorações			
Lycêo de Artes e Officios.....	2	-	-
Óleos e resinas			
Prossback Brothers C ^o	300:000\$	425:000\$	64
Amorim & Campos.....	150:000\$	220:000\$	12
Godz & Schar.....	120:000\$	100:000\$	8
J. Fernandes Salça.....	150:000\$	28:000\$	12
Perfumarias			
Eugenio Samico.....	50:000\$	50:000\$	42
Pregos			
J. Almeida & C.....	30:000\$	45:000\$	15
Preparo de couros			
Joaquim Didier.....	200:000\$	300:000\$	100
A. L. Santos & C.....	100:000\$	120:000\$	100
Produtos cerâmicos			
Companhia Industrial Pernambucana	95:805\$	73:805\$	32
John Chance.....	10:000\$	20:000\$	12
Fósforos			
Fernandes & C.....	1.000:000\$	800:000\$	120
Productos químicos			
Hermann Lundgren.....	1.200:000\$	1.440:000\$	400
Refinarias de açúcar			
Credores de Cunha & Couvéa.....	6.000:000\$	1.350:000\$	120
Joaquim Salgueral & C.....	20:000\$	35:000\$	8
Pinto Alves & C.....	60:000\$	80:000\$	15
Roupas brancas			
Julio Lonntag.....	10:000\$	20:000\$	10
Sabão e velas			
L. Ferreira & C.....	240:000\$	240:000\$	8
Aquino Fonseca & C.....	480:000\$	576:000\$	54
Fonseca Irmão & C.....	750:000\$	1.260:000\$	66
Santos Araujo & C.....	400:000\$	500:000\$	25
José Soares Seixas & C.....	150:000\$	216:000\$	9
Serrarias e carpitarias			
Botelho Filho & C.....	50:000\$	22:000\$	6
Anthero S. Vasconcellos.....	80:000\$	120:000\$	7
Francisco Assis Cardoso.....	100:000\$	40:000\$	13
Tintas de escrever, imprimir, etc.			
Menna da Costa & C.....	50:000\$	40:000\$	7
F. Taborda.....	30:000\$	25	4

Fonte: Censo Industrial de 1907.

(1) Possui ainda o Estado de Pernambuco cerca de 1.500 engenhos de (fabricas de assucar e alcool), produzindo cerca de 97.000.000 de kilos de assucar e 19.000.000 de litros de alcool e aguardente, quase tudo consumido no proprio Estado.

(2) O capital desta Companhia é de \$101-118-0,0, que foi convertido a moeda nacional ao cambio de 15 dinheiros.

Tabela A3.3
Pernambuco: estabelecimentos, operários ocupados e valor da produção
1919/1939/1949

Especificação	ESTABELECEMENTOS			OPERÁRIOS OCUPADOS			VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)		
	1919	1939	1949	1919	1939	1949 (média mensal)	1919	1939	1949
1. TRANSFORMAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS	63	138	431	898	1.162	4.345	2.461	5.349	121.504
a) Britamento e aparelhamentos de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore e granito	3	2	30	19	9	434	95	111	3.863
b) Fabricação de cal e fabricação de cimento	21	-	80	203	-	926	682	-	56.668
c) Fabricação de material e vasilhame de barro	39	118	297	676	691	1.889	1.684	2.915	26.073
d) Fabricação de material cerâmico	...	2	6	...	7	325	...	2	7.263
e) Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento, gesso e amianto	...	11	18	...	110	306	...	726	9.417
f) Fabricação e elaboração de vidro	...	3	(x)	...	326	465	...	527	18.220
g) Fabricação de produtos diversos e beneficiamento de minerais não metálicos	...	2	-	...	19	-	...	1.068	-
2. METALÚRGICA	3	25	52	85	881	1.951	394	18.157	121.946
a) Siderurgia e elaboração primária de produtos siderúrgicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Metalurgia dos metais não ferrosos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Fundição de produtos metalúrgicos	3	4	12	85	151	559	394	999	35.512
d) Laminação e trefilação e fabricação de produtos laminados ou trefilados (não processadas em altos fornos)	-	2	(x)	-	134	17	-	1.414	5.113
e) Estamparia, latoaria e funilaria	...	12	21	...	362	836	...	13.517	58.895
f) Serralharia, caldeiraria e ferraria	...	6	14	...	220	505	...	2.185	21.096
g) Cutelaria e fabricação de armas, ferramentas e quinilharias	...	1	5	...	14	34	...	42	1.330
h) Galvanização esmaltagem e operações similares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i) Fabricação de artefatos metalúrgicos diversos	...	-	-	...	-	-	...	-	-
3. MECÂNICA	-	-	3	-	-	40	-	-	2.288
a) Construção de máquinas motrizes não elétricas	-	-	(x)	-	-	9	-	-	279

Especificação	ESTABELECEMENTOS			OPERÁRIOS OCUPADOS			VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)		
	1919	1939	1949	1919	1939	1949 (média mensal)	1919	1939	1949
b) Construção de máquinas, aparelhos e equipamento para instalações hidráulicas, térmicas e de ventilação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Construção de máquinas - ferramenta e máquinas operatrizes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Construção de máquinas e aparelhos para lavoura e indústrias rurais	-	-	3	-	-	7	-	-	416
e) Montagem e reparação de máquinas e aparelhos	-	-	-
f) Construção de máquinas, aparelhos e equipamentos diversos	-	-	(x)	-	-	24	-	-	1.593
4. MATERIAL ELÉTRICO E MATERIAL DE COMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
a) Construção de material elétrico e fabricação de aparelhos elétricos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Construção de material de comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. MATERIAL DE TRANSPORTE (CONSTRUÇÃO E MONTAGEM)	3	2	9	68	5	56	298	78	1.407
6. MADEIRA	6	18	115	240	204	801	1.527	2.817	30.829
a) Falquejamento, desdobramento e compensação de madeira	3	5	40	60	21	285	309	510	12.630
b) Fabricação de peças e estruturas de madeira aparelhada	3	13	62	180	183	483	1.218	2.307	17.580
c) Fabricação de artigos de tanoaria	...	-	-	...	-	-	...	-	-
d) Fabricação de artefatos de cortiça	...	-	-	...	-	-	...	-	-
e) Preparação e fabricação de artigos diversos de madeira e produtos afins	...	-	13	...	-	33	...	-	619
7. MOBILIÁRIO	19	63	81	670	824	546	2.546	3.766	13.843
a) Fabricação de móveis de madeira, vime, junco e similares para uso doméstico, fabricação de mobiliário	13	34	73	568	506	487	1.994	3.338	12.024
b) Fabricação de móveis de metal	3	...	(x)	90	...	12	396	...	216
c) Fabricação de artigos de colchoaria	3	29	8	12	318	47	156	428	1.603
8. PAPEL E PAPELÃO	-	8	6	-	556	610	-	10.704	35.646
a) Preparação de pasta de madeira, fibras ou outros materiais, para produção de papel e papelão e	...	1	(x)	...	486	538	...	9.571	28.179

Especificação	ESTABELECEMENTOS			OPERÁRIOS OCUPADOS			VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)		
	1919	1939	1949	1919	1939	1949 (média mensal)	1919	1939	1949
fabricação de papel e de papelão									
b) Fabricação de artefatos de papel	...	1	(x)	...	15	19	...	905	6.199
c) Fabricação de artefatos de papelão, cartolina, pasta de madeira ou fibra prensada	...	6	6	...	55	53	...	228	1.268
9. BORRACHA	...	-	-	...	-	-	...	-	-
10. COURO E PELES E PRODUTOS SIMILARES	8	41	87	525	970	1.202	5.037	21.962	94.077
a) Preparação de couros e peles	8	17	37	525	860	1.052	5.037	20.691	88.258
b) Fabricação de arreios e outros artigos de selaria e correaria	...	10	23	...	17	23	...	99	696
c) Fabricação de malas, valises, alforjes e outros artigos de viagem, de couros e peles ou de outros materiais	...	14	27	...	93	54	...	1.172	2.041
d) Fabricação de artefatos diversos de couros e peles	...	-	(x)	...	-	73	...	-	3.082
11. QUÍMICA E FARMACÊUTICA	31	77	106	280	983	1.904	11.253	33.622	236.010
a) Fabricação de produtos químicos e fabricação de produtos derivados de petróleo e carvão-de-pedra (exclusive gás de iluminação)	...	1	(x)	...	12	79	...	823	4.141
b) Fabricação de fios artificiais e de matérias plásticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Fabricação de pólvoras e explosivos (inclusive fósforo e artigos pirotécnicos)	...	22	43	...	223	398	...	4.238	15.216
d) Extração de óleos e essências vegetais e de matérias graxas animais (exclusive refinação de produtos destinados à alimentação)	...	12	13	...	541	766	...	11.168	105.674
e) Fabricação de especialidades farmacêuticas e produtos veterinários	16	19	23	36	90	214	469	3.805	20.522
f) Fabricação de artigos de perfumaria, sabões e velas	15	18	24	244	104	379	10.784	12.700	84.032
g) Fabricação de tintas, vernizes e esmaltes	...	5	(x)	...	13	14	...	888	3.778
h) Fabricação de desinfetantes, inseticidas e preparados para limpeza	...	-	(x)	...	-	42	...	-	2.116
i) Fabricação de produtos químicos diversos (1)	...	-	3	...	-	12	...	-	531

Especificação	ESTABELECEMENTOS			OPERÁRIOS OCUPADOS			VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)		
	1919	1939	1949	1919	1939	1949 (média mensal)	1919	1939	1949
12. TÊXTIL	87	84	95	6.623	21.784	27.862	43.835	218.317	1.353.721
a) Preparação de fibras, fiação e tecelagem (1)	87	82	70	6.623	20.561	23.495	43.835	207.937	1.184.060
b) Fabricação de tecidos elásticos, artigos de malha, feltros, tecidos de acabamento especial, e artefatos de tecidos (Processadas nas fiações e tecelagem)	...	2	25	...	1.223	4.367	...	10.380	169.661
c) Fabricação de artigos de passamanaria, fitas, filós, rendas e bordados	...	-	-	...	-	-	...	-	-
13. VESTUÁRIO, CALÇADO E ARTEFATOS DE TECIDOS	63	162	305	679	1.442	2.266	3.127	10.403	76.585
a) Fabricação de roupas brancas	4	2	6	219	98	243	782	935	8.232
b) Fabricação de roupas para homens e meninos	...	-	(x)	...	-	27	...	-	1.125
c) Fabricação de costumes e vestidos para senhoras, meninas e crianças (1)	-	1	-	-	6	-	-	50	-
d) Fabricação de agasalhos	-	2	(x)	-	22	38	-	565	3.025
e) Fabricação de chapéus	5	5	4	82	29	9	328	322	270
f) Fabricação de calçados (exclusive calçados de borracha)	51	149	292	369	1.274	1.935	1.710	8.325	62.983
g) Fabricação de acessórios do vestuário	3	2	3	9	6	14	307	109	950
h) Fabricação de artefatos diversos de tecidos	-	1	-	-	7	-	-	97	-
14. PRODUTOS ALIMENTARES	63	749	1.753	1.313	21.442	26.886	23.314	398.607	2.115.010
a) Beneficiamento e moagem de café, mate, cereais e produtos afins e fabricação de farinhas	33	87	278	125	627	2.125	2.882	51.359	400.214
b) Preparação, em conserva, de frutas, legumes, especiarias e condimentos vegetais	12	22	64	778	813	1.753	8.271	32.810	154.614
c) Abate de animais, preparação e fabricação de conservas de carne e banha de porco e preparação e fabricação de conservas do pescado	...	4	54	...	17	208	...	476	10.920
d) Pasteurização do leite e fabricação de laticínios	...	17	99	...	116	274	...	2.682	34.554
e) Fabricação e refinação de açúcar	10	69	488	148	16.720	18.354	7.289	261.312	1.151.836
f) Fabricação de chocolate, balas, bombons e caramelos, e doces de leite	15	-	...	683	22.419
g) Fabricação de pão, doces, pastéis e outros produtos de padaria e confeitaria	...	535	725	...	2.682	2.820	...	39.973	240.732

Especificação	ESTABELECIMENTOS			OPERÁRIOS OCUPADOS			VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)		
	1919	1939	1949	1919	1939	1949 (média mensal)	1919	1939	1949
h) Fabricação de massas alimentícias e biscoito	3	7	5	89	439	592	1.492	9.060	81.750
i) Preparação e fabricação de produtos alimentares diversos	5	8	25	173	28	77	3.380	935	17.971
15. BEBIDAS	34	75	206	142	275	1.788	1.560	7.965	115.895
a) Fabricação de vinhos de mesa, licorosos e composto	18	16	68	67	22	116	637	193	3.680
b) Fabricação de aguardente, licores e outras bebidas espirituosas	16	51	133	75	92	1.022	923	661	31.464
c) Fabricação de cerveja e outras bebidas maltadas	...	3	(x)	...	49	215	...	1.959	32.159
d) Fabricação de bebidas não alcoólicas (refrigerantes, águas de mesa e congêneres)	...	4	5	...	89	268	...	2.224	23.521
e) Destilação de álcool	...	1	(x)	...	23	167	...	2.928	25.071
16. FUMO	9	6	7	1.371	720	1.058	7.257	10.332	97.516
17. EDITORIAL E GRÁFICA	-	75	88	-	871	1.081	-	10.367	55.239
a) Edição e impressão de jornais e edição e impressão de publicações periódicas (exclusive jornais)	...	26	13	...	391	228	...	5.167	13.723
b) Edição e impressão de obras de texto	...	3	-	...	77	-	...	999	-
c) Impressão de material comercial e escolar	...	45	61	...	396	642	...	4.142	30.810
d) Execução de serviços gráficos diversos	...	1	14	...	7	211	...	59	10.706
18. DIVERSAS	4	14	36	29	130	164	180	1.060	6.441
a) Fabricação de instrumentos e utensílios para técnicos e profissionais, e de aparelhos de medida de precisão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Fabricação de aparelhos, utensílios, instrumentos e material cirúrgico, dentário e ortopédico	-	1	-	-	26	-	-	278	-
c) Fabricação de produtos fotográficos, aparelhos e material de ótica	-	...	-	-	...	-	-	...	-
d) Lapidação de pedras preciosas e fabricação de artigos de ourivesaria e joalheria	-	-	(x)	-	-	7	-	-	185
e) Fabricação de instrumentos de música e gravação de discos para fonógrafo	...	-	-	...	-	-	...	-	-
f) Fabricação de escovas, broxas e pincéis, vassouras e espanadores	4	5	10	29	26	29	180	228	1.940

Especificação	ESTABELECIMENTOS			OPERÁRIOS OCUPADOS			VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)		
	1919	1939	1949	1919	1939	1949 (média mensal)	1919	1939	1949
g) Fabricação de material de escritório e execução de trabalhos artísticos	...	1	3	...	3	14	...	32	1.023
h) Fabricação de brinquedos e artigos para esporte e jogos recreativos	...	1	9	...	1	52	...	6	1.259
i) Fabricação de gelo	...	5	10	...	23	56	...	124	1.957
j) Fabricação de artigos diversos, não compreendidos em outros grupos e indústrias mal definidas	...	1	4	...	51	6	...	392	77

Fonte: IBGE - Censo Industrial (1957).

Nota - No censo de 1940, inclusive a fabricação de agulhas, alfinetes, colchetes e artigos congêneres.

(1) Inclusive 17 estabelecimentos, com 423 operários e Cr\$ 9 475 000,00 de produção, não discriminados por Unidades da Federação

Tabela A3.4
Pernambuco: estabelecimentos, pessoal ocupado, valor da produção e VTI da indústria
1959

Classe, gênero e grupo de indústria	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Valor da Produção (Cr\$ 1.000)	Valor da transformação industrial (Cr\$ 1.000)
Totais	3.606	72.058	32.988.273,00	14.142.187,00
	43	382	47.840,00	45.393,00
Minerais metálicos	-	-	-	-
Minerais não metálicos (exclusive físseis)	43	382	47.840,00	45.393,00
Minerais físseis	-	-	-	-
Indústria de transformação	3.563	71.676	32.940.433,00	14.096.794,00
Minerais não metálicos	536	5.544	1.860.340,00	1.143.680,00
Britamento e aparelhamento de pedras para construção e trabalhos em mármore, granito, etc.	16	197	53.397,00	22.293,00
Cal	87	599	78.269,00	55.308,00
Telhas, tijolos e vasilhames, de barro cozido	365	2.053	176.915,00	139.329,00
Material Cerâmico	21	1 125	363.872,00	209.269,00
Cimento	2	792	838.970,00	513.773,00
Peças, ornatos e estruturas de cimento, gesso e fibrocimento	38	514	243.556,00	143.799,00
Vidro e artefatos de vidro e cristal	7	264	105.361,00	59.909,00
Outros produtos e preparação de minerais não metálicos	-	-	-	-
Metalúrgica	90	1.883	942.152,00	421.452,00
Siderurgia (com altos fornos)	1	250	301.535,00	210.482,00
Metalurgia dos não ferrosos	1	48	2.239,00	1.224,00
Forjaria e fundição	3	242	18.393,00	12.265,00
Produtos siderúrgicos e metalúrgicos (sem altos fornos)	8	2.601	107.834,00	44.691,00
Estruturas metálicas	-	-	-	-
Estamparia, funilaria e latoaria	21	678	404.936,00	99.814,00
Serralharia, caldeiraria e fabricação de recipientes de aço	28	338	100.542,00	47.217,00
Outelaria, fabricação de armas, ferramentas, quinquilharias, esponjas e palhas de aço	23	56	5.483,00	4 783
Outros produtos e processos metalúrgicos diversos	5	11	1.190,00	976,00
Mecânica	8	169	91.969,00	29.893,00
Máquinas motrizes não elétricas e equipamentos para transmissão	-	-	-	-
Maquinas, aparelhos e equipamentos não elétricos para instalações hidráulica, térmicas, de ventilação e de refrigeração	-	-	-	-
Máquinas-ferramenta, máquinas operatrizes e aparelhos industriais	7	145	84.936,00	25.724,00
Máquinas e aparelhos para agricultura e indústrias rurais	1	24	7.033,00	4.169,00
Outras máquinas e aparelhos	-	-	-	-

Classe, gênero e grupo de indústria	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Valor da Produção (Cr\$ 1.000)	Valor da transformação industrial (Cr\$ 1.000)
Reparação de máquinas e aparelhos	-	-	-	-
Material elétrico e de comunicações	6	64	25.088,00	13.985,00
Material elétrico	3	49	14.088,00	8.489,00
Lâmpadas	-	-	-	-
Aparelhos elétricos	1	7	1.500,00	700,00
Reparação de máquinas e aparelhos elétricos de comunicações	1	3	4.200,00	3.700,00
Material de Comunicações	1	5	5.300,00	1.096,00
Material de transporte	22	389	119.300,00	56.273,00
Embarcações e motores marítimos (inclusive reparação)	1	114	16.000,00	13.020,00
Veículos ferroviários (inclusive reparação)	-	-	-	-
Veículos automotores e autopeças	13	149	49.512,00	22.202,00
Carroçaria para veículos a motor	5	15	3.187,00	1.673,00
Bicicleta, triciclos e motocicletas	-	-	-	-
Tratores não agrícolas e máquinas de terraplanagem	-	-	-	-
Aviões (inclusive reparação)	-	-	-	-
Veículos a tração animal e outros	2	107	49.001,00	18.985,00
Estofados para veículos	1	4	1.600,00	393,00
Madeira	154	969	259.089,00	111.080,00
Madeira desdobrada, compensada e chapas prensadas	33	190	58.472,00	24.093,00
Peças e estruturas de madeira aparelhadas	95	659	181.476,00	76.527,00
Artigos de tanoaria	1	3	782,00	444,00
Artefatos de cortiça	-	-	-	-
Outros artefatos de madeira e produtos afins	25	117	18.359,00	10.016,00
Mobiliário	251	1.559	360.926,00	187.185,00
Móveis de madeira, vime, junco e similares para residências	198	1.212	278.882,00	147.877,00
Móveis de madeira para escritórios, escolas, casas de espetáculos e auditórios	2	5	457,00	236,00
Móveis de metal	8	86	26.396,00	13.322,00
Artigos de colchoaria (exclusive de espuma de borracha)	43	256	55.191,00	25.750,00
Outros artigos do mobiliário	-	-	-	-
Papel e papelão	19	1.323	1.288.737,00	602.344,00
Celulose e pasta mecânica	1	146	55.000,00	18.685,00
Papel, papelão e cartolina (inclusive artefatos associados à fabricação)	4	932	712.787,00	432.535,00
Artefatos de papel	3	179	504.236,00	143.474,00
Artefatos de papelão, cartolina, pasta de madeira ou fibra prensada	11	66	16.714,00	7.650,00
Borracha	8	133	119.418,00	46.059,00
Beneficiamento de borracha	-	-	-	-

Classe, gênero e grupo de indústria	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Valor da Produção (Cr\$ 1.000)	Valor da transformação industrial (Cr\$ 1.000)
Pneumáticos e câmaras de ar (inclusive recondicionamento de pneumáticos)	5	59	33.409,00	11.755,00
Outros artefatos de borracha	3	74	86.009,00	34.304,00
Couros e peles e produtos similares	66	1.045	328.782,00	156.241,00
Preparação e curtimento de couros e peles	35	954	313.889,00	147.708,00
Artigos de selaria e correaria	16	30	2.988,00	1.581,00
Malas e valises de couro e similares	13	42	7.267,00	3.730,00
Outros artefatos de couros e peles	2	19	4.638,00	3.222,00
Química	52	2.440	2.718.999,00	1.232.819,00
Elementos e compostos químicos	6	225	221.260,00	91.204,00
Matérias plásticas básicas e fios artificiais	-	-	-	-
Pólvoras, explosivos, fósforos de segurança e fogos de artifício	23	423	1.447.192,00	80.451,00
Óleos, ceras e gorduras (exclusive reinação de produtos alimentares)	13	695	1.102.390,00	332.950
Preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas	3	176	74.792,00	14.203,00
Tintas, esmalte, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes	4	50	32.237,00	7.867,00
Derivados de destilação e petróleo	1	90	31.267,00	7.634,00
Derivados de destilação do carvão-de-pedra e da madeira	-	-	-	-
Outros produtos químicos	2	781	1.109.861	698.510,00
Produtos farmacêuticos e medicinais	16	282	109.236,00	60.972,00
Produtos farmacêuticos e medicinais para uso humano	16	282	109.236,00	60.972,00
Produtos veterinários	-	-	-	-
Produtos de perfumaria, sabões e velas	19	479	595.515,00	211.398,00
Perfumaria	-	-	-	-
Sabões	17	407	565.557,00	195.750,00
Velas	2	72	29.958,00	15.648,00
Produtos de matérias plásticas	3	66	24.530,00	10.088,00
Artigos de baquelite	-	-	-	-
Artigos de ebonite	-	-	-	-
Artigos de galalite	-	-	-	-
Artigos de outras matérias plásticas	3	66	24.530,00	10.088,00
Têxtil	173	21.404	6.389.339,00	2.795.765,00
Beneficiamento de matérias têxteis	87	1.462	1.394.398,00	329.432,00
Fiação	3	705	159.800,00	64.311,00
Fiação e tecelagem	7	11.250	2.767.287,00	1.316.867,00

Classe, gênero e grupo de indústria	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Valor da Produção (Cr\$ 1.000)	Valor da transformação industrial (Cr\$ 1.000)
Tecelagem	3	3.473	967.446,00	482.938,00
Malharia e fabricação de tecidos elásticos	-	-	-	-
Acabamentos de fios e tecidos	-	-	-	-
Artigos de passamanaria, filós, rendas e bordados	-	-	-	-
Filtros, tecidos de crinas, felpudos, impermeável e especiais	-	-	-	-
Artefatos têxteis nas fiações e tecelagens	73	4.514	1.100.408,00	602.217,00
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	353	2.732	711.209,00	329.938,00
Roupas e agasalhos	93	865	245.763,00	104.145,00
Chapéus	1	3	840,00	501,00
calçados (exclusive de borracha)	244	1.736	393.992,00	189.688,00
Acessórios de vestuário	15	128	70.614,00	35.604,00
Outros artefatos de tecidos	-	-	-	-
Produtos alimentares	1.548	26.594	14.737.767,00	5.385.172,00
Beneficiamento torrefação e moagem de produtos alimentares	156	1.627	2.376.517,00	693.367,00
Conservas de frutas e legumes, especiarias e condimentos	54	1.838	791.810,00	303.380,00
Abate de animais e preparação de conservas de carne e banha de porco	56	759	503.805,00	115.748,00
Conservas de pescado	2	97	135.663,00	67.607,00
Laticínios (exclusive pasteurização de leite)	78	389	196.313,00	77.102,00
Açúcar	64	15.094	7.517.842,00	2.847.012,00
Balas, caramelos, gomas de mascar, bombons, chocolates e doces de leite	10	373	109.729,00	54.977,00
Produtos de padaria , confeitaria, pastelaria e sorvetes	957	4.646	1.632.616,00	600.554,00
Massas alimentícias e biscoito	140	1.435	1.102.492,00	488.102,00
Outros produtos alimentares (inclusive rações balanceadas para animais)	31	336	370.980,00	137.325,00
Bebidas	104	2.210	967.689,00	539.971,00
Cervejas	-	-	-	-
Vinhos	58	290	156.659,00	66.414,00
Aguardentes	21	240	54.862,00	31.667,00
Outras bebidas alcoólicas	1	6	1.142,00	641,00
Bebidas não alcoólicas	23	1.342	616.076,00	368.483,00
Álcool	1	332	138.950,00	72.766,00
Fumo	3	531	767.265,00	460.907,00
Preparação do fumo	-	-	-	-
Cigarros e fumos desfiados	3	581	767.265,00	460.907,00
Charutos e cigarrilhas	-	-	-	-
Editorial e gráfica	104	1.464	446.203,00	249.613,00
Edição e impressão de jornais	6	315	108.808,00	79.780,00
Edição e impressão de outras	-	-	-	-

Classe, gênero e grupo de indústria	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Valor da Produção (Cr\$ 1.000)	Valor da transformação industrial (Cr\$ 1.000)
publicações periódicas				
Edição e impressão de obras de texto	-	-	-	-
Impressão de material comercial escolar	88	919	267.277,00	140.512,00
Outros serviços gráficos	10	230	70.118,00	29.321,00
Diversas	28	346	76.880,00	51.959,00
Instrumentos e utensílios para usos técnicos e profissionais e aparelhos de medida e de precisão	-	-	-	-
Aparelhos, utensílios, instrumentos e material cirúrgico, dentário e ortopédico	-	-	-	-
Aparelhos de material fotográfico e de ótica	-	-	-	-
Lapidação de pedras preciosas e fabricação de artigos de ourivesaria e joalheria	-	-	-	-
Instrumentos de música e gravação de discos musicais	1	112	38.440,00	29.949,00
Escovas, broxas, pincéis, vassouras, enxugadores e espanadores	7	38	5.493,00	3.104,00
Material de escritório e escolar e artigos para fins industriais e comerciais	9	37	6.116,00	3.695,00
Brinquedos, artigos para esporte e recreação	2	8	2.735,00	1.313,00
Outros artigos	9	151	24.096,00	13.898,00

Fonte: Censo Industrial de 1960.

Tabela A3.5
Pernambuco: nº de estabelecimentos, capital, força instalada, valor da produção e nº de operários
das indústrias
1907

Indústrias	Nº de Estabelecimentos	Capital (em mil-réis)	Força	Valor da Produção (em mil-réis)	Nº de operários
Indústrias "A"	24	8.004	-	10.748	1.552
Cal e cimento	1	1.500	250 C. V.	2.181	120
Cordoalha	1	200	45 C. V.	600	180
Fundição, e obras sobre metal	5	1.050	72 C. V.	1.858	320
Grampos e colchetes, etc.	1	50	Petr. 6 C.	50	42
Óleos e resinas	4	720	231 C. V.	773	96
Perfumarias	1	50	Petr. 6 C.	50	42
Pregos	1	30	15 C. V.	45	15
Fósforos	1	1.000	100 C. V.	800	120
Produtos cerâmicos	1	104	180 C. V.	94	44
Produtos químicos	1	1.200	120 C. V.	1.440	400
Sabão e velas	5	2.020	88 C. V.	2.792	162
Tintas para escrever e outras	2	80	5 C. V. manual	65	11
Indústrias "B"	93	50.718	-	44.458	10.490
Açúcar (usinas)	46	18.738	220 C.V. e Hd.14.551	27.918	4.887
Bebidas alcoólicas e gasosas	9	1.064	58 C. V. e manual	688	81
Biscoitos	2	630	17 C. V.	210	42
Calçado	2	220	30 C. Petr.	700	277
Chapéus, de feltro, lã, lebre etc.	2	310	32 C. V.	342	54
Carvão animal	1	40	4 C. V.	54	9
Chocolate	1	20	5 C. V.	30	6
Cerveja	1	50	10 C. V.	60	8
Doce	5	405	20 C. V. outras	692	220
Fiação e tecelagem	8	19.241	1.479 C. V.	9.844	3.700
Fumos preparados	3	2.950	41 C. V.	1.523	757
Massas alimentares	1	30	6 C.	40	10
Massa de tomate	2	400	14 C. V.	270	60
Moveis e decorações	1	-	Manual	-	-
Preparo de couros	2	300	70 C. V.	420	200
Refinarias de açúcar	3	6.080	420 C. V.	1.465	143
Roupas brancas	1	10	Manual	20	10
Serrarias e carpintarias	3	230	42 C. V.	182	26
Total	117	58.722	-	55.206	12.042

Fonte: O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias (Censo Industrial de 1907)

Nota: o valor total declarado do capital produtivo não corresponde ao somatório dos segmentos produtivos. Essa soma equivale a 58.721,66 mil-réis.

Tabela A3.6
Pernambuco: composição das Indústrias "A" e "B" (em %)
1919

Indústrias "A"	Estabelecimentos	Valor da Produção	Operários
Total da Indústria A	100,0	100,0	100,0
1. Transformação de minerais não metálicos	63,0	17,1	67,5
2. Metalúrgica	3,0	2,7	6,4
3. Mecânica	0,0	0,0	0,0
4. Material elétrico e material de comunicações	0,0	0,0	0,0
5. Material de transporte (construção e montagem)	3,0	2,1	5,1
8. Papel e papelão	0,0	0,0	0,0
9. Borracha	-	-	-
11. Química e farmacêutica	31,0	78,1	21,0
Indústrias "B"	Estabelecimentos	Valor da Produção	Operários
Total da Indústria B	100,0	100,0	100,0
6. Madeira	2,0	1,7	2,1
7. Mobiliário	6,5	2,9	5,8
10. Couros e peles e produtos similares	2,7	5,7	4,5
12. Têxtil	29,7	49,6	57,1
13. Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	21,5	3,5	5,9
14. Produtos alimentares	21,5	26,4	11,3
15. Bebidas	11,6	1,8	1,2
16. Fumo	3,1	8,2	11,8
17. Editorial e gráfica	0,0	0,0	0,0
18. Diversas	1,4	0,2	0,3

Fonte: IBGE - Censo Industrial (1957).

OBS.: incorporação das usinas de açúcar alterará valores, reforçando o abismo entre indústrias tipo B.

Tabela A3.7
Pernambuco: indústria de transformação
1919-1959

Especificação	Estabelecimentos				Operários Ocupados				Valor da Transformação (Cr\$ 1.000) (d)			
	1919	1939	1949	1959	1919	1939	1949 (a)	1959	1919	1939	1949	1959
Grupo I	306	1.251	2.582	2.571	11.078	47.552	62.080	48.367	92.892	676.262	3.932.363	10.220.921
Mobiliário	19	63	81	251	670	824	546	1.256	2.546	3.766	13.843	187.185
Farmacêutica e Perfumaria	31	37	47	35	280	194	593	622	11.253	16.505	104.554	272.370
Têxtil	87	84	95	173	6.623	21.784	27.862	20.130	43.835	218.317	1.353.721	2.795.765
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	63	162	305	353	679	1.442	2.266	2.232	3.127	10.403	76.585	329.938
Produtos alimentares (b)	63	749	1.753	1.548	1.313	21.442	26.886	20.833	23.314	398.607	2.115.010	5.385.172
Bebidas	34	75	206	104	142	275	1.788	1.748	1.560	7.965	115.895	539.971
Fumo	9	6	7	3	1.371	720	1.058	434	7.257	10.332	97.516	460.907
Editorial e gráfica	-	75	88	104	-	871	1.081	1.112	-	10.367	55.239	249.613
Grupo II	80	270	750	928	1.748	4.562	10.220	11.367	9.419	76.106	535.458	3.723.763
Transformação de minerais não metálicos	63	138	431	536	898	1.162	4.345	4.426	2.461	5.349	121.504	1.143.680
Metalúrgica	3	25	52	90	85	881	1.951	1.686	394	18.157	121.946	421.452
Madeira	6	18	115	154	240	204	801	793	1.527	2.817	30.829	111.080
Papel e papelão	-	8	6	19	-	556	610	1.190	-	10.704	35.646	602.344
Borracha	...	-	-	8	...	-	-	101	...	-	-	46.059
Couros e peles e produtos similares	8	41	87	66	525	970	1.202	918	5.037	21.962	94.077	156.241
Química (c)	-	40	59	52	-	789	1.311	2.189	-	17.117	131.456	1.232.819
Produtos de matérias plásticas	-	-	-	3	-	-	-	64	-	-	-	10.088

Grupo III	7	16	48	64	97	135	260	717	478	1.138	10.136	152.110
Mecânica	-	-	3	8	-	-	40	134	-	-	2.288	29.893
Material elétrico e material de comunicações	-	-	-	6	-	-	-	55	-	-	-	13.985
Material de transporte (construção e montagem)	3	2	9	22	68	5	56	316	298	78	1.407	56.273
Diversas	4	14	36	28	29	130	164	212	180	1.060	6.441	51.959
Grupo IV (Total da Indústria de Transformação)	393	1.537	3.380	3.563	12.923	52.249	72.560	60.451	102.789	753.506	4.477.957	14.096.794

Fonte: elaboração própria a partir dos Censos Industriais (vários anos)

(a) Média mensal. (b) Em 1920, a informação sobre produtos alimentares está subestimada em função da inacessibilidade ao volume referente às informações da indústria açucareira para o ano de 1919. (c) Exclui farmacêutica e perfumaria e produtos de matérias plásticas para os Censos de 1919-1949. A partir do Censo de 1959, esses segmentos já se encontram separados. (d) Nos Censos de 1919-1949, essa informação consta como Valor da Produção. Entretanto, pelos valores declarados como Valor da Produção e Valor da Transformação Industrial no Censo de 1959, aparentemente o valor declarado para aqueles Censos se aproxima do conceito de VTI.

Tabela A3.8
Indústria de transformação: índices do crescimento do produto real (VTI) e do emprego de operários (OP) 1919-1970 (1939=100)

Especificação	Grupo I: indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis				Grupo II: indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários				Grupo III: indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável				Todos os ramos				
	1919	1949	1959	1970	1919	1949	1959	1970	1919	1949	1959	1970	1919	1949	1959	1970	
N E	VT	0,49	1,68	2,45	3,91	0,38	2,48	10,11	20,51	0,69	2,03	10,44	75,037	0,48	1,76	3,26	5,914
	OP	0,55	1,35	1,13	1,18	0,72	3,19	4,114	6,040	0,82	2,40	5,517	20,663	0,57	1,49	1,38	1,654
PE	VT	0,37	1,64	2,03	2,92	0,54	2,54	6,890	16,64	2,22	2,23	12,36	170,95	0,39	1,71	2,43	4,390
	OP	0,38	1,23	1,00	1,92	0,85	2,65	2,885	4,674	1,20	2,14	5,289	5,733	0,42	1,34	1,14	1,383
B A	VT	0,96	1,87	3,26	5,70	0,22	2,42	21,78	45,52	0,20	0,94	25,00	128,31	0,84	1,95	6,33	12,39
	OP	0,88	1,81	1,11	1,10	0,34	3,11	4,821	7,004	1,56	3,05	18,76	73,549	0,82	1,42	1,61	2,017

Fonte: adaptado de Cano (2007b), pág. 336.

Nota: índices a preços constantes de 1939.

Tabela A3.9
Indústria de transformação: produtividade, salários e excedentes médios por operário ocupado (a) Valores a preços constantes de 1939 - Cr\$/ano

Especificação	Produtividade (VTI/Op.)					Salário médio (SO/Op.)					Exc./Operário				
	1919	1939	1949	1959	1970	1919	1939	1949	1959	1970	1919	1939	1949	1959	1970
Grupo I															
NE	5,127	5,791	7,243	12,545	19,054	1,164	1,113	1,539	2,509	2,949	3,963	4,679	5,704	10,036	16,106
PE	6,718	6,968	9,267	14,194	20,089	1,458	1,209	1,777	2,880	3,555	5,260	5,760	7,490	11,314	16,534
BA	4,752	4,345	6,888	12,853	22,504	1,206	1,095	1,818	2,849	3,123	3,546	39,250	5,070	10,004	19,381
Grupo II															
NE	4,115	7,566	5,893	18,611	25,706	1,337	1,588	1,430	2,482	3,350	2,778	5,979	4,463	16,129	22,356
PE	4,760	7,515	7,212	17,914	26,770	1,568	1,587	1,866	3,056	3,767	3,192	5,928	5,346	14,859	23,003
BA	3,753	5,744	4,458	26,104	34,867	1,369	1,515	1,207	2,882	4,040	2,384	4,229	3,251	23,222	30,826
Grupo III															
NE	5,445	6,510	5,526	12,321	23,610	1,772	1,231	1,540	5,215	5,066	3,673	5,279	3,986	7,106	18,544
PE	10,561	5,763	6,010	13,476	27,951	2,799	1,215	1,519	3,255	5,257	7,762	4,548	4,491	10,221	22,334
BA	1,712	13,294	4,090	17,774	23,122	0,950	2,686	1,510	9,516	5,816	0,762	10,608	2,580	8,258	17,306
Todos os ramos															
NE	5,031	5,934	7,004	13,959	21,213	1,185	1,151	1,521	2,549	3,177	3,846	4,784	5,483	11,410	18,036
PE	6,460	7,005	8,957	14,869	22,237	1,484	1,236	1,789	2,917	3,721	4,976	5,769	7,168	11,952	18,516
BA	6,684	4,541	6,214	17,853	27,894	1,214	1,151	1,650	3,056	3,765	3,470	3,390	4,564	14,798	24,129

Fonte: adaptado de Cano (2007b), págs. 350-3.

(a) VTI: Valor de Transformação Industrial; SO: salários pagos aos operários; Op.: número (média mensal) de operários. Para 1919 os salários são totais, por não se dispor do item Salários dos Operários.